

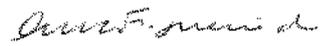
ARLETH SANTOS BORGES

A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Profa. Dra.
Evelina Dagnino.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
ou tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
10/06/98.

Profa. Dra. Evelina Dagnino 

Profa. Dra. Argelina Maria Cheibub Figueiredo 

Profa. Dra. Rachel Meneguello 

Junho/1998

ARLETH SANTOS BORGES

**A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
NO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Ciência Política do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas - UNICAMP, sob a orientação da Prof.
Dr^a. Evelina Dagnino.

Campinas - SP

1998



ARLETH SANTOS BORGES

A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Ciência Política do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Evelina
Dagnino.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
10 de Junho de 1998.

Banca:

Prof^ª. Dr^ª. Evelina Dagnino

Prof^ª. Dr^ª. Rachel Meneguello

Prof^ª. Dr^ª. Argelina Cheibub Figueiredo

Prof. Dr. Caio Navarro Toledo (suplente)

Junho/ 1998

AGRADECIMENTOS

Não obstante a simplicidade deste trabalho, ele só foi realizado por que houve contribuições intensas e entusiasmadoras de pessoas amigas e profissionais dedicados que se dispuseram a partilhar comigo conhecimento e solidariedade. Foram muitos os que me deram apoio. Agradeço a todos e de modo especial,

Evelina Dagnino, pela interlocução lúcida e criadora; e pela paciência!

Cristina Ambar, Fran, Carmem, Rita, Laerte, Williams, Tina, Alejandro, Jair, Eduardo, João, Sávio, Paulão, Márcia, Alexandre, Gurgel, Coracy, Graziela, Marcos, Josmar, Zuza, Estevão, François, Zoraída... pelas alegrias que acrescentaram à minha vida em Campinas.

Rachel Meneguello e Argalina Figueiredo, pelas críticas muito enriquecedoras.

Meus familiares, especialmente as crianças, a quem devo tantos risos.

Flávio Reis e Alfredo Wagner, pelo apoio tão inteligente quanto inestimável.

Shigueko, Salvador Fernandes, Ilse, Flávio Dino e Pe. João Maria, que partilharam comigo materiais de pesquisa.

Amigos da UFMA, pela solidariedade e incentivo.

Francisco Gonçalves, Carmen Sílvia e Wagner Cabral, que dividiram comigo algumas de suas boas idéias.

Os que partilharam comigo seu tempo e sabedoria nas longas entrevistas.

Instituições que facilitaram a pesquisa em seus documentos, especialmente o PT, a Biblioteca Pública e o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Cintra, pela ternura e solidariedade de todos os dias.

Foram muitas as contribuições, mas os problemas que persistem - igualmente muitos - são de minha inteira responsabilidade.

LISTA DE TABELAS

I. Desempenho dos Partidos no Maranhão 1966-1978	72
II. População Economicamente Ativa do Maranhão por Atividade Principal ...	88
III. Sindicatos Maranhenses Filiados à CUT	95
IV. PT - São Luís: “Grupo dos “Estudantes”.....	111
V. PT - São Luís: “Grupo do Deputado Freitas Diniz”	112
VI. População Urbana e Rural do Maranhão	155
VII. Desempenho dos Partidos nas Eleições de 1982 no Maranhão	199
VIII. Desempenho dos Partidos nas Eleições Municipais de 1982 em Santa Quitéria - MA	207
IX. Desempenho dos Partidos nas Eleições Estaduais de 1982 em Santa Quitéria - MA	208
X. Movimentação Partidária de Lideranças Petistas em Santa Quitéria -MA...	216
XI. Desempenho Eleitoral do PT na Cidade de Alcântara -MA.....	232
XII. Desempenho dos Partidos nas Eleições Municipais de Alcântara - MA em 1982	233
XIII. Desempenho dos Partidos nas Eleições Municipais de Alcântara - MA em 1988	253
XIV. Resultado das Eleições para a Prefeitura Municipal de Alcântara - MA em 1992.....	238
XV. Filiações ao Partido dos Trabalhadores no Município de SãoLuís	249
XVI. Núcleos de Base do PT São Luís	252
XVII. Desempenho Eleitoral do PT no Maranhão	257
XVIII. Candidatos Eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Maranhão 1982-1994	261

SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABI - Associação Brasileira de Imprensa
- AIB - Ação Integralista Brasileira
- ALN - Aliança de Libertação Nacional
- AMZA - Amazônia Mineração S.A.
- ANL - Aliança Nacional Libertadora
- AP-ML - Ação Popular Marxista Leninista
- APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- ASI - Assessoria de Segurança e Informação
- ATAM - Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
- CBA- MA - Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção do Maranhão
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- CGT - Central Geral dos Trabalhadores
- CLA - Centro de Lançamento de Alcântara
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- C.P.- Comissão Provisória
- C.P.- Comissão Provisória
- CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CS - Convergência Socialista
- D.E.- Diretório Estadual
- D.M. - Diretório Municipal
- D.N. - Diretório Nacional
- D.R. - Diretório Regional
- DAs - Diretórios Acadêmicos
- DCE - Diretório Central dos Estudantes

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas
FESM - Federação das Escolas Superiores do Maranhão
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão CUT -
Central Única dos Trabalhadores
FUM - Fundação Universidade do Maranhão
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPES - Instituto de Estudos Econômicos Políticos e Sociais
JOAC - Juventude Autêntica Cristã
LIBELU - Liberdade e Luta
LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos
LPS - Luta Pelo Socialismo
LSN - Lei de Segurança Nacional
M.E. Movimento Estudantil
MA - Maranhão
MAer - Ministério da Aeronáutica
MCC - Movimento Contra a Carestia
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado
MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MOMTRA - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs - Organizações Não Governamentais
ORM-DS - Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista
ORM-P.O. - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal

PJ - Pastoral da Juventude
PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
POLOP - Política Operária
PP - Partido Popular
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PS - Partido Socialista
PSD - Partido Social Democrático
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PU - Pastoral Universitária
SMDDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
T.R.E. Tribunal Regional Eleitoral
TLC - Treinamento de Lideranças Cristãs
UDN - União Democrática Nacional
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE - União Nacional dos Estudantes

Índice Geral

Agradecimentos

Lista de Tabelas

Síglas e Abreviaturas

INTRODUÇÃO

Parte I. **O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO MARANHÃO**

Capítulo 1 - **O Partido dos Trabalhadores - PT**

- Itinerários da Transição Democrática e o Nascimento do PT..... 15
- A Construção do PT: Atores e Características do Novo Partido 22
- O PT e a Experiência Político-Partidária Brasileira 29

Capítulo 2 - **Antecedentes da Criação do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**

- Cenas da Transição Democrática no Estado e Atuação das Forças
de Esquerda 43
- Estudantes e Movimento Estudantil 47
- Oposição Político-Partidária e a Vinda de Emedebistas Autênticos
para o PT 69
- Presença da Igreja Católica 76
- Movimento Sindical 85
- SMDDH e CBA-MA: Organizações pela Democracia 98

Parte II . O PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT NO MARANHÃO

Capítulo 3 - Grupos em Conflito: Estudantes *versus* Políticos Oriundos

do MDB na Fundação do PT em São Luís	105
- Concepções sobre o Partido dos Trabalhadores	117
- Origens Sociais dos Fundadores do PT	122
- Atuação no Partido	125
- O Debate Político	127
- Declínio da Luta Interna entre os Fundadores do PT-MA	144

Capítulo 4 - Trabalhadores Rurais e Identidade Partidária | | | |--|-----| | Recrutamento de Trabalhadores Rurais para o PT-MA | 152 | | Trabalhadores Rurais e Conflitos Intrapartidários | 161 | | Disputas entre Tendências: Articulação x PT de Aço | 175 | | “Entidades de Apoio” e Participação dos trabalhadores
no PT- MA | 188 | Capítulo 5 - Prefeituras de Santa Quitéria e Alcântara: Vitórias Eleitorais | | | |------------------------------|-----| | e Derrotas Políticas | 194 | | - Santa Quitéria, 1982 | 200 | | - Alcântara, 1982 | 222 | Capítulo 6 - Balanço da Construção do PT no Maranhão | | | |----------------------------|-----| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 266 | |----------------------------|-----| FONTES CONSULTADAS ANEXOS VIII

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, recorro à experiência de construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão para refletir sobre as condições de implantação de um partido presumidamente democrático em um contexto autoritário, caracterizado por relações políticas de tipo oligárquico, urbanização incipiente e precário nível de organização da sociedade civil. Com isso, viso compreender em que sentido e com quais características tem sido construída a identidade partidária, aqui entendida como conjunto de concepções e práticas que os sujeitos do partido atribuem ao mesmo e nas quais se reconhecem.

No caso do PT, tal identidade é, ao mesmo tempo, causa e produto do conjunto de escolhas referidas aos objetivos ou projeto político do partido, critérios de recrutamento, formas organizativas, processos decisórios, relações com os movimentos sociais e com o Estado e definições quanto a aliados e inimigos, que o partido vem adotando ao longo de sua trajetória e que lhe conferem características específicas.

Trata-se, portanto, de um estudo que se volta à compreensão da identidade assumida pelo Partido dos Trabalhadores no estado do Maranhão, inferida a partir das relações deste com o contexto mais amplo no qual se insere, da dinâmica interna da organização partidária e das relações entre os chamados PT local e PT nacional. Enfim, a noção de identidade petista será considerada a partir daquilo que os sujeitos do PT o representam e que se encontra consubstanciado nos documentos básicos do partido¹ e nas práticas desses sujeitos.

¹ Refiro-me ao Programa, Manifesto, Regimento Interno do PT e Discurso de Lula na 1ª Convenção - todos de de 1980; também às Resoluções do V e VII Encontro Nacional, realizados em 1987 e 1991 respectivamente.

Demarcados esses parâmetros, ressalto que o termo construção, adotado desde o título do presente estudo, de modo algum representa um mero recurso estilístico; antes disso, serve para indicar um esforço de pôr em questão noções pré-construídas que às vezes se convertem em mitos imputados ao Partido dos Trabalhadores. Não pretendo, nesta análise, ignorar tais noções, mas ao invés de tomá-las como verdades perceptíveis em todo o país, prefiro desnaturalizá-las e desprender o PT-MA dos diversos tipos de senso comum que tendem a aprisionar a análise em esquemas já elaborados como a opinião geral, as visões institucionais (expressas, por exemplo, nos documentos partidários) e até mesmo interpretações cristalizadas pela literatura especializada.

Esta compreensão, inspirada na Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu é especialmente útil para o presente estudo por que a “suspensão das noções pré construídas” (1989, p. 17-58) favorece a identificação de especificidades e a compreensão da identidade como um construto, como *cosa a fare*, passível de conteúdos os mais diversos, dependendo dos agentes sociais, do contexto e das situações em que essa identidade é proposta.

O que é o PT-MA ? Em torno do que tem se definido sua atuação concreta e a elaboração de suas metas e objetivos? As respostas a essas questões não têm sido claras ou uníssonas; ao contrário, elas têm se convertido em objeto de conflitos no PT maranhense. Desde a sua fundação, os agrupamentos partidários internos têm disputado respostas para essas indagações, brigando dentro e fora do partido, na teoria e na prática, pelo PT que lhes pareça “verdadeiro”. As próprias indagações assinalam não propriamente uma necessidade de consenso na forma de respostas, mas um campo de permanentes disputas pela definição legítima.

O que está oficializado como doutrina ou fundamentos do PT, de modo algum encerra esse problema. Primeiro, por que esses mesmos fundamentos resultam de disputas de concepções e são objeto de variadas interpretações; por que a dinâmica dos eventos políticos cria situações não previstas; por que nem sempre estão dadas as condições objetivas necessárias à sua efetivação; e, o mais importante, por que esses

princípios são inconclusos, pois os próprios fundadores do PT optaram por deixar “em aberto” importantes definições, fato que associado ao amplo espectro ideológico da base do partido e do seu apego à democracia, como meio e como fim, favorece a disputa em torno do conteúdo dessas e de outras questões.

A análise da identidade petista a partir do sistema de relações sociais, institucionais e da própria estrutura do partido coloca a questão da especificidade do PT maranhense face a outras experiências de organização partidária em regiões de economia mais desenvolvida e relações políticas mais democráticas, como é o caso de São Paulo, berço do PT.

A associação do PT-MA com o de São Paulo, embora represente uma extravagância, do ponto de vista metodológico, é também uma tentação irrecusável porque foi nessa região que o PT nasceu e colheu os principais traços que vieram a compor o seu modelo de organização; foi nesse contexto que se produziram as principais lideranças do PT; foi em torno da experiência petista em São Paulo que se construiu o que há de mais substantivo na literatura sobre o partido e com a qual é sempre oportuno dialogar²; por fim, nessa situação social referida, o partido conquistou alguns dos seus mais significativos êxitos eleitorais.

Ocorre que, enquanto São Paulo do fim dos anos 70 e começo dos 80 apresentava notável incremento na modernização econômica, urbanização e mobilização política de numerosos segmentos da sociedade, notadamente o sindical, o Maranhão dessa época contava com a maior parte da sua população residindo em zonas rurais, vivendo basicamente da atividade agrícola, sem conhecer as chamadas indústrias modernas, com seus operários e o “novo sindicalismo”, imersa em uma política de tipo oligárquica³ infensa a novidades como a representada pelo PT. Os contrastes ficavam por

² Refiro-me, fundamentalmente, às obras de Meneguello (1989), Keck (1994) e Couto (1996).

³ Em estudo sobre Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão, Reis (1992, p. 197 e 203) apresenta a oligarquia como “grupo político que se apropria do Estado e dos partidos e se fortalece na gestão da mediação entre instâncias de poder entre interesses privados e o Estado (...)”. Acrescenta o autor que “as características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas, envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado

conta do vigoroso processo de luta pela terra, realizado por trabalhadores rurais; da atividade política de estudantes e de “políticos progressistas” do MDB, das ocupações urbanas e a criação de entidades de apoio às lutas como o Comitê Brasileiro pela Anistia e a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos.

Ressalto que uma hipótese que primeiro animou esse estudo, foi a idéia de que tais diferenças de ordem econômica, política e cultural resultariam em traços peculiares ou especificidades do PT-MA face ao chamado PT nacional, que na verdade se confunde com o PT de São Paulo. Nesse sentido, se pode, efetivamente, apontar como especificidades do PT-MA: a composição dos segmentos fundadores do partido no estado (estudantes, políticos oriundos do MDB e trabalhadores rurais); o conteúdo das disputas internas - que não se referenciavam nos programas ideológicos das tradicionais organizações de esquerda presentes na criação do PT, que disputavam se o mesmo seria “tático” ou “estratégico”; e, finalmente, a relação ambígua que o PT-MA estabelece com as formas tradicionais da política regional - ora de aproximação, ora de veemente repulsa.

Entretanto, mesmo em sua especificidade o PT-MA apresenta traços do perfil que em todo o país é imputado ao PT, como a vinculação com as lutas sociais. Este fato anuncia o caráter - ou pelo menos a pretensão - do Partido dos Trabalhadores de ser um partido efetivamente nacional, mas um nacional que incorpora as especificidades, que articula o interno e o externo. Desta compreensão resultou o deslocamento do foco deste estudo da questão da especificidade (que mobiliza parâmetros nem sempre adequados à comparação, como PT-MA x PT Nacional / SP), para a questão da identidade, que permite a compreensão de como ele vem se constituindo e como essa identidade local se inscreve no perfil nacional do partido, influenciando-o e sendo por ele influenciada.

comercial e as próprias instâncias administrativas do Estado. Sempre dando em troca do apoio político ou da sustentação financeira o acesso aos benefícios que o Estado pode proporcionar (...). Diferentemente de outras análises, Reis considera que “a oligarquia retém recursos de poder próprios, o que explica porque ela não ‘depende’ dos coronéis municipais”.

A posição ambígua do PT-MA face à política regional é ilustrativa de uma dificuldade vivida pelo partido em todo o país: ao mesmo tempo que o PT se apresenta como “o novo”, que se opõe às velhas e tradicionais formas de fazer política, especialmente no Nordeste, alguns elementos dessa tradição acabam aparecendo no dia-a-dia do PT, seja na dificuldade de convívio com as diferenças, no personalismo, no clientelismo ou na indisciplina partidária. E nem poderia ser diferente, afinal é nessa sociedade e cultura centenárias que o jovem PT tem procurado enraizar-se. A perspectiva crítica e a vontade política de superar essa tradição e construir uma nova ordem social - e isso efetivamente distingue o PT - não tem sido suficientes para imunizá-lo contra esses riscos.

O PT, desde a sua gênese, procurou apresentar-se como uma alternativa de governo, mas também, e fundamentalmente, de poder, propondo-se a dirigir a construção de um novo bloco hegemônico⁴ capaz de incorporar à grande política as maiorias de “explorados” e “oprimidos” chamados de “trabalhadores”; um partido, portanto, de massas, democrático e comprometido com uma “sociedade justa e igualitária”, posteriormente nominada de socialista.

Neste ponto aproximamo-nos dos teóricos que se ocuparam em definir os partidos políticos e é possível identificar em Antônio Gramsci a elaboração que mais se aproxima do modelo adotado pelo PT, cuja razão de ser ou papel insubstituível não se restringe às disputas eleitorais, representação política ou a implementação de um governo como se pode notar em Weber, Sartori e Panebianco. Para Gramsci, o partido corresponde à mais avançada fase da organização política, que evolui de um momento econômico-corporativo para outro “universal” ou da “vontade coletiva”, dirigida por

⁴ O termo bloco hegemônico tem raízes na obra de Antônio Gramsci e mobiliza, para a sua compreensão, dois conceitos básicos no pensamento desse autor: Bloco Histórico e Hegemonia. Com o primeiro, Gramsci se refere a uma dada formação social na qual se desenvolvem articulações orgânicas entre estrutura e superestrutura e o homem é tomado como sujeito histórico, portador de intencionalidade e não mero objeto de um destino. Como hegemonia, Gramsci compreende a direção intelectual e moral de uma classe que se fez capaz de articular aos seus interesses os de outros grupos sociais através de luta ideológica, estabelecendo autêntica vontade coletiva ou o consentimento ativo das massas ao princípio compreendido como unificador, hegemônico, portanto. Gramsci (1984) e Mouffe (1978).

uma das classes fundamentais no âmbito da produção; mais do que governo representativo de determinada base eleitoral, o partido é um organismo educador que atua no sentido do estabelecimento de uma nova hegemonia que é ético-política mas também econômica.

A centralidade do partido na construção de uma nova hegemonia, proposta por Gramsci e adotada pelo PT, defronta-se hoje, no plano empírico e teórico com fortes contestações. Importante veio do debate atual sobre os partidos políticos aponta, que tanto aqueles de orientação revolucionária quanto os de inspiração liberal têm sido objeto de um processo de degeneração e/ou declínio, manifestos na perda da identidade, da unidade e da organização interna, decorrentes dos esforços de adaptação às mudanças no sistema político e de habilitação para as disputas no mercado eleitoral. Nesse contexto, outras instituições tipo movimentos sociais, Organizações Não Governamentais - ONGs - e grupos de pressão, gozariam de maior capacidade mobilizadora e poder de pressão. Isto, em função de que, na sociedade globalizada e de massas, paradoxalmente, as demandas muito fragmentadas e diferenciadas não se prestariam a projetos globais, pois faltaria o que “costurasse” uma unidade duradoura em torno deles⁵.

Este é um debate especialmente instigante para o caso brasileiro, pois além dos redimensionamentos experimentados pela política neste fim de século, contamos com uma tradição partidária tal que tem levado estudiosos do assunto a apontarem uma espécie de “subdesenvolvimento” dos partidos políticos brasileiros, vistos como débeis, descontínuos e desmobilizados (Lamounier B. e Meneguello, R., 1986). Mesmo no período 1945-1965, considerado bastante profícuo à organização de partidos políticos, estes se defrontaram com grandes obstáculos à sua institucionalização, aqui entendida como

⁵ Sobre esse assunto, ver Hobsbawm (1997, Cap. XIV), Meneguello (1996) e Tadeu César, (1995, p. 1-30)

“capacidade de reservar para si o cumprimento de determinadas funções ou atividades e/ou assegurar acesso regular à arena específica em que se tomam decisões cruciais sobre tais funções ou atividade (...) passando assim a ser vista [a organização partidária] como importante e merecedora de apoio por parte de determinado público” (Souza, 1983, p.47).

Dentre tantos partidos que já se organizaram no Brasil, o Partido dos Trabalhadores - PT é apresentado por diversos autores como uma novidade, uma experiência singular em termos de origens, organização interna e programa político, características estas que, juntas, representam uma ruptura com as formas tradicionais de organização partidária no Brasil.

Decorrida mais de uma década após a sua fundação, o PT se mantém como um desafio à tese de que no Brasil viceja uma cultura antipartidária que inelutavelmente condena todos os partidos ao fracasso e à fragilidade. É certo que nesse período, algumas das características que, em 1980, lhe conferiam o tom de novidade e evidenciavam claramente o seu empenho em construir uma nova hegemonia a partir das bases já não tem o mesmo ímpeto, como o predomínio da atuação na sociedade sobre a atuação no Estado; a presença e a força dos setores mais “explorados” e oprimidos” dentro do partido, influenciando nos seus rumos; privilégio da luta social sobre a luta eleitoral e o próprio fervor militante, isto é, a vontade férrea de construir uma nova ordem. Não obstante, o PT não renunciou a esses propósitos, vem obtendo sistemático crescimento eleitoral⁶ e outras novidades políticas vêm sendo desenvolvidas por ele como, por exemplo, o “modo petista de governar”⁷, fonte inspiradora de importantes

⁶ Considerando o desempenho eleitoral, Tadeu César (1995, p 10), informa que em apenas doze anos o PT acumulou um crescimento de quase 900%.

⁷ A ideia de “modo petista de governar” expressa uma tentativa de aplicação de linhas gerais do programa do PT nas experiências concretas vivenciadas pelo partido à frente de diversas prefeituras municipais, na perspectiva de “romper com o elitismo e colocar a competência técnica a serviço dos interesses e demandas da maioria da população, com a qual se constroem canais de participação nas decisões e em espaços de gestão que se confrontam com as tradições populistas em nosso país”. (Bittar (org), 1992, p. 9). Trata-se de um conceito e de uma prática em processo de elaboração que visa ao enfrentamento do duplo desafio que o PT se propôs desde a sua gênese: conquistar espaços dentro do Estado para, através das políticas públicas fortalecer a sua estratégia de transformação, seja melhorando

modelos de administração pública, concretizado em políticas como o orçamento participativo, em Porto Alegre-RS e a Bolsa-Escola, em Brasília - DF, medidas que, embora tópicas, não concebem a democracia e a educação como fins em si mesmas, mas se articulam à estratégia de construção de nova correlação de forças na sociedade, de novo bloco hegemônico.

Entretanto, se há um mérito neste estudo, certamente não é o de debruçar-se sobre o *sui generis* ou inovador Partido dos Trabalhadores posto que essa tarefa já foi tantas vezes realizada por diversos estudiosos; tampouco pretendo avaliar as mudanças vivenciadas pelo PT ao longo de sua trajetória. A qualidade buscada para este trabalho relaciona-se antes de tudo com a sua dimensão regional, trata-se, portanto, de um esforço em compreender como essa nova proposta de organização partidária foi compreendida e efetivada no Maranhão, estado cujas condições econômicas, sociais e políticas diferem significativamente daquelas que em São Paulo produziram as bases para a organização de um partido com o perfil do PT.

A construção do PT no Maranhão será discutida neste estudo a partir de três pistas: a fundação do PT na capital - São Luís; a participação dos trabalhadores rurais no PT e as vitórias eleitorais para o Executivo municipal nas cidades de Santa Quitéria e Alcântara. Descarta-se assim uma delimitação do objeto de estudo com base em cortes cronológicos no *continuum* de dezesseis anos de PT; as questões destacadas têm a pretensão de ser uma interpretação qualitativa daquilo que ao longo do trabalho foi sendo percebido como mais significativo da construção do PT no estado.

Um aspecto metodológico fundamental deste estudo é que ele nunca pressupõe uma verdade recôndita que seria agora desvendada. O que aqui se apresenta como resultado das investigações não é “a história” do PT no Maranhão, mas histórias, ou

as condições de vida da maioria, seja fomentando novos juízos e valores em relação à política. O “modo petista de governar” tem sido objeto de forte debate, conflitos e mudanças no interior do partido. Rica análise sobre os conflitos e mudanças ocorridas no PT por força do exercício de funções governamentais encontra-se em Couto (1996).

melhor dizendo, versões que partem dos diferentes pontos de vista e lugares (vividos no passado e no presente) por aqueles que as emitem.

É sobre aqueles que as emitem é preciso que se diga o quão controversas são as suas memórias desse passado nem tão remoto. Dentre as virtudes do PT no Maranhão certamente não podemos incluir o zêlo pela guarda e preservação em bom estado dos seus documentos. Assim, a fonte mais rica deste trabalho acabou sendo o repertório de entrevistas⁸ e depoimentos daqueles que viveram os acontecimentos ora estudados e que carregam as lembranças de fatos que lhes foram significativos.

Para fugir então do risco de contar “a história de alguém” (provavelmente do que guardou mais detalhes ou mesmo da autora deste trabalho, que militou no PT-MA no período de 1986 a 1993) foi muito útil recorrer aos ensinamentos de antropólogos e historiadores. Dos antropólogos veio a idéia de deixar que os próprios atores falem tendo o cuidado de incluir atores vinculados às diversas posições conhecidas e por isso mesmo assumindo o ônus de exaustivo volume de citações. Dos historiadores veio a idéia de se buscar no conjunto das entrevistas [e, quando for o caso, combinado a outras fontes] o “ponto de saturação”, que se refere à repetição de uma informação por atores diversos (Citado por Aspásia Camargo. In: Moraes (org), 1994, p.80).

Além das entrevistas, outras fontes de informação foram jornais das épocas enfocadas (dois diários para que neles também fosse possível a idéia de um “ponto de saturação”); consultas aos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral; consultas a Livros de

⁸ Foram realizadas 24 entrevistas com atuais ou antigos filiados ao PT, selecionados pela autora com base nos seguintes critérios: importância a eles atribuída em documentos partidários e em depoimentos informais; pessoas responsáveis por funções de direção seja em instâncias formais do partido ou agrupamentos de militantes de base e titulares de cargos eletivos; preferencialmente pessoas que vivenciaram o maior número possível de situações abordadas neste estudo; garantia da pluralidade de concepções políticas e disponibilidade para ser entrevistado. As entrevistas gravadas foram feitas a partir de um roteiro semi-dirigido pela autora, estruturado em em três blocos: um, com perguntas gerais relativas à concepção de PT, contexto em que o partido foi criado e atividades por ele realizadas; o segundo, foi dirigido a militantes e dirigentes e apresentava questões diretamente relacionadas ao período 1986-1992, dedicado à análise dos conflitos entre rurais e urbanos e às tendências do PT-MA; o terceiro bloco foi dirigido a pessoas relacionadas às administrações petistas em Santa Quitéria e Alcântara com dirigentes partidários e detentores de cargos eletivos ou de confiança.

Atas e outros documentos do partido, Câmara de Vereadores e demais agrupamentos citados. Simultaneamente a tudo isso, impunha-se o recurso à bibliografia que direta ou indiretamente iluminasse o processo de investigação.

Ainda sobre as fontes consultadas, convém destacar a opção da autora no sentido de que as orientações teóricas norteadoras da investigação não sejam apresentadas em separado e previamente à apreciação do objeto, como é comum em trabalhos acadêmicos, mas ao longo do texto, nos momentos em que os dados de realidade e o conhecimento acumulado exigirem um ao outro, mutuamente.

O presente trabalho teve como ponto de partida pistas já apontadas em outros estudos ou publicações sobre o Partido dos Trabalhadores, onde frequentemente se encontram afirmações do tipo: os fundadores PT são sindicalistas, integrantes de movimentos sociais urbanos, as CEBs, intelectuais, remanescentes dos grupos de esquerda e políticos progressistas do MDB; que o partido surge a partir e no bojo de um processo mais amplo de lutas sociais, notadamente do novo sindicalismo; que o PT é tipicamente urbano e que é um partido de classe média.

Entretanto, o colocar-se em trilhas já indicadas, não significa apegar-se a elas de modo a “não sair dos trilhos”. Coerente com o propósito de construção do objeto, este estudo sobre o PT não se produziu em uma busca obstinada de localizar no Maranhão essas pistas; elas foram antes tomadas como elementos de problematização, hipóteses, tópicos de diálogo com outros estudos. Tanto é assim que no PT- MA algumas delas foram negadas, como, por exemplo, a importância do segmento sindicalista na fundação do partido.

O primeiro capítulo será dedicado a uma explicação/explicitação de aspectos gerais do objeto desse estudo, o Partido dos Trabalhadores - PT, considerando o contexto em que historicamente foi gestado, no caso, o processo de transição para a democracia que ultimava o regime autoritário instaurado em 1964; é dado especial destaque ao seu “modelo originário”(Panebianco,1982) e aos seus fundadores

(sindicalistas, movimentos sociais urbanos e comunidades de base da Igreja Católica) bem como à novidade que representa na tradição político-partidária brasileira .

Este esforço de contextualização do PT em um dado processo histórico pressupõe, é claro, conexões entre os momentos anteriores ao PT e a sua fundação, mas não as procura como uma obrigatoriedade histórica como se houvesse um fio condutor ou uma linha de continuidade através da qual o passado emprestaria coerência ao presente.

Isto se torna claro no segundo capítulo, quando se procede este mesmo esforço de remontagem do contexto político anterior ao PT, agora no âmbito do Maranhão, e se aponta, de um lado, a existência de movimentos de caráter democrático-popular na tradicionalmente “estável” política maranhense⁹ os quais têm relação com o PT seja pela opção pessoal de diversos atores desse processo de se vincularem ao PT, seja pela força de uma nova cultura política¹⁰ que ao longo da trajetória desses movimentos foi se desenvolvendo e que incentivava a organização política, a participação e outros valores democráticos.

Nesses capítulos têm-se uma abordagem mais detalhada do processo de construção do PT no Maranhão. No capítulo 3 será tratado do processo de fundação do PT na capital, São Luís, com destaque aos conflitos entre estudantes e políticos oriundos do MDB, grupos intrapartidários que travaram acirrada disputa pela “linha política” a ser seguida pelo PT no estado. No Capítulo 4 é analisada a participação dos trabalhadores rurais no PT-MA, os processos e mecanismos de disputa pelo poder dentro e fora do partido. O capítulo 5 é dedicado à análise das vitórias eleitorais para o executivo municipal conquistadas pelo PT nas cidades de Santa Quitéria em 1982 e

⁹Ver Caldeira (1978).

¹⁰ “A cultura política é ao mesmo tempo causa e consequência do sistema político. Vista como consequência, é essencialmente um “condensado histórico”, ou seja, a forma relativamente cristalizada pela qual a sociedade recorda suas experiências passadas. Na ótica de grupos específicos, pode-se dizer que a cultura política incorpora as sucessivas definições que esses grupos têm dado a seus interesses e aspirações, a forma pela qual eles vêm identificando amigos e inimigos, e, finalmente, os esforços ou riscos que estão dispostos a dispendir ou assumir para manter ou mudar o status quo” (...). Souza, A. e Lamounier, B.(1989).

Alcântara, 1992, duas experiências que embora muito distanciadas no tempo e no contexto político em que ocorrem, se assemelham no fato de não terem conseguido, nenhuma delas, cumprir mandatos efetivamente partidários, como preconiza o Programa petista. Conforme se poderá observar ao longo deste trabalho, tais situações são bastante ilustrativas do processo de construção da identidade do Partido dos Trabalhadores no Maranhão, bem como dos limites e possibilidades de que o caráter dessa identidade seja democrático.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO MARANHÃO

Capítulo 1

O PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Itinerários da Transição Democrática no Brasil e o Nascimento do PT

Os últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80 são marcados pela política de liberalização¹¹ do regime militar instaurado em 1964. Os presidentes Geisel (1974-1978) e Figueiredo (1979-1984) foram, do ponto de vista do Estado, os principais agentes desse processo. O primeiro, com a estratégia da distensão política e o segundo com a chamada abertura, engajaram-se no processo de transição, na perspectiva de instaurar uma democracia que lhes parecesse “controlada” e “segura”.

Uma das principais características dessa transição é o que podemos chamar de bilateralidade de iniciativas, no sentido de que os impulsos democratizantes não residiam exclusivamente no Estado ou na sociedade, mas ao contrário disso estavam em ambos, embora se possa pontuar substanciais diferenças de conteúdo entre a “democracia dos militares” e a “democracia dos movimentos organizados da sociedade civil”.

Este fato resultou numa importante peculiaridade da transição brasileira: a presença simultânea da mudança e da continuidade ao longo e ao final do processo, a combinação do novo e do velho.

¹¹ Este tema será desenvolvido com base, sobretudo nos seguintes autores: Alves (1985); Keck (1981); Lamounier (1989) e Kinzo (1988). Os autores serão mencionados apenas em caso de citações literais de suas idéias.

A transição brasileira nada teve de abrupto em termos de duração, de grupos políticos dirigentes do processo e do conteúdo das “novas” políticas implementadas. Diferente disso, o que se teve foi uma transição ineditamente longa¹², que se estendeu por mais de uma década; as mesmas lideranças do regime militar reivindicando para si a condução do processo de retorno à democracia e assumindo os principais postos de comando e um governo de transição que, embora tenha admitido a expansão do espaço político para novos setores da sociedade, pouco ou nada fez para reverter o quadro de exclusão social, de elitismo e corrupção sempre presente na sociedade brasileira.

Não obstante esses traços de continuidade, mudanças ocorreram - e precisaram ser admitidas - pela força da mobilização de alguns setores da sociedade civil, notadamente o sindicalismo nas regiões de maior desenvolvimento industrial; das organizações de base da Igreja Católica progressista; dos movimentos sociais urbanos, organizações da sociedade civil e do fortalecimento da posição dos “autênticos” no seio do partido de oposição, o MDB.

A mudança se fez mais visível na esfera política, onde alguns setores até então figurantes passaram à condição de protagonistas, mas também houve repercussões - isoladas - no plano econômico-social, como aumentos salariais e melhoria de equipamentos e/ou atendimento social. A continuidade, por sua vez, se efetuou num plano bem mais amplo, que atingia a política, economia e sociedade, revelando-se mais forte e mais enraizada em importantes embates entre o “novo” e o “velho”, ocorridos ainda no período da transição, como a campanha pelas eleições diretas em 1984 e as eleições presidenciais de 1989, nos quais, pode-se dizer, venceu a continuidade.

Dentre os fatores que fizeram com que o Estado também adotasse o discurso da democratização do país, destacava-se a exaustão do seu modelo de desenvolvimento, sobretudo após o “milagre econômico” (1968-1973); a erosão das bases de sustentação do regime militar no interior das forças armadas, junto ao empresariado, à classe média e

¹² Lamounier (1989, p.34). Ver também Keck (1991, p.41-45).

do regime militar no interior das forças armadas, junto ao empresariado, à classe média e setores da Igreja Católica; pressões e insubordinação popular, manifestas em greves, outros movimentos de massa e vitórias eleitorais da oposição; exaustão dos tradicionais mecanismos de controle como a tortura, o exílio e as cassações, em virtude, sobretudo, das críticas locais e internacionais a essas práticas e, finalmente, o redimensionamento da guerra fria (EUA x URSS) que já não demandava dos aliados americanos combate tenaz e sistemático ao suposto “inimigo comunista”.

Por outro lado, as razões da sociedade civil referiam-se à inequívoca falência do modelo de desenvolvimento adotado pelos militares, que ampliou e agravou as já difíceis condições de sobrevivência para a maioria da população, ao mesmo tempo que criou um Estado gigantesco que buscava controlar todas as esferas da sociedade à base da violência e da completa inobservância do Estado de direito.

Tais descontentamentos atuaram como fermento para: a emergência de um novo sindicalismo e generalizada onda de greves; o voto no MDB como protesto ao regime; o reaparecimento do movimento estudantil; o surgimento dos chamados movimentos sociais nas grandes cidades; organização de campanhas nacionais contra o autoritarismo (defesa dos direitos humanos, pela anistia, contra a carestia etc.); a organização dos católicos progressistas que, nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, procuravam “ver, julgar e agir” conforme a justiça, inclusive justiça social; as críticas contundentes de setores influentes como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Associação Brasileira de Imprensa - ABI e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Um bom exemplo da sintonia de iniciativas - democratizar- e da dessintonia de propósitos - como e para que democratizar - entre Estado e sociedade civil é a reforma partidária, definida pelos militares em dezembro de 1979 como uma peça fundamental do processo de democratização.

Desde 1978, o governo, visando acirrar as disputas no interior do partido oposicionista, já divulgava a sua pretensão de extinguir o bipartidarismo com seus respectivos partidos e instituir o pluripartidarismo. Embora essa medida só viesse se efetivar um ano depois, não se tratava meramente de um blefe do governo para perturbar os oposicionistas em um importante ano eleitoral.

Já estava claro para os estrategistas do governo o crescente desgaste em que se encontrava o partido representante do regime, a ARENA; o caráter plebiscitário que as eleições vinham adquirindo e, por outro lado, o também crescente fortalecimento do partido oposicionista, inclusive em termos eleitorais, desde o pleito de 1974.

Este quadro se mostrava irreversível e mesmo com as medidas casuísticas que o governo impunha visando assegurar a sua vitória nas eleições, como o Pacote de Abril, em 1977¹³, não foi possível reverter essa tendência a derrotas. A reforma foi, finalmente, sancionada em dezembro de 1979, mas nem ela, que trouxe medidas de substancial interesse para o governo, encerrou a tradição de pacotes eleitorais proclamados às vésperas de eleições como o de Novembro de 1981 com o qual o governo objetivava vencer as eleições de 1982.

Do conjunto de definições contidas na Emenda Constitucional da Reforma Partidária (Lei nº 6.767, de 20/12/79)¹⁴, destacam-se a dissolução dos partidos criados em 1965 (ARENA e MDB); o uso obrigatório da palavra “partido” na nova sigla e o veto à adoção de programa igual ao de outra agremiação registrada anteriormente (tudo isto para evitar a continuidade mesmo que simbólica do MDB). Com a proibição ao

¹³ O Pacote de Abril estabelecia as eleições indiretas para governadores de estado e para um terço das cadeiras do Senado Federal (criando assim a figura que ficou conhecida como “senador biônico”); criação da sublegenda; extensão da Lei Falcão às eleições legislativas, etc. Já o Pacote de Novembro trazia a proibição de alianças e coligações partidárias, exigência de que todos os partidos lançassem candidaturas para todos os cargos e o voto vinculado. (Kinzo, 1988, p. 182 e 211).

¹⁴ Todas as informações referentes às definições legais da reforma partidária foram extraídas da Lei nº 5.682, de 21/07/71, que é a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em Texto Consolidado que inclui as modificações introduzidas pela Lei nº 6.767, de 20/12/79, que regulamentou a Reforma Partidária de 1979. In: Senado Federal (1982, p. 187-237).

recrutamento de adeptos com base em “sentimentos de classe” a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos reafirmava a ilegalidade dos Partidos Comunistas e outros congêneres.

Para o registro dos novos partidos foi exigido que, no prazo máximo de doze meses, estes realizassem Convenções em pelo menos nove estados e em um quinto dos respectivos municípios (Art. 12); para tanto, era exigido um número de filiações equivalente a no mínimo (caso das menores cidades), dois por cento do eleitorado (Art. 35). Uma vez registrado no TSE, poderia funcionar o partido que contasse com dez por cento de representantes no Congresso Nacional ou o apoio expresso em votos de no mínimo cinco por cento do eleitorado votante nas últimas eleições para a Câmara de deputados, distribuídos em pelo menos nove estados, com o mínimo de três por cento em cada um deles (Art. 14).

Como era de se esperar, o pluripartidarismo afetou em cheio a unidade das forças oposicionistas, mas também atingiu as forças situacionistas. Nestas, porém, o impacto foi menor devido ao elevado grau de fisiologismo e personalismo das elites dominantes do país, para quem diferenças ideológicas nunca se constituíram em referenciais determinantes das escolhas políticas; o mais importante sempre foi “estar dentro” do aparato estatal - tradicional e mais importante protagonista das decisões econômicas e políticas afetas ao país. Nesse sentido essas mesmas elites desenvolveram uma incrível habilidade para, em qualquer situação, se manterem próximas aos poderosos do momento, fossem eles quem fossem.

Grosso modo podemos dizer que os políticos conservadores trocaram então a sua velha e desgastada sigla, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) principalmente pelo PDS (Partido Democrático Social), que foi o herdeiro direto do partido governista. As outras alternativas para esses setores foram o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Ivete Vargas; o Partido Popular, PP, que não conseguiu se viabilizar e, mais a longo prazo e em razão da disputas pela Presidência da República, o Partido da Frente Liberal - PFL.

No caso dos setores de oposição, o debate sobre os novos rumos da organização política destes setores foi bastante intenso e ao fim, as propostas que se consubstanciaram em alternativas concretas para os oposicionistas já instalados no MDB ou recém emergentes no cenário político foram: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para aqueles que acreditavam que ao antigo MDB cumpria concluir o processo de transição para a democracia e que a correlação de forças vigente a partir de 1974 naturalmente o estava encaminhando para o poder; o Partido Democrático Trabalhista - PDT, para os social-democratas defensores do trabalhismo à moda de Vargas e o Partido dos Trabalhadores - PT, criado por aqueles que, na teoria e na prática, acreditaram que os trabalhadores podiam e deviam se organizar para a defesa dos seus próprios interesses.

Outra defecção no antigo MDB, mas esta de caráter conservador, foi a saída de segmentos chamados “moderados” ou “fisiológicos” que, liderados por Magalhães Pinto e Tancredo Neves, se lançaram à construção do já citado PP, o qual sequer conseguiu sobreviver às duras exigências da legislação partidária (re) fundindo-se ao PMDB ainda em 1982.

Embora fosse propósito dos estrategistas do governo que os novos partidos fossem organizados de cima para baixo, não foi possível separar completamente os mecanismos de construção dos novos partidos do debate e das atividades que se desenvolviam no âmbito dos movimentos organizados. Isto vale sobretudo para os partidos de esquerda, cuja eventual força não dependia de lugar ocupado no aparato estatal.

Outro aspecto marcante da reforma partidária é a sua preocupação federativa, isto é, havia nela a exigência de um mínimo de disseminação pelos estados, que deveria ser observado por todos os novos partidos. Isto resultaria em partidos organizados nacionalmente, mas também em sérias dificuldades para a construção de partidos

homogêneos, posto que a diversidade regional em um país com as características do Brasil acarreta diferentes faces para os partidos nacionais, dependendo da região onde atuam.

Partindo então desses elementos, podemos destacar duas pistas bastante úteis para a compreensão e análise da identidade e do processo de organização dos partidos políticos criados em 1979: os vínculos diretos e indiretos com o Estado e organizações da sociedade civil e a consideração de características regionais, observadas a partir das orientações políticas (definidas nos programas partidários) e legais, conforme se apresentam na legislação.

É verdade que o Partido dos Trabalhadores tentou escapar ao máximo desse enquadramento por demais verticalizado e que tinha no seu topo o Estado e a legislação eleitoral. Foi a vigorosa organização de suas bases que lhe permitiu ser um partido criado essencialmente fora do parlamento e em estreita conexão com os movimentos organizados, com uma maior concentração nos espaços em que estes movimentos eram mais fortes.

Quanto à legislação partidária, o PT optou por cumpri-la, mas nunca a teve como única referência. Antes disso, desenvolveu alguns contrapontos tais como a proposta de núcleos de base, que viabilizam a participação do filiado no partido e deste na sociedade; as pré-convenções ou “encontros”, que democratizam os processos decisórios no interior do partido, retirando-os da responsabilidade exclusiva dos dirigentes partidários e parlamentares; e as “prévias”, mecanismos de democratização da escolha e unificação de posições do partido e/ou candidaturas petistas a cargos eletivos¹⁵.

¹⁵ O Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores define os Núcleos como os órgãos de base dos filiados do PT, devendo ser organizados por local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou por movimentos sociais; dentre as suas funções, destaca-se a de organizar a ação política dos filiados, estreitando os laços entre o partido e o conjunto da sociedade, participar dos movimentos sociais, aprofundar e garantir a democracia interna do partido e promover a educação política dos filiados. As pré-convenções (Encontros deliberativos que se realizavam antes das Convenções oficiais) representam a solução encontrada pelo PT para fugir a restrições da LOPP cuja intervenção no funcionamento dos

A Construção do PT: Atores e Características do novo Partido

Em sua fase embrionária, a idéia de construção de um novo partido, acalentada desde 1978 por diversos setores da oposição, referia-se a um partido popular (Meneguello, 1989, Cap.1; Keck, 1991, p.85-88), que corresponderia a um forte partido de esquerda que absorvesse o operariado organizado, militantes da Igreja Católica, intelectuais e políticos ligados à Tendência Popular do MDB.

Estes segmentos estiveram ativamente envolvidos no debate sobre o novo partido, cuja proposta foi se afinando e ganhando contornos ideológicos e classistas mais definidos no sentido de uma primazia da luta social sobre a luta eleitoral.

Esta posição foi favorecida pelo (auto)reconhecimento da grande capacidade de luta por parte dos movimentos organizados, notadamente os sindicalistas¹⁶, e por uma compreensão do mundo segundo a qual em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas representadas por capitalistas *versus* trabalhadores, cada classe teria que encaminhar, ela própria, a luta pelos seus interesses. É com essa perspectiva que surge o PT.

partidos ia da definição de um procedimento formal e não democrático para as Convenções como a fixação do local (cidade), data e o tempo de duração para a realização das mesmas (devidamente conferidas pelo "observador" da Justiça Eleitoral) até a constituição de colégios eleitorais restritos, com votos cumulativos e candidatos natos (Lei nº 5.682, de 21/07/71 - alterada pela Lei 6.767, de 20/12/79). O PT não adotou as Convenções oficiais como suas instâncias soberanas de decisão, elas eram apenas momentos homologatórios das decisões tomadas nas pré-convenções ou Encontros. As prévias no PT podem ser exemplificadas com o plebiscito entre os filiados que, em 1982, decidiu que o PT não deveria participar do Colégio Eleitoral e, mais recentemente, a escolha da candidata petista à prefeitura de São Paulo, em 1988.

¹⁶ A esse respeito, ver, por exemplo, discurso de Lula em 23/03/79 dirigido a 90 mil metalúrgicos em greve, reunidos no estádio na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo - SP. Diz Lula: "(...) o que nós desafiamos foi nossa capacidade de luta (...) Conseguimos nos reunir aqui durante dez ou quinze dias, conseguimos dar uma demonstração de que não apenas futebol consegue trazer gente para um estádio (...) Nós provamos às autoridades, provamos à opinião pública em geral que um movimento sério, uma causa justa também é capaz de encher um estádio, mais do que muitos times de futebol dos mais famosos. O que nós fizemos aqui foi uma verdadeira demonstração de grandeza (...)." In: Sader (1988, p. 190-192).

A idéia de classe se apresentava como importante divisor de águas entre os defensores da criação do PT e os demais setores envolvidos no debate sobre a reforma partidária; mas, em termos concretos ela não indicava exclusivismos no sentido de partido de uma única classe - operários, por exemplo; tanto que desde a sua gênese o PT conta com a participação de setores da classe operária e setores de classe média.

O próprio termo “trabalhadores” vem responder a essa amplitude (que era concreta mas também justificada teoricamente) e revela que o PT sustenta uma dimensão classista que reconhece o antagonismo capital x trabalho, mas, simultaneamente, procura fazer jus à idéia de um partido amplo do conjunto dos assalariados (do macacão ao *white collar* em via de proletarização¹⁷) e dos oprimidos - mulheres, negros, índios.

Outro fator decisivo para o afunilamento de tipo classista das propostas partidárias que resultaram no PT é o fato de que grande parte dos “autênticos” do MDB engajados nesse debate, já se encontravam, àquela altura seduzidos pela idéia de continuação do aparentemente viável MDB. Ainda assim, a proposta de criação do PT teve a adesão de vários políticos desse partido, dentre eles cinco deputados federais, um senador e seis deputados estaduais em São Paulo¹⁸.

Superada a proposta de um partido popular, ganha força a idéia de um partido da classe trabalhadora. Ativistas do novo movimento sindical constituem o setor mais influente na modelação dessa nova proposta político-partidária.

¹⁷ Refiro-me aos setores de classe média que na segunda metade dos anos 70 passam a enfrentar considerável perda do poder aquisitivo que haviam conquistado durante o “milagre brasileiro” (Alves, 1985, p. 251). Rodrigues (1990, p.26) explicita que “a partir mais especificamente de 1978, quando ressurgiu o movimento sindical, ganhou surpreendente força o sindicalismo *white collar*, em particular o dos professores (de todos os níveis de ensino), dos servidores públicos, dos médicos, para não falarmos dos bancários, que já tinham uma tradição de atuação sindical. Sindicatos e associações de professores, de médicos, de sociólogos, de arquitetos e de outras profissões anteriormente refratárias às atividades sindicais foram criados (...) muitas lideranças de associações de professores e outros setores *white collar* passaram a participar da política através do PT (...)”.

¹⁸ Números resultantes de combinação dos dados apresentados por Keck (1991, p. 113) e Meneguello (1989, p. 206). Importante notar que a adesão de parlamentares se constituiu em importante fator de legitimação do PT quando do seu nascedouro; por outro lado, essa adesão reforça a pluralidade interna e afasta a idéia de um partido ligado exclusivamente à sociedade civil.

O novo sindicalismo surge em fins dos anos 70, no seio da moderna indústria automobilística instalada em São Paulo, mas logo se espalhou para outros ramos, no curso da intensificação do assalariamento e da redução do poder aquisitivo dos setores de classe média, agravada por uma situação econômica recessiva, de baixos salários e elevada inflação. Trata-se de um novo sindicalismo porque este segmento do movimento sindical não apenas se permitiu, mas se incumbiu da tarefa de romper com o sindicalismo burocrático-assistencial decretado pela CLT e revigorado pelo regime militar. Além disso, soube fazer com que o sindicato incorporasse as pressões das bases enquanto fomentava entre estas um espírito de luta e combatividade.

Desde as greves de 1977, o novo sindicalismo não se limitou àquilo que era legalmente permitido, reivindicando sempre a autonomia e liberdade sindical e organização por local de trabalho. Assim, estabeleceu novas referências para a luta política dos trabalhadores: a força da mobilização desafiando as restrições legais, vigentes desde o Estado Novo.

Outra marca fundamental do novo sindicalismo é a combinação entre reivindicações econômicas imediatas e aspectos da luta política mais geral como a democratização do Estado, autonomia e liberdade sindical, fim da política de arrocho salarial e salário mínimo nacional. Conforme Meneguello (1989), essas características permitiram ao novo sindicalismo e às suas lideranças, serem tomados como referência, modelo, um símbolo de lutas para diversos outros movimentos sindicais e não sindicais.

Dentro do novo sindicalismo destaca-se o grupo dos “autênticos” o qual se consolidou como um ator político relevante não apenas pelo enfrentamento ao Estado e aos patrões, mas também diante da chamada Unidade Sindical, agrupamento majoritário no seio do movimento e que não defendia o confronto radical com o regime político vigente, pretendendo antes negociar reformas e preservar de quaisquer riscos o processo de transição para a democracia. Os “autênticos” em geral, assumiram a proposta de

construção do Partido dos Trabalhadores, enquanto os integrantes da Unidade Sindical se dirigiram ao MDB.

Outro segmento que teve forte influência na criação do PT compõe-se dos chamados movimentos sociais urbanos, organizados nas últimas duas décadas.

Parte considerável desses movimentos foi gestada a partir de setores progressistas da Igreja Católica que, inspirados no “compromisso social” indicado pela Conferência de Medellín (1968) e na “opção preferencial pelos pobres”, da Teologia da Libertação, passam a ter considerável presença social, notadamente através das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base. Nesse contexto, a Igreja, valendo-se de sua autoridade e de intenso trabalho de base, atuou simultaneamente como promotora, protetora e legitimadora de grande número de movimentos contestatórios. Muitos desses movimentos aproximaram-se do PT¹⁹.

Ao analisar os movimentos sociais urbanos, Keck (1991, p.27) identifica dois padrões distintos que lhe permitem caracterizá-los como “velhos” ou “novos”. Os “velhos” movimentos sociais são caracterizados pelas reivindicações de cunho material e, pode-se inferir, imediato enquanto “os ‘novos’ seriam mais preocupados com questões qualitativas - ecologia, direitos das mulheres, minorias raciais, homossexuais.

Em geral, os “velhos movimentos sociais” dirigem suas reivindicações ao Estado, na forma de demandas por serviços públicos como postos de saúde, água, luz, creche e terrenos, que se constituem em lutas concretas através das quais esses movimentos vão exercitando, na teoria e na prática, mudanças nos padrões de relações políticas e culturais, a partir do incentivo e valorização da participação da sociedade civil, especialmente os segmentos populares, e dos esforços por tornar públicas questões então consideradas de âmbito privado. Os “novos movimentos sociais” acrescentam a esse exercício teórico-prático o questionamento de problemas como o machismo, o preconceito racial, a discriminação sexual e a proteção à natureza.

¹⁹ Keck (1991,p.64); Barreira (198, p.91-123); Sader (1988,p.146-167) e Meneguello (1989, p.64).

No conjunto, esses movimentos são ainda mais heterodoxos que o novo sindicalismo, a começar pelo fato de serem insuscetíveis a generalizações; sua marca principal é a diversidade. Embora não se caracterizem exclusivamente como uma modalidade de emergência das classes populares (pois às vezes são organizados em torno de questões mais de âmbito cultural/comportamental do que social), estes movimentos têm se constituído em espaços privilegiados onde os pobres encontram possibilidade e até estímulo à participação política - fato nada corriqueiro na sociedade brasileira.

Rompendo com tradições políticas vigentes no Brasil, estes movimentos promovem a visibilidade dos "excluídos" e inauguram um novo "fazer político" que enfatiza a igualdade, a participação cotidiana e direta, decisões coletivas, a criatividade, em suma, a democracia, a democracia direta e o "direito a ter direitos", sendo estes últimos entendidos não apenas enquanto algo formalmente reconhecido, mas incluindo também a elaboração coletiva e o usufruto desses direitos (Baierle, 1992 e Durham, 1984).

Pela ênfase que dão ao caráter alternativo e comunitário (informalidade e unidade interna) de sua organização, pelo apego à idéia de igualdade e, sobretudo, pela importância da autonomia para esses movimentos sociais, é comum que se mostrem refratários em relação aos partidos políticos, preferindo se declararem apartidários (Durham, 1984). Entretanto, por algumas destas mesmas razões, essa concepção não é a única existente, havendo na verdade uma disputa em torno dos termos da relação entre movimentos sociais e partidos no interior mesmo desses movimentos e o resultado é que alguns setores efetivamente se engajaram na construção de novos partidos, especialmente do PT (Evers, 1984 e Barreira, 1992).

Além do novo sindicalismo, dos movimentos sociais urbanos - incluindo aí aqueles originados na base da Igreja Católica, e de políticos vindos do MDB existem

dois outros segmentos que tiveram importante presença na construção do PT: intelectuais e militantes oriundos de organizações de esquerda.

A classificação dos intelectuais como um dos segmentos formadores do PT carece de alguns esclarecimentos prévios; para isto recorro a Couto (1995, p.55), que diz,

“(…) Não é possível considerar os intelectuais como um grupo existente antes do partido no mesmo sentido dos demais [sindicalistas, movimentos sociais reivindicativos, militantes católicos, esquerda organizada e parlamentares do MDB], ou seja como um *ator organizacional* (...) A influência exercida pelos intelectuais opera de forma muito mais individualizada e dispersa, efetivando-se mais pela persuasão e pelo prestígio individuais do que propriamente pela mobilização de recursos organizacionais tais como uma base organizada, o controle sobre determinadas estruturas etc. Além do mais, não é possível definir um *grupo político* dos intelectuais no PT, afinado em torno de determinados princípios e organizado para a consecução de certos fins, muito embora seja possível definir o grupo social dos intelectuais (...)”²⁰.

Negar-lhes a condição de “grupo político” prévio ao PT não significa, porém negar-lhes influência na construção do partido. Os intelectuais foram muito importantes para a modelagem do perfil político e ideológico do PT, especialmente no que toca à sua relação com o parlamento e com as experiências do chamado socialismo real.

As organizações de esquerda que participaram da construção do PT foram pequenos agrupamentos²¹ de orientação marxista-leninista, surgidos a partir de cisões no

²⁰ Grifos em itálico fazem parte do texto original.

²¹ Os mais destacados grupos da esquerda marxista organizados na época eram o PCB, PCdo B e o MR-8, que se posicionaram contra a criação do PT e preferiram ficar no PMDB. A esse respeito, consultar: Keck (1991, p.97); Gurgel (1989, p.86).

PCB e PCdoB em fins dos anos 60 e começo dos anos 70 e que viram no PT a possibilidade de um espaço político legal para a sua atuação. (Meneguello, 1989, p.62).

As mais destacadas foram: CS - Convergência Socialista; ORM-DS - Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista; LIBELU - Liberdade e Luta (organização trotskista que atuava predominantemente no meio estudantil); MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado; Ala Vermelha e PRC - Partido Revolucionário Comunista (dissidências do PCdoB); PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (dissidência do PCB); Causa Operária e O Trabalho²².

Essas organizações se dirigiram para o PT com perspectivas bem diferenciadas: algumas o viam como partido estratégico, passível de vir a ser o partido revolucionário que almejavam; para outras, o PT não passava de um partido tático, uma frente de esquerda onde cada partido participaria com o seu próprio programa e instâncias particulares de decisão. A presença desses grupos no PT resultou em fortes tensões no interior do partido entre os que o viam como um partido permanente e outros que o viam tão somente como uma frente provisória.

De todos estes segmentos formadores do PT, o novo sindicalismo e os movimentos sociais urbanos juntamente com os católicos progressistas, certamente foram os que tiveram influência mais notável no modelo organizacional ou de funcionamento do PT, induzindo-o a uma nova forma de gestão do poder onde a participação política se apresenta como fundamental e cotidiana, indo das grandes assembleias plebiscitárias e outras formas de consulta às bases à organização por local de trabalho e moradia (Meneguello, 1989, p. 105-110 e Couto, 1995, p. 53-86).

Para os sindicalistas engajados nesse processo, os problemas que afetavam os trabalhadores não poderiam ser encarados sob a ótica imediata e específica dos interesses

²² Keck (1991, p. 97-100); Meneguello (1989, p. 62-63); Couto (1995, p.67-71); Dirceu e Pomar, "Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT". S/d. Para maiores informações, consultar Clóvis Bueno de Azevedo (1991).

de uma categoria, mas em termos de classe e, neste sentido, a luta sindical era considerada insuficiente e o partido então se apresentava como uma necessidade. Para os integrantes dos novos movimentos sociais interessava a progressiva união dos “pobres”, “excluídos”, “carentes” e “discriminados”, na construção dos seus direitos. Para ambos os segmentos, um objetivo fundamental a ser conquistado era a cidadania. “Cidadania plena”, no dizer de Meneguello (1989) ou cidadania que fosse a um só tempo econômica, social, cultural e política, como propõe Baierle (1992, p. 89).

A descoberta da importância da organização popular favoreceu o reconhecimento da arena partidária enquanto *locus* possível, legítimo e necessário de atuação da classe trabalhadora e dos “excluídos”. Isto se processou ao longo de intenso debate no seio dos movimentos organizados onde até mesmo algumas derrotas que lhes foram imputadas por representantes do povo (detentores de mandatos eletivos) também atuaram como incentivos à autorepresentação desses “excluídos”.

Segmentos sociais e modelos de organização característicos das regiões mais desenvolvidas do país marcaram profundamente o perfil do PT, mas não de modo absoluto, posto que noutros contextos sócio-econômicos e políticos, a composição e, conseqüentemente as influências serão outras. Tadeu César (1995) demonstra, por exemplo, grandes percentuais de trabalhadores rurais no PT do Nordeste e Sul e significativa presença de estudantes no PT de diversas regiões. É o caso, como se pode observar nesse estudo, do PT Maranhão, que foi acentuadamente marcado por esses segmentos.

O PT e a Experiência Político-Partidária Brasileira

Raquel Meneguello (1989) apresenta o PT como uma “novidade”; Keck (1991) o considera uma “anomalia”; Tadeu César (1995) se refere a ele como “um partido classista e socialista contemporâneo”. Trata-se, praticamente de um senso comum na

literatura acadêmica, e não raro jornalística, que o Partido dos Trabalhadores trouxe e/ou representa uma inovação substantiva na experiência político-partidária brasileira.

Para Meneguello (1989, p.15-35) "o que explica essa novidade é, sobretudo, a ruptura com padrões de organização partidária"; a partir de um enfoque organizacional, ela situa essa diferença naquilo que considera o caráter de "moderno partido de massas", tal como este fora modelado por Duverger e ao qual, diz a autora, "o PT se adequa na sua totalidade". Este modelo é resumido por ela nos seguintes termos:

“ um partido de origem extra-parlamentar, com intensa organização interna, forte articulação estrutural, centralização nacional, rigorosos requisitos para filiação, presença de certo doutrinário, relações específicas entre as lideranças do partido e seus parlamentares” (Meneguello, 1989, Cap. I).

Por sua vez, Keck, a partir de um enfoque histórico institucional, fundamenta a “anomalia” PT enfatizando a tradição político-partidária brasileira, que aos seus olhos é essencialmente elitista. Para ela,

“O PT era uma anomalia, quando da sua criação principalmente porque parecia responder em sua dinâmica a um conjunto de elementos diferentes daqueles que dominavam as fases iniciais da transição brasileira para um governo civil. Hoje, ele continua a ser uma anomalia porque ainda obedece a uma lógica distinta e enfrenta dilemas diferentes daqueles encontrados nos outros partidos políticos no Brasil”. (Keck, 1991, p.28).

Tadeu César (1995, p.298 e 301) reitera a tese da originalidade petista chamando atenção para outros aspectos, relativos à composição e ao projeto político do partido. Diz este autor:

“Partido original, o PT pode ser definido como um *partido classista contemporâneo*. Majoritariamente constituído, tanto nos círculos internos de sua militância e direção, quanto no círculo externo de seus eleitores, por segmentos sociais característicos do mundo do trabalho das complexas sociedades contemporâneas, o PT articula, através de sua ação sobre a conjuntura política do país, um bloco social e político novo, dotado de identidade própria e voltado para a construção de um projeto político-societário autônomo. (...) Partido original e contemporâneo também por sua proposição socialista, (...) distinta dos demais partidos socialistas existentes, sejam os de orientação leninista em suas diversas vertentes, sejam os social-democratas tradicionais.”

Nota-se então que, mesmo ancorada em elementos diversos, a idéia de que o PT é uma experiência nova e original no cenário político-partidário brasileiro está presente nos principais estudos sobre o partido. Vale atentar para o fato de que os critérios de originalidade apontados por Meneguello e por Keck, diferem no nível de seus enunciados (um relativo à organização interna, outro à tradição política brasileira), mas se aproximam quando desdobrados aos aspectos concretos da experiência partidária petista. Exemplo disso é que Meneguello (1989, p.36-41) fundamenta a novidade organizacional do PT justamente nos contrastes que esta apresenta em relação a outros partidos já organizados no Brasil.

Assim, a afirmação da originalidade do PT torna-se mais fecunda se tomarmos os critérios desenvolvidos por essas duas autoras como complementares pela ênfase que sugerem a diferentes aspectos do Partido dos Trabalhadores. Convém ainda somá-los a um terceiro elemento (que não é estranho às teses de Meneguello e de Keck), mas foi mais detalhadamente elaborado por Tadeu César (1995), que enfatiza a inovação do projeto político abraçado e/ou construído pelo PT. Estas combinações nos conduzem a um quadro mais completo da chamada originalidade petista.

Como se pode observar, essa originalidade deriva da combinação de diversos elementos, não podendo ser deduzida de um ou outro aspecto isolado, como por exemplo, a origem extra-parlamentar do PT; a presença massiva de trabalhadores entre os seus integrantes ou mesmo dirigentes; os vínculos que mantém com os movimentos sociais; as preocupações com a educação política dos filiados ou o projeto de pôr fim à exploração do homem pelo homem. A originalidade petista é mais complexa e abrangente. Vale lembrar ainda que muitas das características acima mencionadas, o PT já partilha pelo menos com o PCB de 1922, seu “irmão mais velho”, como diz Francisco de Oliveira (In: Sader (org) 1986, p.13).

Essa idéia de “novidade” ou de “anomalia” pode ser melhor demonstrada por via da comparação; a relidade dos outros partidos já organizados no Brasil nos oferece ricos parâmetros para a identificação de originalidades no PT. Tal comparação pode ser estabelecida a partir de uma re-visão das formações partidárias já organizadas no Brasil, a qual, embora sucinta, deverá permitir algumas inferências sobre o ineditismo que o PT acrescenta à política brasileira. Nesta panorâmica serão ressaltados os aspectos de cada partido em que as diferenças com relação ao PT apareçam mais claramente. O quadro que será construído não elimina, porém, eventuais afinidades entre o PT e esses outros partidos mas apontá-las não é objetivo deste estudo.

Para a construção desse quadro²³ convém adotar roteiro desenvolvido por Lamounier e Meneguello (1986, p.20-83), que identifica sete formações partidárias na história do Brasil, em seu percurso de nação independente; percurso este em que, já adiantam os autores,

“foram poucos os movimentos partidários de porte surgidos de base extra-parlamentares ou extra-estatais e mesmo estes foram

²³ Para a construção dessa panorâmica sobre as formações partidárias brasileiras, baseio-me, fundamentalmente, nos seguintes autores: Chacon (1981); Lamounier e Meneguello (1986); Carvalho (1981); Souza (1976 e 1978); Rodrigues (1978); Trindade (1974); Benevides (1981 e 1989); Hipólito (1985); Dulci (1986); Kinzo (1988); Alves (1985); Lamounier (1989); Keck (1991) e Meneguello (1989).

frequentemente desmobilizados, cooptados ou reprimidos pelo poder central”.

A primeira formação partidária brasileira, por corresponder ao período imperial, não será abordada nesta retrospectiva, que privilegiará os partidos políticos da era republicana.

A segunda formação partidária brasileira tem lugar na Primeira República (1889-1930), época dos Partidos Republicanos estaduais. O padrão nesse período, era que em cada estado houvesse apenas um partido que, por essa razão, aglutinava o conjunto das diversas forças políticas situacionistas e oposicionistas - o Rio Grande do Sul, que contava com dois partidos era a exceção que confirmava a regra.

A questão central que se colocava para esses partidos era a articulação do estado com o poder central, tanto que nesse período vai se desenvolver aquilo que Souza (1978) identifica como o “compromisso coronelista” e a “política dos governadores”. A autora ressalta que as iniciativas de construção de partidos nacionais fracassaram e que as disputas em curso eram antes interestaduais ou entre estados e o poder central, do que lutas partidárias fundadas em programas, ideologias ou composição específicas.

O período correspondente à terceira formação partidária (1930-37) tem o cenário político tomado por uma inédita polarização ideológica entre comunistas, representados pela Aliança Nacional Libertadora - ANL, e integralistas, associados em uma organização de estilo fascista, denominada Ação Integralista Brasileira - AIB.

Em 1935 foi criada a ANL, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil - PCB para levar à frente um programa de lutas contra o imperialismo, o fascismo e o latifúndio. Foi grande o apelo popular na época conquistado pela ANL e pelo próprio PC brasileiro, motivado pela adesão de Luís Carlos Prestes e de muitos outros militares. Não obstante essa composição massiva, o PCB, na época, desenvolvia uma política

vanguardista alicerçada na idéia de “assalto ao poder” por via militar (vide a Intentona Comunista).

O PCB foi fundado em 1922 por iniciativa de trabalhadores fabris, artesãos e intelectuais, segundo condições programáticas e organizativas estabelecidas pela III Internacional Comunista (1919-1943), a começar pelas famosas “21 condições” que esta organização definia como critério para a fundação da seção do Partido Comunista nos diversos países. A dependência a instâncias externas favoreceu que esse partido tivesse sua estratégia e suas táticas geralmente definidas no âmbito de uma política internacional, pouco alicerçadas, portanto, na realidade local.

Embora oscilante, a linha política do PCB geralmente previa para a América Latina a aliança dos comunistas com a burguesia nacional. Assim, no período de 1930-1937, o partido estimulava as tentativas militares e vanguardistas de “assalto ao poder”(presumidamente controlado pelo latifúndio e pela burguesia imperialista); em outros momentos (anos 40, por exemplo) propunha clara aliança com setores dessa mesma classe burguesa, mesmo que em prejuízo das reais condições de vida das massas e das relações de poder local. Casos muito emblemáticos dessa ambigüidade certamente são os pedidos dos dirigentes para que os trabalhadores “apertem os cintos” e o “Queremismo” - movimento que levou os comunistas às ruas para pedirem a volta do (ex-ditador) Getúlio Vargas, emérito perseguidor do Partido Comunista.²⁴

²⁴ Neste ponto, duas contribuições muito esclarecedoras são as Costa, H. (1995, p. 8), que defende a tese de que, “(...) havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial, que apelava para as massas ‘apertarem os cintos’, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas (...)”. A segunda contribuição vem de Oliveira, F. (In: Sader, 1986,p. 9-34) que, deslocando-se dessa questão da política de alianças com a burguesia nacional e os vínculos internacionais do PCB, aponta uma continuidade entre este e o PT, indicando elementos que podemos dizer comuns aos dois partidos como: a presença de lideranças operárias nas bases e na direção do partido, ao lado de lideranças intelectuais e de classes médias. Diz este autor: “O PT, assim, aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro em sua versão inicial. Isto é, o PT recoloca a ‘questão operária’ (em situação econômica, política, social e cultural radicalmente diferente) colocada pelo PC brasileiro nos anos 20”(p. 11).

A Ação Integralista Brasileira - AIB, por sua vez, foi fundada em 1932, como uma organização de cunho ideológico bem definido no sentido do autoritarismo, nacionalismo, corporativismo e antiliberalismo. A ela, é atribuído um caráter mimético em relação ao fascismo italiano, notadamente pela sua proposição de um “Estado integral” e pela feição militar de sua organização interna. Foi posta na ilegalidade, por Vargas, em 1938, mas antes disso se expandiu bastante, chegando a constituir cerca de quatro mil células espalhadas pelo país e a arregimentar aproximadamente duzentos mil adeptos (Trindade, 1974).

Embora se tratasse ainda de um momento de reduzida mobilização política da sociedade brasileira e que logo se encaminhou para um regime autoritário, a atuação da ANL e AIB foi bastante marcante na vida política do país posto que estas organizações inauguraram a polarização ideológica nas disputas políticas (e partidárias) ao mesmo tempo que desencadearam entre nós os primeiros movimentos “de massa”.

O período 1937-1945 também merece ser citado. Não, certamente, para que nele se identifiquem organizações partidárias, mas justamente para que seja explicitado como o único momento da história do Brasil como nação independente em que oficialmente não existiram partidos políticos e o Estado chamou para si toda a responsabilidade pela condução do processo político, internalizando as disputas e definindo soluções. É o período do Estado Novo, que se prolongou até 1945, quando as contestações internas, mas sobretudo a derrota internacional dos regimes ditatoriais empurraram o país à redemocratização, que se estendeu até 1964.

A formação partidária do período 1945-1964 corresponde a uma fase bastante rica da história política do país, especialmente no que toca à atuação dos partidos, ponto em que acabou por adquirir um “sentido canônico” (Lamounier e Meneguello, 1986). São muitas as interpretações sobre este período, dentre elas destaca-se a de Souza (1976), que analisa a questão partidária enfatizando não a relação entre partidos e sociedade, mas entre partidos e Estado.

Suas principais conclusões encaminham-se para a constatação de que os partidos políticos deste período têm reduzido grau de institucionalização e de presença na arena redistributiva, e que isto se deveu ao gigantesco processo de centralização das decisões políticas no Estado (produzido ao longo do Estado novo), em detrimento dos partidos políticos que ficaram esvaziados em sua função de representação de interesses.

O número de partidos do período chegou a treze, contudo, os mais importantes foram o Partido Social Democrático - PSD, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e a União Democrática Nacional - UDN.

Os dois primeiros têm origem intraestatal, mais precisamente a partir da figura do presidente Getúlio Vargas. O PSD, destinado a abraçar setores da elite econômica e política, notadamente os interventores, o que lhe facilitava o uso aberto e indiscriminado da máquina do Estado. O PTB voltava-se à articulação do setor que se desenvolveu em torno das massas trabalhadoras atingidas pela política populista de Vargas, através da relação direta que o presidente fazia questão de estabelecer com essas massas, da máquina previdenciária e do sindicalismo burocrático-assistencial. Já a UDN se fundamentava mais na oposição ao varguismo, precisamente no que ele tinha de antiliberal e populista, do que em referenciais genuínos. Nestes três partidos, não eram rígidos os traços ideológicos ou disciplinares.

A quinta formação partidária tem início em 1965, quando o Gal. Castelo Branco assina o Ato Constitucional nº 2, extinguindo o sistema pluripartidário e os partidos então existentes. Em seguida, o Ato Constitucional nº 4 (AC-4) impôs um bipartidarismo, a partir do qual todos os setores situacionistas se aglutinaram em torno de um único partido e os oposicionistas em outro; nos dois casos, independentemente das diferenças internas.

Esta configuração do sistema partidário é imposta e nada teve a ver com reclames de outras forças políticas que não as encasteladas no aparelho de Estado, as quais objetivavam fugir da deslegitimação do partido único e de um pluripartidarismo que não

oferecia ao governo a segurança de maiorias estáveis. Deste modo, o AC-4 veio para constituir um forte partido governista e um e frágil partido de oposição. Assim, foi criada a Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

O bipartidarismo, conforme se pode observar, por exemplo em Kinzo (1988) e Alves (1985), acarretou a explicitação das posições governistas ou oposicionistas (fato de grande significação naquela conjuntura), mas não foi suficiente para o controle do sistema partidário pelos dirigentes do Estado, daí estes terem apelado ao longo do regime militar, para diversos outros mecanismos de controle como a Lei das Inelegibilidades (1965), eleições indiretas (a partir de 1966), Lei Falcão (1976), Pacote de Abril (1977), além de frequentes cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e uso clientelista da máquina do Estado a serviço de candidaturas da ARENA.

Em quatorze anos de bipartidarismo, embora as decisões mais importantes sobre a vida do país não fossem dadas aos partidos ou ao Congresso Nacional, uma vez que seus poderes foram bastante reduzidos, estes tiveram significativa importância no cenário político. Esta importância se apresentava aos governistas como um ônus inevitável da decisão de não extinguir o sistema partidário.

A ARENA cumpria um papel legitimador do Estado e de seus dirigentes. Pelos recursos clientelistas que gozava junto a esse mesmo Estado, praticava a cooptação e definia os resultados eleitorais. A marca fundamental de sua intervenção política foi, portanto, a defesa, conservação e legitimação do regime. Já o MDB, em que pese as importantes mudanças de atitudes ao longo de sua trajetória, foi uma frente partidária forjada mais pelas circunstâncias de oposição ao regime militar do que por dispositivos programáticos específicos, até por que não havia consenso suficiente para a delimitação de teses que não fossem genéricas bandeiras democratizantes que proclamavam “abaixo a ditadura”.

Em 1979 organiza-se nova formação partidária: volta o pluripartidarismo mas ainda permaneceram diversos mecanismos de controle e até impedimentos a alguns partidos; os comunistas, por exemplo, não conseguiram se legalizar, pois conforme a Lei da Reforma Partidária nenhum partido poderia se organizar em nome de uma classe, raça ou credo religioso.

Surgem, neste período, o Partido Democrático Social -PDS, que reuniu grande parte dos ex-arenistas; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, principal herdeiro do MDB, inclusive da sua heterogeneidade em termos de composição, ideologia e também da vocação para ser uma frente; o Partido Popular - PP, fundado pela ala mais conservadora ou “moderada” do MDB, mas que acabou se juntando novamente aos seus antigos companheiros de partido, por não conseguir responder ao conjunto das exigências legais, necessárias à sua legalização. A fusão do PP ao PMDB acabou por recriar, na prática, o quadro de polarização entre dois partidos mais relevantes, típico do bipartidarismo. O confronto PDS x PMDB substituiu aquele travado entre ARENA e MDB.

Também foram organizados o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, que seguia a linha do trabalhismo varguista e oscilava entre a pressão e a conciliação, embora fosse, essencialmente, conservador; o Partido Democrático Trabalhista - PDT, composto por segmentos trabalhistas articulados em torno de Leonel Brizola, que se autoproclamava social-democrata; e, o Partido dos Trabalhadores - PT, objeto da presente investigação.

Esta sexta formação partidária se manteve como tal até 1985, quando a Emenda Constitucional 25/85 fez cair os critérios restritivos inaugurando um período de intensa liberdade de organização partidária, onde um simples pedido por parte de 101 pessoas já é suficiente para o encaminhamento de proposta de criação de um partido político junto ao Tribunal Superior Eleitoral.²⁵ Tal emenda faz parte dos esforços desenvolvidos com vistas à remoção do chamado “entulho autoritário”. A partir daí tornou-se livre a atuação

²⁵ Lei nº 9.096, de 19/09/95, Art.8º. A Lei exige que as 101 assinaturas sejam distribuídas em um terço dos estados.

dos partidos comunistas e tem início grande proliferação de novos partidos; inúmeros, mas frequentemente obscuros, isto é de tênue presença ou força na arena eleitoral e sobretudo na sociedade.

Por mais caricatural que possamos considerar essa panorâmica, ela procura destacar alguns elementos que fortalecem a tese da originalidade do PT face aos principais partidos já organizados no Brasil. Os contrastes são perceptíveis quando se vê nos partidos arrolados (isoladamente ou em bloco) indiferença ou desinteresse pela independência do partido face ao Estado e/ou às elites conservadoras; a falta de unidade político-ideológica; a atuação como “frente”; composição elitista; ausência de democracia interna; indiferença ou tentativa de subordinação dos movimentos organizados da sociedade civil e projeto político rigorosamente nos marcos da agenda liberal ou burguesa.

Tais características são sistematicamente refutadas pelo PT, que almeja construir a sua originalidade a partir de elementos que podemos resumir nos seguintes termos:

1. O lugar destacado e estratégico conferido à democracia no ideário petista²⁶, que se manifesta tanto no projeto de sociedade defendido pelo partido quanto nas suas propostas de estruturação interna.

2. O modo específico de relacionamento entre o partido e os movimentos sociais, pautado na articulação entre ambos sem que isto resulte em perda da autonomia de um ou de outro. O PT investe na aproximação com esses movimentos mas, ao mesmo

²⁶ Por “ideário petista” estou considerando alguns documentos do PT como Programa, Manifesto, Regimento Interno, Discurso de Lula na Convenção de 1980 e Resoluções do V e do VII Encontro Nacional. Este ideário refere-se também às “opiniões políticas” dos filiados conforme estas são apresentadas por Tadeu César (1995, p. 212-222). Para este autor, a concepção de democracia acima referida não se faz presente nos primeiros momentos do PT, sendo incorporada ao ideário petista somente após o V Encontro Nacional, de 1987. De minha parte, concordo com as Resoluções do VII Encontro, que apontam uma vocação democrática do PT desde o seu nascedouro. Por outro lado, concordo com Tadeu César quando este afirma que no momento fundacional do PT ênfase maior era dada à idéia de democracia direta, mas, considero que isto, por si, não lhe retira o conteúdo estratégico.

tempo, reconhece a independência das suas instâncias decisórias e rejeita a idéia de tomá-los como “correias de transmissão”.

3. O empenho na construção de uma cultura política que favoreça um crescimento partidário associado ao avanço da participação dos membros do partido (militantes, simpatizantes e eleitores²⁷). Assim, o PT procura inibir a chamada tendência à oligarquização²⁸ e o amorfismo das bases partidárias.

4. Concepção de que os processos eleitorais não constituem o fim último da ação partidária e que os mandatos eletivos conquistados não são de responsabilidade exclusiva de seus detentores.²⁹

5. Efetiva incorporação ao programa e à prática partidária de questões culturais/comportamentais relativas aos direitos das chamadas “minorias”, como mulheres, negros, índios e homossexuais³⁰.

6. Concepção classista e socialista, entendidas, a primeira, enquanto um partido não de uma única classe, mas compromissado com amplo segmento social dos que vivem do próprio trabalho; já o socialismo petista, não segue nenhuma receita pré-estabelecida, devendo ser elaborado de acordo com a realidade brasileira, valorizando a democracia como meio e como fim.

²⁷ Esta terminologia relativa aos membros do partido político foi elaborada por Duverger (1970, p. 126).

²⁸ A oligarquização é apontada por Michels (1972) como uma “lei de ferro” posta a todas as organizações complexas. Panebianco (1990, p. 54) refuta a idéia de “lei de ferro” e vê o fenômeno apenas como uma tendência.

²⁹ É certo que este ponto não representa uma exclusividade do PT. Mas, via de regra, os partidos brasileiros se limitam a disputas parlamentares e à conquista de espaços junto ao Estado; para tanto, os processos eleitorais constituem uma das mais importante via de acesso. A permissividade da legislação, incluindo a não exigência de fidelidade partidária, também favorece que partidos nasçam e se extingam somente em razão de disputas eleitorais e que nessas disputas observem mais os seus interesses particulares.

³⁰ Destaca-se que todos os partidos nascidos com a reforma de 1979 explicitaram, em seus programas, preocupações com essas questões. A originalidade do PT está na “prática” e decorre, sobretudo, da adesão ao partido de ativistas desses movimentos, que trazem suas visões de mundo para o dia-a-dia do partido, impregnando-o com elas e fazendo do espaço partidário um lugar de reflexão e elaboração dessas questões.

Feitos estes esclarecimentos sobre o lugar do Partido dos Trabalhadores na tradição política brasileira, passemos então ao ponto central do presente estudo que é a análise da construção desse partido no estado do Maranhão. Trata-se de uma experiência reveladora de como o inédito PT chegou e se inseriu na política de um dos estados brasileiros cuja realidade mais difere daquela da região berço do PT.

Com essa perspectiva, os capítulos seguintes abordarão: 1) Antecedentes da criação do PT no Maranhão, onde procuro identificar as organizações e movimentos de esquerda que atuavam no estado e os vínculos destes com a criação do partido; 2) A construção do PT no Maranhão, com destaque à fundação do partido na capital e a atuação de estudantes e dos políticos oriundos do MDB; a participação dos trabalhadores rurais no PT-MA e, por fim, as prefeituras conquistadas pelo Partido: Santa Quitéria, em 1982 e Alcântara, em 1992.

Capítulo 2

ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO

Cenas da Transição Democrática no Estado e Atuação das Forças Políticas de Esquerda

Como se pode constatar no capítulo 1 deste trabalho, a emergência do PT é ininteligível fora do contexto histórico em que este foi gestado; a identificação dos atores políticos relevantes, da agenda política em debate e do cenário sócio-econômico daquele momento revelaram-se questões decisivas para que se compreenda como e para que nasceu o PT.

Neste segundo capítulo, idêntico esforço contextualização será adotado no resgate da construção do PT no Maranhão, inclusive no que se refere aos principais lugares onde se buscou as origens do partido, no caso, a sociedade civil e, mais especificamente, os movimentos e/ou organizações que se perfilam contra as desigualdades, os quais têm sido historicamente classificados como de esquerda³¹.

Nos últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80, a dinâmica da política no Maranhão era marcada, no campo, pela explosão e violência dos conflitos fundiários e, na capital - foco de maior interesse para o presente estudo, o dinamismo político ficava por conta das mobilizações reivindicatórias e de caráter democrático, a exemplo do que acontecia nas grandes cidades do país.

³¹ Para uma caracterização do conceito de “esquerda” e da utilização da “igualdade” como critério distintivo entre esta e a sua antítese, a “direita”, ver Bobbio (1995).

Dos eventos, organizações e/ou movimentos responsáveis por essas mobilizações e que podem ser relacionados com a criação do PT no estado, destaco como mais importantes os seguintes: o Movimento Estudantil e a greve pela meia-passageira, em 1979; o Movimento de Oposição pra Valer, organizado por setores “autênticos” do MDB; a atuação de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente a Pastoral da Juventude e o Movimento Contra a Carestia; atuação da “entidade de apoio” Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia.

O sindicalismo urbano não se apresentava como um protagonista relevante nas disputas políticas, posto que era numericamente pouco expressivo e politicamente cooptado pelo Estado. No campo, assistia-se a uma retomada da mobilização política dos trabalhadores rurais, através de sindicatos, oposições sindicais e outras formas não institucionalizadas de organização, que não tiveram, na maioria dos casos, qualquer vínculo com a formação do PT³². Ainda assim, dada a relação praticamente simbiótica que em grande número de lugares se verificou entre o segmento sindical e o PT (e no Maranhão até houve alguns ensaios nesse sentido) é justificável a sua inclusão entre os movimentos que, de alguma forma, têm relação com a construção do PT no estado.

Também vale pelo menos registrar a forte presença de movimentos de ocupações urbanas e a efervescência trazida pelos artistas³³ à vida cultural-política da cidade de São Luís naquele período.

As ocupações de terras urbanas na São Luís dos anos 70 e 80 são consequência direta dos processos de desapropriação de terras e expulsão de trabalhadores rurais,

³² A exceção mais notável é o STR de Alcântara.

³³ Os movimentos artísticos encontravam-se em plena efervescência. Eram grupos teatrais que surgiam e/ou se consolidavam como o Laborarte, Mutirão e Gangorra; houve a conquista do prêmio Molière pelo artista maranhense Aldo Leite; realização do I Encontro maranhense de compositores; criação de grupos musicais como o Rabo de Vaca; lançamento de discos de cantores maranhenses como Chico Maranhão e Papete; criação de cineclubes e jornadas de filmes super 8; etc. Boa parte desses eventos/movimentos tinham explícita conotação política no sentido de uma produção cultural regional e de ampliação do acesso aos bens culturais produzidos.

naquele momento em curso no Maranhão. Sob os auspícios do governo, notadamente do aparato repressivo, centenas de trabalhadores rurais eram constrangidos a abandonar o campo e migrarem para a cidade, onde também eram excluídos dos serviços sociais básicos dentre eles o da habitação, o que lhes motivava à prática da ocupação, depreciativamente chamada de “invasão”, que geralmente ocorria sob intensa violência.

Estes movimentos, embora emergissem de segmentos populares e tenham conquistado grande visibilidade nas décadas de 70 e 80, não serão enfatizados no presente trabalho em razão de que os vínculos deles com o partido ora pesquisado são por demais remotos, não obstante integrantes do partido fizessem parte dos chamados “agentes externos” que, sobretudo nos momentos iniciais ou de maiores conflitos, prestavam apoio aos ocupantes.

O distanciamento entre estes Movimentos e os partidos de esquerda, dentre eles o PT, ocorria porque, uma vez consolidadas as ocupações, os vínculos políticos preferenciais desses movimentos passavam a ser com agentes ligados ao Governo, inicialmente visto como opositor mas, nesta segunda fase, passava a ser visto como o único em condições de atender às reivindicações dos ocupantes: regularização da terra, água, iluminação, asfaltamento de ruas, transporte, etc. As lideranças representantes dos ocupantes geralmente optavam por “manter as portas abertas a todos que pudessem oferecer alguma vantagem”³⁴.

Outro movimento que merece ser citado, embora também não seja objeto deste estudo, é o “Comitê de Defesa da Ilha”, organizado contra a instalação de uma sucursal da ALCOA (multinacional fabricante de alumínio e alumina) em São Luís, acusada de provocar vários problemas ambientais e sociais.³⁵ Este foi o primeiro movimento ecológico organizado em São Luís.

³⁴Esta citação e todas as demais informações sobre os movimentos de ocupações urbanas em São Luís encontram-se em Sabóia (1985).

³⁵Sobre este movimento, Feitosa (1994, p.354) esclarece que “à medida em que se conscientizou do que representaria a instalação de uma planta de alumínio numa ilha, espaço crítico como é considerado São Luís pelos estudos de geologia realizados inclusive pela CVRD, a população organizou-se para resistir à

Importante característica das mobilizações democrático-populares ocorridas em São Luís naquele período foi a constituição de Frentes de atuação política que representavam a reunião de diversas entidades, movimentos ou lideranças políticas que se agrupavam todas elas em torno de reivindicações específicas ora de um ora de outro movimento. Listas de participantes desses movimentos indicam que todos estavam juntos em todas as lutas. Este recurso, que em alguma medida, se verificou em grande parte do país representava uma resposta à extrema centralização de poder no executivo federal, uma espécie de inimigo comum dos mais diversos postulantes da democracia e/ou de reformas sociais.

A Frente favorecia a unidade dos setores de oposição tornando-os menos vulneráveis, reforçando a visibilidade e a dimensão pública dos mesmos e ampliando o seu poder de barganha. Um valioso resultado dessa forma de organização foi, como veremos adiante, o reconhecimento e a aproximação de questões/reivindicações e formas organizativas de origens e perspectivas bastante diferentes, mas que eram articuladas em torno de princípios unificadores capazes de apresentar em um mesmo palco de lutas segmentos mais preocupados com a violência, outros com o custo de vida, outros com a moradia, com a reforma agrária, com as questões estudantis e outras. A frente contribuía, portanto, para a superação de visões muito parciais e, conseqüentemente, para uma percepção mais abrangente da realidade.

Por outro lado, se com a Frente, as percepções de mundo tendiam a se ampliar, as possibilidades de definição de ações concretas e objetivos tornavam-se mais problemáticas dada a grande diversidade de interesses. O próprio PT é um bom exemplo dessa tensão relativa aos limites e às possibilidades que um ambiente muito heterogêneo

implantação da ALCOA em São Luís, no que se destacou a luta travada por uma associação ecológica denominada Comitê de Defesa da Ilha de São Luís [coordenada pelo professor e escritor Nascimento de Moraes]. (...) Essa ação organizada acabou ficando em diversos seminários e reuniões, nalguns poucos estudos e publicações sobre a questão, na eleição de alguns vereadores e numa Ação Popular movida contra essa empresa que, segundo consta, a justiça local não teve interesse de, até hoje, julgar o mérito da questão".

oferece; é força e fraqueza se revezando. Força que vem da amplitude e da representatividade, e fraqueza que vem da diversidade de concepções e interesses.

Muitos dos que fundaram o PT no Maranhão estavam antes engajados nesses movimentos. Atuavam na reorganização do Movimento Estudantil; no apoio à oposição político-partidária; no fortalecimento do compromisso social da Igreja Católica e no Movimento Contra a Carestia; no fomento a um novo sindicalismo; nas lutas em defesa dos direitos humanos ou no Comitê Brasileiro pela Anistia. É isso o que me proponho a mostrar de forma mais detalhada na seção seguinte desse estudo.

Estudantes e Movimento Estudantil

A inclusão do segmento estudantil dentre os movimentos que marcaram o processo de transição democrática no Maranhão, mais precisamente na capital, deveu-se à capacidade mobilizadora desse segmento; à intensidade e visibilidade das suas ações e por que se consolidou como *locus* privilegiado de elaboração/expansão de uma nova concepção de mundo (idéias e práticas) que se reivindicava democrática, conscientizadora e afinada com os interesses dos marginalizados.

A atuação dos estudantes é também um marco importante do enfrentamento direto ao Estado e da capacidade da sociedade civil conduzi-lo a flexibilizações a que antes não estava disposto, como foi o caso da conquista da meia-passagem e da liberdade de organização no seio do movimento estudantil.

Em relação ao PT, destaca-se que foi deste segmento que veio um dos mais ativos protagonistas da construção do partido no estado, os estudantes, que em grande parte dos casos tinham no movimento estudantil sua primeira e até então única experiência de participação política; a exceção vale para aqueles que já atuavam em grupos religiosos, embora nem sempre estes fossem também considerados “políticos” e

também para aqueles que, a partir do movimento estudantil, ligaram-se a organizações de esquerda.

Os principais espaços de atuação dos estudantes foram as Universidades; nesta época, eram duas as que existiam no estado: a Fundação Universidade do Maranhão - FUM (hoje denominada Universidade Federal do Maranhão - UFMA) e a Federação das Escolas Superiores do Maranhão - FESM (atual Universidade Estadual do Maranhão - UEMA).

O Movimento na UFMA (vamos usar os nomes atuais) precede o da UEMA, mas este logo que se articula passa a ter um papel também importante nas mobilizações estudantis incluindo-se aquelas que, direta ou indiretamente, vão desaguar no Partido dos Trabalhadores. Neste estudo, porém, a remontagem e análise das lutas estudantis incidirá sobre o M.E. da UFMA em razão do pioneirismo e do grau de consolidação que o processo de (re)construção do movimento estudantil alcançou nessa Universidade.

Desde 1977, a retomada do movimento estudantil já era preocupação dos estudantes maranhenses, notadamente dos universitários. Um limite a essa preocupação era que na época a Universidade/MEC ainda tutelava as entidades estudantis, mantendo o Diretório Central e os Diretórios Setoriais, atrelados à sua estrutura e impedindo que eles se constituíssem em autênticos espaços de representação dos interesses do segmento estudantil.

Na UFMA, dado o controle institucional exercido pela administração da Universidade, a vigilância contínua da ASI (Assessoria de Segurança e Informação)³⁶ e mesmo o clima de pouca liberdade que vicejava no país, é possível dizer que o grupo que assume o DCE (Diretório Central dos Estudantes) nesse momento de reconstrução do

³⁶ Órgão do Serviço Nacional de Informação, instalado em todas as Universidades do país para realizar a vigilância política no interior das mesmas, visando combater a "subversão" e proteger a "segurança nacional".

Movimento Estudantil, conseguiu imprimir um certo radicalismo (para os padrões da época) à sua gestão. Isto foi claramente retratado por um jornal da época que diz:

"O DCE teve uma participação muito significativa na política maranhense quando aderiu ao 1º dia nacional de luta, realizado em todo o Brasil, realizou várias assembleias gerais em prol da meia passagem; mantinha uma certa independência de acesso ao restaurante universitário e impulsionava a cultura e o saber através de seminários, concursos e contatos com autoridades responsáveis pela educação brasileira, como foi o caso da visita ao ministro da educação, em agosto de 1977 também desafiou a posição do reitor quando este proibiu a realização da 2ª Semana dos Calouros, que acabou acontecendo fora do Campus" (Jornal O Imparcial, 01/04/78, p.5).

O ano seguinte, 1978, também é muito importante para a história do movimento estudantil no Maranhão por que marca o aparecimento de um grupo que inaugurou a presença massiva e organizada de estudantes ligados à Igreja Católica na vida política da Universidade e, por extensão, da cidade. Trata-se do grupo Unidade, que foi organizado no seio da Pastoral da Juventude/Universitária com o objetivo de atuar no movimento estudantil, encaminhando as lutas deste segmento.

O grupo Unidade, com o apoio das lideranças do DCE de 1977, venceu as eleições estudantis de 1978 e logo passou a trabalhar no sentido de envolver o movimento estudantil com o conjunto das mobilizações políticas implementadas por outros setores de esquerda da cidade. Assim, o DCE passou a integrar as frentes políticas que reuniam os diversos movimentos existentes na cidade, abraçando lutas contra a carestia, contra as desocupações urbanas, contra a violência rural, pela anistia, pela meia passagem, pela democratização da cultura, etc. Esse entrosamento era muito comum, mesmo que não passasse às vezes de uma declaração formal de apoio, cooperação financeira ou trabalho de militantes.

A Caminhada pela Paz, ocorrida em 27 de agosto de 1978, é um episódio bem representativo da disposição dos estudantes de não limitarem sua ação ao espaço da Universidade e também das articulações que havia entre a fé católica e a atividade política no seio do movimento estudantil. É reveladora também do grande potencial de arbítrio e mesmo de violência que os órgãos de segurança pública reservavam aos eleitos "provocadores"; um eloqüente aviso do que viria no ano seguinte durante a greve pela meia-passagem.

Na Caminhada pela Paz, cerca de setenta estudantes se deslocaram do Campus universitário até a Igreja da Sé em homenagem ao chamado "peregrino da paz", o Papa Paulo VI, que falecera recentemente. Na Igreja da Sé, assistiriam a uma palestra sobre a vida do papa.

Na altura da barragem do Bacanga, porém, a "Caminhada" foi dispersada por um grupo de policiais (maior do que o contingente de estudantes que ali se encontrava) fortemente armado, e que impediu a continuidade do movimento. No desenrolar dos acontecimentos desse dia, a polícia chegou a deter quatro religiosos³⁷ que distribuíam um panfleto religioso intitulado "Como encontrar a justiça e a paz".

Os excessos da polícia foram amplamente divulgados pela imprensa e denunciados pela Igreja e por parlamentares emedebistas. A polícia, por sua vez, justificava a sua ação alegando que

"passeatas estavam proibidas e que aquela, mesmo de cunho religioso não era procissão pois não levava andor". "Era uma provocação" (Jornal O Imparcial, 27/08/78, p. 1 e 3).

Este fato não inibiu, contudo, a presença dos estudantes em mobilizações fora das Universidades. Já no mês seguinte, estavam nas praças, feiras e escolas, mobilizando

³⁷ Os padres Marcos Passerini, Regean Pacini e Fernando Levecque e o seminarista Luis Alberto.

estudantes e trabalhadores em geral para o lançamento da campanha pela meia-passagem.

Interessante ângulo de observação da “politicamente desprezenciosa” Caminhada pela Paz é indicado na própria denominação do evento, que enaltece não apenas um papa, mas também a paz³⁸, em um momento em que no Brasil, o Estado patrocinava a guerra contra seus opositores. Tal fato reforça a tese apontada neste estudo de uma articulação entre fé e política no movimento estudantil da época.

Articulação em um duplo sentido: católicos assumiam questões e movimentos políticos ao mesmo tempo que influenciavam estes últimos com idéias religiosas. Assim, se numa situação “típico-ideal”, poderíamos supor que o teor das lutas políticas fosse elaborado por organizações ou grupos de esquerda como os partidos, as motivações religiosas inscritas na Caminhada pela Paz indicam que a situação que se tem aqui apresenta nuances diferentes.

Até 1979, o setor ideológico³⁹ com maior força sobre o Movimento Estudantil da UFMA era a Igreja Católica. Entretanto era ambígua a orientação, pois ela vinha de duas fontes bem diferenciadas. Uma delas era a JOAC - Juventude Autêntica Cristã (o grupo de jovens da Igreja da Sé), dirigida pelo padre João Mohana; a outra era a PU-Pastoral Universitária, influenciada pelos padres Rejean Pacini e Marcos Passerini. Enquanto o Pe. Mohana era mais preocupado com questões de ordem religiosa, moral e “preparação de lideranças”, estes últimos acentuavam questões políticas, a denúncia do regime autoritário e a importância da unificação das forças oposicionistas.

Era este segundo bloco que colocava à disposição das entidades e dos militantes estudantis (organizados seja na Pastoral Universitária, que reunia parte dos católicos;

³⁸ Esta visão sobre o significado da Caminhada pela paz me foi sugerida em conversa com o então estudante Francisco Gonçalves, militante da Pastoral da Juventude.

³⁹ O termo ideológico empregado neste estudo não tem a conotação clássica de “ocultação do real” ou “falsa consciência”, mas o sentido que lhe foi atribuído por Gramsci, qual seja, “visão de mundo com suas correspondentes normas de ação” (Gramsci, 1984).

seja no grupo Unidade, que abrangia também estudantes não católicos), espaços físicos para a realização de reuniões (na Igreja de São João), assinaturas de jornais e revistas de circulação nacional, mimeógrafo e outros, de acordo com as necessidades⁴⁰.

Além do apoio material, a principal referência ideológica que vai sendo desenhada é definida, de um lado, por ideais cristãos da Igreja Católica, cuja doutrina igualitarista faz brotar entre os seus seguidores apego à idéia de justiça e defesa dos oprimidos. Tais idéias tiveram influência significativa junto aos jovens católicos atuantes no movimento estudantil que, movidos pela “sede de justiça”, assumiam como desafio a “conscientização” dos estudantes.

Embora sob formas individualizadas e desarticuladas, também sopravam nesse estado os ventos da Teologia da Libertação que, colada ao princípio da opção preferencial pelos pobres, estimulava essa articulação entre fé e política. Como aconteceu no país inteiro, algumas pessoas e/ou setores da Igreja adotaram essa “nova forma de ser cristão no mundo” e, por esta razão, ficaram conhecidos como setores progressistas da Igreja Católica, justamente o segmento católico que se fez influente na construção do PT em âmbito nacional.

No Maranhão, a Teologia da Libertação não ensejou a constituição de um movimento no seio da Igreja Católica; porém, mesmo de forma dispersa, reconhece-se que houve influências de suas teses junto a algumas pessoas e/ou segmentos; este fato nos permite afirmar, por exemplo, que o empenho em vivenciar a dimensão política da fé religiosa foi uma poderosa força a animar o movimento estudantil em 1978 e 1979 e também se fez presente na maior parte das lutas de caráter popular daquela época, inclusive - embora timidamente - na criação do PT, conforme se pode notar neste depoimento de uma estudante, integrante da Pastoral da Juventude:

“Na Igreja de São João, os jornais e periódicos da grande imprensa nacional eram objeto não apenas de leitura, mas de intenso debate

⁴⁰ Entrevista com Joisiane Gamba.

entre os membros da PJ. Admirávamos a história de luta do novo partido (...) O apoio concreto da Igreja em São Paulo e depoimentos de figuras como Frei Beto, reforçavam a nossa opção pelo PT"⁴¹.

Um dos primeiros acontecimentos que veio concorrer para a mudança desse quadro de hegemonia da Igreja no movimento estudantil, foram os contatos que um grupo de estudantes passou a ter com o militante cearense, que cumpria clandestinidade em São Luís, Gilvan Rocha, que começou a lhes instruir nas sendas do marxismo. É o começo da formação de um grupo de estudantes que, por terem adotado uma perspectiva de transformação muito mais ampla, comunista mesmo, começam a se sentir "diferentes do pessoal da Igreja".⁴²

Esse fato, os debates sobre a reforma partidária e os contatos firmados no Congresso da UNE, formam a gota d'água para a configuração de novos blocos políticos no Movimento Estudantil. A clivagem que em 1978 se fazia entre setores progressistas e independentes ligados à Igreja *versus* setores que se deixavam dirigir pela reitoria da Universidade, começava a adquirir uma tonalidade mais ideológica que, nos anos 80, se tornou partidária, chegando a constituir-se uma polarização pró-PT e anti-PT, embora de forma ainda indireta e pouco definida.

Essa precária definição decorria, pelo menos de três fatores: a incipiência do debate sobre a reforma partidária no seio do movimento estudantil; as incertezas postas para os estudantes que já haviam se definido pelo PT, em razão dos conflitos que começavam a se delinear entre estes e outros segmentos fundadores do partido no estado; o fato do outro grupo ideológico mais presente no movimento estudantil ser o PCdoB, que continuava na clandestinidade, impedido, portanto de fazer o debate e/ou recrutamento aberto para as suas posições.

⁴¹ Joisiane Gamba, em entrevista à autora.

⁴² Informações obtida em entrevistas com diversos estudantes, dentre eles: Fernando Rezende, José Gomes Oliveira e Luís Carlos Cintra, todos participantes dos cursos de Gilvan Rocha e componentes do núcleo básico de estudantes que assumiram a construção do PT no Maranhão.

Para que melhor se compreenda o processo de constituição desses blocos ideológicos, convém fazer um resgate do que foi o movimento estudantil em fins dos anos 70 e começo dos 80. Em 1979, três questões davam o rumo para o movimento estudantil maranhense: as eleições para as entidades estudantis, os eventos de reconstrução da UNE, e a luta pela meia-passagem nos transportes coletivos urbanos de São Luís.

Em relação às eleições estudantis, é razoável dizer que poucas tiveram mobilização tão intensa quanto as de 1979, embora apenas duas chapas tenham se apresentado à disputa: Unidade e Movimento, sendo que esta última, que representava uma dissidência à direita do grupo Unidade, foi derrotada no processo eleitoral. Assim, a linha de intervenção política do Movimento Estudantil continuou sendo marcada por atuação e engajamento no conjunto das chamadas lutas democráticas.

Nas ações de reconstrução da UNE, as lideranças estudantis maranhenses eram presenças certas nas atividades ou eventos regionais e nacionais. Estavam engajados na Comissão Pró-UNE e na construção da UEE (União Estadual dos Estudantes). O ápice desses esforços foi o XXXI Congresso da UNE, realizado após oito anos de proscrição da entidade, em Salvador-BA, com a participação direta de dez mil estudantes, dentre os quais, quarenta representantes do M.E. maranhense (Jornal O Estado do Maranhão, 03/06/79).

O Movimento pela meia-passagem representa um marco significativo na vida político-cultural dos setores de esquerda, principalmente dos estudantes, em São Luís. Como se poderá notar na seqüência desse texto, trata-se de uma experiência muito significativa para o processo de construção de novas visões de mundo em que se descortinam contradições entre Estado e sociedade e esta última adquire elementos teóricos e práticos para retirar do Estado a exclusividade do poder de ordenar a vida social ao mesmo tempo que toma para si a necessidade da organização política. Nesse

sentido, o movimento pela meia-passagem estabelece uma ponte entre o movimento estudantil e a organização do Partido dos Trabalhadores no Maranhão.

O Movimento pela meia-passagem não nasceu com a greve em 1979. Na verdade, essa reivindicação já estava em pauta desde 1977, quando os estudantes retomavam a reconstrução do movimento e essa questão foi posta na ordem do dia, conforme também aconteceu em outras capitais do país.

Em 12 de setembro de 1978, o DCE da UFMA e D.A.s da UEMA fizeram o lançamento oficial da campanha pela meia-passagem para os estudantes nos transportes coletivos urbanos de São Luís; a partir daí, num processo de constante mobilização, organizaram um abaixo-assinado onde reuniram mais de 34 mil assinaturas que solicitavam ao prefeito a implantação da medida. Em 09/11, um Ato Público na Praça Deodoro, com aproximadamente 500 pessoas, celebra a entrega deste documento à prefeitura da cidade⁴³.

A coleta de assinaturas foi um poderoso instrumento de divulgação da campanha pela meia-passagem, que crescia também com a divulgação abundante e favorável pela imprensa e apoios na Assembléia Legislativa Estadual.⁴⁴ Até os empresários do setor de transporte ataçavam o debate quando, na defensiva, iam para os Jornais ou reuniões com as outras partes envolvidas, alegando completa incapacidade das empresas implementarem a medida, senão pela via de novos aumentos - 50%, por exemplo, o que caracterizaria a meia-passagem como um blefe, além de causar ônus adicionais aos não estudantes.

⁴³ O documento foi entregue ao chefe de gabinete, Tyrone Silva, pois o prefeito Lereno Nunes, mesmo tendo audiência marcada com os estudantes, não se encontrava no recinto.

⁴⁴ Em 06.03.79, a Assembléia Legislativa apóia por unanimidade a emissão de um ofício, solicitando que a Câmara de Vereadores encaminhe projeto de lei restabelecendo a meia passagem para todos os estudantes de São Luís. O projeto teve autoria do emedebista Carlos Guterres, e o endosso dos arenistas José Sarney Filho e Albérico Ferreira. Informações extraídas de Jornal O Estado do Maranhão, de 07/12/79, p.3.

Em 14/09/79 o prefeito Mauro Fecury sanciona o terceiro aumento do ano na tarifa dos transportes coletivos. Na Universidade Federal, a reação dos estudantes de engenharia elétrica foi imediata: paralisaram as aulas “em repúdio ao aumento” e saíram em mobilização dos outros estudantes para a tomada de uma posição conjunta. O DCE tomou para si as rédeas da situação, convocando para a tarde daquele mesmo dia uma assembléia geral que oficializou a deflagração da greve dos estudantes da UFMA contra o aumento nas tarifas do transporte.

Dois fatos interessantes desta assembléia é que ela, com seus 1.500 participantes, inaugurou uma série de grandes eventos que marcaram esta fase recente da luta pela meia-passagem. O outro ponto é que ela estava inicialmente dividida entre a reivindicação de meia-passagem para os estudantes em geral, ou meia-passagem somente para os universitários. Ao final, vence a primeira proposta e com isso o movimento adquire feições mais amplas, não restritas a um segmento isolado.

Finda a assembléia, os estudantes se deslocaram em “caminhada” (pois os ônibus do Campus haviam sido retirados de circulação) para o centro da cidade, mas, na Rua São Pantaleão, foram dispersados por militares armados.

No dia seguinte, a greve continuava e já se estendia à UEMA. A mobilização dos estudantes em busca de aliados se intensificava. Comissões de universitários foram constituídas para irem às escolas de 1º e 2º graus, feiras de bairros populares, como, João Paulo, Liberdade, Fátima e Mercado Central e também a grupos de jovens de paróquias da Igreja Católica. Nas praças e pontos de ônibus mais movimentados eram distribuídos panfletos e os estudantes se revezavam como oradores em “comícios relâmpago”, onde procuravam explicar as razões da greve, a amplitude da reivindicação e a importância da adesão ao movimento.

A mensagem dos grevistas relacionava a greve com a política econômica que vinha sendo implementada no país pelos governos militares e que resultava em graves dificuldades para os “pais de família” maranhenses. Destacavam a universalidade do

direito e a exorbitância dos custos com transporte coletivo sobre o orçamento familiar e o fato de que a conquista da reivindicação só viria com um movimento bastante forte, que aglutinasse estudantes e os trabalhadores em geral, notadamente os mais pobres, que eram os mais afetados pelo problema.

Paralelamente, os estudantes procuravam encaminhar as negociações com o prefeito, mas sem nenhum sucesso, pois este alegava que o problema de preços não era de responsabilidade municipal, mas do Conselho Interministerial de Preços - CIP, do governo federal. De outro lado, os empresários insistiam na impossibilidade de adoção da medida.

Para a surpresa geral, no Ato Público convocado para o dia 17/09, São Luís conheceu uma das maiores aglomerações de massas de sua história. Cerca de 15 mil⁴⁵ pessoas (destacando-se pelo uso de uniformes, muitos estudantes secundaristas) lotavam a praça Deodoro e, mesmo sem ouvirem diretamente as mensagens das lideranças do movimento (ouviam o “eco” da repetição pelas pessoas daquilo que os dirigentes diziam via megafone), seguiram em passeatas ao Palácio dos Leões (sede do governo estadual), ocupando simultaneamente diversas ruas, guiados pela bandeira da UNE.

Segundo a comvente narrativa de Leal e Alves (1982), testemunhas ativas⁴⁶ desses acontecimentos, ocorreu que

"na praça João Lisboa os manifestantes foram vítimas de severa repressão por parte da polícia. Muita gente foi presa, ferida e pisoteada... Dirigem-se então para a Assembléia Legislativa onde [por um herói anônimo] é hasteada a bandeira da UNE e feito um ato

⁴⁵ Número extraído de Leal, I. e Alves Filho, S. (1982). Não é o único existente. Outros estudos apresentam a estimativa de 7.000 pessoas.

⁴⁶ Ivanhoé Albuquerque Leal, uma das testemunhas aqui citadas, fazia parte da Comissão Central de Luta pela meia passagem. Os demais componentes eram: Antônio Agenor Gomes (presidente do DCE UFMA); Ivan Soares Telles (presidente do DA de Agronomia FESM). Juarez Medeiros Filho (ex. presidente do DCE UFMA). Luis Carlos dos Santos Cintra (presidente do Diret. Setorial CCSO. UFMA); Gilvan Furtado de Queiroz (estudante de Medicina - UFMA); Jomar Fernandes Pereira (estudante de Engenharia Elétrica - UFMA)

[discursos] de protesto. (...) Tentam mais uma vez chegar ao palácio, mas são atacados pela polícia [que atirava bombas de gás lacrimogêneo e batia em todos que encontrassem com livros nas mãos, chegando mesmo a usar arma de fogo] ... Recuam para a beira mar e, enfurecidos, apreendem o camburão da polícia, jogam policiais no rio, libertam os presos... e iniciam um quebra quebra de placas, sinais, lojas, carros particulares, ônibus (...) Espontaneamente, retornam à praça Deodoro, onde é marcada uma nova assembleia para a manhã do dia seguinte". (Leal e Alves Filho, 1982).

Nesta manhã do dia 18/09, a praça Deodoro é transformada num palco de guerra. A repressão por parte da polícia se intensifica, e o quebra-quebra também. O comércio é fechado após generalizada depedração, ônibus são destruídos e/ou retirados de circulação. A cidade pára. Jornais locais davam conta de que 50 pessoas (civis) deram entrada em hospitais públicos, mais de 300 foram presas (tantas que as autoridades já nem colocavam seus nomes nos mapas) e mais de mil foram detidas, incluindo cem menores que foram presos e espancados; o sistema de transporte parou e a locomoção era feita a pé, em veículos de tração animal ou em raros - e improvisados - carros de aluguel (Jornal O Estado do Maranhão, 19/09/79, p.3. e Jornal O Imparcial, 19/09/79, p.4)

“(...) essas dificuldades de locomoção para ir ao trabalho e para voltar para casa, o comércio fechado, as ruas escuras, a violência indiscriminada e brutal praticada pela polícia . . . tudo porque o governo não queria aceitar que os estudantes pagassem meia passagem, criava revolta na população contra o governo e a tornava mais favorável à greve, que no seu imaginário, significava muito mais do que a paralisação de certas categorias, greve era gente na rua brigando por suas reivindicações”.⁴⁷

⁴⁷ Entrevista com Fernando Resende.

No intuito de esvaziar o movimento, o Secretário de Educação Francisco Lobato (que já havia proposto como solução para o problema a compra de quatro ônibus para o transporte dos universitários), suspende as aulas nas escolas estaduais, inclusive na UEMA (já em greve) e o governador João Castelo chama os estudantes para negociar. A esta altura, as reivindicações destes tinham aumentado, além da meia-passagem, queriam também a libertação dos presos, a retirada do aparato repressivo das ruas, e a cessão da Praça Deodoro para uma assembléia. O governador se limitou à libertação de parte dos presos, e à concessão do estádio Nhozinho Santos para a realização de assembléias, onde depois (tarde de 18/09) se comprovou que o trabalho da repressão tornou-se bem mais fácil.

A despeito das denúncias do governo de que o movimento era de marginais e subversivos que insuflavam a violência, estudantes secundaristas lançam nota esclarecendo que:

“Nós, estudantes, juntos, temos consciência dos estragos acontecidos nesta cidade; não tínhamos pretensão de causar tamanhos danos e ficamos tristes por termos sido obrigados a tal ato (...) Não havia grupos infiltrados, nem tampouco marginais; o que haviam eram estudantes dos três turnos que partiam para a greve sem farda e de bermuda (...) Nós, estudantes e o povo de um Estado explorado por uma classe dominante que nos suga continuamente, estamos sendo apoiados pelos nossos pais, que, mesmo diante do medo de ver seus filhos espancados e massacrados injustamente, liberam-nos para, na manhã de Terça feira, continuar uma greve triste de reação à repressão física, tão crescente é a nossa necessidade” (Jornal O Estado do Maranhão, 20/09/79, p.3).

Diversas entidades⁴⁸ e movimentos, incluindo a hierarquia da Igreja Católica, se solidarizavam aos estudantes e condenavam a truculência da polícia de João Castelo.

⁴⁸ SMDDH, CBA-MA, Movimento Familiar Cristão, Movimento de Cursilho da Cristandade, Movimento Contra a Carestia, Arquidiocese de São Luís, MDB, Centro de Estudos Teológicos, Ninho,

Foi constituída uma Comissão de Intermediação com representantes da Igreja, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MA e da Associação dos Professores da UFMA- APRUMA. Todos engajados no esforço de acalmar os ânimos dos manifestantes e mostrar aos governantes a viabilidade, inclusive legal, das reivindicações dos estudantes.

No dia 22/09 o governador, pela televisão, autorizou o prefeito a replantar a meia-passageira. Tal fato levou a Comissão Central de Luta pela Meia-Passageira a decidir, através de nota, a suspensão da greve, atitude muito questionada, mas não rejeitada na prática. Contudo, foi apenas no dia 28/09, com assembleia geral já marcada para discutir o reinício da greve, que o governo sancionou a lei da meia-passageira, a entrar em vigor já no próximo 1º de outubro. A greve é reconhecida por todos como vitoriosa.

Na memória que ficou sobre a greve pela meia-passageira, uma das idéias mais recorrentes é a de que foi um movimento espontâneo. O conteúdo atribuído a essa espontaneidade certamente se refere à inexistência de influências externas e de um planejamento, aqui compreendido como atividade sistemática, com fins e meios claramente demarcados, definição de etapas, responsáveis e cronograma.

Isso em parte é verdade. O Movimento “explodiu” a partir de estudantes da própria UFMA que sequer pertenciam à direção de entidades estudantis; o momento foi imprevisto, acabou tomando dimensões inesperadas e a adesão de tantos milhares de pessoas foi motivo de perplexidade geral. Entretanto, não se pode esquecer que esta reivindicação já vinha sendo discutida entre os estudantes desde 1977 e que, uma vez deflagrado o movimento, as lideranças constituídas foram eficientes no comando e fortalecimento do mesmo, começando pela hábil decisão de fazer dele uma reivindicação geral, “da cidade” e não apenas dos estudantes universitários e também por não terem

estimulado o confronto com o Estado nos termos apontados pela palavra-de-ordem “meia passagem ou meia cidade”, onde os custos econômicos sociais e humanos, seguramente, seriam desastrosos.

Essa palavra de ordem expressava de forma contundente a disposição dos manifestantes conquistarem a meia-passagem mesmo que a um custo muito alto como a destruição de metade da cidade. É claro que há um certo exagero nela (característica comum às palavras-de-ordem), mas a violência e destruição que se alastrou pelas ruas de São Luís, sobretudo nos dias 17 e 18/09, não autorizava o descarte dessa possibilidade.

No esforço de compreensão da greve pela meia-passagem, várias hipóteses explicativas podem ser elencadas, dentre elas a crise econômica que, após o “milagre”, aumentava a pobreza no país inteiro; as influências dos movimentos de contestação ao regime, que precipitavam e/ou radicalizavam a abertura política, nas regiões do Centro Sul e que, em maior ou menor intensidade, repercutiam no restante do país; a capacidade mobilizadora do movimento estudantil de São Luís, associada à estratégia de lutas de massas, que ganhava força em diversos movimentos pelo país; ou até, como especulava o governador João Castelo, uma “ação do comunismo internacional, infiltrado entre os pacatos estudantes de São Luís”.

São muitas as hipóteses explicativas; diante delas, convém não ceder à tentação de escolher um único motivo, pois certamente diversos fatores se combinaram no desenvolvimento da greve pela meia- passagem.

Mesmo a hipótese de “infiltração do comunismo internacional”, perfeitamente descartável enquanto motivo da greve, teve uma influência indireta, pois embora não houvesse qualquer evidência da presença destes comunistas na arquitetura da greve, essa idéia foi um elemento importante no traçado da reação do Estado; algo um tanto quixotesco onde o governo criava a fantasia para, em seguida, tomá-la como dado de realidade, uma ameaça concreta.

Também é verdade que o movimento pela meia-passagem se relaciona com a crise econômica, os baixos salários e o alto custo de vida verificados no país e que eram denunciados, por exemplo, pelo grande número de greves e pelo Movimento Contra a Carestia. Uma boa evidência desse problema no Maranhão foi o programa "Bom Preço", pelo qual o governo procurava viabilizar o acesso da população mais pobre pelo menos aos produtos de primeira necessidade - e no caso, ressalta-se, de última qualidade.

A gravidade dessa situação favoreceu o apoio da população em geral, sobretudo dos mais pobres, à reivindicação da meia-passagem, levando-os a perceber validade e justiça no movimento. Sentiam o problema na pele, ainda mais numa cidade como São Luís, cujo sistema de transporte coletivo não contava com qualquer esquema de integração que barateasse os custos. As dificuldades econômicas, não são, entretanto, suficientes para explicar o movimento pela meia-passagem. Se assim o fosse, seria provável que o Movimento Contra a Carestia ou mesmo o movimento sindical tivessem força semelhante ou até superior.

Quanto à ação das forças de oposição ao regime militar, já se disse que nessa época, fins dos anos 70 e começo dos 80, assistia-se no país inteiro a muitos movimentos de contestação política ao autoritarismo e o "arrocho salarial" promovidos pelo governo. Os atores que encampavam essa mobilização não eram igualmente atingidos pelas políticas dos militares, assim, uns se engajavam "nas lutas" em decorrência das pressões materiais sofridas; outros protestavam contra a falta de liberdade e contra a violência. A organização de Frentes de lutas e sobretudo a centralização do poder no Executivo federal estimulava a união dos diversos movimentos, emprestando-lhes uma feição grandiosa que fortalecia a mobilização e o caráter oposicionista dos mesmos.

Nesse contexto, é que a greve pela meia-passagem adquiriu um conteúdo oposicionista que decorria, em primeiro lugar, do fato de ser uma ação da sociedade civil contra o governo e a "ordem" instituída. Da mesma forma, os numerosos "atos

públicos de protesto”⁴⁹ e tantos outros eventos que marcaram o cenário da política e da cultura maranhense naquela época, eram impregnados pela oposição ao regime, embora tenham emergido, em geral, de reivindicações e motivações bem específicas e localizadas. Deste modo é que

“ a greve da meia-passagem acabou por se inserir no conjunto das ações que no país inteiro ocorriam contra o regime militar, embora não tenha sido esta a sua pretensão”.⁵⁰

Em relação à capacidade de mobilização do movimento estudantil, não há dúvida de que em 1979 ela vinha em ritmo crescente, tanto no âmbito da Universidade quanto em termos de presença nas chamadas lutas democráticas. Essa presença social, aliada às atividades sistemáticas de mobilização geral em torno da meia-passagem, fortaleciam o Movimento e favoreciam uma atuação unificada. A tudo isso se deve juntar a questão básica que era a conveniência geral da meia passagem para os usuários do serviço, dado os aumentos abusivos da tarifa.

Todos esses fatores acabaram convergindo para a ação, incontrolável, de milhares de pessoas nas ruas de São Luís que, provocadas pela polícia, tomaram para si a bandeira dos estudantes imprimindo-lhe a radicalidade que ficou expressa na convocação à “meia-passagem ou meia cidade”.

O comportamento do governo face ao movimento pode ser apreciado sob dois aspectos: o uso da força e o atendimento da reivindicação. A violência exacerbada praticada pela polícia não chegou a ser exatamente uma surpresa, pois não destoava daquela empregada nos conflitos agrários, nas desocupações urbanas em São Luís e com os presos comuns, conforme noticiavam os diários locais. O mais curioso é que em 1979,

⁴⁹ Por exemplo: Ato contra a proibição de que se entrasse de chinelo ou camiseta no principal teatro da cidade, o Arthur Azevedo; Ato contra a Vilência; Ato pelo aniversário da Declaração dos Direitos Humanos; Ato pela libertação do militante Cajá, preso em Recife-PE.

⁵⁰ Palavras de Juarez Medeiros, um dos coordenadores da greve, em debate sobre os “10 anos da meia-passagem”, realizado em 15/09/95 no auditório do Centro de Estudos Básicos, da Universidade Federal do Maranhão.

o governador João Castelo ainda recorria à explicação da greve pela meia-passagem como obra do comunismo internacional infiltrado entre os estudantes. Assim, a sua reação se deu no melhor estilo da doutrina de segurança nacional que preconizava guerra total ao inimigo (oculto) infiltrado.

O fato, porém, de ser um movimento de massas em quase nada aparentado às estratégias de tipo foquista⁵¹, criava novos desafios para o comando militar no enfrentamento ao movimento, levando-o a recrudescer no uso da violência com vistas a retirar os manifestantes das ruas e ao mesmo tempo se defender, posto que o recurso à violência foi adotado também pelos grevistas, que em alguns momentos conseguiram acuar a própria polícia, para não mencionar os estragos causados ao patrimônio público e a particulares.

Em se tratando da concessão do benefício, três aspectos parecem ser suficientemente elucidativos: o programa de abertura política, admitido e em parte implementado pelo próprio governo federal, visando à inibição de conflitos diretos e violentos entre Estado e Sociedade; a força e imprevisibilidade que o movimento conquistara e que o desestimulava a qualquer recuo; os prejuízos sofridos tanto pelo patrimônio público como por vários segmentos empresariais - notadamente o comércio - que mesmo veladamente atuavam como pressão sobre o governo na perspectiva de uma normalização da vida da cidade.

Da repressão que se seguiu à greve da meia passagem, o caso mais emblemático foi a abertura de Inquérito (IP 44/79), onde 22 pessoas foram convocadas à polícia federal para efetivarem identificação criminal, visando enquadramento na Lei de Segurança Nacional - LSN, com penas passíveis de 2 a 12 anos de prisão.

⁵¹ Foquismo: teoria desenvolvida nos anos 60 que criticava a estratégia de transição pacífica para o socialismo na América Latina e preconizava que ações isoladas de pequenos grupos de militantes armados (focos), desencadeariam a revolução a partir de guerra de guerrilhas. Seu principal teórico foi Régis Debray.

Dos indiciados, sete estudantes foram apontados como “enquadrados na LSN”⁵², mas o Processo acabou sendo arquivado após a Justiça Militar, sediada em Fortaleza, se declarar incompetente para julgá-lo e devolvê-lo à Justiça Comum do Maranhão alegando “não ver onde os jovens estivessem, de qualquer forma, pondo em risco a segurança da Nação”(Jornal O Estado do Maranhão, 17/01/80, p.12). Em São Luís, o Processo foi arquivado, após pleitos nesse sentido por parte da Assembléia Legislativa e da OAB-MA.

Além disso, ocorreram denúncias do vereador Hécio Silva (MDB), do Arcebispado de São Luis e SMDDH, segundo as quais vinte estudantes secundaristas participantes da greve, teriam sido seqüestrados e torturados por policiais militares nas matas do Turu. Segundo a imprensa, tais denúncias foram confirmadas por grande número de pessoas.

Um inquérito policial militar chegou a ser aberto, mas concluiu afirmando “a fragilidade das denúncias”, razão pela qual não haveria crime a considerar e muito menos a punir. Esta conclusão e os métodos adotados ao longo do inquérito foram muito criticados por Hécio Silva, que insistia na veracidade das denúncias. A SMDDH e o CBA-MA encaminharam mensagem ao Ministro da Justiça, pedido de reabertura do processo, mas não lograram êxito na reivindicação.

Um terceiro caso denunciado como represália à participação na greve pela meia passagem, foi a demissão injustificada de Agenor Gomes (presidente do DCE) da Empresa de Correios e Telégrafos, onde trabalhava há quatro anos.

Analisando os desdobramentos do movimento pela meia- passagem - e de eventuais ligações deste com o surgimento do PT - percebe-se a presença simultânea de elementos que concorrem para o esgotamento desse processo de mobilização política e

⁵² Luís Carlos Cintra, Ivanhoé Leal, Agenor Gomes, Juarez Medeiros, Ivan Telles, Gilvan Queiroz e Jomar Fernandes.

outros que apontam para a continuidade do mesmo. Em ambas interpretações é possível identificar ligações entre o movimento estudantil e o PT.

A idéia de esgotamento se refere ao fato de que o movimento, por ter sido centrado na reivindicação da meia-passagem, de certa forma se encerra, juntamente com a greve, quando a mesma foi atendida.

Outros fortes motivos para esse esgotamento teriam sido a amedrontadora repressão que se seguiu à greve e, sobretudo, a ausência de canais políticos com capacidade de manter as massas mobilizadas. Os estudantes não tinham capacidade para tanto e se algum setor a tivesse, não manifestou interesse nessa organização. A percepção desta ausência contribuiu para que alguns estudantes sentissem necessidade de iniciar a construção desses canais e o PT lhes aparecia como uma boa alternativa nesse sentido⁵³.

Os traços de continuidade, por sua vez, referem-se à experiência organizativa acumulada pelos participantes do movimento, ao fortalecimento da idéia de importância e eficácia da participação política e ao aumento da confiança e autoconfiança na organização da sociedade civil. Esta dimensão foi amplamente reforçada pelo fato da greve ter sido vitoriosa no atendimento de sua reivindicação e no grau de mobilização atingido.

Apesar da repressão, o período subsequente à greve (pelo menos até 1982), foi marcado por intensa atividade política por parte dos estudantes e outros setores de esquerda. Além das eleições para os Diretórios estudantis na UFMA, houve greve dos estudantes da UEMA pela melhoria das vias de acesso ao campus universitário; coleta de dinheiro para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1980; secundaristas empenham-se em construir a União Maranhense de Estudantes Secundaristas - UMES e em pôr fim às entidades estudantis controlados pelos diretores de escolas (os Centros Cívicos).

⁵³ Entrevista com Fernando Resende.

Neste ano, as eleições estudantis na UFMA expressavam o novo momento vivido pelas forças político-ideológicas que atuavam no movimento estudantil. O destaque era dado às novas lideranças emergentes no recente movimento de massas, o declínio da influência da Igreja no M.E.⁵⁴ e, a radicalização do debate político-ideológico, onde diferentes visões (inclusive de natureza partidária) começavam a disputar um espaço próprio, motivadas pela efetivação da reforma partidária.

O grupo Unidade sofre uma nova cisão e seus integrantes apresentam duas chapas nas eleições para o DCE. Devido às preferências ideológicas dos integrantes de cada uma delas, foram rotuladas, uma como a “chapa da Igreja”, Unidade e a segunda, “chapa do PT”, Unidade e Luta.

Estes rótulos, porém, não esclarecem plenamente o novo conteúdo político do movimento estudantil, afinal é certo que nesse momento já havia clivagens partidárias no Movimento, mas também é certo que elas não eram ainda tão fortes e consolidadas ao ponto de causar rupturas como essa; por outro lado, havia militantes da Igreja e do PT espalhados por mais de uma chapa. O mais provável é que tenha sido o tumultuado processo de escolha das pessoas que seriam candidatas que tenha desencadeado o conflito e a ruptura no interior do grupo Unidade⁵⁵.

⁵⁴ Importante novidade do processo eleitoral de 1980 é o ressurgimento das entidades de base, os Diretórios Acadêmicos - DAs - por curso (antiga reivindicação dos estudantes e que agora era reconhecida pela Universidade). Além disso, as eleições para o DCE deixavam de ser indiretas.

Quanto ao declínio da influência da Igreja no Movimento Estudantil, o militante da PJ/PU Ivaldo Coqueiro, em entrevista concedida à autora, afirma que esse declínio coincide também com um “recuo da Pastoral Universitária para questões mais voltadas para a vida interna da Igreja e à espiritualidade”.

⁵⁵ A chapa Unidade e Luta foi fruto de uma divergência no interior do grupo Unidade, devida à anulação da Convenção que indicou o nome de Ivanhoé Leal (que era do PT) para candidato a presidente do DCE. Alguns integrantes do grupo, alegando “a fraca divulgação da primeira Convenção”, decidem convocar uma segunda Convenção, que escolhe outro nome para a presidência da entidade, o de José Maria Medeiros (oficialmente no PMDB, mas ligado ao PCdoB). Este fato faz com que vários estudantes (quase todos do PT) se retirassem da Convenção, acusando-a de “golpista”. São esses dissidentes que organizam a chapa Unidade e Luta. Ressalta-se, porém, que mesmo se admitindo uma clivagem partidária nesse processo, o partidário não estava consolidado, afinal, nem todos os dissidentes eram do PT e houve estudantes, como Fernando Resende, já engajados na construção deste partido e que participaram da chapa Tarefa. Estas informações foram obtidas em entrevistas concedidas à autora pelos então estudantes Fernando Resende e Luís Carlos Cintra e também através de notícias publicadas pela imprensa local, na época.

Por conta dessa divisão, a liderança do movimento estudantil passa para um outro grupo, denominado Tarefa (nome da chapa pela qual esse grupo concorreu e venceu as eleições para o DCE, em 1980), composto por lideranças que emergiram no processo da greve pela meia passagem e que tinham suas principais preocupações voltadas para problemas específicos da vida universitária. O novo presidente do DCE não tinha alinhamentos ideológicos seja com a Igreja, seja com qualquer proposta político-partidária, mas, não tardou a se vincular ao PT. Liderado por esse novo grupo, o movimento estudantil continuou a ter importante presença nas lutas políticas da cidade.

Além destas movimentadas eleições estudantis, também ocorreram diversas lutas em que os estudantes tiveram ativa participação: pela liberação da Praça Deodoro para eventos do tipo comemoração do dia dos estudantes, o dia nacional de luta contra a carestia, organizado pelo MCC em 27/08/80 e, no dia seguinte, o 1º Comício de Lula no Maranhão; a luta dos moradores do bairro Sá Viana contra a UFMA pela posse dos terrenos, que resultou na derrubada das casas, cujos moradores foram abrigados pelo DCE em sua sala, na própria UFMA; a luta dos estudantes pela carteira ou farda como critério para o direito à meia passagem, que resultou em ocupação da Câmara de Vereadores e em brutal violência policial, em 1981; os atos públicos de protesto, dentre outras. Tudo era motivo para mobilização e para todas elas havia audiência garantida.

Os vínculos que este relato aponta entre o Movimento Estudantil e o Partido dos Trabalhadores não são de forma alguma irrelevantes. O M.E. foi o berço em que nasceu e se formou politicamente um dos principais protagonistas da construção do PT no Maranhão: os estudantes; devido a essas vinculações o segmento estudantil ocupou lugar privilegiado como espaço de recrutamento do PT, tornando-se alvo da estratégia de crescimento partidário e razão de grande número de estudantes ligados ao partido, o que certamente contribuiu para que durante muito tempo, o PT maranhense fosse visto como “Partido de Estudantes”.

Outro vínculo é aquele dado pela cultura política vivenciada pelos estudantes no M.E., marcada pelo apego ao trabalho de base, à democracia direta, à articulação com outros movimentos, intensa dedicação e o “revolucionarismo” dos estudantes que participaram dos cursos de Gilvan Rocha. Estas questões influenciaram a visão de política e de partido dos estudantes que foram para o PT e, como se verá no terceiro Capítulo deste estudo, influenciaram a atuação destes na construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão.

Embora não tenha sido criado um núcleo de estudantes do PT, na UFMA, antes de 1985 (o Guarnicê⁵⁶), desde o começo da década de 80 este partido sempre foi tido como uma referência e divisor de águas no seio do movimento estudantil e a Universidade nunca deixou de ser um espaço preferencial para a divulgação e crescimento do PT. A presença de petistas nos sucessivos órgãos de direção do M.E. tornou-se um canal pelo qual a linha política do PT ganhava espaço e influência no debate interno e na orientação política deste movimento.

Oposição Político-Partidária e a Vinda de Emedebistas Autênticos para o PT

Este tópico tem como objetivo apresentar um quadro panorâmico da estrutura partidária que precedeu a criação do Partido dos Trabalhadores no Maranhão, procurando identificar os termos em que se desenvolveu o debate sobre a reforma partidária e os segmentos que, neste período, migraram para o PT. Neste sentido e considerando que apenas do partido oposicionista vieram integrantes para o PT, a ênfase nesta abordagem será dada ao MDB.

⁵⁶ Este agrupamento foi fundado em 1983 reunindo estudantes petistas e outros que eram de esquerda mas não tinham, necessariamente, vínculos partidários. A partir de 1985 foi transformado em Núcleo de Estudantes do PT, mas desde o seu nascedouro já era o mais importante espaço de atuação e unificação dos estudantes petistas.

Um primeiro aspecto a ser lembrado é que na década de 70 o governo brasileiro pagava o preço da sua singular pretensão de associar ao regime militar a preservação de mecanismos básicos da democracia representativa como os partidos, casas legislativas e calendário eleitoral. As eleições de 1978 confirmaram que os militares já não podiam conter o crescimento grande e “ameaçador” do partido oposicionista.

O Maranhão, porém, juntamente com quase todo o Nordeste, não conheceu essa “febre” oposicionista que desde 1974 vinha resultando em importantes vitórias para o MDB; Neste estado, a ARENA continuou sendo o grande partido vencedor. Assim, no período imediatamente anterior à reforma partidária, o intenso debate sobre os novos rumos dos agrupamentos políticos a que se assistia em outras regiões do país, pouco repercutiu no Maranhão.

Observa-se, pelo contrário, um descompasso entre o “clima de reformas” e a performance dos partidos, como se estes fossem pouco suscetíveis às mudanças em curso (ou então vislumbrassem que elas vinham para manter o essencial como já estava). Isto se refere, sobretudo, à ARENA e decorre basicamente do fato de que para os governistas a escolha de um partido só se mostrava relevante no sentido da aproximação que este tivesse com a máquina estatal; nesse sentido, a principal preocupação dos arenistas era “acompanhar o governador”, que por sua vez acompanhava o senador Sarney, que acompanhava presidente Figueiredo. No seio da oposição, o sentimento preponderante era continuar o MDB, o que aliás se confirmou com o PMDB.

No contexto do bipartidarismo, a ARENA do Maranhão apresentava-se, no âmbito das disputas estaduais - e não raro municipais, muito heterogênea, a ponto de dividir-se em ARENA 1 e 2. Pela ARENA 1, respondia o senador José Sarney, que em 1965, à frente das oposições coligadas (PSP, UDN, PDC, PR e PL), conquistou o governo estadual, iniciando uma longa fase de domínio político no estado.

Vigorosa resistência a esse domínio veio do governo Nunes Freire (1974-1978), herdeiro político de Vitorino Freire⁵⁷ e comandante-mor da ARENA 2, que, ao longo do seu governo, conseguiu ser majoritária, sendo vencida apenas no "apagar das luzes" da gestão nunista, no processo eleitoral de 1978. Como se não bastasse a existência da ARENA 2, o próprio MDB surge também como um espaço alternativo para grupos que eram situacionistas na política maranhense, mas não queriam exercê-la sob a tutela de José Sarney.

As eleições de 1978 constituem um importante divisor de águas na configuração política do Estado, tanto para o partido do governo quanto para o da oposição.

Na ARENA, a disputa entre Sarney e Nunes Freire foi bastante acirrada. Venceu Sarney, que tinha mais trânsito junto ao governo federal e à cúpula nacional da ARENA. Sob sua influência, foi eleito João Castelo para o governo estadual e a maioria da Assembléia Legislativa, da Câmara Federal e do Senado, incluindo aí o "senador biônico" (eleito indiretamente). Consolida-se assim a retomada do controle político do Maranhão pelo senador José Sarney.

Nestas eleições, o Maranhão foi o palco da maior vitória arenista do país. Enquanto o MDB mal conseguiu manter as conquistas do último pleito (05 das 27 cadeiras da Assembléia Legislativa), a ARENA manteve as suas e conquistou todas as nove cadeiras recentemente instituídas.

⁵⁷ O senador Vitorino Freire dominou o poder político no Maranhão no período de 1946 a 1965. Segundo Caldeira (1976, p. 40) "esse domínio - caracterizado sobretudo pela revelação e constituição de lideranças locais que se subordinavam à orientação e se submetiam às decisões políticas do senador Vitorino Freire - se tornara realmente possível devido à posição desfrutada pelo senador junto ao governo central e às lideranças do pessedismo nacional". Por esta razão, é que Vitorino nunca postulara o cargo de governador, dando sempre preferência à condição de senador. Para esse autor, o declínio do vitorinismo se inicia com a dissensão do então governador Newton Bello (1961-1965) e culmina com a consolidação da política sarneista, implementada por José Sarney. O fortalecimento das forças políticas ligadas ao vitorinismo nos anos 70, não significa, contudo, reemergência desse padrão de relações políticas, pois as condições de então já não permitiam recuo às práticas explicitamente coronelistas.

Nesse momento em que o MDB conquistava grandes vitórias em nível nacional, a derrota sofrida no Maranhão parecia ainda maior, embora o fato não destoasse muito da história político-partidária dos outros estados do Nordeste e do próprio Maranhão onde, desde a sua criação, o MDB teve desempenho bastante frágil, como se pode observar na tabela abaixo.

I - DESEMPENHO DOS PARTIDOS NO MARANHÃO 1966-1978 (% de votos obtidos)

ANO	ARENA	MDB
1966	68,52	20,97
1970	62,10	14,51
1974	68,14	16,50
1978*	84,7	15,2

Fonte: Dados oficiais do T.R.E. sistematizados por Caldeira(1976, p.64).

* Os dados relativos a este ano foram extraídos de publicação do T.R.E. e são referentes à votação para a Assembléia Legislativa. A base para o cálculo dos percentuais não foi o total de votos válidos, mas o total dos votos nominais dos partidos.

Mas, em 1978, apesar da derrota, no seio do MDB maranhense, que, como a ARENA, também tinha a pluralidade de uma "arca de Noé", algo de novo acontecia: a organização do movimento denominado Oposição pra Valer.

Antes dos esclarecimentos sobre esse movimento, convém lembrar que no âmbito nacional, esse era um momento em que o partido abandonara a postura "cuidadosa" e "bem comportada" face ao regime em prol de uma postura mais aguerrida e combativa. É claro que essa novidade não atingia o conjunto dos partidários, pois é conhecido o amplo leque de ideologias e interesses que conviviam no MDB e que podemos, grosseiramente, reduzir aos dois já conhecidos blocos de "moderados" e "autênticos".

No MDB maranhense também se identificava essa clivagem: havia um amplo contingente de "moderados" e uma ala, menor, de "autênticos". Como figuras mais proeminentes desse segundo grupo temos: Domingos Freitas Diniz, presidente do Diretório Regional desde 1968 e na época deputado federal; Jackson Lago e Haroldo

Sabóia, deputados estaduais e Epitácio Cafeteira, ex-prefeito de São Luis. Além destes, existiam também alguns agrupamentos como os integrantes dos partidos comunistas.

Com a anistia, dois outros políticos se reintegraram ao MDB maranhense: Renato Archer e Cid Carvalho, os quais pela projeção que tinham na política local, mas sobretudo, pelas estreitas relações com o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães chegaram à seção local do partido com bastante força, subtraindo o poder de dirigentes antigos como o “autêntico” Freitas Diniz.

Sobre os comunistas, em geral do PCdoB, convém ressaltar que, de acordo com a orientação central do partido, eles compunham aqui no Maranhão a chamada “tendência popular”, que teve importante presença nas lutas sociais do Estado e logrou conquistar influência em espaços da Igreja como foi o caso da CPT.

De todos esses personagens, os de maior interesse para o presente trabalho são Haroldo Sabóia e Freitas Diniz. O primeiro porque foi o pivô da congregação de praticamente todos os setores de esquerda de São Luis, em torno do Movimento Oposição pra Valer, em 1978, cuja influência política e eleitoral se prolongou ainda por vários anos após o seu surgimento; Freitas Diniz porque, quando da reforma partidária, veio para o PT, chegando, inclusive a integrar o primeiro Diretório Nacional deste novo partido.

O Movimento ou Comitê Oposição pra Valer foi constituído no seio do chamado MDB autêntico, durante o processo eleitoral de 1978. Seu propósito era juntar todos os setores da esquerda - intelectuais, estudantes, comunistas das diversas orientações e católicos progressistas em torno da eleição de parlamentares comprometidos com a execução de mandatos populares, capazes de desencadear um processo de educação de base, que colocasse o povo nas ruas, contribuindo assim para a retomada da democracia e, conseqüentemente para a queda do regime militar.⁵⁸ A imunidade parlamentar era

⁵⁸ As informações sobre o Movimento Oposição pra Valer foram obtidas através de entrevista com José Celso Veras e de material publicado pela imprensa local no respectivo período.

vista como garantia para que esse trabalho pudesse ser realizado ou, no mínimo, para que o parlamentar pudesse denunciar os “desmandos” do regime, no âmbito local e nacional.

O economista Haroldo Sabóia veio preencher este espaço que estava sendo construído no seio da esquerda mais radicalizada. Antes dele, que morava na França e havia retornado a São Luís no momento mesmo dessas articulações, o nome cogitado era o de José Celso Veras, economista e presidente do IEPES - Pedroso Horta, do MDB⁵⁹, que alegando razões pessoais, não aceitou a proposta de sua candidatura.

Haroldo Sabóia aceitou o desafio de candidatar-se a deputado estadual e, juntamente com o aguerrido grupo que compunha seu Comitê, conseguiu fazê-la vitoriosa, sendo ele, inclusive, o mais bem votado candidato do MDB. Com o lema “Nem Maranhão velho nem Maranhão Novo, Maranhão do Povo”, sua candidatura foi particularmente forte nos meios universitários, onde fazia campanha em “dobradinha” com Jackson Lago, candidato a deputado federal, que não se elegeu.

Convém realçar que em 1978, no campo dos “autênticos” do MDB maranhense, dois grupos travavam uma espécie de guerra, ora declarada, ora apenas implícita. Na liderança dos grupos tinha-se, de um lado Freitas Diniz e de outro Jackson Lago. Essa disputa teve o seu auge no processo eleitoral deste ano, quando os dois disputaram voto a voto a segunda vaga de deputado federal conquistada pelo partido oposicionista.

Nesse processo eram abundantes as acusações recíprocas. Jackson Lago acusava Freitas Diniz de adesista da ala Sarney, e este retrucava acusando Jackson de ser “cafeteirista” e de ter vínculos com o governo Nunes Freire, herdeiro do “vitorinismo”.

⁵⁹ Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais, incorporado à estrutura organizacional do MDB desde 1975, com o objetivo de promover debates e conferências sobre temas sócio-econômicos da conjuntura, atraindo intelectuais e estudantes para atuarem no partido (Kinzo, 1988, p.48-49).

Em meio a essa briga, Haroldo Sabóia, e o Movimento Oposição pra Valer, teve maior aproximação com Jackson Lago, embora procurasse mostrar-se independente. Dentre os motivos dessa aproximação que preteria Freitas Diniz, muito provavelmente pesou o método como cada um praticava a política oposicionista no estado, onde Jackson era bastante atuante, diferente de Freitas Diniz, que privilegiava a atuação no Congresso Nacional.

Na disputa eleitoral, Freitas Diniz levou a melhor e se elegeu para um segundo mandato na Câmara Federal, lugar onde se encontrava por ocasião da reforma partidária e de onde incentivou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi o filiado maranhense mais ilustre.

Jackson Lago abraçou o trabalhismo de Brizola desde as "Reuniões de Lisboa"⁶⁰ e foi, ao lado do jornalista Neiva Moreira, um dos principais articuladores da criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Maranhão; até que Ivete Vargas, na Justiça, arrebatasse de Brizola a sigla PTB, Jackson e Neiva a representavam. Haroldo Sabóia preferiu continuar no MDB, agora chamado Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, por acreditar que

“(. . .) a farsa da reformulação partidária cassou o MDB, com o objetivo de enganar a nação e dividir as oposições brasileiras. O tiro saiu pela culatra. As oposições mais consequentes se mantêm unidas no PMDB (. . .), que vem aí mais forte, sem grande parte dos adesistas, oportunistas, indecisos e conciliadores (. . .) Cabe a todos nós fazer com que o PMDB no Maranhão seja um partido de frente popular e democrática, organizado de baixo para cima. Com a participação do Povo, de suas organizações e comunidades, haveremos de fazer do

⁶⁰ Encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas no exílio, realizado em Lisboa, no período de 15 a 17 de Junho de 1979. Este Encontro lançou as bases do PTB de Brizola, que posteriormente foi chamado de PDT.

PMDB um partido aberto, sem dono, ágil e capaz de conduzir as reivindicações populares (. . .).”⁶¹

Quando da reforma partidária de 1979, alguns militantes do partido oposicionista maranhense foram para o Partido dos Trabalhadores. Dentre eles destaca-se o deputado federal Freitas Diniz, que há mais de dez anos era presidente do MDB; o economista, professor universitário e presidente do IEPES, Celso Veras; o engenheiro Pedro Aurélio Carneiro, membro da direção do MDB; o vereador Hélcio Silva e outras pessoas que atuavam no partido sem cargos eletivos ou dirigente. Esta foi a base fundamental dos chamados “políticos oriundos do MDB” que se engajaram na construção do PT no Maranhão.

Juntamente com os estudantes, os “políticos oriundos do MDB” representavam os principais grupos fundadores do partido no estado. Da mesma forma que estes primeiros impregnaram o PT com as heranças políticas que traziam das mobilizações estudantis, os “políticos” também o influenciaram com a experiência de organização partidária que traziam consigo e que os conduzia a uma maior dedicação aos aspectos organizacionais da construção partidária, enquanto os estudantes privilegiavam as chamadas lutas.

Presença da Igreja Católica

Este tópico tem por finalidade esclarecer em que consistia a atuação da Igreja Católica maranhense, notadamente dos setores progressistas, no período em foco para que se compreenda se e em que sentido esta atuação influenciou na construção do PT.

⁶¹ Trechos do Manifesto “Oposição é o PMDB”, lançado pelo Movimento Oposição Pra Valer, publicado no Jornal O Imparcial, 16/03/80, p.7.

Trata-se de um item especialmente relevante por que a presença de setores ligados à Igreja Católica é bastante recorrente na experiência de construção do PT em âmbito nacional. No Maranhão, não se observa, no plano geral, exceção a essa regra, mas é crucial observar o modo específico como se deu essa contribuição.

Para que se compreenda as relações do setor progressista da Igreja com a construção do PT no Maranhão, é imperioso que se estabeleça duas distinções: uma temporal, relativa ao momento de fundação do PT (1980-1982) e o período pós fundacional⁶²; outra, espacial, alusiva a como essa relação se dava na capital e no interior do estado.

No período fundacional, a influência da Igreja no processo de criação do PT teve as seguintes características: em São Luís, o principal, senão o único, canal por onde se efetivou foi a Pastoral da Juventude, que atuava junto a estudantes e jovens do meio popular (grupos de jovens de bairros populares). Outros importantes espaços de atuação política da Igreja como a Comissão Pastoral da Terra -CPT e as CEBs eram, na prática, mais próximos do PCdoB e do PDT devido à filiação ou simpatia partidária dos seus principais dirigentes e/ou animadores⁶³.

Neste mesmo período, no interior do estado, os vínculos entre a Igreja e o Partido dos Trabalhadores eram pouco frequentes sendo que os únicos casos em que essa aproximação foi notável ocorreram nas cidades de Santa Quitéria, em 1982, quando o apoio do pároco local foi peça decisiva da vitória petista na eleição para prefeito da cidade; em Alcântara, onde o PT conseguiu ser beneficiário do apoio que a Igreja prestava aos trabalhadores rurais, organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais

⁶² A influência da Igreja no PT-MA no período posterior a 1982 não será tratada neste trabalho, a não ser em casos específicos, exigidos pelas questões abordadas no Capítulo 3.

⁶³ Informações sistematizadas a partir de entrevistas concedidas à autora por Luís Carlos Cintra e Pe. João Maria. Essa proximidade com os partidos citados não era assumida explicitamente; isto vale, sobretudo para o PCdoB, em razão do aguçado anticomunismo que grassava no interior da Igreja; o problema era minimizado pelo fato de que o PCdoB estava dentro do PMDB, pelas estratégias de partido de quadros e da condição de clandestinidade, que inibia o recrutamento aberto de integrantes para o partido e pela sua linha de atuação junto aos trabalhadores rurais visando à formação de oposições sindicais, proposta coincidente com a da CPT naquele momento.

(de forma mais significativa depois de 1982); e em Imperatriz, onde o PT emergiu de um “grupo de casais” da Igreja, enfrentando ora a hostilidade, ora a solidariedade por parte de outros setores católicos⁶⁴.

Observando a Igreja Católica maranhense a partir de sua hierarquia, constata-se que em fins dos anos 70, o episcopado seguia orientação política moderada; a posição da grande maioria dos bispos não correspondia ao conservadorismo extremado, tampouco à Teologia da Libertação⁶⁵. Em situações extremas, o próprio arcebispo, D. Mota não se mostrava intransigente com relação às mobilizações populares, tendo várias vezes assumido posições públicas de defesa dos “injustiçados”, como o eram, frequentemente os trabalhadores rurais; e os estudantes em 1979, na greve pela meia-passageira e em 1981 quando da ocupação da Câmara de Vereadores, em protesto contra os aumentos nos preços dos transportes coletivos e defesa da carteira ou farda como critério para o reconhecimento do estudante com direito à meia passagem.

O engajamento na Teologia da Libertação foi maior entre o clero (padres), mas, também neste caso, tratava-se de uma notória minoria.⁶⁶

Em termos de Pastorais, destacava-se nesse período a atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT (a partir de 1976), a Pastoral da Juventude e suas “filiais” a Pastoral Universitária -PU e Pastoral do Meio Popular - PJMP. Também se destacavam a Comissão Justiça e Paz (1981), a *Caritas*, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e outros grupos e/ou programas como o Cursilho da Cristandade, Treinamento de Lideranças Cristãs - TLC e o Movimento Familiar Cristão, estes últimos de caráter eminentemente religioso e voltados para a “preparação de lideranças” católicas.

A importância da CPT naquela conjuntura deveu-se à força que esta entidade conseguiu ter no seio da Igreja, à gravidade das questões com que trabalhava e aos

⁶⁴ Ver Capítulo 4.

⁶⁵ Pe. João Maria Vann Dame, que na época ocupou cargos na coordenação das CEBs, na CPT e no Movimento Contra a Carestia, em entrevista à autora.

⁶⁶ Pe. João Maria Vann Dame, em entrevista à autora.

próprios recursos de que conseguiu dispor para o seu trabalho de acompanhamento dos conflitos fundiários e denúncias de violências cometidas por grileiros ou pelo poder público contra trabalhadores rurais. Em relação ao PT, o trabalho da entidade não privilegiava qualquer articulação com a implantação deste partido no estado; ao contrário disso, em 1980, por exemplo, a CPT demitiu sumariamente quase todos os seus técnicos que eram do PT. Vínculos políticos mais estreitos, a CPT mantinha com o PCdoB, mas este fato era mediado por relações de tipo pessoal e nunca explicitado⁶⁷, até por causa da situação de clandestinidade do partido.

A aproximação da CPT com o PCdoB e o distanciamento desta com a política do PT é afirmada em depoimento do Pe. Claudio Bergamaschi, que foi coordenador da CPT:

“No Maranhão, é difícil precisar a contribuição específica da CPT para o ‘decolar’ do ‘novo sindicalismo’ no campo, principalmente porque a presença de assessores ligados ao PCdoB fez com que a entidade assumisse, consciente ou inconscientemente, durante algum tempo, as palavras de ordem da ‘unidade sindical’ (corrente ligada aos PCs e a sindicalistas que tentavam ‘modernizar-se’, [e que] foi a origem de outra central sindical do país, a CGT” (Apud. Costa, 1994, p.49).

Outra Pastoral de intensa atuação foi a da Juventude (PJ), com sua política de ação "conscientizadora" no movimento estudantil da UFMA (e também da UEMA) e no “meio popular” - entenda-se bairros populares - onde as paróquias contavam com Grupo de Jovens. Periodicamente, todos esses Grupos de Jovens se reuniam nos chamados Encontros, que definiam linhas de atuação e articulação política para o setor

⁶⁷ Entrevista com Luis Carlos Cintra e Joisiane Gamba, ambos universitários e petistas demitidos da CPT. Sobre esse assunto, o Pe. João Maria apresenta um contraponto, afirmando que as demissões se deveram exclusivamente à escassez de recursos financeiros, que tornou necessária a redução do quadro técnico. A coordenação da entidade optou por manter apenas os funcionários mais antigos, os quais “por acaso” (sic) e até secretamente tinham ligações com o PCdoB.

juvenil. Parte desse segmento representa o que houve de contribuição de católicos progressistas para a fundação do PT no Maranhão.

Em São Luís, desde os anos 70, a Igreja tinha presença marcante nos movimentos comunitários que se organizavam em vários bairros da periferia⁶⁸. A perspectiva do trabalho realizado era fundamentalmente religiosa e caritativa, mas a dimensão organizativa e reivindicatória também se fazia, modestamente, presente. Estes grupos respondiam por denominações as mais diversas; com o tempo muitos deles foram sendo chamados de CEBs, embora não tenham nascido como CEB. Era a prática desenvolvida que os conduziu a esse modelo de organização.

Aliás, a origem das CEBs no Maranhão, que remonta à segunda metade dos anos 50, em sua grande maioria, se deu a partir das “comunidades de culto”. Nos anos 70, parte delas se deixaram influenciar pelas teses da Teologia da Libertação, procurando, a partir do método “ver, julgar e agir”, associar às suas práticas religiosas e caritativas, questões como a organização sindical e a “política”⁶⁹. No caso desta última, destaca-se a ausência de vínculos partidários explícitos, salvo raras exceções que confirmam a regra, como é o caso da cidade de Alcântara, onde a ligação partidária se deu justamente com o Partido dos Trabalhadores. De todo modo, as CEBs maranhenses não construíram um movimento político expressivo no seio da sociedade civil de São Luís; importante exceção a essa idéia foi o Movimento contra a Carestia.

As atividades mais frequentes das CEBs também eram diversificadas, indo das celebrações religiosas (batismo, catequese, círculos bíblicos) ao engajamento político em

⁶⁸ Dentre eles: Anjo da Guarda - e diversos outros da área Itaqui Bacanga; Anil, Santa Cruz; Pão de Açúcar; Santo Antônio; São Francisco; Vicente Fialho e Vila Palmeira.

⁶⁹ Clemens (s/d). No relato feito por esta autora sobre as CEBs no Maranhão, destaca-se uma visão segundo a qual estas entidades teriam alcançado elevado grau de organização na cidade e, sobretudo no campo, tese questionada por todas as pessoas por mim entrevistadas. Clemens não aponta significativos envolvimento destas entidades com qualquer partido político. Importante característica que também se observa nas CEBs do Maranhão é a ligação que têm com o processo de democratização da Igreja no sentido de que “a Igreja somos nós, não está apenas aonde o padre está; nós formamos a Igreja e quando nos reunimos é em nome dela” (palavras textuais do Pe. João Maria Vann Dame, em entrevista concedida à autora). Talvez seja nesse aspecto - interno à Igreja - que mais as CEBs do Maranhão tenham empregado o “ver, julgar e agir”.

sindicatos, associações, movimentos sociais como o Movimento Contra a Carestia. Também realizavam visitas a residências e a enfermos, viabilizavam a construção de escolinhas e capelas, cursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e campanhas de saúde. Este último bloco de atividades era, na época, o ponto forte da atuação da *Caritas*.

A diversidade de ações indica que a orientação política que as dirigia não era uniforme. Mesmo nos grupos em que o tom político da "conscientização" era mais proeminente, também havia os defensores da ênfase à caridade e à religião que se confrontavam com a posição dos que, como a freira Barbara English, acreditavam que "as CEBS deveriam ter uma atuação mais clara e consciente nos movimentos e não se destinavam a paroquializar"⁷⁰.

O Movimento Contra a Carestia (MCC) é um excelente exemplo do que seria essa "atuação clara e consciente nos movimentos", defendida por alguns setores da Igreja Católica no Maranhão.

Em termos gerais, o MCC se inscreve no rol dos acontecimentos que em 1978 e 1979 mobilizaram os "pobres" na busca de soluções para os problemas que enfrentavam, no caso o alto custo de vida. Surgiu em São Paulo a partir de donas de casa de bairros periféricos, mas depois foi ampliado e passou a contar com a participação de diversos segmentos sociais e se espalhou pelo país. Foi responsável por um abaixo-assinado que circulou pelo Brasil inteiro pedindo o congelamento dos produtos básicos, abono salarial para todos os trabalhadores e aumentos salariais justos, reunindo cerca de 1.500.000 assinaturas.

No Maranhão, o MCC foi lançado em 1º de maio de 1979, na Igreja do Bairro de Fátima, como parte das comemorações do dia do trabalhador. A iniciativa partiu de

⁷⁰ Frase pronunciada pela fr. Barbara English, que trabalhava junto às comunidades de base do interior da Ilha (São Luís), em reunião das CEBS em maio de 1979, registrada pelo Pe. João Maria em relatório da referida reunião.

grupos da Igreja, como a Ação Operário Católica⁷¹ e grupos de jovens, mas foi prontamente encampada por outras entidades democráticas de São Luís, como a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia e DCE UFMA, tornando-se um movimento de grande longevidade e presença forte em diversos bairros populares.

Através de abaixo-assinado, pesquisa de preços, boletins informativos, do conjunto musical “Panela Vazia” e de outras atividades que desenvolvia, o MCC procurava despertar “o povo” para o problema do alto custo de vida, levando-o à reflexão e tomada de posição consciente na busca de soluções. Comunicava-se com a sociedade através de meios gráficos convencionais, mas também se utilizava de peças teatrais e de espaços nas missas das paróquias onde o padre era apoiador do movimento.

O Movimento Contra a Carestia se organizou em São Luís a partir de “grupos de base”, em paróquias espalhadas por diversos bairros populares, como: João Paulo, São Cristovão, Anjo da Guarda, Liberdade, Forquilha, Bairro de Fátima, Vila Passos e outros⁷².

Importante passagem do MCC no Maranhão foi a realização do “dia nacional de luta contra a carestia”, em 27/07/80. Houve delegação de maranhenses que se dirigiram para Brasília e, em São Luís, o Movimento precisou impetrar uma Ação contra a Secretaria de Segurança do Estado, que proibiu a realização de Ato Público marcado para a Praça Deodoro. Um telegrama enviado pelo MCC ao Ministro da Justiça é bastante revelador da disposição de luta desse movimento. Eis a mensagem:

"Governador do Maranhão proibe manifestação contra a carestia
27/08 Praça Deodoro. Ameaça repressão policial violenta. Conflitos
graves podem surgir. Atitude do governador conflito com abertura

⁷¹ Grupo remanescente dos anos 50, quando ainda havia a indústria têxtil no estado.

⁷² A operária Maria Carvalho, o locutor de rádio José Raimundo Aroucha (do PDT), o estudante Júlio Guterres (ligado ao PCdoB), Fran Nonato, Pe. João Maria, Francisco e Juliana eram os coordenadores estaduais do MCC.

política pregada por V.Excia. e o presidente da República. Solicitamos providências, garantia direito reunião, evitando choques sérios polícia população".⁷³

A mobilização popular e o tom decidido e ameaçador do MCC parecem ter surtido efeito, pois no dia marcado a praça foi liberada para as atividades do Movimento. Acabou sendo liberada também para o primeiro comício de Lula no Maranhão, que sofria a mesma pendência e que por isso já estava sendo convocado para outro local. O comício contou com a presença de aproximadamente dez mil pessoas.

O Movimento Contra a Carestia é um exemplo claro do impulso que setores progressistas da Igreja Católica, ao lado de outras entidades, prestaram às lutas populares urbanas no estado. Outros, também muito significativos, foram o apoio logístico e político aos estudantes do grupo Unidade, reunidos na Igreja de São João, na greve pela meia passagem, nas ocupações de terrenos em São Luís e na ocupação da Câmara Municipal de São Luís, por estudantes, em 1981. Na zona rural, destaca-se a assistência jurídica e educativa que a CPT levava aos trabalhadores rurais.

Apesar dessas ações que direta ou indiretamente beneficiavam o trabalho do PT, é muito recorrente entre petistas daquela época a idéia de que a contribuição dada pela Igreja aos movimentos organizados não pode, de forma alguma ser confundida com apoio ao PT. Os depoimentos seguintes, dados por importantes atores da construção do partido no estado são ilustrativos dessa compreensão de que a contribuição de ativistas dos movimentos católicos para o processo de fundação do PT no Maranhão foi dispersa e reduzida. Vejamos:

“As relações da Igreja com o PT aqui sempre foram muito conflituosas. O único setor da Igreja que veio apoiar o PT foi o da Juventude. Na CPT, por exemplo, o coordenador chegou a demitir

⁷³ texto do telegrama e outras informações sobre este evento, foram extraídos dos Jornais O Estado do Maranhão nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1980.

bruscamente as pessoas da entidade que eram vinculadas ao PT".
(Joisiane Gamba, da Pastoral Universitária).

"A Igreja teve uma atuação até nociva contra nós, porque o PT era acusado de estar esvaziando a grande frente de oposição que era o MDB (...) A Igreja do Maranhão, diferentemente da de todo o Brasil, disseminava o descrédito em relação ao PT. Pessoas isoladas da Igreja apoiaram o PT, mas uma das dificuldades de organizar o partido no Maranhão foi justamente essa falta de apoio". (Fernando Resende, vinculado ao "Grupo de Estudantes").

"(...) Em 80, a Igreja não apoiava o PT de jeito nenhum. Você não encontrava um padre que apoiasse o PT. Havia muita resistência porque o PT era muito sectário, muito atrasado. [A Igreja] apoiava o PCdoB porque, embora este fosse um partido stalinista, a sua relação com a sociedade não era uma relação de ferocidade igual a do PT; estar sob o manto do PMDB também ajudava a aparar algumas arestas (...)". (Walter Rodrigues, jornalista, vinculado ao "Grupo do deputado Freitas Diniz").

Constata-se, portanto, que a participação de setores progressistas da Igreja na construção do PT-MA processou-se de modo ambíguo: se considerarmos a atuação de pessoas ligadas à hierarquia (bispos, padres e freiras) ou de estruturas formais, como Pastorais e CEBs, a opinião geral dos fundadores do PT e mesmo de alguns religiosos é que não houve contribuição direta à fundação do partido, especialmente na capital. Entretanto, é forçoso reconhecer que parte significativa desses fundadores do partido despertaram para o mesmo a partir do seu engajamento em estruturas da Igreja (PJ /PU, grupos de jovens, grupos de casais, etc).

De modo mais direto, é possível afirmar que a participação da Igreja progressista na construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão se restringiu à parte da Juventude organizada na PJ ou mesmo a "pessoas isoladas", como afirma um dos

depoentes. Este fato tem a ver com o também pequeno crescimento da Teologia da Libertação no estado e com a já mencionada aproximação desses setores potencialmente progressistas da Igreja com influentes pessoas de outros grupos políticos, de posicionamentos mais moderados⁷⁴. Consequência dessa correlação de forças é que o PT maranhense, diferentemente do de outros estados, viu-se privado de ampla rede de contatos com grupos e lideranças comunitárias com as quais poderia crescer mais amplamente.

Movimento Sindical

Considerando os objetivos deste capítulo que é abordar a atuação das forças de esquerda no Maranhão em fins dos anos 70 e 80, este item pode parecer ocioso, pois realmente o setor sindical não foi um segmento expressivo nas mobilizações de caráter democrático ocorridas naquela conjuntura e tampouco o foi para a construção do PT no estado; a sua inclusão se justifica, contudo, pela relação que mantém com o tema geral deste estudo - o Partido dos Trabalhadores - onde o sindicalismo é costumeiramente um ponto dos mais destacados.

No Maranhão, não existiu uma relação tão estreita entre o PT e o movimento sindical como se verificou em outros lugares do país. Não obstante tenha havido uma efêmera presença de sindicalistas no momento de fundação do PT no estado⁷⁵, o partido é que foi o elemento propulsor de um movimento sindical nos moldes do “novo sindicalismo” e não o contrário. Estas singularidades do PT no Maranhão é o que se pretende apontar no texto que se segue.

Um dos setores menos atingido pela movimentação política do final dos anos 70 e começo dos 80 no Maranhão foi a organização sindical. Como fundamento desta

⁷⁴ É o caso da promotora Helena Heluy e Juarez Medeiros, do PDT; do educador Eurico Fernandes e do advogado José Costa, ligados ao PCdoB.

⁷⁵ Ver Capítulo 3.

afirmação aponta-se não tanto um número reduzido de sindicatos, mas os vínculos demasiado estreitos que estes mantinham com o Estado, via Ministério do Trabalho, com os patrões, ou mesmo com os governantes locais. Não havia atividade sindical como prática cotidiana e coletiva; a ação do sindicato correspondia freqüentemente à ação de sua diretoria, notadamente do presidente.

Como exemplo do tipo de preocupação dos dirigentes sindicais da época, podemos citar um abaixo-assinado, de janeiro de 1978, onde os mais destacados sindicatos maranhenses manifestam a sua solidariedade à eleição do Gal. Figueiredo para presidente da República, através do senador José Sarney, que foi escolhido por eles como o representante ou porta-voz dos sindicatos diante do futuro governo federal⁷⁶.

Outro exemplo é a “representação dos trabalhadores junto ao governo estadual”, mediante a indicação de um dirigente sindical (no caso José Lacerda, presidente do Sindicato dos Comerciários) para atuar na Secretaria de Trabalho e Ação Social, como porta-voz das demais lideranças sindicais junto ao secretário e, por extensão, junto ao governador João Castelo.

Essa “participação” no governo de João Castelo parece não cumprir outra finalidade que não seja a de legitimação do governo e a extensão dos laços de cooptação, para dispensar o uso da força que este mesmo governo empregava contra os sindicatos (alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais) que ousavam não lhe obedecer. Por outro lado, essa participação ocorre em moldes cupulistas e sem que seja dado ao representante sindical qualquer poder efetivo, mas apenas o direito a atuar como “mensageiro” das lideranças sindicais junto ao governo e vice-versa.

Pesquisa realizada por Costa (1994, p.37-39) informa que a política de esvaziamento dos movimentos dos trabalhadores, patrocinada pelo governo estadual, também se estendia ao campo, realizando-se através do aumento da violência policial e de “um plano de cooptação de lideranças e entidades, consubstanciado na criação da

⁷⁶ Esse documento encontra-se publicado no Jornal O Estado do Maranhão, de 1º de Janeiro de 1978.

Companhia Estadual de Terras (CETER)”, órgão destinado a cumprir uma “missão pacificadora” no campo. Com o intuito de atingir a atuação da CPT e revitalizar a divisão no interior da Igreja entre os setores progressistas e conservadores, o governo nomeou presidente da CETER um monsenhor, Hélio Maranhão, fundador das CEBs no estado e ligado ao senador José Sarney.

Avaliando os resultados desta política, Costa (op, cit. p.38) afirma que “o plano de cooptação e intimidação das entidades não foi um fracasso, pois conseguiu angariar o apoio da FETAEMA e de dezenas de sindicatos rurais”. E, considerando as disputas políticas no interior da Igreja Católica, o autor cita documento produzido pela CPT⁷⁷, que expressa esses conflitos de forma cristalina.

“(…) através do envolvimento de um monsenhor como presidente desse organismo [CETER] tenta-se aliar a Igreja e sua missão pastoral aos interesses dos grandes capitalistas ... O monsenhor Hélio Maranhão emprestou a sua voz ao governo do Estado para abafar o grito do camponês. (...) Gravíssimo no entanto, é que a CETER conseguiu prender em suas malhas a diretoria da FETAEMA ... Mais uma vez, como pode um monsenhor emprestar os seus serviços para tomar pelego um órgão de classe? ”

A alusão ao sindicalismo rural é uma boa oportunidade para o esclarecimento de que quando se menciona "sindicatos mais importantes" no Maranhão dos anos 70/80, não se trata dos tradicionais sindicatos de operários, que aglutinam grande número de trabalhadores com atuação em modernas industriais. A economia maranhense nesse período era pouco desenvolvida, até mesmo em relação ao setor primário, que era composto majoritariamente por pequenos produtores cujas relações com a terra eram bastante diferenciadas, havendo proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros. Isto tornava a economia maranhense pouco aparelhada a, por si, estimular a constituição de

⁷⁷ O referido documento é “Política Fundiária e CETER”. Citado por Costa (1994, p. 38-39).

um movimento sindical ou mesmo categorias profissionais influentes na economia do estado, com maior poder associativo ou de barganha.

Conforme demonstra Feitosa (1995, p.221), em tabela reproduzida abaixo, no Maranhão da década de 80, a força de trabalho ainda se concentrava basicamente em torno de uma economia primária. Vejamos:

II. POPULAÇÃO ATIVA DO MARANHÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL - %

RAMOS DE ATIVIDADE	1960	1970	1980	1990
AGROPECUÁRIA E EXTRATIVISMO	82,4	78,4	61,71 ^①	64,7
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2,9	5,1	8,1 ^②	10,8 ^③
COMÉRCIO E TRANSPORTE	5,1	6,0	7,3 ^④	11,7

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos. Apud. Feitosa, 1995, p.221

① Inclui atividade de pesca

② Inclui atividades da construção e outras atividades industriais. Indústria de transformação 4%

③ inclui os serviços de comunicações

④ inclui indústria da construção civil e outras atividades industriais. Indústria de transformação 4,8%

Observa-se que embora tenha havido um esforço industrializante nos anos 80, promovido pelo Programa Grande Carajás, ele não foi suficiente para alterar as bases econômicas do estado e da organização político-sindical dos trabalhadores ainda apartada de um setor secundário ou industrial. No período em foco, o Maranhão não conheceu essa fase e passou de "sindicatos importantes" no setor primário diretamente para "sindicatos importantes" no setor terciário ou de serviços⁷⁸.

⁷⁸ Feitosa (1995, p. 349 e 375) afirma que a maioria dos projetos amplamente propagandeados pelo PGC ficou no papel e as empresas e empregos diretos e permanentes que efetivamente foram gerados se reduziram até hoje a 6 usinas de ferro gusa, com 1.500 empregos; Companhia Vale do Rio Doce (porto e ferrovia), com 1.500 empregos; ALUMAR (fábrica de alumínio e alumina), com 2.073 empregos. Tudo isto totalizando 5.373 empregos que, somados à projeção de 26.865 empregos indiretos, chega-se a uma cifra que não ultrapassa a casa dos 33.000, menos de 7% do projeto original.

Fora dos marcos da importância econômica, destaco então como "sindicatos importantes" naquela conjuntura alguns STRs e, na zona urbana, os de base mais numerosa e, principalmente, aqueles que cumpriam papel fundamental na organização da vida na cidade, como o dos motoristas, comerciários e bancários - todos do setor terciário ou de serviços. Funcionários públicos estaduais constituiriam, certamente, a categoria mais numerosa, mas além do veto legal à sua organização sindical, padeciam de uma desarticulação política de proporções bastante agudas e de difícil superação, agravada pelos padrões clientelistas de recrutamento.

No sindicalismo maranhense de fins dos anos 70 e começo dos 80 ainda prevaleciam as atividades como distribuição de bolsas de estudo, fornecidas pelo Ministério do Trabalho; cursos de administração e formação de dirigentes sindicais, ministrados por essa mesma instituição através da Delegacia Regional; emissão de identidade profissional; organização de colônias de férias; prestação de assistência médica e outras atividades de caráter assistencial.

Mesmo o sindicalismo rural que, no Maranhão, conta com uma forte tradição de organização e de luta que remonta aos anos 50⁷⁹, a essa altura estava desmobilizado em grande parte do estado embora o momento fosse de intensa violência no campo e de

⁷⁹ Almeida (1981) aponta que o marco inicial do desenvolvimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais nesse estado foi a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, onde foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, que coordenaria as lutas pela reforma agrária em diversas regiões. No mesmo ano, foi criada no Maranhão, a Comissão Estadual de Reforma Agrária, que articulou diversas "comissões" municipais em torno da bandeira da "reforma agrária democrática". Em 1956, foi criada a Associação dos trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM, vinculada à ULTAB, responsável por intenso trabalho de ampliação da organização de base dos trabalhadores rurais e por uma atuação articulada a outras entidades representativas de diversas categorias de trabalhadores. O autor destaca a criação do Movimento de Educação de Base - MEB, no Maranhão, em 1962, cujo trabalho culminou na formação dos chamados "sindicatos dos padres", concorrentes daqueles vinculados à ULTAB, tida como influenciada pelo comunismo. Com a transformação da ULTAB em Confederação, em 1963, a ATAM passou a ser Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão e as associações locais passaram a ser sindicatos, subordinados portanto, ao enquadramento da CLT. O golpe militar de 1964 reprimiu a ação dessas novas organizações e ensejou o surgimento dos "sindicatos clandestinos", que teve na figura de Manoel da Conceição importante liderança; estes sindicatos foram duramente perseguidos pela polícia, até se desfazerem nos anos 70. Em 1973 é fundada a FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Maranhão, em torno da qual vão se organizar grande número de "Sindicatos- Funrural" e outros que preservaram uma linha de autonomia e de luta.

“resistência” organizada pelos trabalhadores rurais. Isto por que ao longo do regime militar os sindicatos mais atuantes foram duramente reprimidos (caso do STR de Santa Luzia e Imperatriz) e/ou transformados em meros órgãos de assistência; apenas nas regiões onde os conflitos haviam se exacerbado e explodido em violências contra trabalhadores e aliados seus, como Alcântara, Imperatriz, Santa Luzia, Bom Jardim, Barra do Corda, Parnarama, Esperantinópolis e outros, o STR via-se compelido a assumir uma posição de independência e combatividade diante do Estado e dos “políticos”⁸⁰ ou então essa postura era assumida diretamente pelos trabalhadores, independentemente das estruturas tradicionais.

A explosão dos conflitos fundiários no estado nesse período se relacionava à intensificação da “grilagem” (apropriação fraudulenta de terras) e à política governamental de facilitar o acesso a terras de empresas que vinham para o estado atraídas pelo incentivo do Programa Grande Carajás. Nesse processo, os trabalhadores rurais eram massivamente expulsos das terras em que moravam e praticavam a agricultura, pesca ou extrativismo para dar lugar a portos, ferrovias, pastos, centro de lançamento espacial e, na maioria dos casos, a terras cercadas porém improdutivas.

Na origem desses conflitos tem-se a Lei de Terras⁸¹, do governo José Sarney (1965-1970), que facilitava o preço, a legalização e a “limpeza” (remoção dos habitantes) de imensas áreas de terra para as mãos de pretensos produtores, vindos de outros estados, mas que no Maranhão mantiveram as terras ociosas, apenas como reservas de valor. Em fins dos anos 70 esse problema foi largamente agravado em razão da grande valorização das terras pré-amazônicas, que ficavam no corredor de exportação do Programa Grande Carajás.

Tal situação fez do Maranhão um dos Estados com o mais elevado grau de conflitos e violências no campo, o que ensejou muitas formas de resistência por parte dos

⁸⁰ Informações extraídas de Almeida (1981). Clemens (s/d) e Jornais publicados em São Luís, no período 1978-1982.

⁸¹ Lei nº 2.979 / 69.

camponeses atingidos, mas estas, como já se disse, nem sempre passavam pelos sindicatos.

Almeida (1981, p.68), ao avaliar o sindicalismo rural no Maranhão nos anos 70, esclarece:

"O crescimento vertiginoso do número de Sindicatos se, por um lado, pode ser atribuído a uma atuação eficaz da federação*, de outro, encontra a sua razão de ser na aprovação da Lei complementar nº 11, de 25 de Maio de 1971, que criou o Pró Rural, conhecido também como FUNRURAL.

Com ela o aumento do número de associados e a fundação de novos STRs passaram a estar ligados aos contingentes de população inativa. Os serviços médicos e as aposentadorias por velhice se incluíam nos benefícios previstos. Os trabalhadores rurais com idade acima de 65 anos passaram a ser beneficiados com o recebimento da metade do salário mínimo regional. Para que pudessem usufruir dos benefícios exigia-se que a documentação necessária fosse assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município em que residia o beneficiado.

Os próprios políticos regionais passaram a usar de sua influência para fundar STRs e conseguir um rápido reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho".

Quanto ao sindicalismo urbano, uma das primeiras promessas de mudanças no processo de organização dos trabalhadores maranhenses foi a Carta do Bacanga, um manifesto publicado em outubro de 1978, que conclamava os professores da Universidade Federal a se organizarem numa entidade representativa de classe, o que vai ser efetivado em maio de 1979, com a criação da APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão. Um limite ao desenvolvimento político dessa nova entidade era a impossibilidade constitucional de sindicalização e

* Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA

outros direitos trabalhistas aos funcionários públicos. Somente a partir da Constituição de 1988 é que a APRUMA pôde transformar-se em sindicato.

Já em 1979, outros episódios muito significativos acontecem. Trata-se das mobilizações em empresas de transporte coletivo de São Luís, que, por duas vezes, terminaram em greve. Motoristas e cobradores de ônibus reivindicavam melhores salários e o cumprimento dos acordos coletivos que não vinham sendo acatados pelas empresas, as quais mantinham, por exemplo, jornadas de até dezesseis horas ininterruptas para os mesmos.

A primeira greve ocorreu no mês de julho de 1979 entre motoristas e cobradores da empresa São Luís. Em agosto foi a vez dos trabalhadores da empresa Alves. Em janeiro do ano seguinte foram trabalhadores das empresas Transútil, Mendes e Primor. Em maio de 1980, assistiu-se à maior paralização desta categoria, envolvendo diversas empresas⁸².

Não se trata, contudo de movimentos articulados pelo sindicato da categoria, mas de iniciativas isoladas e espontâneas de trabalhadores destas empresas. Naquela conjuntura estes foram raros exemplos de capacidade de mobilização política de bases sindicais e, como tal, uma dramática amostra da dificuldade de se construir um “novo sindicalismo” no estado, pois enquanto praticamente todos os sindicatos se equiparavam em um patamar de reduzida força na base, os motoristas demonstravam essa força mas a diretoria do sindicato não estava sintonizada com qualquer propósito de enfrentamento aos patrões.

Nas duas greves os ativistas foram explícitos em manifestar que lamentavam a “ausência do sindicato” no movimento, o que fazia parecer a alguns que “o presidente do Sindicato estava do lado dos empresários” e não da categoria. O presidente do Sindicato, por sua vez, sequer reconhece a greve, preferindo interpretar o evento como “um

⁸² As informações sobre estas greves foram retiradas de artigos publicadas pelo Jornal O Estado do Maranhão e O Imparcial, nos citados meses e ano.

‘pequeno movimento’, que conta com a aprovação do Sindicato, embora o mesmo não tenha sido procurado para esse fim”.(Jornal O Estado do Maranhão, 28/08/79, p.2). No caso das últimas paralizações, o presidente do Sindicato chegou a fechar um acordo com os patrões, que depois foi rejeitado pelos motoristas em assembléia geral (Jornal O Imparcial, 01/05/80, p.7).

Este quadro de debilidades em que se encontrava o sindicalismo maranhense no começo dos anos 80 só vai ser enfrentado de forma mais sistemática a partir da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado, cuja fundação oficial ocorreu em 24 de julho de 1984, sob decisiva influência de militantes do PT. Ainda assim, o processo foi lento e teve como ponto de partida o trabalho de algumas oposições sindicais como a dos assistentes sociais, engenheiros e urbanitários*.

O exemplo da capital, que se esperava ser o pólo mais dinâmico desse processo de implantação de um sindicalismo de novo tipo no estado, é revelador das dificuldades encontradas pois somente em 1987 foi possível conseguir as primeiras filiações para a Central: o Sindicato dos Engenheiros e Sindicato das Assistentes Sociais, ambos comprometidos com o programa da CUT, mas desprovidos de força na economia e na sociedade.

Nesse processo, um importante aspecto a ser ressaltado é a ambiguidade decorrente da convivência entre as influências do “sindicalismo autêntico”, recebidas através de instâncias nacionais de diversas categorias, e as práticas conservadoras implementadas no estado. Um fato bem ilustrativo disso é o 2º Encontro dos Trabalhadores em Indústrias do Norte e Nordeste, sediado em São Luís, cujo presidente de honra era o governador João Castelo (ARENA), onde era simultaneamente apregoada a unidade com o governo e a formação da CUT, organização partidária dos trabalhadores e reforma agrária (Jornal O Estado do Maranhão, 23/07/80, p.3).

* Trabalhadores de empresas paraestatais, concessionárias dos serviços de água, saneamento e energia elétrica.

As dificuldades estruturais de sindicalização no Maranhão são acentuadas e não se referem apenas à CUT, pois nenhuma das outras Centrais Sindicais (CGT e Força Sindical) conseguiram se estruturar enquanto forças políticas relevantes no estado.

Mas essas dificuldades foram mais pronunciadas quando se tratou de constituir um campo combativo no movimento sindical maranhense - aqui representado pela CUT que é o que de mais radical se gestou nesse sentido. Elas têm a ver não apenas com as características estruturais do "mundo do trabalho" no Maranhão, mas também com a oposição consciente e ativa que alguns setores do movimento sindical faziam à CUT, especialmente quando da fundação da Central.

Oposição, aliás, que também ocorreu noutras regiões - especialmente São Paulo - onde alguns setores do movimento sindical retardaram ao máximo a criação da CUT e quando esta se mostrou inevitável preferiram fundar outra Central sindical, no caso a CGT.

Desde 1984, algum tempo ainda se passou até que os "cutistas" constituíssem e/ou conquistassem a sua base sindical, o que se processou de forma demorada, como se constata no fato de que somente após dois anos de fundação legal da CUT é que a entidade obteve as primeiras (duas) filiações. O quadro abaixo, uma panorâmica de uma década de CUT no Maranhão, ajuda na compreensão deste processo:

III- SINDICATOS MARANHENSES FILIADOS À CUT

ANO	Nº DE SINDICATOS	ESPECIFICAÇÃO
1984	0	
1985	0	
1986	3	Engenheiros de São Luis - Assistentes Sociais - Gráficos de Imperatriz
1987	0	
1988	1	Professores particulares de Caxias
1989	8	STRs: Viana; S. Raimundo das Mangabeiras; Alcântara; Balsas, Estreito, Fortaleza dos Nogueiras; Loreto; Urbanitários do Maranhão.
1990	23	STRs: Sta. Helena, Morros; S. Domingos; Porto Franco; Zé Doca; Tasso Fragoso; Riachão; Imperatriz; Amarante; João Lisboa. Metalúrgicos de Açailândia; Metalúrgicos de S. Luis; Construção Civil de Caxias; Professores UFMA; Servidores Públicos Federais; Alfaiates e Costureiros de Imperatriz; Construção Civil de Balsas, Comerciantes de São Luís; Previdenciários; Professores da Rede Particular de S. Luís; Laticínios; Máquinas Pesadas de Imperatriz; Saúde de Imperatriz; Metalúrgicos de Imperatriz;
1991	14	STRs: Lago da Pedra, Carolina, Eugênio de Barros, Santa Rita. Professores de Chapadinha; Const. Civil de Açailândia; Professores especialistas de Caxias; Servidores Públicos Estaduais; Fotógrafos de Açailândia; Professores de Imperatriz; Professores de Ribamar; Seguranças e Guardas Noturnos de Imperatriz; Portuários; Construção e Imobiliários de Sta. Luzia.
1992	5	STR de Fortuna, Trabalhadores no Poder Judiciário Federal; Ferroviários; Bancários do MA; Jornalistas de Imperatriz.
1993	6	STRs: Sta. Luzia do Paruá; Lago do Junco; Açailândia, Arame. Vigilantes de Sta Inês; Servidores Municipais de São Luís.
1994	1	Químicos do Maranhão

Fonte: CUT-MA. Relação dos Filiados à CUT Com Data de Filiação (s/d).

A formação da CUT Regional de São Luís (1987-90) foi um marco decisivo para a consolidação da Central e, conseqüentemente, para a criação de um novo padrão de sindicalismo na capital e adjacências. Esta Regional se colocou o desafio de filiar à Central os principais sindicatos e foram significativos os êxitos desse empreendimento, que persistiram mesmo após a sua extinção.

Hoje, a parte mais significativa do sindicalismo maranhense, como no restante do país, está filiada à CUT, o que representa um grande êxito da mesma embora os "cutistas" ainda deplorem a "carência de implantação orgânica da Central" (Pinto e Silva, 1984, p.1). As principais ausências são o Sindicato dos Rodoviários [motoristas] de São Luís, cuja base foi a primeira a realizar greves após o golpe de 1964; a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Maranhão (FETAEMA), cujo processo de organização é dos mais antigos e a violência contra a categoria é das maiores e, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de São Luís, categoria onde a miséria é mais pronunciada. Os dois Sindicatos inicialmente se filiaram à CGT enquanto a Federação mantém-se sem filiação a qualquer Central Sindical.

Quanto às relações do sindicalismo maranhense com a construção do Partido dos Trabalhadores no estado, destaco importante peculiaridade: ao invés do sindicalismo reforçar o PT, como na paradigmática experiência paulista, no Maranhão é este que vem em seu auxílio. A contribuição do movimento sindical ao partido só se iniciou a partir da segunda metade dos anos 80, quando aquele efetivamente se consolidou como um movimento. O que houve antes foi a participação pessoal de dirigentes sindicais na fundação do PT, mas, dadas as características do sindicalismo que representavam, desprovido de trabalho de base e de independência política - essa aproximação não se consolidou e, no processo de luta interna este grupo não teve grande influência dentro do partido.

Já a participação do PT na criação da CUT no estado foi a tal ponto decisiva que esta já nasce com muitos traços do partido, especialmente no que se refere aos

agrupamentos internos⁸³. Um exemplo desta situação nos é dado por Pinto e Silva (1994, p.13), que afirmam:

"No final de 80, realiza-se o 3º CECUT [Congresso Estadual da CUT] com sindicatos filiados e financeiramente em dia com a Central. Foram inscritas duas teses, ambas no campo dos sindicalistas petistas, sem grandes divergências de fundo (...) Duas chapas concorreram, a chapa "CUT de AÇO", da tendência PT DE AÇO (...) e a chapa da ARTICULAÇÃO SINDICAL (...). No 4º CECUT, em julho de 91, novamente foram apresentadas duas chapas e duas teses [ligadas aos mesmos grupos]. Isto não significa a ausência de outras forças políticas na CUT, mas apenas a desorganização destas (PC do B, CUT pela base, Ala Vermelha, simpatizantes da nova esquerda e da Convergência). Duas preocupações são centrais nesta polarização entre as forças principais. A primeira é que ambas são constituídas por petistas e a segunda é que elas, involuntariamente, cristalizam a divisão entre sindicalismo urbano (Articulação Sindical) e rural (CUT de Aço) haja vista a composição majoritária destas forças"⁸⁴.

Conclui-se, por fim, que no Maranhão, o entrosamento entre o PT e o sindicalismo é fruto da decisão partidária de fomentar a criação de um "novo sindicalismo" no estado. Reitera-se, com isso a tese de que o PT-MA não é produto do sindicalismo, mas pelo contrário, é um dos principais responsáveis pelo que já se construiu desse sindicalismo no estado. Ao mesmo tempo, este fato também é afirmativo da relação simbiótica entre o PT e os movimentos de maior inserção nas lutas sociais; como o sindicalismo maranhense de fins dos anos 70 e começo dos 80 não cumpria papel relevante nesse sentido, também não poderia sê-lo para a fundação do PT.

⁸³ Ver Capítulo 4.

⁸⁴ Os destaques em maiúsculas fazem parte do texto original.

Esta última afirmação não significa, porém, que inexistiram lutas sociais que não estivessem ligadas ao PT; entre trabalhadores urbanos, mas sobretudo no campo, ocorreram vigorosas mobilizações nas quais o PT não conseguiu ter qualquer inserção.

SMDDH e CBA-MA: Organizações pela Democracia

A Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH)⁸⁵ foi fundada no início de 1979 a partir de uma série de conflitos ocorridos no seio do Movimento Oposição pra Valer, liderado por Haroldo Sabóia, que culminaram com uma cisão no interior deste grupo. Os dissidentes visavam à implementação de projetos de educação de base e organização popular e criar espaços alternativos ao MDB autêntico, que julgavam cada vez mais esvaziado. A SMDDH foi o espaço encontrado para a realização deste projeto.

Alguns desses dissidentes do Movimento Oposição pra Valer e fundadores da SMDDH fizeram parte do grupo de “políticos” do MDB que se vinculou ao Partido dos Trabalhadores quando da reforma partidária. Na seqüência deste texto é possível observar que esta opção teve influência no funcionamento da recém-criada entidade.

O trabalho da SMDDH começou no “Anjo da Guarda”, bairro de periferia onde a entidade instalou uma equipe técnica voltada à assistência jurídica, educação e organização de moradores expropriados pela AMZA (Amazônia Mineração S.A.)⁸⁶, ocupantes e palafitados; também viabilizou a criação de uma Comissão Pró-Índio, encarregada da luta pela preservação da cultura e das terras indígenas. Além disso,

⁸⁵ As informações sobre esta entidade foram obtidas em Livro de Atas do período 06/01/81 a 09/05/82; documentos produzidos pela SMDDH: “Relatório da Equipe de Trabalho - período: dezembro de 80 a fevereiro de 1981” e “Relatório de Atividades da Sociedade Maranhense de defesa dos Direitos Humanos” (1988) e de entrevistas concedidas à autora por José Celso Veras e Walter Rodrigues, dirigentes da entidade no período em foco.

⁸⁶ Uma das empresas pioneiras dos “Grandes Projetos” no Maranhão. Foi responsável pelo deslocamento das populações situadas nas áreas onde seriam construídos o porto e a ferrovia do complexo Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce.

integrou-se aos outros movimentos de caráter democrático-popular que se organizaram em São Luís, como o MCC, o CBA-MA e o Comitê de Defesa da Ilha.

A SMDDH, que na sua gênese foi um espaço aglutinador de diversos setores progressistas da esquerda maranhense, não tardou a apresentar fissuras no seu interior. Em fins de 1980 a entidade se viu mergulhada em profunda crise interna na qual se destacava o que, grosso modo, aparecia como polarização entre petistas e comunistas do PCdoB, que disputavam o controle da entidade.

A crise interna abalou fortemente a SMDDH. Nessa época, houve cortes no financiamento de projetos já aprovados, muitas pessoas se afastaram da entidade e o seu jornal "Campo e Cidade" foi encerrado sob a alegação dos diretores de que ele, ao invés de ser um instrumento ao alcance de todas as forças de oposição, transformara-se no porta-voz de um único partido (no caso o PCdoB), devido à filiação do editor, jornalista Luiz Pedro que, segundo os registros em Atas, "chegava ao extremo de censurar matérias do presidente da entidade".

Do ponto de vista dos petistas, estes conflitos são apresentados como uma tentativa de freio ao PCdoB, que segundo o então presidente da Sociedade (e dirigente do PT), Celso Veras, "queria mandar em tudo e não descuidava da sua tradição de fazer da entidade uma correia de transmissão do pensamento e interesses do partido"⁸⁷.

A SMDDH, em sua gênese e seus conflitos internos é representativa de diferentes momentos e tentativas de (re)articulação dos setores de esquerda no Maranhão em fins dos anos 70. De 1982 em diante ela continuou desenvolvendo os seus trabalhos de educação popular, agora ampliados, mas já não se constituía no grande pólo aglutinador da esquerda mais radical, como o fora em 1979. As cisões internas e a reforma partidária, com suas diversas outras alternativas de engajamento político, estão na raiz dessas mudanças.

⁸⁷ Entrevista realizada em Janeiro de 1996.

O Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção Maranhão (CBA-MA), foi criado em 06 de março de 1979, na residência do advogado Reginaldo Telles, de imediato eleito presidente da entidade.

Conforme orientação geral, o CBA-MA vinha em reforço ao movimento nacional que reivindicava anistia ampla geral e irrestrita aos presos políticos e exilados do país pelos atos institucionais dos governos militares. Reivindicava também o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e o retorno da autonomia do Congresso para proceder à anistia política.

O CBA-MA logo se juntou à frente que reunia os movimentos democráticos”, atuantes em São Luís, reforçando-os e sendo reforçado por eles. Assim, teve apoios para a realização de diversas atividades como comícios, panfletagens e ato litúrgico em memória dos mortos e desaparecidos. Mas, a sua grande realização foi o Ato Público do dia 14 de agosto de 1980, contra o projeto de anistia que o presidente Figueiredo havia encaminhado ao Congresso.

O advogado Reginaldo Telles (do PDT), o médico José Mochel e o jornalista Luiz Pedro (ambos do PCdoB, oficialmente filiados ao PMDB) compunham a coordenação do CBA-MA, que, como se vê, não contava com a participação de nenhum petista na direção, embora estes fizessem parte do Comitê.

Constata-se que a relação entre o PT e essas “entidades de apoio” se define no seio de um ambiente competitivo e de tensão entre diversas políticas. Não é demasiado lembrar que o PT surge a partir de um processo de vigorosa crítica às outras forças políticas então organizadas em nome da esquerda. Kinzo (1993, p.56) aponta alguns elementos que são exemplares deste fato quando afirma que

“no projeto do PT há uma crítica implícita ao então MDB, visto como já tendo cumprido o seu papel e esgotado suas possibilidades, ao PCB

(Partido Comunista Brasileiro), considerado reformista e ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), criticado por seu stalinismo".

Nesse sentido, pode-se dizer que as tensões verificadas entre grupos políticos quando da fundação do PT no Maranhão, que resultavam em movimentos ora de aproximação, ora de conflito, fazem parte das disputas ideológicas ou por espaços próprios que o recém-fundado PT necessariamente teria que enfrentar junto a outras forças políticas, inclusive as de esquerda.

Em resumo

Pelo exposto até aqui, vimos que o PT do Maranhão, além de ser fruto dos esforços de nacionalização do partido que começava a se organizar a partir de São Paulo, é também parte e produto das mobilizações populares ocorridas no estado em fins dos anos 70 e começo dos 80, com destaque para o movimento estudantil e a greve pela meia-passagem; as ações oposicionistas de autênticos do MDB; a juventude da Igreja Católica, a atuação das chamadas entidades de apoio (atuais ONGs), o impacto da "resistência" dos trabalhadores rurais, e outros processos de organização com vistas ao fortalecimento das forças de oposição nos movimentos da sociedade civil e junto ao Estado.

Sindicalistas urbanos também iniciaram uma participação neste empreendimento mas não tardou a ficar claro que o padrão de sindicalismo próximo do PT ainda estava por ser construído no estado e que não havia, portanto, tantas afinidades entre esses sindicalistas e o partido. Aliás, uma das primeiras metas que o PT-MA tomou para si foi a construção de um "novo sindicalismo".

Vimos que existem ligações entre o PT e estes movimentos dadas pelo esforço de construção e/ou vivência (nem sempre explícito) de uma nova cultura política, no caso, uma visão de mundo onde as preocupações dos indivíduos adquirem um conteúdo mais coletivo do que pessoal e onde interesses do Estado são percebidos como antagônicos aos da sociedade que, por essa razão, busca se organizar autonomamente, visando estabelecer um novo padrão de relacionamento entre ambos. Outro importante componente dessa ligação entre o PT e os movimentos organizados, em São Luís/Maranhão, ocorreu pela presença de pessoas que exerceram destacado papel nesses movimentos na construção do partido, influenciando-o com estas vivências e legitimando-o como partido vinculado às lutas sociais.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO

Esta segunda parte é dedicada à análise do Partido dos Trabalhadores no Maranhão e está organizada em quatro capítulos: o primeiro, Capítulo 3, referente à fundação do partido na capital, onde se acompanhará um longo e desagregador processo de luta interna ao fim do qual os políticos que vieram do MDB para o PT se desvinculam do partido, deixando-o sob a responsabilidade dos “estudantes”. No Capítulo 4 será abordada a participação dos trabalhadores rurais no partido, a identidade petista que se define a partir desse segmento, tendências partidárias e as relações entre o PT e “entidades de apoio”. O Capítulo 5 procederá à análise das duas primeiras experiências vividas pelo PT-MA à frente de prefeituras municipais e, finalizando, o Capítulo 6 apresenta um balanço da construção do PT no Maranhão, privilegiando a questão das filiações, núcleos de base, desempenho eleitoral e relações com os movimentos sociais. Após isso tem-se a apresentação de algumas conclusões gerais e indicação das fontes pesquisadas.

Importante premissa para a análise do PT no Maranhão (cujos primeiros passos mais firmes foram dados na capital), é que em 1980, os esforços para a implantação do partido eram presididos por dois tipos de desafios: as exigências da Lei Orgânica dos Partidos, relativas a filiações e Comissões Provisórias e, a vocação petista para construir um “novo” partido de baixo para cima. Ambas as exigências eram cruciais e de difícil hierarquização, pois se tomadas isoladamente ou sobrepostas uma poderia excluir a outra.

A tensão entre a legalidade e a inovadora proposta petista embora tenha sido incentivada pelo Estado quando da emergência dos novos partidos também se inscreve nas próprias definições internas do PT, marcando-o ao longo de sua trajetória.

As numerosas exigências legais para o reconhecimento dos partidos que se formavam após a reforma de 1979 eram claras no favorecimento àquelas agremiações que herdaram organizações partidárias locais de partidos anteriores (no caso, PDS e PMDB); por outro lado, elas dificultavam sobremaneira os pequenos e novos partidos, como os imprevistos PDT e PT (Meneguello, 1982, p.26 e Keck, 1981, p. 105-108). Entretanto, fora dos marcos da legalidade o PT não conseguiria cumprir o seu projeto de ser um partido de massas que disputasse o poder político na perspectiva dos explorados e oprimidos, nos vários espaços em que esse poder se manifestasse - seja nos movimentos da sociedade civil, seja nas diversas instâncias do Estado.

Assim, a chamada história do PT e o processo de construção de sua identidade é também a história das tentativas de compatibilizar essas duas dimensões da luta política: a adaptação às instituições vigentes e a transformação destas mesmas instituições. Esta tensão se verifica de forma clara no processo de criação do partido no estado do Maranhão, nos embates travados entre os grupos do partido em São Luís; na necessidade e dificuldades de incorporação dos trabalhadores rurais à vida orgânica e às instâncias decisórias do partido, especialmente quando este não dispunha da mínima infraestrutura; ou ainda nos processos eleitorais onde frequentemente a idéia de participar e de ganhar eleições parece dispensar outras considerações como, por exemplo, a própria possibilidade de efetivação de mandatos consoantes com os princípios partidários.

Capítulo 3

GRUPOS EM CONFLITO: ESTUDANTES *VERSUS* POLÍTICOS ORIUNDOS DO MDB NA FUNDAÇÃO DO PT EM SÃO LUÍS

Este capítulo tem por finalidade esclarecer como se deu a construção do PT na capital do estado (São Luís), no período que vai da fundação do partido até as eleições de 1982. Considera os atores que foram predominantes e o tipo de relação que estabeleceram entre si, ou seja, o tipo de organização que conseguiram viabilizar; também encaminhará uma apreciação sobre as relações desenvolvidas com as instâncias regional (Diretório Estadual) e nacional (Diretório Nacional) do partido. Deste conjunto de articulações entre os elementos urdidores do partido, resultam algumas indicações de como o PT interagiu com o ambiente no qual se inseria e os traços que demarcavam sua identidade.

No âmbito nacional, vasta bibliografia⁸⁸ esclarece as origens sociais e políticas dos diversos segmentos sociais que se engajaram no projeto de criação do PT. No caso específico da capital maranhense, os segmentos identificados foram: estudantes universitários; políticos oriundos do grupo “autêntico” do MDB; membros de organizações juvenis da Igreja Católica com atuação no meio estudantil e popular; profissionais liberais vinculados à Universidade e/ou ONGs e sindicalistas, estes últimos efemeramente.

Na segunda metade de 1979, diversas atividades pró PT já vinham sendo realizadas em São Luís. Em 04 de abril de 1980, na Câmara Municipal, 53 delegados e dezenas de simpatizantes realizaram o 1º Encontro do PT no Maranhão, com o objetivo,

⁸⁸ Para uma apreciação geral do Partido dos Trabalhadores, consultar: Keck (1981); Meneguello (1989), Tadeu César (1995), Sader (1986), Gadotti e Pereira (1989), Oliveira (1988), Azevedo (1991), Besbel (1991) e Volgt (1990). Para estudos regionais, consultar: Couto (1995) e Meneguello (1989), sobre São Paulo; Olinda (1991), para o Ceará e Pere Petit (1995), para o Pará.

dentre outros, de eleger a primeira Comissão Provisória Regional, a qual foi constituída por representantes dos diversos setores onde o PT estava sendo organizado ou tinha a presença de militantes, a saber: políticos oriundos do MDB, estudantes universitários, bairro (popular) do Tirirical, trabalhadores rurais e sindicalistas⁸⁹.

Desde esse Encontro, o conflito de posições políticas já se anunciava no PT do Maranhão. Alguns profissionais liberais, como o advogado Josemar Pinheiro e o jornalista Cunha Santos manifestaram seu descontentamento com o que lhes parecia “a estrutura viciada que o PT do estado vinha adotando, com decisões de cúpula e não de baixo para cima”. Estudantes universitários também destacaram “a falta de discussão política”. Em razão dessas divergências os citados profissionais liberais recusaram o engajamento no PT enquanto os estudantes o aceitaram, fato esse que prenunciava a continuidade de conflitos no seio do partido (Jornal O Imparcial, 06/04/80, p. 7).

Dada a necessidade de vínculos entre a instância nacional e local do novo partido, uma representação dos petistas maranhenses se fez presente no evento de fundação nacional do partido, que ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Nesta oportunidade foi aprovado o Manifesto e constituída a primeira Comissão Nacional Provisória. Do Maranhão, estavam lá o deputado Domingos Freitas Diniz Neto, os dirigentes do PT-MA José Celso Veras e Pedro Aurélio Carneiro, o jornalista Walter Rodrigues e os sindicalistas Julião Amim, Sebastião Cardoso e Edilberto Machado.⁹⁰

Cumprindo as exigências legais, o Partido dos Trabalhadores no Maranhão realizou sua primeira Convenção Regional (estadual) em julho de 1981, na sede da Assembléia Legislativa. Trinta e uma pessoa assinaram a lista de presença e discutiram o Programa, Manifesto e Estatuto do partido, os quais foram aprovados por unanimidade juntamente com a única chapa apresentada para o Diretório Regional. O advogado

⁸⁹ Ver no Anexo I, composição da 1ª Comissão Provisória do PT- São Luís, conforme foi homologada pelo T.R.E., em fevereiro de 1981.

⁹⁰ Freitas Diniz, em entrevista à autora.

Oswaldo Alencar Rocha, que já tinha sido eleito presidente da 1ª Comissão Provisória Regional, em fevereiro de 1981, foi eleito agora presidente do Diretório Estadual do PT-MA (Cf. Anexo I). Na capital, a primeira Comissão Provisória foi presidida por Hécio Silva, então vereador, eleito pelo MDB.

Dos segmentos que participaram da fundação do PT na capital, nem todos ultrapassaram esse momento de gênese do partido. Os sindicalistas, por exemplo, embora tenham sido pioneiros na divulgação do PT no Maranhão, não permaneceram no partido.

Segundo a imprensa, foi Julião Amim, então presidente do Sindicato dos Bancários, quem trouxe o PT para o Maranhão e que viabilizou a primeira visita de Lula ao estado, em agosto de 1980, para um comício que reuniu aproximadamente dez mil pessoas que, segundo essa mesma imprensa, "aplaudiam delirantemente o líder metalúrgico" (Jornal O Estado do Maranhão, 29/07/80, p.1 e 7).

Depoimentos colhidos nestas mesmas fontes, apontam que a afinidade deste sindicalista com o PT era inferida meramente de sua condição de militante do movimento sindical, pois o mesmo entendia que este segmento e os trabalhadores em geral deveriam vir para o PT sem considerar qualquer distinção entre o perfil político do sindicalismo vigente no Maranhão e o "novo sindicalismo" que no Sudeste vinha se identificando com o PT.⁹¹

Compreendendo que os dirigentes sindicais eram os "representantes naturais" do PT, Julião Amim arregimentou vários deles para o partido; foi o caso de Edilberto Machado, do Sindicato dos Comerciários, Sebastião Cardoso, presidente do Sindicato

⁹¹ Segundo essas mesmas fontes, o primeiro contato de Julião Amim com lideranças nacionais do PT, particularmente Lula, ocorreu em janeiro de 1980, em São Paulo, durante a "Semana da Mulher Bancária". A partir daí, os contatos prosseguiram por via telefônica e por correspondência. Em sua vinda à São Luís, além de participar do comício, Lula visitou bairros populares e manteve contato com lideranças do movimento estudantil e outros estudantes petistas. Os bairros visitados foram Matadouro, Camboa e Sá Viana; também estava agendado um encontro com "líderes autênticos" (sindicalistas), que acabou não se realizando.

dos Tabalhadores nas Indústrias de Sabão e Velas e José Henrique Muller Frazão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações. Vários deles chegaram a integrar as primeiras direções partidárias.⁹²

Como pioneiro, este grupo foi uma das vertentes fundadoras do PT no Maranhão, mais precisamente em São Luís, mas ainda no ano de 1980 seus integrantes afastaram-se do partido e os que permaneceram passaram a integrar o bloco dos políticos oriundos do MDB, liderado pelo deputado Freitas Diniz. Esse processo é descrito pelo então secretário estadual do PT, engenheiro Pedro Aurélio Carneiro da seguinte forma:

“As coisas corriam paralelas, nós e eles. Aí nós os procuramos para conversar, só que eles achavam que o PT era deles porque eles eram trabalhadores e nós não. Eles não tinham nenhuma experiência, nós tínhamos deputado, éramos de partido, . . . mas eles achavam que a liderança do processo caberia a eles. Ocorre que eles não tinham condições de exercer a liderança sobre nós, eram muito mais atrasados e havia uma dissonância entre a proposta do PT e aquilo que eles imaginavam ser essa proposta: o PT era um partido de esquerda e eles eram sindicalistas moderados que não tinham nada de pensamento esquerdista, pelo contrário.”⁹³

Torna-se claro, então, que dentre as razões que levaram à não permanência deste segmento no PT-MA, se destaca a idéia de que era precária a identificação política desses sindicalistas com o PT - embora eles não concordassem com essa idéia - e a

⁹² O bancário Julião Amim, por exemplo, foi o tesoureiro da primeira Comissão Provisória Regional do PT no Maranhão. A mesma que foi juntada a de outros dezessete estados na solicitação de registro do partido junto ao T.S.E., em 06/07/80. Porém, em dezembro do mesmo ano, Julião Amim renunciou ao cargo de tesoureiro e de membro da Comissão Provisória e pediu o cancelamento de sua filiação ao partido. Conforme registrado em Ata, a renúncia foi acatada unanimemente, tendo, inclusive o vice-presidente, José Celso Veras, destacado, em discurso, “o comportamento vacilante [do referido sindicalista] como dirigente partidário” Nesta mesma reunião da Comissão Prvisória Regional, o estudante João Batista Ribeiro Filho foi eleito para o cargo que ficou em aberto após o afastamento de Julião Amim. Todos os documentos aqui mencionados e/ou sugeridos fazem parte do Processo 391/81 (Classe H), que se encontra no arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

⁹³ Entrevista com Pedro Aurélio Carneiro.

reduzida força dos mesmos entre os agrupamentos que disputavam o controle do partido na estado.

Dos segmentos fundadores do PT que nesse primeiro momento se mantiveram presentes e articulados no interior do partido foram: o dos estudantes, que englobava universitários e pessoas da Pastoral da Juventude do Meio Popular e o grupo de políticos oriundos do MDB, ampliado com alguns sindicalistas.

Do ponto de vista da teoria política, não é tarefa fácil classificar esses agrupamentos de acordo com a terminologia usualmente aplicada às subunidades partidárias: tendências ou facções⁹⁴, pois em cada um deles convivem traços de uma e de outra dessas subunidades.

A afinidade com as tendências era dada pelo fato de não se tratarem de “partes contra o todo” (Sartori, 1982), posto que ambos se declaravam interessados em construir o PT. Além disso, a organização interna de cada um desses agrupamentos não chegava ao nível (típico das facções) de possuírem imprensa, finanças e instâncias deliberativas próprias (Panebianco, 1982).

Os traços de facções ficavam por conta, antes de tudo, da afinidade que tinham com o significado clássico do termo facção, que a associa ao divisionismo irreparável, animosidades e interesses particulares (Sartori, 1982). Outro aspecto fundamental são os laços de lealdade que existiam no interior de cada grupo, o que lhes permitia apresentarem-se sempre de forma coesa. Eram grupos ininterruptamente presentes nas disputas internas, o que revelava o empenho em conquistar, salvaguardar ou ampliar posições de poder no interior da organização partidária (Panebianco, 1982).

⁹⁴ Terminologia utilizada por Panebianco (1982). Destaco, porém, que o conteúdo aqui atribuído a cada uma dessas subunidades partidárias não se detém naquilo que é apresentado por este autor, posto que incorporo explicações colhidas na obra de Sartori (1982).

Eram grupos que, diferentemente das organizações de esquerda, não tinham um projeto político-ideológico previamente definido; suas posições foram sendo elaboradas na dinâmica do processo de construção partidária, no período 1980-1982. Pode-se concluir, então, que a identidade de cada grupo se formava pela experiência política de seus integrantes no período anterior ao PT, pela específica interpretação que faziam do programa petista e dos desafios conjunturais e, finalmente, pela forma e conteúdo do enfrentamento - marcadamente polarizado - ao grupo oponente no dia-a-dia do PT-MA.

Diante da dificuldade de classificar os agrupamentos do PT de São Luís como tendências ou facções, uma vez que apresentavam feições ora de umas ora de outras, a denominação que se apresenta como mais adequada, porque mais neutra e por não pressupor elevada organicidade ou unidade ideológica, é o termo "grupo", o qual será utilizado ao longo deste estudo. Assim e baseando-se em quem representava a liderança em cada um desses agrupamentos e nos nomes usualmente lhes atribuídos naquele período e mesmo hoje por ex-integrantes, eles serão designados neste estudo da seguinte maneira: "grupo dos estudantes" e "grupo do deputado Freitas Diniz" ou apenas "grupo de Freitas Diniz".

Ressalto que esse esforço de classificação dos integrantes do PT, não pressupõe um caráter fechado de cada um dos grupos, como se o primeiro fosse composto exclusivamente por estudantes e o segundo por uma espécie de séquito do deputado Freitas Diniz; também não significa que sejam frutos de estratégia minuciosamente planejada e alimentada por seus integrantes. As partes (os grupos) não visavam se sobrepor ao todo (o partido), inibindo o crescimento deste em prol do seu próprio crescimento.

Sob a rubrica de "Grupo dos Estudantes" se agrupavam pessoas de diversas categorias, como bem indica o quadro a seguir, que apresenta uma amostra da composição desse grupo, considerando alguns dos seus mais destacados integrantes.

IV - PT - SÃO LUÍS - "GRUPO DOS ESTUDANTES"*

NOME	PROFISSÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Luis Carlos dos Santos Cintra	estudante FUM	M. E. FUM
Fernando A. Resende de Jesus	estudante FUM	M.E. FUM
Eliane Moraes (Preta)	estudante FUM	M.E. FUM
Fátima Diniz	estudante FUM	M.E. FUM
João Batista Ribeiro Filho	estudante FESM	M.E. FESM
José Gomes Oliveira	estudante FESM	M. E. FESM
Domingos F. Dutra Filho	estudante FUM	M. E. FUM
Ivanhoé Alves Leal	estudante FUM	M.E. FUM
Fernando M. Lopes	estudante FESM	M. E. FESM
Jomar Fernandes	estudante FUM	M.E. FUM
Solange Bayma Oestreicher	estudante 2º grau	M.E.
Nonato Cavalcanti	estudante FUM	M.E. FUM
Antonia Caldeira	comerciária	Bairro da Liberdade
Raimundo Nonato Rodrigues (Didi)	operário (Coca Cola)	Bairro Vila Palmeira
D. Maria	professora	Bairro do Sá Viana
Leonardo Pereira da Silva	carpinteiro	Bairro da Divinéia
Jorge Antônio Silva Santos	comerciário	Bairro da Liberdade
Rosa Fernandes Dutra	estudante FUM	Bairro do Apeadouro
Bira	operário (Coca Cola)	Bairro da Floresta
Edvaldo Soriano do Vale	operário (Coca Cola)	Bairro Santa Cruz
Shigueko Nirasawa	socióloga	Núcleo dos Profis. Liberais
Francisco Martins	contador	Núcleo dos Profis. Liberais
Wadih Damous Filho	advogado	(MEP)
Maria José Leite (Mazé)	estudante FUM	M.E. FUM
Ovidio Santiago ***	pedreiro	Anjo da Guarda
Oliveiros Pereira Santiago	pedreiro	Anjo da Guarda
Renato Dionísio	estudante	M.E. FUM
Ana Vieira Marques	professora	Sá Viana

Lourenço Cláudio dos Santos	estudante	Mov. Teatro Amador - Anil
Osmundo Joaquim Silva	estudante	Pastoral da Juventude
Lourival Cunha Sousa	estudante FESM	M.E FESM
Hélcio Silva ***	professor	Vereador

Fonte: Relatórios e Dossiês encaminhados pelos "Estudantes" ao Diretório Nacional do PT, combinados com depoimentos de entrevistados.

* Os componentes desta tabela não ingressaram no PT na mesma época, mas ao longo do período 1980-82. Também é variável o grau de organicidade que cada um desses integrantes mantinha com o partido e com o "grupo de estudantes".

* FESM - Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Hoje, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

**FUM - Fundação Universidade do Maranhão. Hoje, Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

***Inicialmente faziam parte do "grupo do deputado Freitas Diniz, depois romperam. O primeiro em razão de discordar dos métodos de decisão desse grupo, que chegou a incluir o seu nome em uma chapa para o Diretório Municipal de São Luís, sem procurar saber da sua concordância ou não e nem sequer comunicá-lo.

Este quadro, embora incompleto, reforça a justificativa da denominação adotada "grupo de estudantes", pois em que pese eles não serem os únicos, eram numerosos além de muito presentes e influentes no debate político. As aspas que cercam o nome ao longo deste trabalho destinam-se a sugerir que nem todos os membros do grupo eram estudantes.

De outro lado, os principais integrantes do "grupo do deputado Freitas Diniz" eram:

V - PT - SÃO LUÍS - "GRUPO DO DEPUTADO FREITAS DINIZ"

NOME	PROFISSÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Domíngos Freitas Diniz Neto	engenheiro civil	Câmara dos Deputados / Diretório Nacional do PT
José Celso Veras	economista	SMDDH
Walter Alencar Rodrigues	jornalista	SMDDH
Pedro Aurélio de S. Carneiro	engenheiro/SUDENE	SMDDH
Oswaldo de Alencar Rocha	advogado	CPT
Arlindo Raposo	professor FUM	APRUMA
José Vicente Aroucha	assessor parlamentar	
João Paulo Amorim	pequeno comerciante	Bairro do Tirirical
Benevenuto J. R. dos Santos	professor	Bairro do João Paulo

Fonte: Relatórios e dossiês encaminhados pelos "Estudantes" ao Diretório Nacional do PT, combinados com depoimentos de entrevistados.

As iniciativas de construção do partido não juntaram logo de imediato esses dois grupos; cada um fazia um trabalho isolado. Freitas Diniz à frente de um grupo de aliados desse novo projeto mantinha entendimentos diretos com a direção nacional provisória do partido, assumindo diante desta a responsabilidade por organizá-lo no Maranhão.

Os "estudantes" (no princípio, um quarteto formado pelos universitários Luís Carlos Cintra, Fernando Resende, Fátima Diniz e Eliane Moraes) procuravam divulgar o partido nos espaços em que emergiam lutas de caráter popular. Seu primeiro documento pró-PT uma espécie de "Carta de Princípios", foi distribuído a moradores do bairro São Bernardo, que se encontravam em luta contra os despejos de suas casas.

Há indícios de que embora os dois grupos não tenham se lançado em conflito aberto já nos momentos iniciais da construção do partido no estado, algumas condições para isso já estavam dadas, pois reinava entre eles uma desconfiança mútua e ambos disputavam não exatamente os cargos de direção, mas, com certeza, a "linha política"⁹⁵ de implantação do partido no estado.

Da parte dos "estudantes" destacava-se a desconfiança senão em relação às instituições parlamentares, pelo menos em relação aos políticos dos partidos considerados tradicionais, que incluía o MDB e seus representantes. A desconfiança era em parte contrabalançada pela atuação parlamentar do deputado Freitas Diniz, um reconhecido "autêntico" do MDB, apontado pela Comissão de Imprensa da Câmara Federal como um dos deputados mais atuantes. Outro fator que enriquecia o currículo esquerdista do deputado era o fato dele estar respondendo a processos que visavam enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional - LSN.

⁹⁵ Expressão utilizada por Panebianco (1982, p. 96) para indicar "as afirmações que fazem os líderes sobre os objetivos que o partido pretende perseguir e sobre a maneira de atuar" (políticas de alianças, táticas mais oportunas, etc). Para este autor, a linha política "é, principalmente, um instrumento que ajuda a manter a identidade do partido e, só em segunda instância, um guia para a ação".

Havia, entretanto, outros fatos da vida desse parlamentar que alimentavam a desconfiança dos estudantes: as bases eleitorais em que se assentaram as suas duas eleições (1974 e 1978), que eram de tipo tradicional, os vínculos políticos situacionistas (como a ligação com o ex-governador Newton Bello, da ARENA) e, sobretudo, pela idéia de que a ação oposicionista do deputado,

“ (...)embora muito importante, se limitava a discursos na Câmara dos deputados, onde era protegido pela imunidade parlamentar, não indo [Freitas Diniz] sequer fazer esses discursos nos espaços em que as lutas sociais estavam aflorando.”⁹⁶

É certo, porém, que nesse momento em que ainda vigia o arbítrio da LSN, a imunidade parlamentar não era um direito líquido e certo como bem o demonstram os diversos processos sofridos pelo próprio deputado Freitas Diniz. Por outro lado, a idéia de desconexão entre a ação do deputado em Brasília e aquela desempenhada no Maranhão, onde Freitas Diniz não era integrado à chamada esquerda é, em parte, explicada pelo significado de “autênticos” e “moderados” naquela conjuntura.

Kinzo (1988) ajuda a esclarecer esta questão ao afirmar que

“autênticos” e “moderados” são denominações em grande medida elaboradas pela imprensa para se referir à atuação no âmbito específico do Congresso Nacional e que transcende as clivagens regionais e não raro ideológicas assim como os métodos de fazer política.⁹⁷

⁹⁶ Fernando Resende, em entrevista à autora.

⁹⁷ Para essa autora, “moderados” e “autênticos” são denominações muito comuns na literatura acadêmica e jornalística. Esclarece que a “ala dos moderados” abrigava políticos experientes que acreditavam firmemente ser a moderação a estratégia correta para se fazer frente às restrições do regime, além daqueles que simplesmente desejavam estar o mais próximo possível do governo. A presença ativa e destacada no Congresso e a coragem (menos que a ideologia) para enfrentar o regime são distintivos dos “autênticos”. Kinzo (1988, p. 57 e 142-3).

A desconfiança parece ter se confirmado aos olhos dos estudantes quando foi iniciada a estruturação do PT, em moldes que julgavam semelhantes aos do MDB: filiações sem discussão e critérios "políticos"⁹⁸, ausência de organizações de base e centralismo na tomada de decisões. Mas, neste particular, é preciso não perder de vista o volume de dificuldades criadas pela legislação eleitoral que, no caso do Maranhão, exigia a constituição de Comissões Provisórias em 26 municípios e aproximadamente 33 mil votos no próximo pleito eleitoral, tarefa difícil da qual a direção nacional não descuidava e cuja efetivação não deixava de cobrar das instâncias estaduais, até porque disso dependia o registro do partido.

Ademais, havia outros aspectos de ordem prática como por exemplo a natural e em certa medida desejável transferência da base política e eleitoral do deputado Freitas Diniz, do antigo MDB para o seu novo partido - o PT.

Oriundo de uma família de políticos tradicionais com atuação no interior do Estado (região de Araióses, Brejo, São Bento, etc.) onde tinha o grosso da sua base eleitoral, Freitas Diniz não hesitou em filiar o "seu pessoal". Isto foi decisivo para o registro do partido, mas foi criticado com vigor pelos "estudantes", que viam nesse gesto uma prática política tradicional incompatível com o novo PT.

Baseados no Programa do PT, os "estudantes" apontavam os núcleos de base como a via mais adequada para as filiações e privilegiaram essa atividade como a principal tarefa de construção partidária. Tal esforço foi de extrema importância no sentido de se praticar a novidade que o PT buscava acrescentar à estrutura partidária brasileira, mas não influenciou decisivamente e tampouco foi suficiente para a formalização ou reconhecimento legal do partido.

⁹⁸ A expectativa era que a filiação não fosse meramente cartorial ou burocrática, mas que o filiado fosse alguém "que quisesse lutar para mudar a situação do país em favor dos trabalhadores". (Luís Carlos Cintra, em entrevista à autora).

Não fosse o acentuado grau de conflitos e sectarismos que envolveu os dois grupos - estas duas práticas (filiação e formação política) poderiam ser encaminhadas enquanto complementares; não no sentido de uma divisão de trabalho, mas de uma síntese de dois desafios que o PT se propôs a abraçar; seria uma resposta à tensão que desde o princípio envolveu o PT que é a opção por institucionalizar novas modalidades de fazer política em um contexto que é adverso, tanto em termos de aparato legal quanto da tradição política da direita e da esquerda no país⁹⁹.

As diferenças entre esses dois agrupamentos eram interpretadas da seguinte forma: para os “estudantes” elas decorriam de diferentes projetos ideológicos (visão de PT e dos objetivos da luta política) também das origens sociais (condição de classe) dos integrantes desses grupos serem acentuadamente distintas, a ponto de dividir o partido em dois grandes blocos: um chamado de burguês, outro dos trabalhadores.

Depoimentos de ex-integrantes do “grupo do deputado Freitas Diniz”¹⁰⁰ indicam que para eles essas diferenças de origem social entre os grupos do PT inexistiam ou eram irrelevantes; consideravam que a distinção fundamental era que os estudantes ainda estavam imersos no purismo e na inexperiência político-partidária, o que lhes induzia a idealizações nada pragmáticas e ao dogmatismo.

Estes argumentos não são suficientemente esclarecedores da identidade dos grupos presentes na fundação do PT em São Luís/Maranhão. De todo modo, valho-me deles para identificar acentuado pragmatismo no “grupo de Freitas Diniz” e intenso “participacionismo”¹⁰¹ entre os “estudantes”.

O pragmatismo, aqui compreendido no seu uso coloquial enquanto justa adequação entre resultados práticos e imediatos e o cumprimento de determinadas

⁹⁹ A respeito da tradição política brasileira, consultar: Weffort (1985), Coutinho (1979) e Sales (1994)

¹⁰⁰ Referência a Walter Rodrigues, Pedro Aurélio Carneiro e Celso Veras, entrevistados pela autora.

¹⁰¹ Termo utilizado por Couto (1995, p. 53-97), para designar um dos traços constitutivos do Partido dos Trabalhadores, herdado dos sindicalistas e da política de base da Igreja Católica, que se refere, como o próprio nome já indica, a uma dinâmica participativa e organização pela base no interior do partido.

tarefas, foi mais acentuado no “grupo de Freitas Diniz”, que apresentava grande desenvoltura para fazer aquilo que lhe parecia ser “exigência da conjuntura e da realidade local”, mesmo que em detrimento de algumas regras programáticas do partido; por outro lado, era menos intenso entre os “estudantes”, que se apegavam aos documentos do PT de forma radical e que faziam da “participação” e da “organização de base” seu principal alvo, não obstante isto às vezes aparecesse, naquele contexto, como algo “fora da realidade”.

Esta caracterização, entretanto, ainda não é suficiente para esclarecer o problema da identidade desses grupos, e conseqüentemente do PT-MA, daí a necessidade de aprofundar pontos especiais, como: a visão dos grupos sobre o Partido dos Trabalhadores; a condição de classe de seus integrantes e, a atuação desses grupos no PT. A fonte privilegiada à qual recorro para a abordagem dessas questões será o discurso dos próprios personagens em foco, que passo a apresentar na sequência desse estudo.

Concepções sobre o Partido dos Trabalhadores

A concepção de PT atribuída pelos “estudantes” ao “grupo de Freitas Diniz”, aludia a uma quase indistinção, por parte destes últimos entre o PT e o MDB ou PMDB. Seriam progressistas face ao autoritarismo do regime militar, mas desinteressados em novas formas de organização política e partidária que primassem pela democracia interna, pela articulação com as lutas populares e por uma composição mais selecionada¹⁰² do quadro de filiados. Dizem os estudantes:

“(...) [eles] conduziram o partido e grande parte dos seus militantes a um afastamento da sua proposta inicial, o que ocasionou uma verdadeira negação de quase tudo aquilo que se encontra no seu

¹⁰² No sentido de que fossem atraídos para o PT somente aqueles setores indicados nos documentos partidários, ou seja, os explorados e oprimidos pelo sistema capitalista.

Programa e nos demais documentos oficiais...” (Núcleo da Divinéia et al., 1981, p.1).

“...suas verdadeiras intenções são transformar o PT em um partido eleitoreiro, voltado para o parlamento corrupto, afastando-o das lutas concretas...” (Silva, Leonardo et al., 1981, p.3).

Em relação a eles próprios, os “estudantes” se apresentavam como

“ (...) setores comprometidos com a construção de um forte partido de massas e democrático” (Ribeiro Filho, 1981).

“militantes que não se conformavam com a deformação do PT e procuravam reconduzi-lo, a partir dos organismos de base, a seus verdadeiros caminhos.” (Núcleo da Divinéia et al., 1981).

Por outro ângulo, a percepção que os integrantes do “grupo de Freitas Diniz” tinham acerca de si mesmos e dos “estudantes” era substancialmente diversa das apresentadas por estes últimos; aliás essa percepção variava entre os diferentes componentes do grupo, embora em nenhum deles houvesse sintonia entre a autopercepção e aquela que lhes foi atribuída pelos “estudantes”. Dizem eles:

“ (...) nós éramos políticos e com a reformulação partidária precisávamos ir para um partido político. No PMDB o espaço dos autênticos se esvaziava cada vez mais... o PDT era um projeto pessoal do Brizola ... Das propostas à esquerda o PT era o que melhor se relacionava com o que a gente pensava ... Nossa proposta era a sociedade democrática e achávamos que isto estava melhor caracterizado no PT.” (Pedro Aurélio Carneiro).

“ O que a gente queria com o PT era um partido que tivesse a marca do socialismo mas que não fosse o partido do centralismo burocrático,

do partido único, partido leninista, stalinista ou trotskista ... e nem partido de uma classe." (José Celso Veras).

"Vim para o PT porque ele negava o finalismo e o determinismo; era o partido da tática ao invés da grande estratégia. Essa era a novidade do PT, mas até hoje tem sido muito pouco compreendida." (Domingos Freitas Diniz).

"Ninguém era mais amarrado ao programa do PT do que nós, mas este nunca foi cumprido porque se o fosse os grupos da extrema esquerda não teriam sido admitidos desde o começo (...) O programa do PT foi redigido basicamente pelas correntes mais social-democráticas, mas a base era de extrema esquerda, por isso é que ninguém nunca deu muita bola para ele." (Walter Rodrigues).

É flagrante o contraste entre a autoimagem de cada um dos grupos e a visão que um atribuía ao outro, fato que evidencia a notória dificuldade desses grupos "falarem a mesma linguagem" e desenvolverem afinidades; consequência disso foi a inexistência de um esforço comum e articulado no sentido da construção partidária - tudo se passava como se essas partes agissem não em função de um mesmo todo (o partido), mas de "todos" diferentes. Pode-se inferir que esta situação foi negativa para o processo de institucionalização partidária, que é maior quanto maior for a coesão interna¹⁰³.

Outro elemento muito presente neste conjunto de depoimentos é a contraposição entre o que anteriormente denominei de "pragmatismo" e "participacionismo", apresentados como traços distintivos entre os dois grupos. É inegável a força das preocupações de ordem prática para o "grupo do deputado Freitas

¹⁰³ A esse respeito, Panebianco (1982, p.125-126) afirma que "existe una relación inversa entre el grado de institucionalización del partido y el grado de organización de los grupos que actúan en su interior: cuanto más institucionalizado se halle el partido, menos organizados serán los grupos internos. Y correlativamente, cuanto menos institucionalizado se halle el partido, más organizados estarán los grupos internos". Este é um caso em que os grupos do PT de São Luís apresentam nítidos traços de facção.

Diniz”, constituído por políticos que precisavam de espaço para atuar e, no reduzido espectro das opções partidárias de esquerda, o PT lhes pareceu a alternativa mais adequada. Neste ponto, também é importante considerar os conflitos que estes políticos, notadamente o deputado Freitas Diniz, já enfrentavam no interior do MDB e que, de certa forma minavam as possibilidades de permanência no seu sucessor direto, o PMDB, dificultando também uma eventual ida para o PDT.

A alternativa PMDB se mostrava inviável porque a direção nacional do partido entregou a direção regional do MDB - que desde 1968 estava sob o comando de Freitas Diniz - a Renato Archer e Cid Carvalho, recentemente reintegrados à política maranhense e de certa forma desafetos de Freitas Diniz e seus aliados. No caso do PDT, os atritos com Jackson Lago, rescaldo das eleições de 1978, juntamente com o chamado personalismo deste partido, desestimulavam a adesão ao mesmo.

É preciso reconhecer, porém, que mesmo do ponto de vista prático, a alternativa PT não se revelava tão promissora ao deputado Freitas Diniz e seus aliados. Antes disso, ela encerrava uma certa dose de aventura, pois no aspecto eleitoral - questão muito cara a esse agrupamento - as perspectivas não eram otimistas, o que aliás se confirmou com a não reeleição de Freitas Diniz em 1982.

Estes fatos sugerem que a vinda destas pessoas para o PT, se foi influenciada por interesses práticos e cálculo político, houve também uma vontade de apostar no PT e disposição para construí-lo num contexto acentuadamente hostil a essa proposta. Houve, portanto, algo de idealismo também em torno do projeto de construção do PT, também por parte destas pessoas, não obstante um dos integrantes desse grupo revele:

“(...) nenhum de nós tinha inclinação fervorosamente petista.”¹⁰⁴

Um aspecto importante desse “não fervor” petista - que os distinguiu radicalmente da visão dos estudantes - era o fato de que para essas pessoas, a opção do

¹⁰⁴ Walter Rodrigues em entrevista à autora.

PT por ser um partido legal automaticamente eliminava ou pelo menos secundarizava outras dimensões - novas - da proposta petista. Para eles, a exigência de um certo número de filiações e Comissões Provisórias excluía, na prática, os núcleos e a chamada discussão política. Essa era a convicção ou a “fatalidade” que presidía o comportamento da direção local do PT, no qual se sentiam plenamente respaldados pela direção nacional do partido¹⁰⁵ e contra a qual os estudantes se insurgiam cotidianamente.

A já mencionada desconfiança dos “estudantes” com relação aos propósitos petistas dos integrantes do “grupo de Freitas Diniz” só aumentava a intolerância desses para com eventuais flexibilizações partidárias por parte dos dirigentes. Estes, por sua vez, não hesitavam em lhes apontar idealizações e romantismos, como se os “estudantes” estivessem chegando em uma posição política da qual eles, vencidos e cansados, já haviam saído. O depoimento abaixo é ilustrativo desse sentimento

“ as pessoas que vinham saindo de partidos clandestinos viam que já se havia esgotado o leninismo, stalinismo, etc. (...) A exacerbação da questão de classe estava superada, esgotada e já não dava para ser aceita. Era essa, inclusive, a inovação do PT: ausência desse ranço e da visão maniqueísta da sociedade. O projeto do PT já não trabalhava com essa divisão, com esses conceitos.”¹⁰⁶

De tudo isso, conclui-se que efetivamente havia diferenças políticas que distinguiam os dois grupos no dia-a-dia do partido. Aparentemente, tais diferenças não reproduziam em São Luís os embates entre facções que disputavam em torno do caráter do PT (se estratégico ou tático, reformista ou revolucionário), verificado em outros estados. Mas as práticas, ancoradas no realismo pragmático ou na ampliação da participação, no curto ou longo prazo, efetivamente distinguiam os políticos orindos do MDB dos “estudantes”.

¹⁰⁵ Este entendimento foi explicitado por Pedro Aurélio Carneiro e Walter Rodrigues em entrevistas concedidas à autora.

¹⁰⁶ Celso Veras em entrevista à autora.

Os métodos de construção partidária têm relação estreita com o caráter do partido (se não com o caráter anunciado, certamente com aquele efetivamente produzido). Isto permite afirmar que, de certa forma, estava em disputa o tipo de PT que seria construído no Maranhão: se aquele da democracia interna ou do centralismo, do vínculo prioritário com a sociedade ou com o Estado (parlamento, cargos executivos), do direcionamento para o campo dos “explorados pelo capitalismo”, ou para setores de classe média e alta; enfim, na construção do PT-MA, sua identidade não estava previamente definida ou pacificada entre os próprios sujeitos do partido. Ao contrário disso, estava em questão se essa experiência confirmaria ou negaria o Programa petista: primeiro esforço de demarcação dessa identidade.

Origens Sociais dos Fundadores do PT

Coerente com o propósito de mostrar o PT-MA a partir das representações elaboradas pelos sujeitos do partido, destaco que para os “estudantes” a concepção de PT implementada pelo “grupo de Freitas Diniz” era distoante daquilo que estava prescrito no Programa do partido. Aos seus olhos, isto decorria, entre outras coisas, da condição de classe dos integrantes desse grupo, que, segundo os “estudantes”,

“têm interesses estranhos aos trabalhadores por não pertencerem a esta mesma classe, por não sofrerem os problemas destes, por que sempre pertenceram à classe dominante” (Silva, L. et al. 1981).

Nessa mesma linha, os “estudantes” se autoclassificam como:

“*trabalhadores* cuja adesão ao PT se deu não só pela condição histórica de oprimido pela burguesia, mas a partir dos princípios básicos [projeto político] do PT.” (Silva, L. et al. 1981).¹⁰⁷

¹⁰⁷ Grifo em itálico não faz parte do texto original.

Esta maneira de perceber o entrelaçamento do social com o político (pressupondo uma conexão automática entre ambos) é típica daquilo que Panebianco (1982) classifica como *prejuicio sociológico*, ou seja, o hábito de considerar os partidos como meras manifestações políticas das diferenças sociais, hábito esse que dificulta a justa compreensão da questão, pois, como diz o próprio autor,

“el prejuicio sociológico impide ver que entre los partidos y el sistema de las desigualdades sociales existe una relación compleja cuya designación con el término representación conlleva, en el mejor de los casos, una fuerte dosis de imprecisión y simplificación. Aun más, el prejuicio sociológico hace perder de vista el hecho de que el partido non sólo non refleja mecánicamente, ni en su organización ni en su política, el sistema de las desigualdades sociales, sino que es en sí mismo y ante todo, un productor de desigualdades en su propio seno: desigualdades que llamaré organizativas para distinguirlas de las que se derivan del sistema de estratificación social” (Panebianco, 1982, p.29).

Para os integrantes do grupo do deputado Freitas Diniz, conforme já se disse, as diferenças de classe não constituíam um divisor de águas; consideravam que

“as diferenças entre os grupos não eram em termos de classe social, mas etária e de formação cultural; eles eram mais jovens e nós mais preparados e experientes.”¹⁰⁸

Deixando agora de lado as representações dos petistas, mas diante da indisponibilidade de fontes mais consistentes que indiquem a origem social dos fundadores do PT no Maranhão, aventuro-me a considerar esta questão tendo como

¹⁰⁸ Entrevista com Walter Rodrigues.

parâmetro os quadros apresentados neste trabalho, que trazem uma amostra dos integrantes dos grupos do PT em São Luís.

Nesses quadros se observa que 89% dos citados integrantes do “grupo do deputado Freitas Diniz” eram profissionais liberais (engenheiros, advogados, professores universitários, jornalista), que dado ao padrão de escolaridade e de renda que possuíam, podem se considerados como de classe média¹⁰⁹. Entre os “estudantes” há 65% de universitários (presumidamente também de classe média) e 10% de profissionais liberais; restam 25% de operários, comerciários e professores de 1º grau, que somados aos 11% de “pequeno comerciante”, do “grupo de Freitas Diniz”, totalizam 36% de setores de classe baixa contra 64% de classe média.

Disto se conclui que o PT de São Luís-Maranhão é representativo de marcante característica do chamado PT nacional, que é a participação de setores da classe média e da classe baixa na fundação do partido. Conclui-se também que no caso específico da capital maranhense, os setores de classe média foram majoritários. Conclui-se, por fim, que é frágil a alegação dos “estudantes” de que a origem social (classe média) do grupo de Freitas Diniz inevitavelmente conduziria à negação do Programa do PT, que diz:

“No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim, de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais mais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para as suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste Programa” (Programa do PT, 1980)

¹⁰⁹ Classificação baseada em critérios utilizados por Martins (1990), no texto “A composição social das lideranças do PT”.

Atuação no Partido

Nítido contraste entre os grupos do PT de São Luís no período 1980-1982, era dado pelo lugar que cada um deles ocupava na organização interna do partido, no caso direção (“grupo de Freitas Diniz”) ou militantes de base (“estudantes”). Esta situação, aliada à forma (enquanto conteúdo aparecendo) como cada grupo assumia a construção partidária é ponto nevrálgico das disputas no interior do partido nesse período.

O fato dos principais conflitos intrapartidários se darem de forma verticalizada, isto é, entre dirigentes e bases partidárias, coloca o desafio de saber em torno de que se processavam esses jogos de poder e como se estruturava o sistema hierárquico interno; em outras palavras: é necessário conhecer os fatores sobre os quais cada agrupamento erigia a sua influência na condução do partido.

Neste ponto, as teses de Panebianco sobre as “zonas de incerteza” são ricos instrumentos de análise. Trata-se de “recursos de poder organizativos ou fatores cujo controle permite desequilibrar os jogos de poder dentro do partido” (Panebianco, 1982, p. 83-88).

Para esse autor, as principais zonas de incerteza são: a competência (reconhecida experiência no manejo das relações político-organizativas, o poder do *expert*); relações com o meio ambiente (política de alianças); comunicação (capacidade de distribuir, manipular, atrasar ou suprimir informações); as regras formais (fixação do campo do jogo, faculdade de definir e interpretar as regras, inclusive os limites de tolerância); as finanças (controle das fontes de financiamento) e o recrutamento (decisão sobre quem pode ou não entrar na organização).

No interior do PT de São Luís, o controle destas “zonas de incerteza” era objeto de acirrada disputa na qual a vantagem ficava com o “grupo de Freitas Diniz” que, além de detentor dos cargos oficiais de direção, era reconhecidamente competente na organização legal do partido, comandava as alianças, controlava o fluxo de

informações (inclusive as obtidas e as repassadas à direção nacional do PT), as finanças (muito escassas e praticamente restritas à contribuição parlamentar) e o recrutamento, posto que esse grupo decidia sobre quem podia ou não filiar-se ao partido.

A presença dos estudantes João Batista Ribeiro na primeira Comissão Provisória Regional e de Eliane Moraes e Lourival Sousa na Comissão Provisória Municipal de São Luís, não compromete a afirmação segundo a qual era o “grupo de Freitas Diniz” que, de fato, dirigia o partido, afinal os “estudantes” participavam das direções, mas em notória condição de minoria; além disso, eles foram atuantes nessas Comissões somente no período em que os conflitos ainda não estavam tão acirrados (1980); no ano seguinte era como se, para ambos os grupos, eles não existissem enquanto dirigentes, mesmo no aspecto formal¹¹⁰.

Além de substancial controle das “zonas de incerteza” e da presença largamente majoritária que tinha nas instâncias oficiais de decisão (Comissão Provisória ou Diretório), o “grupo de Freitas Diniz” também era favorecido enquanto dirigente do partido pela maior disponibilidade de recursos materiais por parte de seus integrantes e pela também maior “autoridade” para o exercício da atividade política que lhes era socialmente conferida por serem mais velhos, experientes e com situação profissional definida. Os “estudantes”, por sua vez, procuravam afirmar a sua presença e influência no PT pela vinculação que tinham com as lutas populares em curso, o que, de modo algum, lhes conferia análoga “autoridade” política por parte da sociedade.

Outros importantes elementos dos jogos de poder no PT de São Luís serão apresentados e analisados na seção seguinte deste trabalho, que enfoca algumas questões cruciais da disputa intrapartidária.

¹¹⁰ Os documentos na época produzidos pelos “estudantes”, aos quais tive acesso, sequer citam o fato de Eliane Moraes e Lourival Sousa terem sido membros da primeira Comissão Provisória Municipal de São Luís e, em relação ao estudante João Batista Ribeiro, existem acusações de que o mesmo era sistematicamente isolado dentro da comissão Regional, não sendo informado sobre os eventos e prazos.

O Debate Político

No período de 1980 a 1982, alguns temas tiveram grande destaque no debate interno entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores em São Luís. Filiações partidárias, núcleos de base, relação do partido com as lutas populares¹¹¹, a comunicação interna¹¹² e dupla militância eram questões que despertavam intensas polêmicas entre os petistas. O posicionamento em relação a elas demarcava campos de atuação política e identificava os grupos partidários. Vejamos em detalhes as polêmicas relativas a filiações, núcleos de base e dupla militância.

Filiações Partidárias

Este foi um tema muito destacado pelos dois grupos fundadores do PT no Maranhão. O “grupo de Freitas Diniz, que reunia a quase totalidade dos dirigentes partidários, muito se interessava pelo problema em razão de que a legalização do partido dependia de filiações. O interesse dos “estudantes” surgiu a partir do momento em que estes passaram a perceber as filiações como um instrumento de controle partidário que, aos seus olhos, vinha sendo utilizado de modo parcial pelos dirigentes, responsabilizados ora por recrutamento despolitizado, ora por embaraçamento de pedidos de filiação.

Em diversos documentos encaminhados à direção nacional do PT, os “estudantes” acusam a direção local de estar praticando “embaraçamento de filiações

¹¹¹ As mais destacadas eram os conflitos pela posse e/ou uso de terras no campo e na cidade, greve geral dos estudantes, luta contra a implantação da ALCOA na ilha de São Luís, preparação da CONCLAT.

¹¹² Os “estudantes” acusavam a direção do partido de não divulgar para o conjunto dos militantes os documentos partidários, argumento que os dirigentes refutavam alegando que as dificuldades de comunicação decorriam do reduzido número de informativos que recebiam e da precariedade dos recursos financeiros do partido no estado, o que não permitia a multiplicação desses materiais. Por outro lado, todos reconhecem que a possibilidade de minimizar essas limitações na comunicação através de contatos pessoais e informais estava bloqueada devido ao tipo e intensidade dos conflitos estabelecidos entre os dois grupos. Assim, os dirigentes apresentam esse problema não enquanto sonegação, mas como dificuldades de ordem material e pessoal.

partidárias”, através de mecanismos como o “não encaminhamento de pedidos de filiação ao Tribunal competente”, o “desaparecimento de fichas dirigidas por núcleos de base ao Diretório Municipal” e “impugnações de pedidos de filiação”.

Estes problemas ensejaram uma Representação contra o Diretório Municipal de São Luís junto ao Tribunal Regional Eleitoral¹¹³, encaminhada por “pessoas interessadas em se filiar ao partido mas que vinham sendo impedidas de fazê-lo”, estranhamente, num momento em que no nível nacional, o PT vinha fazendo grandes esforços para ampliar o seu número de filiados e no nível local os dirigentes apontavam as filiações como a principal prioridade.

Face a essas críticas, os dirigentes argumentavam que:

“os estudantes queriam ter direito a voz e voto em tudo quanto é reunião do PT mas não queriam se filiar. Diziam que a filiação não era o mais importante e sim a política.”¹¹⁴

Para o dirigente partidário Pedro Aurélio Carneiro, “essa posição só se modificou após uma provável orientação da organização política a que eles se encontravam vinculados”. Outra hipótese, esta levantada pelo também dirigente Walter Rodrigues, é que “foi o ‘episódio de Caxias’ e a briga com João Paulo Amorim o que levou os estudantes a mudarem de idéia e se filiar ao partido”¹¹⁵; mas, ele próprio

¹¹³ Representação de nº 1.444/8, de 02/06/81. O caso mais emblemático dessa dificuldade de filiação é o de José Gomes Oliveira, militante do movimento estudantil e articulador do PT na região de Caxias, cujo pedido de filiação foi impugnado por Pedro Aurélio e João Paulo. Na ocasião, diversas notas de apoio à filiação de Oliveira e algumas de protesto foram encaminhadas à direção do PT. Outro dado importante encontrado no “Relatório sobre a viagem à Imperatriz”, produzido por representantes de diversos núcleos de base que sugere a existência de documentos comprovadores da retenção de 190 fichas de filiação.

¹¹⁴ Entrevista com Walter Rodrigues.

¹¹⁵ Referência a uma carta-denúncia apresentada por um dirigente sindical do PT de Caxias e por João Paulo Amorim, de São Luís, segundo a qual o estudante José Gomes Oliveira estava desenvolvendo trabalhos políticos nesse município onde se fazia passar por dirigente do PT quando, na verdade, não era sequer filiado ao partido. Este fato levou o DR a divulgar uma nota onde condena veementemente a atitude do estudante e o desautoriza a desenvolver qualquer atividade em nome do partido. Diversos documentos de apoio ao estudante foram enviados ao DR, alguns deles assinados por militantes de

acrescenta que “ai já era tarde, pois a possibilidade de diálogo já havia se encerrado, não havendo sequer quem abonasse seus pedidos de filiação”.

Estas explicações são refutadas pelos “estudantes”, que afirmam jamais ter havido qualquer orientação política externa no sentido da não filiação; admitem, contudo que a inexistência dessa orientação não eliminava a possibilidade de que alguns deles realmente não fossem filiados, em razão de dificuldades decorrentes do já referido “embaraçamento de filiações por parte dos dirigentes” e do fato de que alguns deles não tinham domicílio eleitoral na cidade de São Luís, o que lhes impedia de efetivar legalmente a filiação.

A documentação sobre filiações disponível no partido não permite o esclarecimento dessa questão posto que conta somente com os pedidos de filiação efetuados a partir do ano de 1981, em razão de que as primeiras provavelmente seriam feitas diretamente junto à Comissão Nacional. Nas fichas do referido ano, constata-se que não houve grande demora na filiação dos “estudantes”, visto que grande parte deles a solicitou até junho de 1981, quando a filiação, por exemplo, do secretário geral do Diretório Regional e um dos fundadores do partido, Pedro Aurélio Carneiro, data de abril do mesmo ano.

Além da batalha jurídica, o problema das filiações era motivo de outros conflitos no interior do partido; exemplo disso foi a denúncia de limitações à participação dos “estudantes” em Convenção partidária¹¹⁶. Em função dessas dificuldades, diversas vezes os “estudantes” recorreram à direção nacional do partido, através de dossiês e relatórios sobre o PT em São Luís e viagem a São Paulo. Chegaram inclusive a realizar verdadeira “perseguição” ao Lula na cidade de Imperatriz, em 24/10/81¹¹⁷, quando este

Caxias. Foi este episódio que fez emergir os problemas relativos ao não encaminhamento de filiações partidárias, abordado neste estudo.

¹¹⁶ Referência à Convenção Extraordinária do PT de São Luís, realizada em 19/07/81. Informação extraída do Relatório da referida Convenção, assinado pelo estudante João Batista Ribeiro Filho.

¹¹⁷ Episódio em que, segundo informa o “Relatório sobre a viagem para Imperatriz”, uma delegação de onze núcleos de base de São Luís, dirigiu-se a essa cidade “para colocá-lo [o Lula] a par da situação do PT em São Luís e passar para suas mãos documentos que comprovam a falta de respeito e de democracia que atualmente ocorre dentro do PT local, para com os núcleos e para com o programa do partido por

aí se encontrava para a posse da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, visando denunciar-lhe o que consideravam o “tratamento discriminatório” com que seriam tratados pelos dirigentes.

A solução para esses problemas relativos às filiações só aconteceu após interveniência do presidente nacional do partido (Lula) e quando o então grupo dirigente iniciou o seu afastamento do partido (durante o ano de 1982), deixando o comando deste aos “estudantes”.

Conflitos dessa natureza são expressivos de disputas intrapartidárias pelo controle da “zona de incerteza” recrutamento, na qual se define quem pode ou não entrar no partido. No caso do PT - São Luís, observa-se que os critérios de inclusão/exclusão nem sempre estiveram baseados em afinidades ideológicas ou programáticas do eleitor com o partido, tampouco da habilitação legal para a filiação. O caso em foco revela grande peso de fatores de ordem pessoal não necessária ou diretamente vinculados a concepções políticas; revela também que os esforço para o controle do recrutamento partidário mobilizava outras importantes “zonas de incerteza”, como a interpretação das regras partidárias e as comunicações.

Um bom exemplo de como isso acontecia, é o depoimento de um dirigente partidário segundo o qual “as filiações dos estudantes não foram encaminhadas porque não havia no partido quem as homologasse”. Ora, se três pessoas do “grupo dos estudantes” participavam da direção do partido (fato que sugere a ausência e/ou fragilidade de impedimentos “ideológicos” à filiação), isto significava que, no mínimo

parte da direção que aí está”. Como os dirigentes que programaram a agenda de Lula na cidade não incluíram nesta a conversa que os “estudantes” pleiteavam ter com ele, estes passaram a seguir o carro em que conduzia Lula pelas ruas da cidade até que “... o Lula resolve se manifestar: abre a porta da Kombi, desce e fica nos aguardando (...) mostramos ao Lula um monte de 190 fichas de filiação de filiação que estavam embaraçadas desde o primeiro semestre de 1981 e que só nos foram devolvidas através da Justiça Eleitoral. Falamos que a seqüência numérica das filiações se encontra presa nas mãos dos secretários do PT (...) Dissemos ao Lula que não temos coragem de entregar as fichas pra nenhuma das pessoas da direção regional, porque todas foram responsáveis pelo embaraço das filiações que prejudicou mais de 200 militantes, que ficaram impedidos de participar da Convenção Municipal do PT de São Luís (...)”.

essas pessoas estavam habilitadas a abonar os pedidos de filiação, cuja exigência legal é apenas que o abonador já seja filiado ao partido. Mas, como as comunicações internas não funcionavam de acordo com o figurino petista, os problemas só se tornavam conhecidos em situações em que a filiação era exigida - em Convenções partidárias, por exemplo - e se tomava conhecimento de que esta não fora efetivada. Fatos como estes alimentaram consideravelmente as lutas internas entre os grupos do PT de São Luís.

Núcleos de Base

“Nosso partido é diferente por que é democrático: nele quem manda são as bases”. (Programa do PT, 1980)

“Queremos uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases”.
(Manifesto do PT, 1980)

Um dos principais elementos da novidade organizacional do PT, os núcleos de base foram objeto de muitas divergências teóricas e práticas entre os petistas do Maranhão.

Na polêmica intrapartidária, os “estudantes” denunciavam que a política de construção dos núcleos não vinha sendo encarada como uma prioridade do partido e mesmo aqueles já constituídos não gozavam de boa acolhida junto à direção, a qual teria lhes fechado as portas da sede para reuniões, não procurava articulá-los entre si e às atividades gerais do PT, não lhes reconhecia qualquer poder dentro do partido e desenvolvia trabalhos paralelos em locais onde existiam núcleos.

Para ilustrar essa visão anti-núcleo, imputada à direção partidária, os “estudantes” divulgaram para o DN-PT (Silva, L. et al., 1981, p.8), declaração que teria

sido feita pelo secretário geral do partido, Walter Rodrigues, onde o mesmo teria afirmado que

“... os núcleos são frutos da cabeça de intelectuais e em nosso Estado é impossível a viabilização do partido em cima de núcleos, em virtude da distância de moradias; os núcleos existentes não têm funcionamento e se tornam apenas aparelhos burocráticos, sem nenhuma importância prática para o partido e que, portanto, devem acabar.”

O entendimento sobre a matéria explicitado à autora pelo então vice-presidente do PT, José Celso Veras, corrobora a visão acima atribuída aos dirigentes. Diz ele:

“ A rigor, não havia por parte da direção do partido empenho em viabilizar os núcleos de base, por que embora tivéssemos toda essa identificação com o PT, já viamos na proposta algumas coisas que eram utópicas, que na realidade não funcionam... ; era assim: tal grupo tem penetração em tal lugar, então ia para lá e formava um núcleo de liderados não existia essa coisa orgânica de núcleo de base participando”¹¹⁸ .

Se hoje essas declarações dos dirigentes do PT-MA parecem proféticas, para a época soavam estranhas, pois elas desconsideravam um dado de realidade verificado inclusive em São Luís que era a existência de alguns núcleos de base (embora em proporções e organização bem mais modestas do que as esperadas). É forçoso reconhecer que já naquela época esse projeto não era algo tão extemporâneo, conforme se pode observar em relato sobre a fundação do PT no vizinho estado do Ceará,

“A entrada no partido só se dava através do núcleo de base. Isso garantia um mínimo de discussão política prévia com o novo filiado. Havia um grande incentivo para que o núcleo funcionasse.

¹¹⁸ José Celso Veras, em entrevista à autora.

Essa instância detinha um poder real, pois era dela que saiam os delegados para as pré-convenções e para os Encontros. Também era o local onde se discutiam as questões centrais do partido. (...) Durante um ano a sustentação financeira do partido foi assegurada pelo núcleo dos bancários". (Olinda, 1991, p.85-86).

A atitude cética dos dirigentes do PT - Maranhão em relação aos núcleos de base era alimentada pelo já mencionado "pragmatismo" com que eles encaravam as tarefas partidárias, onde cumprir as exigências legais lhes parecia, no momento, mais relevante do que atender ao princípio político da nucleação, internamente exigido pelo Programa e Regimento do Partido dos Trabalhadores, mas sem qualquer consequência para a sua existência legal.

Mas, essa postura das primeiras direções partidárias em relação aos núcleos de base, não é de modo algum, uma exclusividade do PT maranhense. O fato, aliás, foi tão recorrente que Margaret Keck generalizou a situação nos seguintes termos:

"Em certa medida, a política dos núcleos foi vítima do esforço partidário para conseguir sua legalização. Embora a intenção inicial fosse formar os núcleos para só então criar as comissões provisórias, a necessidade de legalizar o partido exigia que se desse prioridade às comissões. À medida que o PT foi se encaminhando para a legalização, o processo de formação dos núcleos não conseguiu acompanhar o de filiação de novos membros." (Keck, 1991, p.126)

Mesmo para os que insistiam na implantação dos núcleos, as dificuldades encontradas (que não se restringiam àquelas internas ao partido), não eram de modo algum irrelevantes. Relatos dessas experiências revelam que o esforço empreendido pelos "estudantes" nem sempre correspondia a resultados do mesmo porte em termos da estruturação dos núcleos, que, segundo o regimento interno do PT, deveriam contar com um mínimo de nove integrantes, contribuições financeiras regulares, formação política, presença nos movimentos sociais, participação nas atividades do partido.

Na verdade, os resultados eram bem modestos e permeados de dificuldades¹¹⁹, como se pode observar no depoimento abaixo.

“Nós tentávamos imprimir ao partido o funcionamento que estava nos documentos, que era uma coisa até - como eu reputo hoje - às vezes fora da realidade ... A gente tentava cumprir os documentos do partido que diziam que os núcleos tinham que existir, fazer finanças ... essa coisa toda nova, que ninguém nunca tinha visto ... Os núcleos eram muito frágeis, rapidamente sucumbiram, talvez até por não assimilação dessa nova concepção que a gente tentava imprimir ... assim bem orgânica ...”¹²⁰

O diagnóstico, na época feito por dirigentes partidários, ressaltava não apenas as dificuldades mas também aquilo que lhes parecia ser a artificialidade dessas experiências de núcleos em São Luís. Diz o secretário Walter Rodrigues:

“As reuniões que se promovia eram supostamente reuniões de núcleos, mas estes eram artificiais, não tinham atividade real. Quando não havia essas reuniões plenárias, os núcleos não tinham atividade nenhuma (...) . Eu mesmo cheguei a fundar um núcleo de jornalistas, que teve duas ou três reuniões (...) “O único núcleo que realmente existia e de funcionamento regular era contra nós, era o núcleo dos estudantes”.

¹¹⁹ A propósito dessas dificuldades, vale lembrar Ivanhoé Leal e Joana Nunes, que em texto sobre a trajetória do PT em São Luís, enfatizam o “formalismo” e o “doutrinarismo” baseado no Manifesto e Programa partidário, como fortes entraves para a consolidação da política de núcleos. De minha parte, acrescento que a primeira dessas características é perfeitamente imputável às tentativas de formação de núcleos por parte de integrantes do “grupo de Freitas Diniz”, enquanto o doutrinarismo se aplicaria melhor às tentativas dos “estudantes”.

¹²⁰ Entrevista com João Batista Ribeiro.

“ (...) [havia também] um núcleo de profissionais liberais que também não tinha nada; eram dois ou três advogados liderados pelo Fernando Mendonça ... era uma ficção¹²¹”.

O problema que então se colocava era investir ou não investir em uma atividade que a todos se mostrava tão difícil. O tempo, as exigências legais, os recursos do partido e a cultura de desinteresse pela “política” conspiravam contra esse projeto. Mas ele, sem dúvida nenhuma, encerrava grande parte da novidade que o PT trazia para a experiência política e partidária brasileira. Nessa perspectiva se compreende e se justifica que essa idéia tenha mobilizado “os estudantes” tão intensamente, num empreendimento cheio de dificuldades que demandavam a toda hora a invenção dos caminhos a serem trilhados.

Sobre esses caminhos - incluindo um mapeamento de lugares, pessoas e atividades dos núcleos - o depoimento do estudante João Batista Ribeiro, reproduzido abaixo, é esclarecedor.

“ Nós queríamos que os nossos núcleos tivessem um funcionamento, por isso em cada núcleo de base havia uma pessoa desse grupo maior [“os estudantes”] ... Eu mesmo, passei um bom tempo indo para o Anjo da Guarda; no João Paulo, acho que era Ivanhoé ... ; em alguns bairros a gente morava lá mesmo, por exemplo, Osmundo morava na Floresta Era sempre bairros de muita atividade; o que alimentava os núcleos naquela época era sempre um problema (de terra, invasão, falta de água, ...), então a gente achava que a vida do núcleo era aquilo ... sempre tinha um problema localizado, no bairro, e era isso que fazia com que o núcleo reunisse . Por exemplo, um núcleo que fundamos na Divinéia, que tinha até o ‘seu Leonardo’; lá, tinha um problema de expulsão deles, a questão da terra ainda não estava certa e tinha um grileiro querendo se apossar. Então, aquilo ali fazia com que houvesse sempre pessoas que se reunissem, recebessem bem a gente... Eu, Sônia e Chico geralmente iam pra lá aos domingos e

¹²¹ Entrevista com Walter Rodrigues.

tinha todo aquele ritual, por que a comunidade era crente, então tinha primeiro um culto e depois é que tinha a reunião Então nós chamávamos aquilo de núcleo. Já na Liberdade, lá a situação foi diferente, tinha mais militante, gente ligada à PJ, gente que já sabia se organizar, que fazia documento ... No Apeadouro também tinha um pessoal - Salvador, Zeca, ... Tinha alguns núcleos que tinham um mínimo de organicidade, os outros tinham assistência ... Talvez fosse essa a diferença: alguns que a gente chamava de núcleos na verdade era assistência de militantes disponíveis”.¹²²

Neste relato é possível observar que, em geral, o que os estudantes faziam era agrupar pessoas já mobilizados por alguma razão extra-partidária naqueles espaços onde os petistas viam potencial para a implantação do partido e, a partir do apoio às reivindicações desses grupos, começavam então a trabalhar junto a eles na perspectiva de transformá-los em núcleos petistas. Além disto, houve núcleos onde os contatos dos estudantes com a comunidade se iniciaram a partir da atuação destes no Movimento Estudantil - caso do núcleo do bairro do Sá Viana; núcleo como o do bairro da Divinéia, onde as influências iniciais decorreram do trabalho profissional do recém-advogado Domingos Dutra e o núcleo do bairro da Liberdade onde pesou mais a influência de comerciantes e de professores¹²³.

Apesar do precário resultado dos esforços de nucleação encaminhado pelos “estudantes”, constata-se que este segmento efetivamente sustentava a proposta dos núcleos de base, fato que decorria tanto da prescrição da mesma nos documentos partidários, como também da convicção que tinham nas possibilidades e necessidades da organização de base. Já entre os dirigentes grassava o pragmatismo, em larga medida instigado pelo grande volume de exigências legais a cumprir, mas também pelo ceticismo e/ou desapego que, como se viu, manifestavam em relação à essa política de base.

¹²² Entrevista com João Batista Ribeiro.

¹²³ Informações obtidas em entrevista com o então estudante Luís Carlos Cintra.

Na proposta política e organizativa do PT, os núcleos de base responderiam pela democracia interna e pela massificação (enraizamento na sociedade) do partido. A sua inclusão no Programa petista, da mesma forma que os esforços de alguns segmentos para realizá-los, faziam parte da efetivação da “novidade” petista que se insurgia contra uma tradição de estruturas partidárias amorfas, elitistas e meramente eleitorais, contrárias, portanto, à democratização da política no Brasil. Assim, a idéia de núcleos de base supõe e propõe iniciativas voltadas à fundação de uma nova “cultura política”¹²⁴, onde os parâmetros para a atuação não sejam definidos pelo “realismo político conservador” de que ainda na década de 80 nos falava Weffort (1985).

“[os ‘políticos’,] diante de qualquer idéia nova, consideram, primeiro a sua viabilidade (em geral para concluir pela sua inviabilidade), antes mesmo de a considerarem no mérito. (...) Os seguidores do realismo político pretendem-se inspirados em Maquiavel, e, contudo deixam de lado um ensinamento fundamental do mestre florentino. O verdadeiro realismo político consiste em ver os acontecimentos como *cose a fare*”(Weffort, 1985, p.28-31).

Esse “realismo político” que resulta em uma concepção de política associada a um simples automatismo ao invés de percebê-la como um ato de liberdade, sempre espreitou o PT e suas propostas inovadoras. A política dos núcleos de base, entretanto, é um dos exemplos do esforço do partido em resistir a esse realismo. Apesar das tantas e generalizadas dificuldades que essa política vem enfrentando ao longo da trajetória do partido, ela continua sendo defendida como uma prioridade e necessidade, conforme se pode observar nas Resoluções do V Encontro Nacional (realizado em 1987 e considerado como de refundação do PT) e nas Resoluções do 1º Congresso Nacional,

¹²⁴Ver nota explicativa sobre “Cultura política” na página 15. Considerar também Moisés (1992, p.15), onde se encontram elementos para uma crítica à visão de cultura política desenvolvida pela tradição marxista (incluindo aí, com algumas oscilações, o próprio Marx), que a concebe, da mesma forma que a cultura, a política e toda a chamada “superestrutura” como meros reflexos ou epifenômenos do que acontece na estrutura social. Outra visão que o autor destaca e com a qual o entendimento acima mencionado tem maior afinidade, é aquela desenvolvida por Gramsci que, mesmo sendo também marxista, propõe uma articulação entre economia, política e cultura, nega o economicismo e atribue grande importância à subjetividade.

que onze anos após a fundação do PT, reafirmam que “os núcleos são uma prioridade na política de organização do partido”.¹²⁵

A “dupla militância”

O ponto central deste debate foi a acusação feita pelos dirigentes (integrantes do “grupo de Freitas Diniz”) aos “estudantes”, de que estes tinham “dupla militância”: uma no PT e outra em alguns dos partidos clandestinos.

O termo acusação é aqui empregado por que era assim que, naquele momento, o problema da dupla militância era encarado (e combatido) em âmbito nacional pelas instâncias partidárias, especialmente pelo Diretório Nacional e pelos parlamentares petistas.

Para os dirigentes partidários maranhenses,

“esse pessoal [os “Estudantes”] além do PT tinha outros partidos, que eram trotskistas; todas essas variações que existem aí na extrema esquerda eles eram e iam para o PT com orientação determinada. E nós não aceitávamos a dupla militância, partidos dentro do PT.”¹²⁶

Também afirmavam que

“O pessoal do movimento estudantil era da LIBELU”.¹²⁷

Face à recorrência dessa visão entre os integrantes do “grupo do deputado Freitas Diniz” é interessante o questionamento sobre os porquês e as implicações dessa

¹²⁵ Resoluções do 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 1991, p. 59.

¹²⁶ Entrevista com Pedro Aurélio Carneiro.

¹²⁷ Entrevista com Celso Veras.

afirmação. A primeira coisa a ser considerada é que realmente alguns estudantes possuíam vínculos com organizações de esquerda, mas a referência ao trotskismo e mais precisamente à LIBELU (Liberdade e Luta) introduzia um quê de gravidade ao problema, por tratar-se de uma concepção política e de um agrupamento que levava ao extremo a idéia de que o PT era um partido hospedeiro e provisório, uma frente à qual deveria ser feita oposição e por essa razão defendiam claramente a tese do “partido dentro do partido”, cujo exemplo extremo foi o da Convergência Socialista, que chegou a ser expulsa do PT, em 1992.

Sobre essa questão, impõem-se então, o resgate de alguns fatos: os “estudantes” que estabeleceram ligações com organizações de esquerda, deram preferência à “POLOP (Política Operária)”¹²⁸ e ao MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado); a primeira não defendia oposição ao PT e o MEP, não obstante a sua visão frentista em relação ao PT, não logrou significativa atuação naquele período. A LIBELU nunca se organizou em São Luís e duas fortes evidências disso são: as eleições para a UNE, realizadas em outubro de 1979, quando a chapa da LIBELU obteve apenas 2,3 % dos votos dos universitários maranhenses, justamente o principal reduto de atuação dos “estudantes”, que, inclusive, fizeram campanha para a chapa tida como de oposição à extrema direita e à extrema esquerda (Jornal O Imparcial, 06/10/79, p.3).

A segunda evidência disso é o fato de que até 1982 nenhum grupo trotskista foi organizado no Maranhão e quando isto aconteceu, já em 1985, foi um grupo ligado ao Em Tempo, depois LPS - Luta Pelo Socialismo, que não tinham uma visão do PT enquanto partido tático ou hospedeiro.

Assim, observa-se que a relação de “estudantes” com organizações de esquerda não caracterizava uma dupla militância em razão, sobretudo, da forma como estas mesmas viam o PT. Para melhor esclarecimento desse problema, convém mostrar como

¹²⁸ Nome tomado da organização revolucionária que atuou no período de 1961 a 1968, em razão de que as principais referências teóricas adotadas por esse grupo eram as teses da referida organização, notadamente sua análise sobre a realidade brasileira e o “Projeto Socialista para o Brasil”

essas organizações atuavam e o tipo de relação que os “estudantes” mantiveram com elas.

Como já se disse, as organizações em questão era um agrupamento que se referenciava na originalmente chamada Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM-POLOP e o Movimento de Emancipação do Proletariado - MEP. Bem mais tarde outro segmento do PT-MA se vinculou às teses do Em Tempo, depois Luta pelo Socialismo - LPS.¹²⁹

Sobre a POLOP (ou P.O.), faz-se necessário esclarecer, que ela foi criada em 1961 e oficialmente extinta em 1968. Os estudantes de São Luís estavam, portanto, ligados a remanescentes, e tinham em Erich Sachs (Ernesto Martins), um militante da organização antiga e na época radicado no Rio de Janeiro, a mais importante referência. Relações mais efetivas e orgânicas eram estabelecidas com “o pessoal de Recife”, militantes interessados em rearticular a Organização e que por isso se dedicavam à constituição e acompanhamento de núcleos em diversas localidades. O vínculo fundamental, contudo, era com as teses ou a orientação teórica que esta organização apontava como estratégia revolucionária para o país. Isto aparece muito claramente nos depoimentos abaixo transcritos:

“ A P.O., que já havia sido desfeita a nível nacional, manteve algumas estruturas que continuaram se chamando P.O. e aí a gente teve ligações diretas com esse pessoal de Pernambuco e da Paraíba. Éramos alimentados com análises; vendíamos o jornal que eles publicavam, o Tribuna de Debates; tivemos acesso aos documentos históricos e tínhamos discussões periódicas com os dirigentes que vinham de Pernambuco a São Luís (... os nomes eram todos fictícios) de três em três meses ou quando havia necessidade de uma reunião urgente” (João Batista Ribeiro).

¹²⁹Maiores informações sobre essas e outras organizações de esquerda que atuaram no Brasil, no período de 1964-1985, encontram-se em ReisFilho, D. e Sá (1985), Silva (s/d) e Harnecker (1994).

“Nós éramos um grupo de estudantes que se formava a partir das teses da antiga POLOP, que nessa época já não existia. Não defendíamos que fosse rearticulada como organização revolucionária, mas achávamos que suas teses continuavam válidas. As tarefas revolucionárias seriam cumpridas dentro do PT, o que também não significava impor ao partido o programa da organização. (...) Em 1968 a POLOP deu origem ao POC [Partido Operário Comunista], mas em 70 grande parte dos integrantes do POC se convenceram da necessidade de intensificar as ações militares e criaram a OCML-PO [Organização de Combate Marxista Leninista - Política Operária], que assumiu a luta armada (...) Essa concepção de revolução contrastava com as teses originais da POLOP e era muito criticada pelo Velho [Erich Sachs / Ernesto Martins] que defendia o restabelecimento das teses originais, como a construção, e não autoproclamação, do partido revolucionário, da ‘classe para si’, enfim, de um movimento vivo (...). Nós nos filiávamos a essa leitura do Velho. Tínhamos contatos em Pernambuco com estudantes universitários (que tinham ligações com professores da UFPE, remanescentes da P.O.), que eram organizados na tendência Travessia e, em geral, acalentavam o sonho de reestruturar a organização, mas essa idéia não foi para frente e era muito combatida pelo Velho, que já apontava o PT como alternativa possível” (Luís Carlos Cintra).

Em São Luís, o programa revolucionário da P.O. despertou interesse simultâneo em dois grupos que inicialmente nem tinham muito contato entre si. Um deles era de estudantes da UFMA: Luís Carlos Cintra, que vinha participando dos cursos sobre marxismo, ministrados por Gilvan Rocha, e Jomar Fernandes. O outro grupo era de estudantes da UEMA: João Batista Ribeiro, José Gomes Oliveira, Fernando Moreira Lopes, Antônio Ferreira Filho (Moranga) e Lourival Cunha Sousa, que, desde um Seminário de Estudantes de Engenharia, realizado no estado da Paraíba, e do Congresso da UNE, em Salvador, firmaram os primeiros contatos com outros estudantes já engajados no que consideravam a reestruturação da Organização.

A estudante da UFMA Eliane Moraes (Preta), ao colocar o grupo da UEMA em contato com Gilvan Rocha (que, assim como a primeira, não era da P.O.), acabou facilitando o encontro desses dois agrupamentos organizados que, após “confrontarem suas teses”, acabaram por se juntar no mesmo grupo.

Assim, em 1980 é constituída em São Luís uma “célula da POLOP”, cujo ponto de partida foi o Grupo de Formação e Recrutamento - GFR do qual faziam parte “oficialmente” os seis estudantes acima mencionados. A orientação política que lhes era dada e cobrada privilegiava o apoio total à construção do PT, participação nos movimentos e lutas populares e intensos programas de estudos teóricos.

O MEP, por sua vez, não teve idêntica organização no período 1980-1982 e não investiu de modo sistemático na consolidação de sua concepção ideológica dentro do PT, visto como uma frente onde se reuniram diversos e independentes setores da esquerda revolucionária. O advogado Wadih N. Damous Filho, recém chegado do Rio de Janeiro, era o seu principal articulador. Além dele havia os estudantes Maria José Leite (Mazé), Ivanhoé Leal, Osmundo da Silva e outras pessoas, geralmente ligadas à Igreja. Muita gente recebia e distribuía o jornal “Companheiro”, mas, segundo os entrevistados, isto se devia mais à sua linha editorial favorável à construção do PT do que a concordâncias com as orientações políticas do MEP.

Aliás, essa atitude em relação a esse e outros jornais das organizações de esquerda, como o “Movimento” e o “Em Tempo”, foi generalizada. Esses periódicos, que na época conseguiram ter incrível regularidade na sua produção e distribuição, se constituíam em importantes instrumentos na batalha político-ideológica contra a desinformação ou a “informação distorcida” veiculada pela grande imprensa, à época considerada pelos militantes como “imprensa burguesa”.

Efetivamente, eram esses os vínculos extra-PT dos estudantes de São Luís, no período 1980-82. Como foi possível observar, naquele momento, eles não

caracterizavam uma militância sobreposta à do PT, mas convergente para o partido. Diante disso e considerando que a ignorância dos fatos por parte dos dirigentes estava fora de cogitação, não há como descartar uma certa malícia na afirmação anteriormente mencionada de que “os estudantes eram da LIBELU”, pois esta associação enfraquecia a posição dos mesmos face ao Diretório Nacional do PT, ao mesmo tempo que fortalecia os dirigentes e legitimava o combate que, no estado era dirigido aos “estudantes”.

Por outro lado, mesmo que essas organizações a que os estudantes foram vinculados não se colocassem como alternativa ao PT, observa-se que elas influenciaram a atuação de seus integrantes dentro do partido, no sentido de uma formação doutrinária e da valorização da disciplina partidária, fato que ajuda a explicar o elevado grau de exigência desse segmento em relação ao cumprimento das regras programáticas; da mesma forma, houve a influência decorrente da atuação destes no movimento estudantil e/ou organismos da Igreja católica e participação nos cursos formação marxista, ministrados por Gilvan Rocha. Foram estes os primeiros e mais importantes espaços de atuação/formação política dos “estudantes”.

Neste ponto, também o “grupo de Freitas Diniz” trouxe para o PT heranças políticas dos seus integrantes. A parte mais visível dessa herança é dada pela longa militância de vários integrantes desse grupo na direção do MDB; também devem ser levada em conta as vinculações que alguns deles tiveram com organizações de esquerda. Celso Veras participou da Ação Popular - AP, Pedro Aurélio foi ligado ao PCdoB e depois à AP, Walter Rodrigues declara simpatia, não militância, à Aliança de Libertação Nacional - ALN. Freitas Diniz, por sua vez, não tem outra tradição militante que não a de membro atuante do grupo de autênticos do MDB, em Brasília.

Além disso, integrantes do “grupo de Freitas Diniz”, também tiveram uma história de participação nas lutas sociais da cidade (Movimento de Oposição pra Valer, SMDDH e APRUMA), mas, em geral, essa atuação foi anterior ao ingresso destes no PT. Aliás, no Partido dos Trabalhadores, paradoxalmente, a prática desse segmento

mostrou-se conservadora, posto que se colocava como refém da legalidade (e de um modo tradicional de fazer política) e cética em relação às propostas de mudanças apontadas pelo PT, provavelmente por que estivessem desiludidos com os métodos “revolucionários” das esquerdas em geral e particularmente das esquerdas brasileiras.

Conclui-se, por fim, que o intenso debate sobre a dupla militância, que marcou a fundação do PT no Maranhão, não obstante enseje a constatação de que alguns segmentos do partido efetivamente tivessem vínculos com organizações de esquerda, é frágil na idéia da superposição - concorrencial - de princípios dessas organizações para o partido. Aliás, no PT do Maranhão, a polêmica relativa ao caráter tático ou estratégico do partido nunca esteve significativamente colocada pelos grupos internos, sequer por aqueles que se consideravam ligados à esquerda organizada.

Declínio da Luta Interna entre os Fundadores do PT- Maranhão

Este conjunto de informações nos ajuda a compreender o processo de construção do PT no Maranhão a partir das experiências vividas na capital, São Luís. Viu-se que Freitas Diniz foi um dos precursores desse projeto. Pela sua condição de deputado federal, pela sua capacidade de organização partidária e pelo seu declarado compromisso com o programa do PT, não é estranho que tenha feito parte da primeira direção nacional do partido. E isto tudo lhe conferia cacife, uma espécie de “direito natural” para ser o “homem forte” do PT no estado em que tinha a sua base eleitoral, no caso o Maranhão; era ele a principal referência do diretório nacional do PT, na avaliação dos rumos do partido no estado. Compreende-se assim por que coube ao seu grupo o controle das primeiras Comissões Provisórias ou Diretórios da capital e interior do estado.

O domínio desse grupo, entretanto, não durou muito e é relevante conhecermos as causas desse fato pois, com certeza, apenas a luta interna não o explica suficientemente.

Walter Rodrigues, Celso Veras e Pedro Aurélio deixaram o PT em 1982, alegando “exaustão” diante das brigas consideradas permanentes, ofensivas e estéreis. Já Freitas Diniz afirma que a sua saída nada tem a ver com as “caneladas” (sic) que, em São Luís, trocava com os estudantes. Em fevereiro de 1985 saiu do partido e explica o seu gesto afirmando que

“eu me desfiliei do PT justamente por que o programa não era conhecido pelos militantes; nunca foi posto em prática, mesmo em algumas situações sérias como a Constituinte e o Colégio Eleitoral. (...) Questões de natureza institucional, que já estavam definidas no programa, sempre voltavam à discussão. (...) No caso da Constituinte, foram rediscutir; aí, ainda deu pra tolerar por que, pelo menos, você via que quem estava levantando a discussão eram trabalhadores que politicamente estavam numa posição muito distante, não havia má fé, tinha era erro político palmar então deu pra tolerar aquela discussão interminável. Mas, no caso do Colégio Eleitoral, o que tinha era farisaísmo. Então, eu vi que não dava pra ficar em um partido em que toda vez que se ia discutir alguma coisa, tinha que mudar o programa”¹³⁰

Freitas Diniz reputa grave erro político à decisão do PT em não ir ao Colégio Eleitoral sob o pretexto de que o mesmo era espúrio. Para ele,

“ (...) àquela altura, não tínhamos mais que discutir se íamos ou não, porque nós já estávamos institucionalizados. (...) Mais espúria do que o Colégio Eleitoral era a Constituição outorgada pelo regime militar, em cima da qual nós nos formalizamos junto à Justiça Eleitoral para

¹³⁰ Entrevista com Freitas Diniz.

podermos trabalhar a base, formar os nossos núcleos, eleger os nossos deputados que estão lá no Congresso Nacional, que é tão ou mais espúrio quanto o Colégio Eleitoral”¹³¹

Para Freitas Diniz, a questão central daquele momento não era deixar de ir ao Colégio Eleitoral, mas o que fazer lá. Na sua opinião o PT deveria ir ao Colégio Eleitoral, para “cobrar de Tancredo Neves um prazo de urgência para realizar as eleições diretas (30 dias, por exemplo) ou, em face de uma negativa por parte deste, denunciar a farsa”.

Conseguir esse compromisso, na sua opinião, seria uma grande vitória para o processo democrático brasileiro. Não conseguindo, o PT, lá dentro, teria uma oportunidade ímpar de mostrar para o Brasil e para o mundo que “o negócio do Dr. Tancredo não era tão sério assim (...) O PT fazia seu discurso, lançava seu manifesto e se retirava do plenário”. Segundo Freitas Diniz, isso não aconteceu

“ por que a direção do PT estava com medo de ir lá para levar a posição. Medo, por que o povo todo estava querendo o Colégio Eleitoral. (...) Fugimos da raia. Essa omissão escondia fraqueza e falta de competência política”¹³² .

E conclui afirmando que

“ o PT preferiu ficar fora do Congresso distribuindo água para as pessoas em nome de uma posição que não teve nenhuma repercussão, enquanto o correto seria uma atitude parecida àquela que, em 1973, os “autênticos” do MDB tiveram com a “anticandidatura” de Ulysses Guimarães contra o que lhes parecia a farsa do Colégio Eleitoral e da “eleição” de Geisel, foi denunciado de dentro mesmo do Colégio, com

¹³¹ Entrevista com Freitas Diniz.

¹³² Entrevista com Freitas Diniz.

ampla e positiva repercussão para o partido e para o processo de transição democrática em curso¹³³.

Com estes argumentos, o ex-deputado do PT justifica o pedido de desfiliação partidária que encaminhou ao Diretório Municipal do PT em São Luís, em fevereiro de 1985. Do “seu grupo”, foi o último a se retirar do partido, mas, a essa altura a sua saída já não tinha qualquer repercussão na correlação de forças no PT do Maranhão.

Às razões que Freitas Diniz aponta para sua saída do PT, deve-se juntar outros fatores como o enfraquecimento dos seus recursos de poder na organização partidária, posto que o até então deputado federal, em segundo mandato, não se reelegeu (em 82, o PT não obteve o quociente eleitoral necessário para a eleição de qualquer parlamentar) e ainda sofreu considerável redução da sua base eleitoral; além disso, já não dispunha de bases de apoio no PT do seu estado¹³⁴.

Isto nos permite considerar que o ex-parlamentar e ex-dirigente partidário se encontrasse sem condições para operar quaisquer tipo de “incentivos” (coletivos ou seletivos) que mantivessem e/ou ampliassem sua posição de poder dentro da organização

A discussão acerca do papel desses incentivos à participação no seio da organização partidária é feita por Angelo Panebianco (1982), que os inscreve no rol dos “dilemas organizacionais”, enfrentados por todos os partidos políticos, que operam, simultaneamente com os dois tipos de incentivos: coletivos e seletivos. Apoiado na Teoria dos Incentivos, o autor explica que “a participação voluntária (não retribuída e nem obtida por meios coercitivos) depende da oferta, desses incentivos, ou seja, benefícios ou promessas de benefícios por parte dos líderes”.

¹³³ Entrevista com Freitas Diniz.

¹³⁴ Freitas Diniz, que vinha obtendo considerável crescimento de sua base eleitoral nas duas últimas eleições (19.662 votos em 1974 para 25.014 votos em 1978), sofreu grande derrota nas eleições de 1982, quando obteve apenas 7.255 votos.

Panbianco explica os “incentivos coletivos” como sendo *“beneficios o promesas de beneficios que la organización debe distribuir a todos los participantes en la misma medida”* (p. 41). Na classificação desse tipo de incentivo, o autor destaca as seguintes dimensões:

“incentivos de identidad (se participa porque existe una identificación con la organización), de solidaridad (se participa por razones de solidaridad con los demás participantes) e ideológicos (se participa porque existe una identificación con a ‘causa’ de la organización)” (p.41-42).

Os “incentivos seletivos”, por sua vez, são

“beneficios que la organización distribuye solamente a algunos partícipes y de modo desigual. (...) Entre los incentivos selectivos se encuentran los de poder, status e los incentivos materiales” (p.41-42).

A condição de força ou de fragilidade dos líderes da organização partidária depende diretamente dos recursos de que dispõem para operar esses dois tipos de incentivos. Nestes termos, podemos considerar que o desgaste de Freitas Diniz no seio do PT-MA tem forte relação com a perda de mandato eletivo, que lhe retirou tanto as condições para distribuir “incentivos seletivos” (cargos e outros recursos materiais, por exemplo), como também a condição de representante oficial do partido, fator que lhe conferia potencial para distribuir “incentivos coletivos”.

Sem o cargo e o poder reconhecido de falar em nome do partido, este ex-parlamentar perde força na dinâmica interna de distribuição de incentivos à participação; ainda mais porque as lutas intrapartidárias e a sua tradição emedebista dificultaram que, nesse curto espaço de tempo (1980-82), houvesse o reconhecimento de sólidos laços de identidade e afinidades ideológicas entre Freitas Diniz e o PT. Além disso, o grupo a que

esse parlamentar era vinculado no PT-MA se desintegrou ao longo desse período e a sua base eleitoral, embora numericamente expressiva, não era organizada ou partidária, não podendo, por isso, atuar como pressão que favorecesse a posição desse líder na hierarquia partidária.

Desde maio de 1982 os “estudantes” assumiram a direção do PT em São Luís. Na direção, não tardaram a construir e/ou realçar diferenças internas (ver Capítulo 4), que conduziram a novos conflitos, cujo ápice ocorreu em 1987, numa acirrada disputa entre “urbanos” e “rurais”. Nesse momento um novo segmento emergia como força política dentro do PT: os trabalhadores rurais, cuja força decorria, dentre outras coisas, da participação majoritária desse segmento no conjunto dos filiados ao partido, da importância que as lutas pela reforma agrária foram adquirindo no interior do estado e também pelas ligações que se efetivaram entre eles e outros grupos da cidade.

A exemplo do “PT nacional”, o PT-Maranhão desde o seu nascedouro sempre teve uma composição heterogênea. Mas isso não impediu que pelo menos até as eleições de 1985 ele fosse amplamente identificado na cidade como um “Partido de estudantes”. Isto provavelmente se deveu ao fato de que desde 1982 eram eles que estavam à frente do partido no estado, mas, deveu-se sobretudo, à grande visibilidade que estes conseguiram dar às suas posições políticas, fosse na luta interna contra o “grupo de Freitas Diniz”, fosse com a sua presença nos movimentos da sociedade civil.

Os embates entre os dois grupos deixaram marcas no caminho do PT. Do ponto de vista do Programa petista, o embate é parte constitutiva da atividade política e como tal, é inevitável e saudável porque oxigena, deixa entrar os ares da democracia. Mas há de se reconhecer que a forma como ele se desenvolveu entre os fundadores do PT em São Luís, gerou, externamente, um forte preconceito em relação ao partido (vide, por exemplo, os dados eleitorais e de filiação partidária nas tabelas VI e VIII) e, internamente, a amarga sensação para os integrantes dos dois grupos que o maior inimigo desse projeto foi o inimigo interno.

Na base desses conflitos, há indícios de que os fundadores do PT no Maranhão pareciam alimentar a idéia de que, através do PT, estavam construindo um poder extremamente forte, algo com força suficiente para, em maior ou menor tempo, transformar os seus interesses - eleitorais ou revolucionários - em realidade. Esse otimismo face ao que se poderia classificar como “destino manifesto” do PT beirava uma fé meio cega, pois subestimava os entraves advindos da cultura política predominante na sociedade brasileira, da qual o PT, por mais crítico que se pretendesse, não poderia afastar-se de modo absoluto.

Duas conseqüências tão notórias quanto prejudiciais dos conflitos entre os grupos internos do PT-MA são, primeiro, a primazia das questões internas sobre a intervenção externa do partido; em segundo lugar tem-se o acirramento do sectarismo que, diferentemente do que propunha o Programa petista, conduzia cada um dos grupos do PT - MA não à convivência com o outro, mas à exclusão do outro; ao invés de prepararem no partido espaços para as diferenças e conflitos, dedicavam-se mais a “resolver”, a acabar com essas diferenças e conflitos.

Capítulo 4

TRABALHADORES RURAIS E IDENTIDADE PARTIDÁRIA NO PT MARANHÃO

O objetivo deste capítulo é reunir elementos que esclareçam como tem se processado o recrutamento e a atuação partidária de um importante segmento do PT-MA: os trabalhadores rurais. Constatou-se que estas questões variam em torno dos momentos a que se referem, da região e da presença ou não de aliados como a Igreja, sindicatos ou “entidades de apoio” (ONGs ou entidades religiosas), resultando em diferenciadas situações de inserção deste segmento no partido.

Ao longo do texto, destaca-se a significativa presença de trabalhadores rurais no quadro de filiados do partido e se avalia a participação deles nos processos e instâncias de decisão política; aborda-se também as dificuldades estruturais e/ou conjunturais do processo de afirmação destes trabalhadores dentro do partido e o relacionamento entre eles e o segmento dos urbanos, n’algumas vezes marcado por acirrados conflitos e disputas junto à direção e às bases partidárias.

Essa análise da participação dos trabalhadores rurais no PT-MA não se prenderá ao período de fundação do partido, mas àqueles momentos em que essa questão aparece com mais destaque na vida partidária, no caso, a segunda metade da década de 80, quando a questão rural adquiriu grande visibilidade dentro do partido, sendo colocada como divisor de águas nas disputas intrapartidárias e servindo como princípio unificador de uma tendência local do PT.

Assim posto o problema, já fica anunciado que a abordagem desse tema será feita a partir de uma específica situação de conflito em que a participação dos rurais no partido foi enfatizada ao ponto de se criar uma polarização entre estes e os urbanos. Esta opção metodológica é ancorada na compreensão de que momentos de crises são

especialmente reveladores das diferentes posições em conflito, as quais, nestas circunstâncias, são levadas ao paroxismo, revelando-se de forma mais cristalina. Esse recorte, porém, comporta alguns riscos e o primeiro deles é o de se resvalar para a caricatura, ou seja, tomar como realidade uma situação em que alguns traços foram propositalmente destacados de modo a realçar os aspectos que, no momento, julgamos mais importantes; mas, o desafio de aproveitar a riqueza desses momentos soa mais forte do que o temor às armadilhas que eles comportam.

Resumidamente, essa análise da participação destes trabalhadores rurais no PT-MA abordará as seguintes questões: o recrutamento de trabalhadores para o PT-MA; trabalhadores rurais e conflitos intrapartidários, com destaque para a relação que tiveram com as tendências partidárias, as influências de “entidades de apoio” na participação desse segmento no partido e, atravessando todas essas questões, serão considerados os traços de identidade partidária que este segmento acrescenta ao PT-MA.

Recrutamento de Trabalhadores Rurais para o PT Maranhão

Grosso modo, podemos dizer que são dois os principais pontos de irradiação do Partido dos Trabalhadores, quando de sua fundação no Maranhão e a partir dos quais foi sendo efetivado o recrutamento de trabalhadores rurais. O primeiro e o mais abrangente é aquele encaminhado pelo deputado Freitas Diniz, junto às bases que construiu no antigo MDB. Neste processo se combinaram as exigências quantitativas - nada desprezíveis - da legislação eleitoral e o pragmatismo desenvolvido por este deputado em longos anos de sua militância partidária no MDB.

Grande parte destes trabalhadores rurais trazidos para o PT por Freitas Diniz não se manteve na organização partidária, sendo necessário, muitas vezes refundar o partido em diversas cidades onde, formalmente, o mesmo já havia sido organizado. Apenas nos

lugares onde já existiam movimentos sociais (sindicatos ou grupos de base da Igreja), como São Luís, Alcântara e Caxias e região de Imperatriz é que o partido se consolidou e manteve certa continuidade.

Das trinta primeiras Comissões Provisórias do PT - Maranhão, compostas ainda em 1980¹³⁵, pode-se dizer que apenas nas cidades acima mencionadas, a organização do partido não se ateu aos procedimentos cartoriais: simples cumprimento de exigências legais, onde a adesão ao partido se resumia ao preenchimento de fichas de filiação ou assinatura de listas de presença nos eventos exigidos pela Lei, não importando em qualquer participação no dia-a-dia do partido.

Imperatriz, Alcântara e Caxias representam o segundo foco da irradiação do PT no interior maranhense. Em Alcântara, o PT logrou associar-se à luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que contava com o apoio da Igreja. Em Caxias, contou com a participação de pessoas vinculadas ao núcleo local da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, que também participavam da Igreja Católica. Em Imperatriz, um grupo de católicos toma para si o desafio de criar o PT no município, praticamente sem nenhuma ligação com a capital, embora fosse dessa cidade o primeiro presidente estadual do partido. Tanto em Imperatriz como em Caxias, o PT surge com trabalhadores urbanos, mas nesta primeira ele teve, desde o seu nascedouro uma identidade acentuadamente rural¹³⁶.

Nos primeiros momentos da construção do PT-MA, a presença de trabalhadores rurais no partido pouco se destacou, restringindo-se na maioria dos casos a uma adesão formal. No período 1982-85, o partido se dedicou a ampliar a presença desse segmento no partido e o dado mais emblemático desse esforço foi a candidatura do trabalhador

¹³⁵ Estas Comissões foram organizadas nos seguintes municípios: Coroatá, Timon, Aldeias Altas, Araiases, Codó, São Bernardo, Timbiras, São Benedito do Rio Preto, Arari, São Mateus, Cantanhede, Palmeirândia, Caxias, Magalhães de Almeida, João Lisboa, Imperatriz, Porto Franco, Grajaú, Chapadínha, Alcântara, São José de Ribamar, Peri Mirim, São Bento, Vargem Grande, Pirapemas, Pedreiras, Bacabal, São Luís, Santa Rita e Paço do Lumiar. Dados obtidos em: T.R.E. - MA. Secretaria de Coordenação Eleitoral, 1981.

¹³⁶ Entrevista com Luis Vila Nova.

rural Luís Vila Nova, para prefeito da capital em 1985; é a partir desse episódio que a participação dos trabalhadores rurais no PT - MA de fato se intensifica, adquirindo notável visibilidade e força política dentro do partido.

A destacada presença dos trabalhadores rurais no PT - Maranhão deve-se, fundamentalmente, às seguintes razões: primeiro, a estrutura sócio-econômica do estado, praticamente desprovida de atividades e relações de trabalho tipicamente urbanas ou industriais, o forte da economia estadual era a terra e a agricultura e a própria população do estado, conforme se pode observar na tabela abaixo, ainda era majoritariamente concentrada na zona rural.

VI - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MARANHÃO

ESPECIFICAÇÃO	1970	1980	1991
POPULAÇÃO URBANA	752.027 (25%)	1.255.156 (31%)	1.972.0008 (40%)
POPULAÇÃO RURAL	2.240.686 (75%)	2.741.248 (69%)	2.957.014 (60%)
POPULAÇÃO TOTAL	2.992.686 (100%)	3.996.404 (100%)	4.929.029 (100%)

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. Apud. Feitosa, 1995, p. 223.

Outra justificativa para o grande número de trabalhadores rurais entre os filiados do PT refere-se à política de crescimento traçada pela direção partidária que, dirigida às lutas sociais, encontrou-se com as lutas pela terra que nos anos 80 tiveram notável crescimento no estado; finalmente, tem-se a articulação oficiosa do trabalho do PT com o de diversas "entidades de apoio"¹³⁷ que eram influenciadas por petistas e que nesse período se voltaram mais para a atuação junto a trabalhadores rurais.

¹³⁷ As principais eram a SMDDH, CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural Maranhense, *Caritas* e CPP - Comissão Pastoral da Pesca.

Não obstante a presença numericamente massiva de trabalhadores rurais no PT-MA, durante muito tempo ele esteve rotulado como “partido de estudantes”, título que fazia jus à visibilidade adquirida por esse segmento no partido e à composição das instâncias dirigentes a partir de 1982, mas também desconsiderava a expressiva presença de trabalhadores entre os filiados e mesmo nos postos de comando do partido onde se destacava, por exemplo, a figura do trabalhador rural Luís Vila Nova, presidente regional do partido de 1983 até 1987.

Além de “ocultar” a presença dos trabalhadores no PT, o rótulo “partido de estudantes”, servia também como metáfora para indicar outro estigma frequentemente imputado ao PT maranhense: o propalado “despreparo”, atribuído aos petistas, em virtude de haver entre eles muitos estudantes e jovens; nos casos em que a presença de trabalhadores no PT era reconhecida, este passava a ser visto como “partido de analfabetos”. Os dois casos explicitavam descrença e preconceito em relação ao PT, pois tanto aos estudantes, quanto aos “meninos” e “analfabetos” não era atribuída qualquer capacidade política ou administrativa.

Não obstante a destacada presença de profissionais liberais no PT-MA, a simples presença de jovens, estudantes e trabalhadores rurais era inusitada e parecia estranha à cultura política predominante. Assim, a candidatura petista de um pedreiro para o senado ou Câmara Federal ou de um trabalhador rural para prefeito da capital provocava espanto e ironias entre os eleitores enquanto idênticas pretensões por parte de engenheiros, advogados ou professores, mesmo que fossem do PT, eram vistas como “naturais”, não despertando a mesma surpresa ou contestação, a não ser em razão do partido.

Tal situação tem bases no elitismo, muito marcante na política brasileira e que sempre pesou contra o PT, o qual já nasceu procurando romper com essa tradição. Nesse sentido, Meneguello (1989) ao tratar de critérios de escolha dos candidatos do PT em 1982, explica que, diferentemente do que ocorre com os partidos tradicionais, no PT não há exigências de indivíduos diplomados, experiências políticas prévias ou mesmo

de uma faixa etária mais elevada. Ao contrário disso, o PT surge como uma inédita oportunidade de participação política para os indivíduos que sempre estiveram "excluídos" da economia, do saber e da atividade política.

Com todas essas informações procuro demonstrar que o apelo do PT-MA aos trabalhadores rurais tem estreita relação com a estrutura sócio-econômica do estado (que impunha a presença dos rurais a qualquer partido que se pretendesse representativo dos trabalhadores), tem relação com as lutas pela reforma agrária, naquele momento em curso no estado e com o projeto petista de "inclusão" social e política dos "excluídos". Constata-se também que esse apelo enfrentava dificuldades ditadas pela tradição política brasileira, acentuadamente no Nordeste, onde é praxe que os grupos dominantes realizem tenaz esforço no sentido de excluir os segmentos populares da atividade política, reservando para si o monopólio da mesma.

O combate petista à exclusão política dos segmentos populares bem como dificuldades e contradições associadas a esse projeto, particularmente no que toca aos trabalhadores do campo, podem ser percebidos na experiência de implantação do partido nas áreas rurais do Maranhão, notadamente na cidade de Imperatriz e adjacências aqui chamadas de região tocantina.

O destaque a essa região não implica, porém, em tomá-la como modelo ou exemplo mais acabado do que se pretende demonstrar como participação de trabalhadores rurais no PT-MA, tampouco em desprezo à principal característica do processo de inserção dos trabalhadores rurais no partido que é a diversidade de situações¹³⁸. A razão do destaque tem a ver com o fato de que nessa região se verifica grande mobilização política de trabalhadores rurais, inclusive no PT da região, onde se

¹³⁸ Como exemplo dessa diversidade, destaca-se os já mencionados casos de Alcântara e Caxias, onde houve influência de grupos externos, no caso STR e SMDDH, respectivamente; em Santa Quitéria eles vêm para o PT (mais precisamente para a campanha eleitoral do partido, em 1982) por influência da Igreja, mas no caso, a liderança pessoal e não politizada exercida pelo padre; na região do baixo Parnaíba eles chegam ao PT trazidos por Freitas Diniz, mas apenas formalmente; na região do Sertão, pequenos proprietários participantes de comunidades de base da Igreja engajaram-se no PT desde a sua fundação e por iniciativa própria; no Baixo Mearim a Igreja foi hostil à idéia de participação no PT e assim por diante.

desenvolvera uma concepção de partido bastante singular e polêmica, que teve forte influência na demarcação da identidade partidária.

De acordo com depoimento do então operário da construção civil, Luís Vila Nova¹³⁹, um dos fundadores do PT em Imperatriz, o partido foi criado no município, a partir de 1980, por um grupo de casais da Igreja Católica de um bairro da periferia chamado Vila Nova (nome que foi acrescentado ao do depoente Luís Soares, que passou a ser conhecido como Luís Soares Vila Nova). Diz ele que este grupo reunia 25 casais¹⁴⁰ que participavam das atividades da Igreja mas também faziam reflexões nos bairros, manifestações no 1º de Maio, e outras atividades político-religiosas, “sempre baseadas no Evangelho”.

Tais atividades políticas acabaram indispondo esses casais com o padre da paróquia, que os desautorizou de falarem enquanto Igreja e praticamente os expulsou da paróquia, por considerar que eles estavam “se desviando muito da religião”.

Quando ainda atuavam dentro da Igreja, esses casais já vinham mantendo contatos com diversos outros grupos religiosos espalhados pelo país, através dos quais tomavam conhecimento das questões políticas em debate naquele momento e do engajamento político de ativistas católicos nos movimentos organizados da época. Alguns desses contatos eram feitos com pessoas ou agrupamentos que estavam envolvidas na construção do PT.

¹³⁹ Luís Soares Vila Nova trabalhava na Construção Civil quando começou a organizar a fundação do PT em Imperatriz. Chegou a ser presidente do Sindicato dessa categoria, mas em seguida a abandonou e voltou a ser trabalhador rural, profissão que já exercera junto à sua família no estado do Piauí e, posteriormente, no Maranhão. Pela sua atuação política junto aos trabalhadores rurais e na direção regional do PT, tornou-se conhecida liderança no estado e duas vezes foi eleito deputado estadual.

¹⁴⁰ Participavam deste grupo: Luís Vila Nova, Pedro Sola, Tereza Sola, Moacir, Ilamita, Terezinha, Juvenal assim como Vila Nova, e outros. Em geral, eram pessoas que trabalhavam na construção civil, como Pedro Sola e Luís Vila Nova. Este último informou que Pedro Sola e sua esposa, Teresa, chegaram à Imperatriz como missionários leigos da Igreja Católica; eram filhos de famílias ricas na região Sul, mas, em Imperatriz, trabalhavam e viviam como pobres.

Com a expulsão do grupo de casais pelo pároco da Igreja, eles passaram então a se autodenominarem "grupo do PT", numa alusão ao que lhes parecia a bravura e radicalidade desse partido, cuja trajetória acompanhavam também pela televisão. Posteriormente, surgiu outro ponto de contato com o PT nacional: o pequeno empresário Neudson Claudino, que em 1981 filiou-se ao PT em São Paulo ligando-se ao grupo de Plínio Arruda Sampaio e que, em Imperatriz, colocou-se como canal de informação e fonte de apoio aos petistas ¹⁴¹.

Naquela época, a Igreja católica também era palco de muita polêmica quanto ao seu papel na vida do país; assim, os próprios petistas admitem que não obstante a intolerância do padre de Vila Nova para com eles, o bispo D. Marcelino acabou dando uma contribuição indireta para a criação do PT em Imperatriz. Segundo Luís Vila Nova, D. Marcelino

"nutria certa admiração pelo trabalho dos petistas. D. Marcelino frequentemente celebrava missas em pequenas capelas de bairros populares e, nesses momentos, se deixava acompanhar por pessoas do PT, que, ao fim da celebração, quando o bispo ia embora, mantinham uma conversa com aquela comunidade e programavam novo encontro"¹⁴².

Fora o bispo, nenhum outro religioso(a) era solidário ao trabalho dos petistas naquele município; sequer havia outro agrupamento de base interessado em organizar o PT na região, a partir de trabalhos comunitários.

Também não havia sindicatos ou outros movimentos sociais que apoiassem essa iniciativa. Um único sindicato solidário à causa era o dos Arrumadores¹⁴³, que

¹⁴¹ Barros, Valdinar, Silva Neta, Maria Querubina e outros escreveram um texto intitulado "uma militância", onde fazem um histórico da vida de Neudson Claudino, apontando os vínculos deste com o PT de São Paulo e com o PT de Imperatriz. A mesma idéia é corroborada pelo próprio Claudino, em documento encaminhado por ele à direção regional do partido, em 05/01/91, onde avalia a sua participação como candidato do PT a vice-governador, nas eleições de 1990.

¹⁴² Entrevista com Luís Vila Nova, realizada em maio de 1996.

¹⁴³ Arrumadores de cargas ou estivadores.

emprestava sua sede para que o partido realizasse os seus eventos de maior porte. A exemplo do que ocorreu em São Luís, também em Imperatriz é o PT que vai exercer papel importante no processo de politização dos sindicatos.

Um aspecto relevante e de notáveis consequências da experiência de implantação do PT na região tocantina é a construção de certa identidade petista modelada por concepções teóricas tais que a tornavam bastante restritiva, colocando-se, inclusive, na contramão da Carta de Princípios, Manifesto e Programa do PT que, reiteradamente, apontam a idéia de uma composição social mais ampla, envolvendo todos os "setores explorados"¹⁴⁴ ou "massas populares". Essa visão nos é revelada por Luis Vila Nova, que diz:

“ (...) o partido foi se formando em Imperatriz dentro de uma visão classista - classista de um ponto de vista radical - pois naquela época a gente imaginava que a classe trabalhadora envolvia somente os pobres, não envolvia profissionais de ganho um pouco maior (por exemplo, não envolvia bancário) ... Com esse pessoal, a gente não discutia por que a gente achava que eles eram de outra classe. Então o PT aqui foi mais constituído nessa ideologia de classe pobre, trabalhadores de classe pobre; (..) tinha um grupo de empregadas domésticas, um grupo de operários da construção civil e um grupo de trabalhadores rurais, principalmente sem terra. Naquela época a gente não discutia com o proprietário [mesmo o pequeno] por que a gente achava que a propriedade era um fator prejudicial para o sistema político que a gente defendia (...)”.¹⁴⁵

¹⁴⁴Como "setores populares" os documentos básicos do PT entendem operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros. Clara sinalização da amplitude da base social está no Programa do partido, que convida médicos, engenheiros, professores, artistas, jornalistas e até os trabalhadores mais especializados para participarem do PT, se concordam com o Programa do partido (ver citação na página 132-133). Excelente discussão sobre a base social do PT bem como as amplitudes e reduções aplicadas ao conceito de 'classe trabalhadora', nos documentos partidários, encontra-se em Tadeu César (1995, p. 223-244).

¹⁴⁵Luís Vila Nova, em entrevista concedida à autora.

Percebe-se neste depoimento que a construção do PT na região de Imperatriz, pelo menos naquilo que dependeu do presidente do partido Luís Vila Nova, foi bastante voltada para os mais pobres e modelada por essa concepção demasiadamente restritiva sobre a base social do PT, deixando de fora os pequenos proprietários rurais e urbanos, trabalhadores do setor de serviços, intelectuais, estudantes e profissionais liberais. Esta visão, como já se disse, não correspondia à proposta petista e, por outro lado, como se verá adiante, acabou servindo como alicerce de futuras dificuldades de articulação dos diversos segmentos sociais componentes do PT-MA.

Não obstante Imperatriz fosse a segunda maior cidade do estado e o PT tivesse se iniciado lá com trabalhadores da periferia urbana, a implantação partidária nessas áreas não se consolidou naquele momento fundacional, em razão da maior identidade de Vila Nova e, antes dele, o próprio Osvaldo Alencar com as questões rurais.

Nesse momento de fundação, o advogado da CPT, Osvaldo Alencar foi um ponto de contato entre os petistas de Imperatriz e os de São Luís. Enquanto opositorista, ele militou por muitos anos no MDB, onde, evidentemente tinha contato com Freitas Diniz (presidente do partido). Nesta fase, o PT de Imperatriz representava uma espécie de território neutro em relação aos conflitos que aconteciam no seio do partido na capital; por esta razão, mas sobretudo pela sua atividade opositorista, Osvaldo Alencar foi o primeiro presidente do partido no estado. Após a sua gestão o novo eleito foi Luís Vila Nova.

O primeiro contato mais nítido dos “dois PTs” (São Luís e Imperatriz) foi quando da visita de Lula a Imperatriz, em outubro de 1981, ocasião em que uma delegação dos núcleos de base de São Luís realizou uma verdadeira “perseguição” ao Lula pelas ruas da cidade, visando entregar-lhe documentos com suas denúncias sobre os rumos do partido em São Luís, sob o comando do “grupo de Freitas Diniz”¹⁴⁶. Nesse episódio, Alencar se manteve solidário aos dirigentes do partido, enquanto Vila Nova colocou-se mais próximo dos “estudantes”. Essa aproximação favoreceu a sua eleição

¹⁴⁶ Ver nota 117, onde apresento um relato desse episódio.

para presidente do Diretório Regional do PT no ano seguinte, quando os “estudantes” haviam assumido o comando do partido.

Ao longo dos anos 80, a “identidade petista” moldada por Luís Vila Nova na região tocantina, não arrefeceu no convívio com profissionais liberais, universitários, bancários e outros trabalhadores da cidade; ao contrário disso, encontrou solo fértil para desenvolver-se nas disputas intrapartidárias pelo controle do partido, que envolviam não apenas a região de Imperatriz, mas o conjunto do estado. Provavelmente a expressão mais acabada dessa visão se deu em 1987, quando, no processo de luta interna, o PT-MA foi cindido por uma polarização entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos e as lutas internas atingiram um ponto culminante.

Trabalhadores Rurais e Conflitos Intrapartidários

Na origem da polarização rural x urbano identificamos uma série de conflitos em torno da direção do partido (Diretório Regional), no período 1986-87, que começaram com o chamado “caso Delta”¹⁴⁷ e culminaram no surgimento de uma tendência genuinamente maranhense, o PT de Aço, identificada com os trabalhadores rurais; outro aspecto é a luta entre tendências e a disseminação de uma concepção que contrapunha trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos no interior do partido. Para uma percepção mais minuciosa destas questões, vejamos:

Diretório Regional: berço de polarização rurais x urbanos

O PT-MA começa o ano de 1986 enfrentando problemas no seio de suas instâncias dirigentes. O fraco desempenho do Diretório Estadual - DE (ou Diretório

¹⁴⁷ Referência à atitude de indisciplina partidária imputada à “presidente política” do partido, professora Delta Martins, que à revelia de decisão da Comissão Executiva do Diretório Regional, participou de encontro com o governador em exercício, João Alberto, do PDS. Este fato obteve intensa repercussão na imprensa local e deslanchou fortes conflitos intrapartidários.

Regional - DR) naquele ano é agravado pelas exigências do processo eleitoral de 1986 e pelos pedidos de afastamento de vários dos seus integrantes, dentre eles o presidente, Luís Vila Nova e a primeira vice-presidente, Eulina Moraes¹⁴⁸.

Estes fatos motivaram um arranjo pelo qual foi indicado o nome da professora universitária Delta Martins, candidata do partido ao cargo de governadora nas eleições daquele ano, para “presidente informal e provisória do PT-MA”, “presidente política” como na época foi denominado este cargo, que existiria até março de 1987 quando novo Diretório Regional seria eleito em Encontro marcado para este fim.

Esta decisão dos membros do DR foi motivo de intensos conflitos no partido. Os Diretórios Municipais de São Luís, presidido pelo advogado Domingos Dutra e o de Caxias denunciaram a eleição de Delta Martins, alegando “manobra” por parte da direção e “exclusão” da vice-presidente Eulina Moraes. Mas, o Encontro Estadual extraordinário dos dias 28 e 29 de março de 1987 (que não contou com a participação desses reclamantes), reiterou a indicação de Delta Martins para a “presidência provisória e informal” do PT.

A polêmica entre os grupos no comando do partido se intensificou e encaminhou-se para a quebra da unidade interna entre os dirigentes do partido, provocada por novos conflitos cuja razão foi o convite do governador em exercício, João Alberto de Sousa, para uma conversa com Delta Martins no Palácio do Governo, sem nenhum propósito específico que não fosse “dialogar com o PT”. O convite foi aceito de pronto, mas antes de ir a presidente considerou oportuno ouvir a Comissão Executiva do DR, que, por unanimidade, rejeitou o encontro entre ela e o vice-governador, cuja reputação junto aos petistas era das piores.

¹⁴⁸ Luís Vila Nova justificou o seu pedido de afastamento pelo seu interesse em desenvolver trabalhos de base na sua região; Eulina Moraes manifestou necessidade de afastar-se para realizar tratamento de saúde.

À revelia da decisão partidária, Delta Martins compareceu ao encontro marcado tendo sido, por isso, acusada de “indisciplina partidária” e instada pela direção regional do partido a fazer uma autocrítica, o que não foi acatado pela “presidente política” em virtude desta não reconhecer nesta direção autoridade (seja de ordem legal ou legítima) para uma decisão desse porte. Cristalizou-se, então a ruptura entre a presidente e o restante da direção partidária¹⁴⁹.

A inobservância do que internamente era estabelecido como a democracia interna pela então presidente do partido foi o principal sustentáculo da crítica formulada pelos demais dirigentes à mesma. E sequer haveria outras razões, uma vez que a postura de Delta Martins diante do governador foi explícita no sentido de afirmar que “não há qualquer possibilidade do PT participar do governo” (...) ao qual faz “uma oposição política e ideológica” (Jornal o Estado do Maranhão, 10/04/83, p.3).

A posição do Diretório Regional, além de criticar as condições específicas do contato entre o PT e o governo do estado, apartado de qualquer processo de luta e fruto de uma iniciativa palaciana, é típica de um momento em que o PT, buscando afirmar-se como partido de oposição radical aos históricos “grupos dominantes” - muito afeitos às práticas de cooptação, desprezava qualquer idéia de entendimento com o governo por considerar, de antemão, que este jamais poderia ser benéfico para os trabalhadores e, no máximo, serviria para dar a aparência de democrata para esses governos. Este não era, porém, o ponto de vista da presidente do partido, já naquela época defensora da idéia de que o PT, como partido político que era, deveria discutir suas posições com todos os setores políticos da sociedade, inclusive com o governo.

Além de afirmar o PT como partido oposicionista, a atitude do DR também visava ao fortalecimento deste como partido internamente democrático, idéia sempre relacionada ao cumprimento das decisões das instâncias partidárias. Não eliminava,

¹⁴⁹ A esse respeito, ver: jornais O Estado do Maranhão, O Imparcial e Diário do Norte, edições dos dias 09 e 10 de abril de 1993.

porém, o problema posto pela pluralidade de convicções que convivem no PT, que não se “resolve” ou se pacifica em razão de simples decisão da maioria.

Evidentemente, este conflito conduziu a novos realinhamentos das forças intrapartidárias, pois se até então havia uma polarização tipicamente vertical contra a instância dirigente regional, a partir desse episódio o enfrentamento a essa instância passa a ser feito também a partir do seu interior. A “presidente política” do partido se integra ao grupo que lhe era adversário (DM de São Luís e de Caxias e outras pessoas) na oposição ao DR.

Juntamente com o presidente do Diretório Municipal de São Luís, declarado opositor da “direção política” e o “presidente legal” do DR, Luís Vila Nova, Delta encaminhou duras críticas ao Diretório Regional, chegando a levá-las, diretamente e através de documentos, à direção nacional do partido, cuja resposta imediata foi uma espécie de “intervenção branca” no DR do Maranhão, materializada na vinda de Jacó Bittar, membro do Diretório Nacional, ao Maranhão, com o propósito de planejar a “reconstrução do partido no estado”¹⁵⁰.

Assistiu-se então nesse curto espaço de tempo a importante mudança não apenas na composição dos grupos em conflito, mas também dos motivos desses conflitos. A essa altura as “acusações contra o DR já não aludiam ao problema da “direção política” ou mesmo à visita da presidente do PT ao vice-governador; o que agora se destacava como acusação contra os membros do DR era “controle burocrático do partido”, “imobilismo do Diretório”, “desvio de dinheiro” e “falsificação de assinaturas”, que viriam sendo praticados pela “Articulação”, aqui referida aos membros do DR que se assumiam como sendo dessa tendência e que juntamente com Delta Martins implementavam, até então, a alternativa da “direção política e informal” como solução provisória para a crise de direção em que o partido se encontrava.

¹⁵⁰ Ver: PT/DN - SORG, 1987; Martins, Delta; Dutra, Domingos e Vila Nova. Luís. s/d; e PT/DR - MA. Relatório do Encontro Estadual de 26 e 27/09/87. s/d.

É a partir deste momento que a polarização rural x urbano começa a ser delineada, pois nesse novo debate partidário as posições políticas apresentadas no Encontro Regional pelo recém-formado bloco anti-Articulação (apelidado de “antártica”), exploravam insistentemente uma dicotomia entre “teóricos” e “práticos”, “pessoas que discursavam” e “outras que organizavam o partido e as lutas”. Os primeiros eram associados aos urbanos - ditos “intelectuais”, pessoas que “falavam muito”; os segundos seriam os trabalhadores, notadamente os rurais, que “praticavam a política” e que estavam no campo, enfrentando pistoleiros e ocupando fazendas¹⁵¹.

Salta aos olhos que esse raciocínio recupera antiga dicotomização entre o pensar e o agir, representações e práticas, que são tomadas isoladamente, como dimensões separadas. Ignora vasta tradição intelectual, de Marx a Gramsci e Luckács, passando por Maquiavel e outros, que aponta limitações nessa forma de interpretar o mundo e/ou a política. Grosso modo, esses autores destacam a articulação dialética entre representações e práticas, tão intimamente entrelaçadas que, afirmam Foucault (1990) e Bourdieu (1989), nem é possível definir com precisão a fronteira de uma e de outra. Nessa mesma linha Luckács afirma que “o proletariado conhece a própria situação enquanto luta contra o capitalismo e age enquanto conhece a própria situação” (citado por Gozzi, G. In: Bobbio et al., 1991).

Com essa forma de encarar o problema, não pretendo desconhecer os dilemas concretos vivenciados pelo PT-MA, mas somente chamar atenção para os problemas de fundo dessa visão de política embasada na separação entre o pensar e o agir, que sugere certo deslocamento no foco das disputas políticas entre os petistas

¹⁵¹ Atenção para o fato de que a origem dos conflitos internos do PT-MA naquela conjuntura, não foi a polarização rural x urbano; ao contrário disso, essa polarização foi desdobramento de conflitos anteriores que, embora não tenham se expressado antes de forma mais clara, já estavam latentes no partido. sobretudo em São Luís onde, segundo o então dirigente estadual Fernando Lopes, havia forte descontentamento do pessoal ligado à Igreja e às entidades de apoio contra o que lhes parecia os “métodos autoritários” dos dirigentes partidários identificados com as pessoas da Articulação e com a cidade. Além disso, esse fato tem bases na forte valorização da democracia direta ou de bases em geral observada entre militantes católicos. A polarização rural x urbano cumpriu, assim, o papel de canal por onde esse descontentamento pode vir à tona de modo mais incisivo.

maranhenses, posto que assentava-se menos na especificidade da ação e da representação e mais no jogo de poder, ou pelo poder, no interior do partido.

Tal visão não é frutífera sequer para os que se consideram “praticantes” da política em oposição aos chamados “intelectuais”. Não há prática política que não incorra em idéias ou representações políticas (tampouco o inverso) e a figura do intelectual também pode ser compreendida, como sugere Gramsci (1984) menos pela especificidade ou objeto do seu trabalho e mais pelo papel político que exerce como educador, dirigente ou organizador da concepção de mundo de uma classe. Nesse sentido, o trabalhador rural do PT maranhense pode ser compreendido também como um intelectual.

Mas, nas disputas intrapartidárias essas dualidades estavam muito presentes. Relatório do Encontro Regional de setembro de 1987 confirma que essas questões foram objeto de calorosa discussão, onde alguns argumentavam que

“o partido é constituído majoritariamente pelos trabalhadores rurais, mas dirigido pelos trabalhadores da cidade (chamados por alguns de ‘intelectuais’ e ‘pequenos burgueses’), acusados de centralizarem as informações e manipularem os trabalhadores rurais, para manterem-se na direção do partido, havendo, por conseguinte, um processo articulado de discriminação e de isolamento dirigido aos trabalhadores rurais”. PT/DR-MA s/d. p.4).

É forçoso reconhecer, porém, que essa forma como alguns participantes do Encontro Regional encararam o problema expressa uma preocupação com a democracia e pode traduzir-se como um gesto de prevenção contra o elitismo no interior do PT; por outro lado, revela também uma dificuldade de se encarar a possibilidade e/ou exercício da direção partidária por pessoas mais letradas e da cidade. Esta posição minimiza o fato de que no PT do país inteiro,

“a escolaridade se constitui num filtro, ainda que sutil, que barra ou ao menos dificulta o acesso às instâncias de direção de nível mais elevado (...) Ao contrário da elitização, diante dos níveis de escolaridade característicos do partido, revela-se com isto uma tendência ao aproveitamento nos cargos diretivos daqueles melhor qualificados intelectualmente - ao menos no nível formal. Surpreendente seria a ocorrência de situação inversa, onde um partido com um alto índice de militantes com níveis elevados de escolarização distribuisse seus cargos dirigentes prioritariamente entre aqueles de menor escolaridade”. (Tadeu César, 1995, p. 66-68).

É certo que o grau de educação formal não é o único nem decisivo critério para a distribuição de cargos de direção ou o exercício da direção no PT. O exemplo da liderança máxima do partido, o Lula, é ilustrativo de que outras qualidades podem interferir nessa partilha, especialmente a capacidade de educador, organizador ou dirigente da qual falou Gramsci.

Mas, esse intelectual/organizador não nasce pronto, precisa construir-se como tal. Nesse ponto algumas características do PT-MA atuavam como agravante que inibia a maior circulação do poder de direção entre maior número de petistas do campo e da cidade: o pioneirismo ou incipiência do processo de mobilização política de grande parte dos petista, que não vivenciaram experiências de “luta” ou participação em movimentos organizados, que em geral, conferem ao militante uma experiência e conhecimentos que bem o credenciam como dirigente ou “intelectual orgânico” (Barreira, 1994).

Além do precário nível de educação formal e da incipiente experiência política, um fato que muito dificultava a participação dos trabalhadores rurais no PT maranhense era a extrema pobreza das zonas rurais deste estado. Os dirigentes partidários desse segmento em geral não tinham recursos para viajar e, se precisassem ficar em São Luís, certamente ficariam à mercê da solidariedade ou dos favores de

outros, posto que por muito tempo o partido não dispôs de infraestrutura para mantê-los na capital.

Isto fica claro no depoimento de Francisco Gonçalves, membro da direção do partido no período 1986-1992 e da coordenação da tendência Articulação, que diz:

"Embora em alguns momentos do PT os rurais tenham sido a maioria na direção do partido, isso não se expressava do ponto de vista político; na prática os urbanos acabavam dirigindo o partido e isso criava uma série de insatisfações. Mas, há alguns elementos que temos que considerar para não cair na idéia de que os urbanos seriam os mais capacitados para dirigir; na verdade, para os urbanos e rurais existem condições diferenciadas para exercer a direção. Se você pega um trabalhador rural, descapitalizado, que o DM da cidade dele não tem condições de mandá-lo para as reuniões em São Luís, não lhe garante mobilidade, ... , no máximo ele vai dirigir o partido na cidade dele. (...) Naquela época, o PT não tinha condições de gerar recursos que pudessem garantir a mobilidade dessas pessoas para que elas pudessem cumprir tarefas estaduais. (...) A segunda questão está vinculada ao fato de que efetivamente havia no PT um desnível de formação, de compreensão, de acesso às informações, que estava ligado às estruturas do PT e à sua capacidade de formar seus quadros para dirigir o partido. O PT não reunia, como não reúne até hoje, condições para isso. (...) Outro fator que não podemos negar é [a necessidade de] uma competência técnica e política que está colocada para [os dirigentes partidários] rurais e urbanos e, muitas vezes, certas pessoas eram colocadas em cargos que exigiam uma competência que elas não tinham e o PT não dispunha de pessoas que as ajudasse a tê-la. A questão central [portanto,] não era entre rurais e urbanos, mas as condições diferenciadas para o exercício da direção. (...) Os mesmos

problemas sentidos pelos rurais aconteciam a urbanos que viviam no interior do estado".¹⁵²

Confirma-se nesse depoimento que as dificuldades concretas vivenciadas por trabalhadores rurais no cotidiano da atividade partidária do Partido dos Trabalhadores no Maranhão não podem ser ignoradas. Elas vão do precário grau de letramento à distância entre os povoados, passando pela escassez de informação, ausência de recursos materiais e incipiente experiência associativa. Além disso, não se pode desconhecer o fato de que, em geral, as funções de direção partidária demandam, além de muito tempo, uma progressiva especialização e experiência, o que vai limitando a pequenos círculos o revezamento de militantes nesses cargos.

Nesse sentido vale lembrar de Michels (1982), e mesmo sem concordar com a sua tese sobre a "incompetência formal e real das massas para o exercício da direção partidária", é forçoso reconhecer a justeza de sua afirmação de que a profissionalização (especialização técnica e dedicação de tempo superior às horas vagas ou finais de semana) são necessidades indispensáveis para toda organização mais ou menos extensa ou complexa.

Também podemos recorrer a Weber que, no célebre ensaio sobre a política como vocação, afirma que a não ser para "políticos ocasionais", que têm essa atividade como secundária em suas vidas, ou para "homens 'independentes', ricos, especialmente aqueles que vivem de rendas",

"o político profissional deve ser economicamente 'dispensável', isto é, sua renda não deve depender do fato de que ele coloca, constante e pessoalmente, sua capacidade e pensamento totalmente, ou pelo menos predominantemente, a serviço da aquisição econômica. (...) Um recrutamento não-plutocrático [não exclusivamente entre as camadas ricas] de políticos interessados, de lideranças e seguidores, está

¹⁵² Francisco Gonçalves, em entrevista à autora.

conjugado com a precondição subentendida de que uma renda regular e suficiente será proporcionada aos que se ocupam da política". (Weber, 1971, p. 105-107).

Ora, os diversos relatórios de Encontros Estaduais do partido, no período em foco, são unânimes em afirmar a precariedade dos recursos materiais do PT Maranhão, os quais não lhe permitiam "profissionalizar" seus dirigentes¹⁵³; sequer havia condições para enfrentar, de forma abrangente e eficiente, o problema da capacitação política dos dirigentes e militantes. Deste modo, se compreende - mas isso não significa justificar - o papel mais destacado daqueles que, por si ou por ajuda de terceiros (entidades de apoio ou Igreja, por exemplo), dispusessem de maior grau de "independência" e também aqueles com maior experiência na atividade política.

Nestas condições de escassez de recursos e de diferenciadas condições de trabalho político dos dirigentes, as tensões intrapartidárias foram se aprofundando tanto que em novembro de 1987, os integrantes do Diretório Regional decidiram-se por oficializar uma autodissolução do mesmo e indicaram uma Comissão Provisória responsável por organizar uma nova Convenção de filiados para eleição do DR (PT/DR-MA. Livro de Atas 1981-1988, p. 39). Na Convenção, porém, o entrosamento entre a Articulação e o bloco que lhe fazia oposição, também participante do Diretório, que já estava por um fio, arrebenta-se.

Desta vez, os conflitos tiveram como causa imediata divergências quanto ao credenciamento dos delegados ao Encontro (participantes com direito à voz e voto), em que venceu a proposta da Articulação¹⁵⁴ e importantes figuras do bloco "anti-articulação" acabaram não sendo credenciadas. Este fato ocasionou imediato

¹⁵³ Não foi à toa que uma das mais destacadas acusações contra a Articulação se referisse a recursos destinados à profissionalização do presidente do partido Luís Vila Nova. Maiores informações nos documentos: Martins, Delta, Dutra, D. e Vila Nova. L., 1987.

¹⁵⁴ A polêmica se deu em torno da definição de quem seriam os delegados natos (se os membros da Executiva do antigo Diretório ou da Comissão Provisória). Venceu a proposta de que os delegados natos seriam aqueles membros da Comissão Provisória que exerciam funções similares àquelas que no Diretório eram de delegados natos, ou seja, funções de membros da Executiva.

descontentamento nesse agrupamento, ainda sem nome mas que já vinha atuando em bloco contra a Articulação desde o “caso Delta” e que era hegemonizado nem tanto pela presença, mas, sobretudo, pela “causa”, dos rurais. A partir de então a Articulação passa a ser apontada como a tendência dos “urbanos”, “discursadores”, “intelectuais” e “burocratas”.

O “bloco dos rurais”, considerando-se lesado em seus direitos pela Articulação, retirou-se da Convenção e promoveu um Encontro paralelo¹⁵⁵. Os que ficaram elegeram um novo diretório. Dois pontos significativos nestes episódios é que “os rurais” se retiraram da Convenção e se reuniram na casa da professora universitária Ieda Batista, enquanto “os urbanos”, que ficaram no Encontro oficial, elegeram um trabalhador rural, Sebastião Rodrigues, para presidente do partido. Estes fatos assinalam a força com que a questão rural se impunha para todos os segmentos do PT maranhense naquela conjuntura.

É a partir desse “racha” que vai ser constituída a tendência PT de Aço, criada como um instrumento a serviço dos trabalhadores do campo para o enfrentamento à Articulação. Vila Nova, ex-“presidente legal” do DR e uma das mais expressivas lideranças do agrupamento que se retirou do Encontro esclarece esse ponto de vista:

“ O grupo vinculado ao campo sai do Congresso Estadual alegando falta de democracia e fez um congresso paralelo ao estadual. Essa retirada foi forte para a solidariedade dos injustiçados. As resoluções tiradas do Congresso paralelo tinham como ponto alto: COMBATER A ARTICULAÇÃO. Para isso era necessário nos organizarmos, fazer oposição e chegar ao poder. Vários momentos de acirramento aconteceram: boicote, ausência das instâncias, não se reconhecia a administração da ARTICULAÇÃO. Éramos uma direção paralela. Durante quatro anos -1987-1992 - a ARTICULAÇÃO, mesmo na

¹⁵⁵ Segundo o Diretório Regional, no documento “Avaliação e Planejamento”, referente ao ano de 1988, foram 20 as pessoas que se retiraram do Encontro Regional, a maioria delas, delegadas (militantes com direito a voz e voto), mas essa retirada não inviabilizou, legalmente, a realização do Encontro.

direção do PT nunca o dirigiu. Dirigíamos a luta pela terra, fazíamos o curso de formação política, discutíamos e tomávamos sindicatos dos pelegos, discutíamos a produção de cooperativas, a CUT. A sede desse PT era em Imperatriz, onde tínhamos como articulador principal o companheiro MANOEL DA CONCEIÇÃO. Estavam declarados dois PTs (o urbano e o rural). No urbano, congregavam-se estudantes, funcionários públicos, pequenos comerciantes, bancários e operários. O PT rural congregava camponeses, advogados de camponeses, assessores de movimentos camponeses e pessoas sensíveis à luta do campo.(...) Esse agrupamento chamou-se PT de Aço.¹⁵⁶

Esse depoimento traz ao debate importantes características dessa fase do PT-MA no período em foco. A mais significativa delas é a influência do partido nos movimentos dos trabalhadores rurais e a presença de lideranças destes no PT. Também é elucidativo dos conflitos e métodos de disputas então verificadas no PT-MA, ponto em que a posição acima expressa é nitidamente contrária aos métodos de construção partidária apontados nos documentos básicos do PT, que concebem a democracia interna como resultante do funcionamento das instâncias do partido.

Além disso, esse depoimento é irrefutável na afirmação do rural / urbano como divisores de águas no seio do PT-MA e também do potencial que têm as tendências partidárias de se transformarem em facções, na medida em que elegem o fortalecimento das partes (as próprias facções) como mais importantes do que o fortalecimento do

¹⁵⁶ Vila Nova, L. 1995, p.3-4. Destaques em maiúsculas fazem parte do texto original.

Neste mesmo texto o autor apresenta diversas justificativas para a escolha deste nome para o agrupamento, destacando a “firmeza do aço”, a sigla “Ação Operário Camponesa” e a analogia ao material do molde utilizado por eles nas pichações (pinturas de paredes) do PT, no caso o zinco - imperecível e resistente, em substituição ao papelão - frágil e perecível. Essa explicação é corroborada em documentos do PT de Aço, dentre eles o Relatório de Formação Política da Tendência Interna PT de Aço, realizado em Cedral, no período de 02-05/12/93 e PT de Aço: Prática e Teoria como dois momentos de um mesmo Processo (Coletânea de textos com as conclusões de Encontros realizados pela tendência em Panaquatira, 18/01/90; São Luís, 02-03/01/93; e São José dos Mouras, set. 89). Embora o termo Aço sugira uma referência ao nascedouro do PT, na região metalúrgica de São Paulo e uma possível vocação do mesmo às áreas industrializadas, a denominação da tendência em foco não confirma essa idéia, até porque uma ênfase às atividades urbanas seria contrária ao posicionamento político e ideológico do grupo.

todo (o partido), embora essa posição seja em parte eclipsada pelo discurso “salvacionista”, que afirma essa postura como necessária para que o partido retome e/ou assuma suas características originais.

Também a Articulação não ficou isenta desse facciosismo, conforme se pode verificar no processo de constituição da Secretaria Agrária do Diretório Regional, durante o primeiro semestre de 1989¹⁵⁷.

Acompanhando os passos do Diretório Nacional do PT, desde 1988 o DR-MA, decidiu-se pela criação de uma Secretaria Agrária. Majoritariamente dirigido pela Articulação e aliados nesse período, o DR realizou dois Encontros estaduais preparatórios para a criação dessa Secretaria. O primeiro, em agosto de 1988, teve um reduzido número de participantes e pouco avançou. Já o segundo, em maio de 1989, foi precedido de Encontros Municipais, onde foram eleitos delegados para o Estadual, no qual a tendência PT de Aço teve maioria. O Encontro aprovou uma pauta de discussão distinta da que foi encaminhada pelo Diretório Regional e elegeu uma nova Comissão Agrária, composta por oito membros, sete dos quais eram ligados a essa tendência¹⁵⁸.

O Diretório Regional, alegando que o Encontro não foi convocado para este fim e que os objetivos do mesmo não foram cumpridos, decidiu não reconhecer as suas resoluções, destituindo a Comissão eleita e nomeando a professora Adilene Ramos para titular da Secretaria Agrária, fato que ocasionou vigorosos protestos por parte do PT de Aço, que considerou o ato uma cassação.

Este episódio expressa uma modalidade de conflitos muito comum em partidos, chamado “conflito vertical” posto que se passa entre dirigentes, no caso em foco, DR x

¹⁵⁷ A respeito desse assunto, consultar: Dutra, D; Santos, Dionízio; Pereira, Robson et al., agosto de 1989 e PT/DR-MA, junho de 1989.

¹⁵⁸ Compuseram a Comissão: o advogado Domingos Dutra, o técnico agrícola Robson Raimundo da Silva, o pescador Marcos do Rosário e os lavradores Dionísio Pereira dos Santos, José Mamede, João Foba e Evaldo dos Santos. O oitavo membro da Comissão seria indicado pelo DR.

Comissão Agrária, onde cada grupo procurava constituir ou consolidar estruturas, a partir das quais fortaleceriam sua posição na luta pelos recursos de poder dentro do partido. Observemos que embora a Comissão Agrária resultante do II Encontro se reconhecesse como “um órgão de colaboração do DR”, ela já surgiu pondo em questão e derrubando decisões dessa instância; além do mais compôs uma maioria que provavelmente continuaria rejeitando as orientações daquela instância dirigente, minando a sua capacidade de direção. Da mesma forma, a conquista da Secretaria Agrária, a partir da qual seria possível apresentar-se legal e legitimamente como majoritário no partido, era uma oportunidade privilegiada para o PT de Aço reforçar sua posição nas disputas internas.

Evidentemente que a Articulação lutava por manter a sua condição de grupo majoritário na direção do partido e o PT de Aço, que retornava às disputas pelas instâncias formais internas, após o episódio de retirada do Encontro em 1987, também lutava por uma posição de poder nessas mesmas instâncias. A tensão era, então, inevitável e os resultados tanto desta disputa específica como dos métodos de encaminhar as lutas internas, acima apontado por Luís Vila Nova, foram coalizões dominantes e bases partidárias pouco coesas.

Verifica-se com isto uma “dispersão do poder do partido” (Panebianco, 1982), situação ambígua que, simultaneamente, se apresenta como um fator de descentralização e de democracia, mas também pode ser causa de imobilidade e/ou quebra da unidade política. No caso da Secretaria Agrária do PT- MA, por exemplo, como nenhum dos contendores flexibilizaram suas posições prevaleceu a imobilidade e a precária unidade política.

Estes conflitos redesenham o perfil do PT maranhense e introduziram um elemento novo na dinâmica intrapartidária: as disputas passam a ser encaminhadas através de grupos organizados, tendências, que segundo o jargão partidário, significam:

“grupos de petistas que se agrupam ou se organizam para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento ...). As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas em períodos de encontros. (...)” (Resolução Políticas do 5º Encontro Nacional do PT, 1987).

Na continuação deste estudo serão abordados mais detalhes dessa nova fase do PT maranhense, destacando o relacionamento entre essas tendências e a participação dos trabalhadores rurais no partido.

Disputas entre Tendências: Articulação *versus* PT de Aço.

Em 1986 existiam três tendências no PT-MA: Articulação, PT de Aço e uma tendência trotskista ligada à Luta pelo Socialismo (LPS). Esta última não será aqui enfatizada por que não teve uma ação diretamente ligada à questão dos trabalhadores rurais no partido. Destaca-se apenas que face à situação de polarização entre Articulação e PT de Aço, a LPS não tinha posição previamente fechada: aproximava-se da Articulação pela importância que atribuía às lutas urbanas e se aliava ao PT de Aço na oposição que, no âmbito geral, os trotskistas faziam à chamada “tendência majoritária do PT”.

A Articulação foi fundada em 1983 em nível nacional a partir do “manifesto dos 113”, que representava a coalizão dominante do PT composta por militantes católicos, intelectuais e metalúrgicos do ABC paulista, que a lideravam.

“Segundo o seu manifesto de fundação, a Articulação formou-se para combater, por um lado os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora. (

...) Os membros do partido teriam de aumentar a sua participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário, intensificar o recrutamento e as atividades de construção partidária e, por fim dar mais atenção à organização política dos filiados. Isto significava que os núcleos do partido deveriam ser revitalizados em torno de atividades realizadas conjuntamente com os movimentos sociais, que sua liderança teria de ser mais cuidadosamente escolhida e, portanto, ser mais capaz de responder às bases, e que estas, por sua vez, deveriam participar mais ativamente das decisões. A organização deveria ser descentralizada e as comunicações melhoradas, especialmente pela criação de uma imprensa partidária, para reforçar a democracia interna".¹⁵⁹

No Maranhão, o setor que se consolidou como representante das teses da Articulação no estado foi o grupo de estudantes que se referenciavam nas teses da POLOP¹⁶⁰; agregaram-se a eles neste empreendimento outras pessoas que ingressaram no PT em data mais recente. Além dos ex-"estudantes" fundadores do PT, havia estudantes, sindicalistas da capital, profissionais liberais e pessoas do interior do estado (não necessariamente trabalhadores rurais). Era um agrupamento basicamente de São Luís com contatos em Imperatriz e outras cidades; desde 1983 exerceu importante papel na direção do partido, tarefa facilitada pela concentração destas pessoas na capital, mas, ao mesmo tempo, um limite à sua disseminação pelo estado.

¹⁵⁹ Manifesto do Grupo dos 113, São Paulo, 2 de junho de 1983. Apud Keck, M. (1991, p. 135).

¹⁶⁰ Dentro do grupo que se autodenominava POLOP, não foi pacífica a decisão de se transformarem em um grupo aberto e de posições ideológicas pouco definidas, como era a Articulação, assim como o próprio PT. Houve discordâncias, mas a decisão da maioria foi no sentido dessa mudança. O processo de credenciamento junto ao comando da Articulação dos 113 foi outra batalha, pois havia outras pessoas no estado que também mantinham contatos com a Articulação nacional, especialmente através da Articulação sindical; como no âmbito local esses grupos eram oponentes, não era raro, em 1986-7, falar-se em Articulação 1 e 2, no Maranhão. O grupo que permaneceu como Articulação foi aquele liderado pelos estudantes vindos da POLOP; nesse processo houve a contribuição do bancário Carlos Alberto Ferreira da Silva, recém-chegado de São Paulo, onde trabalhava como metroviário e, como dirigente sindical desta categoria, participou da fundação do PT. Em São Luís, este sindicalista facilitou a esse grupo de estudantes, o contato com petistas que participavam da Articulação em São Paulo.

Havia outro grupo que, pelo menos na sua fase inicial, também teve vínculos com a Articulação nacional (muito por influência da Articulação sindical da CUT). Também reunia ex-“estudantes” fundadores do PT, estudantes, profissionais liberais - especialmente advogados e significativo número de trabalhadores rurais espalhados por diversas partes do estado, especialmente em Imperatriz, Caxias, Alcântara e Santa Luzia. Da mesma forma que o outro agrupamento, sempre tiveram cargos importantes na direção do partido, embora a efetiva assunção dos mesmos fosse prejudicada pela dispersão espacial do grupo e também por uma concepção que, no afã de fugir ao “internismo” e ao “burocratismo” que viam no Diretório Regional, acabava lhes conduzindo a privilegiar “as lutas”, independentemente das instâncias partidárias. Digo isto porque, não obstante as críticas às instâncias dirigentes, os militantes que compunham este grupo sempre tiveram numerosa presença nessas instâncias¹⁶¹.

É este grupo que, após identificação de vários pontos de discordância com a direção regional e nacional do partido, constituiu-se na base sobre a qual foi organizado o PT de Aço, uma tendência sem vinculações nacionais com atuação exclusivamente no PT do Maranhão.

Segundo o pensamento explicitado pelo próprio grupo,

“o surgimento do PT de Aço enquanto tendência interna do PT decorre da forma como se desenvolveu o processo de construção do partido no Estado do Maranhão: centrado no cupulismo e no teorismo excessivo e também decorre da crítica à sucessiva descaracterização em nível nacional, dos fundamentos que nortearam a fundação do PT. (PT de Aço, s/d. p.)

Havia no PT de Aço uma flagrante afinidade com a questão rural. Um traço dessa afinidade era ideológico e se refere ao papel do camponês no processo

¹⁶¹ A esse respeito, ver: Batista, Ieda et al. (1989); Martins, Delta; Domingos, D. e Vila Nova, L. (1987) e Nominatas dos Diretórios Regionais do PT no Maranhão (Anexo II).

revolucionário; outro traço é político, relativo às disputas pelo poder no interior do PT-MA e à participação dos trabalhadores rurais nesse processo. A questão ideológica aparece claramente na explicação daquilo que consideram a “descaracterização do partido em nível nacional”, sobre a qual, afirmam:

“ (...) precisamos estar melhor estruturados organicamente para garantir de forma intransigente nossos princípios ideológicos, que se norteiam na quebra da tradição dos conceitos clássicos da ‘aliança camponês-operário’, que ainda afirma o operário como vanguarda do processo revolucionário. (...) Entendemos que devemos romper com esta concepção, avançando no sentido de considerar camponeses e operários sujeitos ativos de uma única classe, historicamente explorada pelo capitalismo. Somente estes dois segmentos, a partir de um projeto comum - respeitadas as características culturais, sociais, econômicas e políticas, poderão destruir o capitalismo e edificar as bases de uma nova sociedade”. (PT de Aço, s/d. p).

Essa idéia de “descaracterização do PT” estava ancorada na linha política adotada pelo partido naquele momento, as Resoluções do V Encontro Nacional, que, diferentemente dos documentos fundacionais do PT, apontam para uma aproximação com o modelo tradicional de partido revolucionário (o leninista), que situa os trabalhadores rurais apenas como aliados dos trabalhadores urbanos [força principal] na constituição do bloco revolucionário.¹⁶²

Outro aspecto que se pode inferir do posicionamento ideológico do PT de Aço é a inspiração maoísta, mais precisamente da Ação Popular Marxista Leninista - APMML, organização de esquerda da qual participou Manoel da Conceição que teve, inclusive, passagem pela China e, nos anos 80, era um dos coordenadores da tendência petista PT de Aço.

¹⁶² A esse respeito, consultar Tadeu César, 1995, p. 225-297, que apresenta abrangente explicação dos sucessivos movimentos de aproximação e de distanciamento do PT em relação às concepções políticas tradicionais (leninistas) e modernas (gramscianas e neo-gramscianas).

A estratégia maoísta assumida pela AP/APML, via o campesinato como a força principal na luta pela revolução nacional, democrática e popular, a qual se daria através da guerra popular prolongada, que tem o campo como cenário fundamental, de onde partiria o “cerco às cidades”¹⁶³.

As vigorosas lutas pela terra em curso no Maranhão nos anos 80, algumas das quais contavam com a participação militante e/ou profissional de petistas, vêm a ser mais um ponto da conjunção de fatores que favoreceram a afinidade do PT de Aço com a questão rural.

Combinando a posição ideológica às disputas políticas no âmbito do PT local, o PT de Aço afirma que:

“Nos estudos clássicos, o proletariado é considerado como a única classe revolucionária e nós não concordamos com isso, e dentro do PT tem muitos companheiros que têm essa visão. Os trabalhadores rurais são considerados aliados. Por que só o operariado é vanguarda desse processo? Às vezes, nesses movimentos nem operários tem, mas se fala em nome deles. O PT de Aço nasceu assim. Nasceu da contradição de pensamentos. Em 1987, em Encontros realizados, vimos que os trabalhadores rurais eram manipulados, iam lá para servirem de massa de manobra. Chegou um momento em que, nos Encontros, alguns companheiros iam embora, desgostosos com o que assistiam.” (PT de Aço, 1993b).

Um ponto de efetiva separação entre esses dois grupos no dia-a-dia do partido é uma divisão de trabalho que acabou se operando - fruto mais de disputas cotidianas dentro do PT e de inserções profissionais que de composição ou projeto político-

¹⁶³Sobre a AP e APML, consultar, Silva (s/d); Almeida, Jorge. In: Harnecker (1994, p.138) e Reis Filho, D. e Sá (1985, p. 293-305).

ideológico de cada grupo e que resultou na configuração deles, um como “rural” e o outro como “urbano”. Isto em função de onde se concentrava a presença majoritária dos rurais e das áreas de inserção (militante e/ou profissional) da maior parte dos integrantes de cada um dos grupos.

Destaca-se que a chamada “presença majoritária de rurais” em determinado grupo, não significa dizer que nesse grupo havia mais rurais que urbanos e que no outro aconteceria o inverso. A maior parte dos rurais engajados em tendências estava no PT de Aço, mas não eram majoritários no interior da mesma; por outro lado, não era raro o uso dos termos rural e urbano como meras alusões ao interior do estado e à capital.

Como procurei demonstrar, diversas fontes¹⁶⁴ informam que o trabalho político desenvolvido pelo PT de Aço era em grande parte orientado pela idéia da necessidade de afirmação dos trabalhadores rurais dentro do partido; idéia essa que, levada ao extremo, alimentou nestes uma forte desconfiança em relação às pessoas da cidade ou pessoas letradas. A discrepância efetiva de conhecimento formal e de informação, verificável entre pessoas do campo e pessoas da cidade no Maranhão, foi enfrentada de modo a fomentar nos primeiros uma permanente desconfiança e autodefesa (prévia) destes em relação aos urbanos.

Isto fica bem claro neste depoimento:

“ O trabalhador rural tinha uma certa desconfiança de que lhe poderia ser passada a perna pelo pessoal mais sabido, mais estudado ... e quando alguém colocava uma proposta que era passada mais pelo pessoal da cidade, o pessoal do campo ficava meio desconfiado. (...) Isso era bastante alimentado pelo fato de que a gente entendia que o PT podia se transformar em um partido como outro onde o trabalhador rural só vota, é só um eleitor por que ele não tem competência, ele não

¹⁶⁴ Fundamentalmente os textos produzidos por Luís Vila Nova, a entrevista com ele próprio e com Francisco Gonçalves e textos produzidos pelo PT de Aço.

estudou. Então a gente tentava manter essa idéia de que o próprio trabalhador rural fosse o candidato, e que não fosse só uma escada.”¹⁶⁵

Constata-se então que em seu trabalho de mobilização política do trabalhador rural o PT de Aço, no enfrentamento da luta interna, acabava fomentando entre as suas bases a idéia de que havia no PT um setor que não queria a participação dos trabalhadores rurais, que desejava excluí-los ou condená-los a uma posição de completa subordinação. Este setor seria a Articulação e as idéias a ela imputadas pelo PT de Aço contribuíram muito para a até hoje difícil combinação das questões urbanas e rurais dentro do partido e da própria condução das disputas internas; além disso, foi ostensiva como causa aparente e combustível das crises desse período.

Mergulhado nesses acontecimentos, novamente o PT-MA se vê envolvido em uma crise interna de fortes repercussões, que até faz lembrar a de 80-82, onde “estudantes” se confrontavam com o “grupo do deputado Freitas Diniz”

E esta associação não é dada somente pela situação de crise interna. O grupo que se assumiu como PT de Aço considera que as duas situações são análogas em termos de conteúdo; o seu diagnóstico do problema e as soluções apontadas são praticamente os mesmos que, em 1982, os “estudantes” identificaram nos conflitos que travavam com o grupo opositor. Os problemas se referem à direção do partido e a solução apontada novamente foi a intervenção por parte do Diretório Nacional.

A associação entre as duas situações por parte dos militantes que fundaram o PT de Aço é explicitada nos seguintes termos:

“naquela época [1980-82], vários filiados e militantes que tinham trabalho de base e que estavam sendo boicotados pela direção partidária, se mobilizaram contra o grupo de Freitas Diniz. Muitos deles, na boa fé de que todos estavam imbuídos de, na prática,

¹⁶⁵ Entrevista com Luis Vila Nova.

construir um partido diferente, de massa, democrático, sério e combativo. O tempo, porém, demonstrou o contrário e hoje as mesmas práticas realizadas pelo grupo de Freitas Diniz são repetidas dentro do partido com vários outros agravantes, pelos agrupamentos que antes tinham um discurso diferente, motivo do afastamento de vários militantes dos atuais grupos que manipulam o DR”.

A exemplo do que ocorreu no começo da década, novamente “mocinhos” e “vilões” são construídos no cenário petista. Desta vez, a direção partidária é identificada com as pessoas da Articulação que faziam parte do Diretório Regional, pois o grupo do PT de Aço mesmo ocupando diversos cargos no Diretório parecia não reconhecer-se como direção, posto que explicita em documento¹⁶⁶, que “a direção partidária” [Articulação] é promotora e/ou responsável por graves problemas para o partido.

Dentre esses problemas que seriam “causados pela direção”, o PT de Aço destaca: imobilismo do partido frente aos movimentos sociais e manutenção de diretórios meramente ‘cartoriais’; manipulação de pessoas /lideranças como Vila Nova, Delta Martins e Domingos Dutra; controle burocrático do partido, com recurso à centralização de decisões, de informações e dos recursos financeiros do partido. Acrescentavam a isso, o cerceamento do direito de voto e de participação dos filiados em eventos partidários; “confusão financeira” ou difícil acesso à contabilidade do partido e desvio de dinheiro; críticas àqueles que divergem da Articulação e criação de uma direção política superposta ao diretório legal.

¹⁶⁶ O documento citado é “Requerimento ao Diretório Nacional do PT solicitando intervenção no Diretório Regional do Maranhão e o não credenciamento dos delegados eleitos neste estado para o Encontro Nacional do PT. Este documento foi produzido em 30 de novembro de 1987 e assinado por Luís Vila Nova, Domingos Dutra, Manoel da Conceição, Delta Martins e outros. Chamo atenção para o fato de que o reconhecer-se ou não como direção do partido traz à tona questões importantes, como: a diferença entre estar formalmente na direção e o exercício efetivo da mesma; também são muito diferenciadas as razões para um possível não exercício efetivo, que podem referir-se à ausência de condições políticas, mas também materiais ou mesmo pessoais. Além desses elementos, é útil considerar também os quadros de composição dos Diretórios, pedidos e justificativas de afastamentos e os vínculos desses integrantes com as tendências, desde o momento em que estas se fizeram relevantes no dia-a-dia do partido. Informações nesse sentido, constam neste Capítulo e no Anexo II.

Nesse pretendido *replay* da crise de 80-82, também não faltou o maniqueísmo na percepção dos grupos em conflito, conforme se pode observar nesta declaração do PT de Aço:

“ela [a crise] representa as profundas divergências entre aqueles que constroem, no dia-a-dia da luta dos trabalhadores, um partido real, combativo e comprometido e aqueles que fazem do internismo e do burocratismo o ‘fim último’ de sua ‘prática política’. Significa a luta daqueles que não acreditam que o socialismo será fruto das ocasionais leituras entre quatro paredes de algumas páginas de surrados e conhecidos manuais. É, enfim, a atual crise interna a contradição entre os que defendem um PT real, combativo e atuante e aqueles que acham que o partido deve ser um mero instrumento de proselitismo de uma minoria autoritária e incompetente”.(Vila Nova; Dutra; Conceição et al. 1987, p.8-9).

A Articulação, por sua vez, não aceita essas acusações e responsabiliza os militantes do PT de Aço de “abandono do partido”, estimulados por “uma concepção equivocada segundo a qual basta fazer as lutas para se fazer o partido, ou então que a atividade partidária deveria gravitar em torno da constituição e projeção de lideranças individuais”. Além disso, a Articulação acusa o PT de Aço de

“instrumentalização das reais dificuldades de participação dos trabalhadores rurais no partido como se fossem má vontade ou preconceito para com eles, quando era de conhecimento público a absoluta falta de condições materiais do partido para viabilizar essa participação no mesmo nível que a dos urbanos”¹⁶⁷.

¹⁶⁷ As informações sobre a Articulação foram extraídas do documento *Apostando na construção do PT*, publicado por essa tendência em novembro de 1987 e de entrevistas com Francisco Gonçalves e Luís Carlos Cintra.

A recorrência e o tom pejorativo e acusatório da constatação de que existe burocracia no PT-MA, enseja que se proceda a uma avaliação mais detalhada do problema, que certamente é muito mais complexo do que pretensas conspirações de um ou outro grupo.

O tom pejorativo e acusatório com que a questão é abordada faz jus à linguagem comum, que relaciona a burocracia ao excesso de formalidades e à ineficiência. Mas também poderíamos supô-la inspirada numa tradição que, baseada nos partidos e Estados socialistas, concebe a burocracia como acentuação da máquina partidária/estatal em detrimento da democracia de base e da “causa” da organização.

Entendimentos como estes têm suas verdades históricas (vide algumas grandes empresas estatais e partidos socialistas europeus), mas minimizam o lugar, central, que a administração racional ocupa no seio de qualquer organização moderna.

A burocracia, conforme é explicada por Max Weber (1971, p.97-153 e 229-282), refere-se ao domínio racional-legal, típico da sociedade moderna, que é pautado em normas gerais expressas e na existência de uma estrutura administrativa, que inclui hierarquia, carreira e corpo de funcionários especializados, voltada para maximizar a eficiência da “máquina” administrativa e a impessoalidade no cumprimento das regras, previamente definidas em função dos objetivos da organização.

Nenhuma organização moderna, inclusive as partidárias escapam a algum grau de ordenamento burocrático¹⁶⁸. Especialmente o Partido dos Trabalhadores que, além de ser submetido a minuciosa legislação partidária e eleitoral, propunha-se a efetivar um modelo próprio e novo de organização interna, afirmando-se como realmente nacional e com uma ação propositiva e unificada tanto no conjunto das lutas sociais como nos cargos de representação que ocupa.

¹⁶⁸ Ver em Panebianco (1982, p. 351-378) idéias sobre a burocracia, relacionada ao tamanho das organizações e à complexidade organizativa dos partidos.

Com estes desafios à frente, não é possível ao PT prescindir de uma estrutura burocrática minimamente ágil e eficiente. Do contrário, não seria possível efetivar os milhares de filiações exigidas pela Lei; a constituição de organizações locais (Diretórios Municipais ou Comissões Provisórias); a circulação de informações entre as instâncias locais, regionais e nacionais; o recolhimento de contribuições financeiras; a contabilidade do partido; a organização dos arquivos; a manutenção de uma sede e outras funções imprescindíveis para o partido e cuja efetivação demanda elevados recursos pessoais e materiais.

Na verdade, a máquina burocrática pressuposta no Programa e Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores é significativamente acentuada e ainda mais porque existe uma série de ações eminentemente políticas, mas que também dependem do funcionamento da “máquina”. É o caso da imprensa partidária; do acompanhamento às organizações de base; a formação política dos militantes e formulação de propostas para os postos eletivos e para os movimentos sociais.

O apreço programático do PT pelos procedimentos democráticos nas questões políticas e mesmo naquelas eminentemente administrativas e o peso da atividade militante acima da atividade “profissional”, ao mesmo tempo que subverte o tipo ideal weberiano, contribui para o crescimento da “máquina” petista na medida em que instaura rituais de consultas às bases, o que torna os processos decisórios mais morosos e mais complexos, posto que não são restritos a uma minoria de dirigentes especializados.

Deste modo, o problema da burocratização no partido político não representa de forma alguma uma anomalia do PT maranhense ou uma armadilha da Articulação, mas uma tendência inescapável, posta a todos os partidos. O problema reside no grau dessa burocratização e sobre isso o risco principal é aquele apontado por Michels (1982): que a burocratização cresça ao ponto de a sua própria manutenção e reprodução se sobrepor à “causa” da organização.

No caso do PT-MA, que nunca se configurou como um modelo de organização burocrática ágil, eficiente e impessoal, é forçoso reconhecer que o chamado combate à burocratização, patrocinado pelo PT de Aço, acabou atingindo atividades que, na verdade, eram mínimas e indispensáveis ao funcionamento do partido, como filiações, acompanhamento às organizações de base, formação política, funcionamento permanente das instâncias partidárias, enfim, a construção de bases sem as quais enfraquecem-se as possibilidades de uma ação partidária mais coesa e até mais democrática. Conseqüentemente, a identidade do partido tornou-se fluida, seu funcionamento irregular e os mecanismos de enquadramento / participação dos filiados pouco eficazes.

Outro aspecto importante do PT Maranhão refere-se ao relacionamento do partido com o ambiente externo¹⁶⁹. Neste ponto cumpre reconhecer que os conflitos intrapartidários não se alimentam ou se extinguem apenas pela força da dinâmica interna do partido; fatores extra-partidários podem ter um peso considerável nesse processo. No caso do PT-MA, por exemplo, há pelo menos dois fatores externos que influenciaram decisivamente as disputas internas: as preferências do eleitorado maranhense, que sempre que elegeu candidatos do PT, o fez (sem nenhuma atenção às disputas internas, é claro) dentro dos quadros do PT de Aço; em segundo lugar, destaca-se a atuação das “entidades de apoio”, as quais, ao realizarem ações que direta ou indiretamente favorecessem o PT, em geral o faziam a partir de pessoas e/ou áreas de atuação do PT de Aço, fato indicativo da inserção de militantes dessa tendência junto às chamadas lutas sociais, notadamente aquelas dos trabalhadores rurais, que foram de grande visibilidade nos anos 80.

Esses fatores externos, que vinham da sociedade para o PT, resultaram em considerável aumento da capacidade do PT de Aço para distribuir “incentivos”, especialmente os “seletivos”, aos membros do partido. Em 1990, esta tendência elegeu

¹⁶⁹ Não pretendo com esta terminologia - interno/externo - reforçar dualismos que suprimam a interrelação dialética e a noção de unidade dos fenômenos em foco; o uso dos referidos termos tem, neste estudo, função meramente ilustrativa.

os dois primeiros deputados estaduais do PT; em 1992, conquistou a vice-prefeitura na cidade de Alcântara e onze dos doze vereadores eleitos pelo partido no estado¹⁷⁰; em 1994, conseguiu reeleger os dois deputados, um deles para a Câmara Federal. Essas eleições de “representantes do partido”, de lideranças que se tornavam porta-vozes das propostas e objetivos do PT, também favorecia a ampliação do potencial de distribuição de “incentivos coletivos” pelo PT de Aço, aos membros do partido.

A força desses fatores externos sobre a dinâmica intrapartidária é bastante significativa, conforme podemos observar no depoimento de um dirigente do partido ligado à Articulação:

"nos primeiros momentos a Articulação consegue, nos foruns partidários, enfrentar o debate [sobre a a polarização rural x urbano] do ponto de vista da construção partidária e no plano ideológico. Mas, foi derrotada no plano eleitoral [externo] e assim ela perdeu também no plano interno, plano organizativo e da concepção. A concepção que tinha por trás daqueles que instrumentalizaram a polarização rural x urbano é vitoriosa hoje no PT. (...) Mas hoje ela já não aparece tanto, foi secundarizada, parece que desapareceu mas está latente; a constituição do campo da vitória levou a que eles [o PT de Aço] não pudessem mais manter o discurso, até porque ao dirigir o PT eles tinham que fazer o esforço de agregar outras pessoas"¹⁷¹.

Outro motivo de fortalecimento do PT de Aço foi a habilidade e a oportunidade que teve para envolver-se nos trabalhos que setores progressistas da Igreja Católica e outras “entidades de apoio”, como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos vinham desenvolvendo em diversas regiões do estado, especialmente na região tocantina, Sertão, Alcântara e Caxias. Este fato é de tal modo presente na tendência que um dos

¹⁷⁰ Números assumidos pelo próprio PT de Aço em Carta endereçada ao dirigente nacional do PT, Gilberto de Carvalho, em 20/10/93.

¹⁷¹ Francisco Gonçalves da Conceição, em entrevista à autora.

encaminhamentos do “ Encontro Estadual do PT de Aço”, realizado em 22-23/02, em Caxias, foi “diminuir mais a relação com as entidades e aumentar com o PT”.

**“Entidades de Apoio” e Participação dos Trabalhadores Rurais no PT
Maranhão**

Caritas, CENTRU, SMDDH e outras entidades como FASE e Comissão Pastoral dos Pescadores -CPP são ONGs ou pastorais da Igreja Católica aqui denominadas “entidades de apoio” pelo papel - exatamente de apoio - que têm cumprido (ou a que se propõem) no processo de organização de segmentos populares específicos, tanto no aspecto político como técnico, ou seja assistência à atividade produtiva dos trabalhadores rurais.

Vimos que na segunda metade da década de 80, a participação dos trabalhadores rurais no PT-MA teve crescimento considerável. Dentre as razões que levaram a esse fato destaque: o trabalho de lideranças partidárias no sentido de ampliar quantitativa e qualitativamente a presença do partido no conjunto do estado; o processo de organização e resistência dos trabalhadores rurais, nas lutas pela terra no estado que tiveram, nesse período, notável recrudescimento; deslocamentos políticos e/ou organizacionais que ocorreram em “entidades de apoio”, como a SMDDH, *Caritas* e CPT e que favoreciam maior aproximação com o PT; e a atuação do CENTRU, cuja principal liderança era também uma liderança petista.

No caso das “entidades de apoio”¹⁷², resalto que na SMDDH a presença de petistas, inclusive na direção da entidade remonta às origens da mesma. Na segunda metade dos anos 80 a atuação da SMDDH é redefinida e se desloca das questões

¹⁷² As informações aqui mencionadas sobre as entidades de apoio estão baseadas, fundamentalmente, em depoimento do então jornalista da CPT e dirigente do PT Francisco Gonçalves da Conceição, em entrevista concedida à autora.

urbanas para questões rurais, privilegiando a problemática ligada ao campo ao ponto de fazer convergir para aí outros temas priorizados na sua linha de ação como a questão da mulher e questões de gênero e etnia.

A perspectiva organizativa do trabalho da Sociedade e o fato dele ser operado por pessoas que em geral eram do PT acabava produzindo uma aproximação desta com o partido, tornando-o beneficiário do trabalho da entidade.

Em fins dos anos 80, a *Caritas*, após uma série de mudanças internas (a começar pelo coordenador e parte da equipe técnica passou a contar com pessoas que eram próximas ao PT) adotou um interesse maior pelo acompanhamento dos conflitos de terra, passando a exercer importante papel na mobilização do apoio às lutas e à organização política dos trabalhadores rurais. Em princípio, sua contribuição ao PT era indireta, pois se dava apenas em razão do apoio à organização política dos trabalhadores com quem atuava. A partir da campanha de Lula, em 1989, é que a aproximação entre esta entidade e o PT teve si significativa ampliação.

Já a CPT, aqui destacada mais pela sua atuação junto aos trabalhadores rurais do que pela aproximação com o PT, viveu dois deslocamentos nesse período: o primeiro, entre 1984-86, corresponde aos esforços de quebra da influência do PCdoB junto à entidade. Mas isso não significou, necessariamente uma aproximação com o PT; pelo contrário; do ponto de vista das opções políticas dos indivíduos que passam a compor a CPT, houve uma aproximação e um reforço ao projeto chamado Nossa Luta na Constituinte, que representa a gênese do Partido Socialista Brasileiro -PSB no Maranhão. Esse processo vai gerar os acontecimentos que favorecerão um maior entrosamento entre esta entidade e o PT, nos anos 90.

Vários fatores concorreram para as modificações que culminaram em maior aproximação política dessas “entidades de apoio” com o PT: a presença de petistas no interior das entidades, a explosão dos conflitos fundiários no estado, o desgaste do projeto “Nossa luta...”/ PSB e as vitórias eleitorais do PT, que também são frutos

desse processo. Essa aproximação potenciou enormemente o crescimento do partido nas áreas onde houve articulações nesse sentido, pois as “entidades de apoio” dispunham, além de públicos já constituídos, de recursos materiais e humanos para o trabalho de mobilização política que, por si próprio, o partido não poderia viabilizar.

Um dado importante é que o trabalho dessas entidades não passou ao largo das divergências no interior do partido. O maior exemplo dessa vinculação ao PT e dentro dele a uma tendência específica, o PT de Aço, é o CENTRU, que inclusive é dirigido por um dos coordenadores dessa tendência, Manoel da Conceição. Um forte eixo por onde se dão as ligações dessas “entidades de apoio” com o PT de Aço é o trabalho dos advogados - figura que dada a proliferação dos conflitos fundiários e a opção por um enfrentamento também no campo jurídico, conquistou grande importância junto aos movimentos de trabalhadores rurais e suas entidades representativas.

Nesses processos em que se combinaram recursos do partido com recursos das “entidades de apoio”, tornou-se possível a emergência e/ou consolidação de lideranças políticas com respaldo tanto no partido como na sociedade, incluindo aí os movimentos organizados rurais e urbanos. Dos advogados, o que mais se destacou foi Domingos Dutra, que além de dirigente partidário era advogado dos movimentos, prestando assessoria a praticamente todas as “entidades de apoio”, através do escritório jurídico Desacato.

A grande importância conferida à problemática rural na segunda metade dos anos 80 repercutiu fortemente no PT. Cresceu a presença do partido junto a esses setores e de lideranças rurais no partido e, internamente, houve um fortalecimento da tendência proclamada rural, o PT de Aço; isto se observa nitidamente tanto na correlação de forças internas, que se modifica e o PT de Aço derrota a Articulação como força hegemônica, quanto nos resultados eleitorais de 1990, quando o PT conquistou as suas primeiras vitórias para a Assembleia Legislativa do Estado e os eleitos foram justamente o advogado de causas fundiárias, Domingos Dutra e o trabalhador rural Luís Soares Vila Nova.

Reitero, por fim, que as “entidades de apoio” cumpriram importante papel, enquanto fatores extrapartidários, de grande influência na dinâmica dos conflitos no seio do PT-MA e que, do ponto de vista das disputas intrapartidárias, resultaram em reforços à tendência interna PT de Aço. Nesse sentido, acrescenta-se que em relação à polêmica rural x urbano e à participação dos trabalhadores rurais no PT, grande parte dos petistas envolvidos nos trabalhos dessas entidades, eram vinculados ao PT de Aço e embora denunciassesem a existência de “discriminação” dentro do partido, muito provavelmente sentiam essas dificuldades com menor intensidade do que outros que não dispusessem da vivência associativa, organizativa e política que tinham nas atividades articuladas por essas “entidades de apoio”.

Em Resumo

A participação de trabalhadores rurais no Partido dos Trabalhadores no Maranhão foi um alvo privilegiado dos organizadores do partido desde o seu nascedouro e tem consequências diretas na identidade assumida pelo partido. Podemos dizer que o interesse pela participação desse segmento tem estreita relação com a estrutura sócio-econômica do estado, com as modalidades de luta política na região e com o interesse partidário de atrair trabalhadores, especialmente os rurais para o PT. As mais importantes preocupações norteadoras desse processo se distinguem em três momentos:

O primeiro refere-se ao período 1980-82 e traz a marca do esforço para ampliação do número de filiados e de Comissões Provisórias, tendo em vista, sobretudo, o cumprimento de exigências legais. No período 1983-85, com os “estudantes” à frente do partido, o esforço para atrair trabalhadores rurais para participarem do partido já se ancorava em uma compreensão de que eram eles os principais trabalhadores com que o PT do Maranhão (marcadamente agrário) poderia contar. Mas, somente a partir de 1985 é que o recrutamento de rurais esteve

associado a uma participação mais efetiva desse segmento no PT, o que aliás reforçou a visibilidade e peso político deste segmento e, por outro lado, a identificação do PT como um partido não apenas comprometido ideologicamente com os trabalhadores, mas composto por estes.

O quadro que se desenha a partir de 1985, apresenta a participação dos trabalhadores rurais amalgamada a uma série de conflitos intrapartidários, relacionados ao comando das instâncias dirigentes, especialmente o Diretório Regional, e à “linha política” seguida pelo partido naquela conjuntura. Assim, a identidade do partido apresenta-se acentuadamente ambígua, posto que a sua permeabilidade aos conflitos entre posições muito diversas tinha como contraface a ausência de coesão interna e limitada força externa. Os efeitos dessa identidade demasiadamente conflituosa só não foram mais deletérios para o PT-MA devido ao fortalecimento nacional do partido - fruto, sobretudo, das vitórias eleitorais obtidas a partir de 1988 - e do apelo carismático de algumas lideranças do PT local.

Os conflitos que marcaram a dinâmica partidária no período evidenciam que a lógica que comanda a ação do partido se define a partir de um complexo conjunto de elementos onde se destaca a causa ou finalidades expressas no Programa (“incentivos coletivos” de que nos fala Panebianco); as táticas circunstanciais empregadas para se chegar a esses fins; o poder, cargos, status (“incentivos seletivos”); os interesses subjetivos (inclusive aqueles “caros ao coração”) dos petistas; e as peculiares interpretações sobre as regras do jogo político e partidário. Cada um destes elementos - que são fortemente marcados pela linha nacional do PT e pelas características da política regional - tem o seu peso na estrutura partidária, na dinâmica das forças internas e alianças externas, sendo eles os modeladores da(s) identidade(s) do PT-MA.

Nesse sentido, foi marcante a atuação das tendências partidárias que se formaram no período em foco, notadamente a Articulação e o PT de Aço; a primeira, ramificação de uma tendência organizada em âmbito nacional e a segunda, organizada exclusivamente no Maranhão. Estas tendências foram espaços privilegiados para as

polêmicas sobre a participação dos trabalhadores rurais no PT Maranhão, tanto que uma delas chegou a ser caracterizada como rural (PT de Aço) e outra como urbana (Articulação), o que sugeria uma polarização entre os trabalhadores (rurais x urbanos) a partir da qual foram engendradas outras contraposições pelo grupos em disputa: “campo x cidade,” práticos x teóricos”, “participantes das lutas x burocratas”. Estas representações, porém, se mostravam frágeis tanto diante da realidade do PT Maranhão, quanto do programa do partido, que nasceu precisamente com o propósito de superar essas falsas dualidades.

Observa-se nas duas tendências práticas contraditórias que ora afirmam, ora negam a polarização rural x urbano. Exemplo disso é que ambas procuravam ter vínculos com trabalhadores rurais e urbanos, recusando-se a uma composição sectária. Ao mesmo tempo, o PT de Aço sustentava um discurso que sobrepunha um segmento ao outro; por sua vez, a Articulação tenta negar a polarização elegendo um trabalhador rural para presidente do partido, mas, ao mesmo tempo, a reforçava em episódios como o da Secretaria Agrária, quando valendo-se do fato de ser a direção, insistia em dirigi-la, negando essa função aos integrantes do PT de Aço, inquestionavelmente identificados com a problemática rural.

A força de “fatores externos” na dinâmica intrapartidária é bastante acentuada, e isto pode ser constatado na vitória da estratégia eleitoral do PT de Aço e no estreito relacionamento entre esta tendência e as “entidades de apoio”, fatores que se constituíram nos mais fortes elementos de agregação de militantes em torno de sua concepção política, o que a tornou vitoriosa dentro do PT-MA.

Neste novo cenário, o discurso da polarização entre trabalhador rural e trabalhador urbano já não tem lugar, pelo menos no primeiro plano, posto que para dirigir o partido, o PT de Aço precisou garantir espaços para os setores urbanos (inclusive aqueles ligados a esta própria tendência). Resta saber se e em que medida permanece a cultura da polarização, que marca a identidade petista inscrita em teses do PT de Aço e por tantos anos arraigada.

Capítulo 5

VITÓRIAS ELEITORAIS E DERROTAS POLÍTICAS : SANTA QUITÉRIA (1982) E ALCÂNTARA (1992)

Introdução

Neste capítulo serão abordadas duas experiências importantes na trajetória do Partido dos Trabalhadores no Maranhão: os dois primeiros casos em que este partido conquistou vitórias eleitorais para o executivo municipal: em Santa Quitéria, em 1982, e Alcântara, em 1992.

A vitória eleitoral e o mandato inconcluso são características comuns às duas situações; em Santa Quitéria o prefeito eleito trocou o PT pelo PDS e o de Alcântara foi expulso do partido e retornou ao PMDB, de onde havia saído às vésperas das eleições em que foi eleito. Apesar dessas similaridades, existem outros elementos que distinguem significativamente essas duas experiências: enquanto em Santa Quitéria a vitória foi circunstancial, posto que não se assentava em qualquer movimento organizado anterior ao PT e este próprio ainda estava em processo de fundação no município, em Alcântara, ela decorreu de longos anos de trabalho político-partidário do PT, ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e de entidades da Igreja Católica e contou com uma série de alianças com lideranças de outros partidos. Além disso, em 1992, o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, já não correspondia à sigla marginalizada e desacreditada de 1982.

As duas situações marcam a identidade do PT por um ângulo muito particular: o das relações do partido com o Governo e o Estado.

As Eleições de 1982

As eleições de 1982 se inserem na estratégia de liberalização controlada implementada pelos militares ao mesmo tempo que vinham ao encontro das aspirações oposicionistas, cuja estratégia, desde 1978, dava grande destaque à esfera eleitoral na sua luta pela democratização. Os militares apostavam que o cumprimento do calendário eleitoral e o controle desse processo poderia resultar em maior legitimação para o Estado e para as forças no poder desde 1964; a oposição, por sua vez, acreditava no caráter plebiscitário das eleições e que, pelo voto, seria possível desbancar as forças militares do comando da política nacional. Assim, foram convocadas eleições gerais (menos para presidente da república, prefeitura de capitais e áreas de segurança nacional), que seriam livres e marcariam a estréia dos novos partidos, fundados em 1979.

Mas, sobretudo para as forças governistas, o pleito de 1982 comportava muita insegurança, pois além da possibilidade da rejeição popular ao regime (já ensaiada nas eleições de 1978), estava em risco a composição do próximo Congresso Nacional e, por conseguinte, a eleição do futuro presidente da república.

Assim, em novembro de 1981 foi editado o Pacote de Novembro, um conjunto de medidas que visavam favorecer a vitória do PDS nas próximas eleições. Das medidas constantes deste pacote destacam-se: proibição de coligações entre partidos; exigência de que todos os partidos lançassem candidatos para todos os cargos (governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador); e o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher todos os seus candidatos dentro de um mesmo partido.

Outro fator que restringia consideravelmente a ação dos partidos nesta campanha de 1982 foi a Lei Falcão, criada em 1976 e que reduzia a propaganda eleitoral no rádio e televisão à apresentação do *curriculum vitae* dos candidatos e, no caso da televisão, fotografia. Funcionou basicamente para os partidos da oposição que ficaram sem livre acesso aos meios de comunicação de massa; já os partidos e os candidatos situacionistas,

dado os critérios eminentemente políticos das concessões de rádio e TV no país, sempre encontravam um “jeitinho” de aparecer, fosse através de entrevistas, participações em eventos ou comentários elogiosos por terceiros.

Com estas medidas, o governo visava diminuir as chances da oposição, empurradas para a fragmentação proibidas de fazer alianças. A obrigatoriedade de candidatos para todos os cargos desestimulava os partidos menores de participarem da disputa eleitoral, arriscando seu registro definitivo (caso do PP) ou os conduzia para disputas precoces para as quais em grande parte das vezes não estavam preparados (caso do PT e do PDT). O voto vinculado visava “amarrar” a escolha a certas “lideranças” locais que, na maioria dos estados pertenciam aos quadros do PDS; também não é desprezível o efeito desse tipo de voto no acirramento das disputas entre os partidos da oposição, especialmente através do discurso do “voto útil” (defesa do voto ao partido que apresentava maiores chances eleitorais - e, portanto, condições de econsumar a transição democrática - no caso da oposição, o PMDB).

Para a oposição, as dificuldades eram muitas, sobretudo para o PT, que não dispunha de recursos materiais, não conseguiu implantar-se em todas as cidades, não contava com grandes lideranças fora de São Paulo e ainda enfrentava o peso de uma tradição política extremamente preconceituosa em relação à capacidade política de pobres, iletrados, jovens e mulheres - parte considerável da reserva de “candidatáveis” pelo partido.

O PT optou então por uma campanha nacional, centralizada no âmbito de cada estado ou município pelos Comitês Eleitorais Unificados, sob o lema de “Terra, Trabalho e Liberdade”. As chapas de candidatos procuravam ser representativas dos movimentos onde o partido atuava e privilegiavam aqueles mais vitimados pela “exclusão” social e política. Nestas eleições o PT fez do PMDB o seu principal adversário.

Esta orientação geral era seguida pelos candidatos petistas em todo o país, ponto que já sinaliza importante característica do PT: o esforço para fazer campanhas

eleitorais mais partidárias que individuais, fenômeno raro no comportamento eleitoral brasileiro. Assim, o programa das candidaturas petistas era praticamente o mesmo para todos os candidatos, os quais deveriam estar submetidos à coordenação partidária; os candidatos proporcionais deveriam fazer a campanha dos majoritários (cargos para o Executivo e Senado) simultaneamente às suas e dividir os seus recursos com o partido; enfim, na campanha do PT, não poderia haver o “cada um por si”, que o sistema de eleições no Brasil tanto estimula, posto que o voto é dado a candidatos, a partir de listas abertas apresentadas pelos partidos.

É claro que a campanha partidária unificada era uma proposição ideal, que nem sempre foi cumprida à risca, mas, sem dúvida, foi a principal referência dos petistas nesse processo. Naquela época, tais disputas não constituíam prioridade para o PT e suscitavam desconfianças relacionadas à idéia de “desvio eleitoralista”, fato que estimulava uma atitude purista de muitos militantes em relação ao modelo de campanha definido pelo partido e do qual nenhum candidato podia afastar-se.

Exemplos significativos dessa atitude podem ser observados no funcionamento da campanha em São Luís-MA, onde alguns candidatos foram formalmente acusados pelo Comitê Eleitoral Unificado de cometerem “desvios eleitoralistas” no caso, “troca de ajuda material por apoio exclusivo de outras candidaturas”) e, por esta razão, foram excluídos da lista de oradores do comício de encerramento da campanha em São Luís¹⁷³.

Financiando a campanha à base da venda de bônus e camisetas e de forrós (festas), em meio a fortes conflitos internos, amargando o preconceito da desconfiança em relação ao perfil dos seus candidatos e enfrentando tenaz oposição do PMDB e do PDS, o PT não atingiu um por cento do eleitorado no Estado (eleição para governador). Este fato causou profundo desalento entre os integrantes do partido, o que, aliás, não

¹⁷³ PT-MA. Relatório do Comitê Eleitoral Unificado. São Luís. mimeo. 9 p. Os candidatos excluídos do palanque petista foram Freitas Diniz, Fernando Mendonça e Arlindo Raposo - justamente alguns dos que apresentavam maior potencial de votos (confirmado nos resultados eleitorais) para o partido. O Comitê Eleitoral Unificado Estadual era composto por: Mario Bastos Pereira Rego, Samuel Alves Farias Filho, Ivanhoé Albuquerque Leal, Jomar Fernandes, José Gomes de Oliveira e Osmar de Jesus da Costa Leal.

aconteceu só no Maranhão, como se pode observar em estudo de Keck (1991, p. 175) sobre o PT nacional, onde essa autora afirma que “os resultados das eleições de 1982 constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT. O partido não conseguiu atingir seu objetivo (...)”.

Mas, no âmbito geral, esses resultados, embora frustrantes e com algumas surpresas, de certo modo já eram previsíveis. O Nordeste se manteve como reduto do PDS e as regiões mais industrializadas e urbanizadas (onde, aliás, o PT obteve suas votações mais expressivas) preferiram o PMDB. O PDT conquistou na eleição do governador do Rio de Janeiro a sua grande vitória e o PT teve como saldo a eleição de oito deputados federais (6 em SP, 1 em MG e 1 no RJ), doze deputados estaduais e duas prefeituras municipais (Keck, 1991, p.175).

O Maranhão foi o Estado que deu ao PDS sua maior vitória. O candidato a governador, Luís Rocha, foi, proporcionalmente, o mais votado em todo o país, tendo recebido mais de 79% dos votos. PDT, PT e PTB não conseguiram eleger nenhum deputado e nenhum vereador na capital. Dos 132 municípios do Estado, 126 deles elegeram prefeitos pelo PDS, 05 pelo PMDB e 01 pelo PT.

VII - DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 1982 NO
MARANHÃO*

CARGO PARTIDO	GOVERNO DO ESTADO	SENADO FEDERAL	CÂMARA FEDERAL	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
PDS	673.916 (65,7%)	691.693 (67,6%)	696.059 (68,9%)	678.533 (67,9%)
PMDB	180.287 (17,5%)	172.187 (16,8%)	170.270 (16,8%)	161.855 (16,2%)
PDT	12.738 (1,2%)	12.511 (1,2%)	12.310 (1,2%)	12.026 (1,2%)
PT	8.643 (0,8%)	8.480 (0,8%)	8.497 (0,8%)	8.203 (0,8%)
PTB	632 (0,06%)	530 (00,05%)	**	568 (0,05%)
BRANCOS	148.558 (14,4%)	136.340 (11,1%)	122.418 (10,0%)	136.815 (13,7%)
NULOS	32.338	35.371	47.558	59.112
TOTAL	1.057.112 (99,6%)	1.057.112 (97,5%)	1.057.112 (97,7%)	1.057.112 (99,8%)

Fonte: Dados oficiais do T.R.E - MA

* Todos os percentuais foram calculados a partir dos votos válidos, ou seja, votos nominais aos partidos (incluindo aqueles dados às legendas) e os votos em branco.

** Por decisão do T.S.E. e do T.R.E., o PTB ficou sem candidato a deputado federal em razão de problemas com a documentação do candidato.

Estes números não chegam a confirmar a promessa feita pelo senador José Sarney ao presidente João Figueiredo de que o partido governista venceria as eleições em cem por cento dos municípios maranhenses¹⁷⁴, mas, também não escondem a fragilidade das forças oposicionistas, especialmente do PT, cuja implantação no estado vinha se dando em meio a graves dificuldades externas e internas.

¹⁷⁴ Jornal O Estado do Maranhão, em matéria sobre a visita do presidente da república ao Maranhão para participar da Convenção do PDS em julho de 1982.

Evidencia-se com estes dados o aspecto ocasional e surpreendente da vitória petista em Santa Quitéria; surpresa inclusive para o PT, cujos melhores desempenhos eram esperados nas áreas mais urbanizadas e de maiores mobilização política e dinamismo econômico. Isto se mostra ainda mais claro quando se considera as peculiaridades das disputas pelo poder local, que há várias décadas vinha sendo monopolizado por uma única família. Essas peculiaridades serão abordadas em detalhes na seção seguinte deste estudo¹⁷⁵.

Santa Quitéria, 1982

Deflagrado o processo de criação do PT no Maranhão, Santa Quitéria foi um dos municípios onde, ainda em 1980, foi articulada (por iniciativa do deputado Freitas Diniz e através do advogado Fernando Mendonça), uma Comissão Provisória, logo transformada em Diretório Municipal, ambos dirigidos pelo então professor Osmar de Sousa Leal, conhecido por Maninho. Não obstante a fundação do PT no município date de 1980, foi somente em 1982 que “a política do PT” conheceu o seu apogeu nessa cidade, com a vitória de vários candidatos do partido nas disputas eleitorais.

Essa denominação “política do PT” é um dado de memória de todos os principais personagens desse processo, entrevistados pela autora, e se refere, em geral, aos eventos desencadeados pela campanha eleitoral de 1982 e a vitória conquistada pelo PT. Acredito, porém, que o motivo mais forte da persistência dessa específica lembrança refere-se à quebra do poder da “oligarquia” local (termo que imputam à família que comandava o poder político e econômico na cidade) enquanto menor destaque é

¹⁷⁵ Importante aspecto metodológico a ser explicado sobre esse capítulo diz respeito às fontes de pesquisa: em Santa Quitéria foi possível fazer entrevistas, consultar documentos da Câmara de Vereadores, observações diretas e conversas informais; era insignificante a bibliografia sobre a situação em foco e não havia documentos partidários da época. Diferente ocorreu em Alcântara, cuja situação estudada contava com fontes bibliográficas importantes e o trabalho de pesquisa na cidade praticamente se restringiu às entrevistas e consulta a alguns poucos documentos do partido na casa da presidente do Diretório, pois o partido estava mudando de sede não tendo sido possível consultar os arquivos do mesmo.

conferido à atuação do Partido dos Trabalhadores na cidade, incluindo aí a própria administração.

Depoentes informam que a criação do PT no município, não foi resultante de um processo de amplo debate e conhecimento das propostas do partido tal qual elas se apresentam nos seus documentos básicos. Osmar Leal, por exemplo, afirma que “o PT veio de cima para baixo, sem muita discussão”; já o então pedreiro José de Lima Pereira e o estudante de São Luís, Luís Carlos Cintra arrematam essa tese afirmando que em 1982, momento em que mais o PT se destacou no município, a “sua preocupação era quase que exclusivamente eleitoral”.

Essa situação é coerente com a ausência de movimentos organizados na cidade, com os métodos de construção partidária implementados pela direção do partido e com os objetivos eleitorais de grande parte dos fundadores do PT nessa cidade, revelados, por exemplo, em depoimento do mesmo José de Lima Pereira, conhecido por Zé Quiló, que foi presidente e vereador do partido no município. Vejamos:

“nessa época, eu era um pedreiro, operário da construção civil, a gente não tinha oportunidade de se filiar a partido nenhum e, se filiava, não sabia nem o que era. Se filiava para ser candidato a vereador exatamente aquelas pessoas que o grupo que dominava queria que fosse candidato (sic). (...) A gente se filiou ao PT - eu e tantos outros - porque o programa do PT dizia que a gente podia ser candidato e concorrer às eleições. E devido ser o Partido dos Trabalhadores, nós achamos que era mais fácil conscientizar o trabalhador para participar do partido e a gente tomar o poder [administração local]”.¹⁷⁶

Recordemos que com a reforma partidária, foram organizados seis partidos: PDS, PDT, PMDB, PP, PT e PTB. Em Santa Quitéria, o grupo que foi para o PT

¹⁷⁶ Entrevista com José de Lima Pereira.

não dispunha de muitas alternativas partidárias; ao PDS não tiveram acesso posto que a sigla (e a condição de representante oficial do partido governista) era “naturalmente” da família Pedrosa, que controlava o poder político no município; o PMDB já contava também com um antigo representante na cidade e vários membros desse partido, como os lavradores José de Lima Freitas e Francisco das Chagas dos Santos, que decidiram deixá-lo e vir para o PT (onde logo foram eleitos vereadores); com o PP, chegaram a ter uma certa aproximação mas não vingou até porque esse partido se fundiu ao PMDB. O PDT se apresentava com dificuldades de cumprir as exigências legais, fato que comprometia até o seu registro¹⁷⁷.

Indagado pela autora sobre o porquê da opção pelo PT, o então vereador Francisco das Chagas dos Santos aponta outros aspectos dessa falta de alternativas que lhes conduziu ao PT. Diz ele:

“O PT, você sabe, ele estava se criando e ninguém queria o PT ... quem votava no PT era comunista ... nós aqui ficamos com a maior perseguição em cima do PT”¹⁷⁸.

Pode-se, então, afirmar que houve uma confluência de diversos fatores que levaram esse grupo de “excluídos” para o PT: o interesse dos dirigentes estaduais do partido em que o mesmo fosse organizado na cidade; a necessidade local de um partido para que esse grupo lançasse suas candidaturas; a impossibilidade de acesso a siglas mais fortes, e o discurso do PT, que era contra os poderosos. A partir daí a idéia de que o PT é o “partido dos trabalhadores”, “o nosso partido”, e que “trabalhador vota em trabalhador” teve muita divulgação e aceitação em Santa Quitéria. Essa identificação, porém, se fixava mais no apelo propagandístico do que na efetivação de um novo modo de ver e de praticar a política.

¹⁷⁷ Entrevista com José de Lima Pereira e com Manoel de Sousa Costa;

¹⁷⁸ Entrevista concedida à autora.

Assim foi construído o PT de Santa Quitéria, cidade que, na época vivia sob o domínio de uma família que controlava o município há quase meio século. Desde 1935, a família Pedrosa revezava seus membros no comando da administração municipal, exercendo um domínio tão intenso que ia do controle sobre os meios de sobrevivência da população - via colocação de cercas nas terras públicas, impedindo o livre acesso dos moradores às mesmas - à limitação das escolhas políticas do eleitorado, posto que eram os Pedrosa que indicavam os candidatos a serem votados nos momentos eleitorais.

Localizada na região do baixo Parnaíba, a 364 Km da capital São Luis, Santa Quitéria abrigava, no começo da década de 80, cerca de 25 mil habitantes distribuídos pelos seus 2.240 Km e que viviam, fundamentalmente, da atividade agrícola - pequenas produções de arroz, mandioca, milho, extração do babaçu e pesca. Também eram fazedores de artesanato de barro.

Não é uma cidade muito antiga; sua fundação data de 1912, mas foi praticamente reconstruída a partir da década de 60 em um outro local (Planalto de Bacuri, no mesmo município) em virtude das grandes cheias do rio, como as de 1924, 1964 e 1974, que alagavam a "cidade velha", localizada em terrenos baixos, causando muita destruição.

Quando dessa reconstrução, interessante segmentação foi sendo efetivada: a maioria da população resolveu construir suas casas longe do rio, mas os tradicionais proprietários de terra optaram por permanecer na "cidade velha". Deste modo, a já perceptível separação sócio-econômica e política passou a adquirir contornos espaciais muito mais definidos, tornando as diferenças sociais ainda mais ostensivas.

No início da década de 80 o domínio da cidade por parte dos Pedrosa era tão abrangente que, além da administração municipal (prefeitura e câmara de vereadores) e do quadro dos servidores públicos, controlavam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (através, por exemplo, da indicação de sua diretoria); buscavam controlar a Igreja, recusando-se, por exemplo a entregar ao padre Américo, tido como simpatizante do PT,

as chaves da antiga igreja (onde só havia missa quando eram convocados padres de cidades vizinhas); as escolas, o hospital, ... tudo era controlado pelos Pedrosa.

A Vitória Petista

O quadro acima descrito faz com que a vitória eleitoral do PT no município pareça surpreendente e induz à idéia de que, em curto espaço de tempo, o PT de Santa Quitéria teria se tornado uma organização muito forte. Essa idéia é frágil; conforme se verá na seqüência desse texto, a eleição do prefeito petista e da maioria da Câmara de Vereadores é compreensível menos pela força partidária do que pelas características do poder local e pelo perfil dos personagens envolvidos nesse processo. Nesta perspectiva, destaco alguns elementos que considero explicativos da vitória petista:

1. A ação da Igreja Católica, que através do padre Américo Henriques, da CPT, das CEBs, grupos de jovens e do grupo das “zeladoras”¹⁷⁹, despertou na base católica a idéia de apoio ao PT, vendo nisso um instrumento de defesa dos “direitos do povo e derrubada da oligarquia”.

Em entrevista à autora, Pe. Américo recorda que um Encontro de trabalhadores rurais, organizado pela CPT, foi uma grande motivação desse processo; durante três dias, grande número de lavradores discutiram a problemática da terra no município e os direitos trabalhistas; deste debate, veio um plano de ação que incluía uma participação própria dos trabalhadores do município nas eleições de 1982.

¹⁷⁹ Grupo religioso que reunia aproximadamente setenta mulheres, que atuavam como animadoras das atividades realizadas pela Igreja. Tais atividades incluíam, além da conservação da Igreja (daí o nome “zeladoras”), atividades litúrgicas, caritativas e de apoio às comunidades, inclusive rurais. Se destacavam pelo uso de um uniforme azul com uma faixa vermelha, idealizado pelo Pe. Américo. Perguntei a uma delas porque se engajaram tão entusiasmamente na campanha do PT em 82 e ela me respondeu que foi “porque o padre mandava”.

2. O fato do PT ter sido assumido na cidade por “pessoas importantes”, que eram influentes e gozavam de estima e reconhecimento social, no caso, o padre (Américo Henriques), o médico (Dr. Sebastião Moreira), professores (como D. Ana Pereira, Idenê Pimentel e Osmar Leal), comerciantes locais (caso de Manuel da Silva Costa, Lauro Araújo e Francisco das Chagas dos Santos), pequenos e médios proprietários de terra (como Francisco Pimentel), geralmente empregadores e que por essa razão também tinham “influência” sobre o voto dos seus empregados. Além destes, houve muitos trabalhadores anônimos (rurais e urbanos) que, influenciados por essas pessoas ou pelo interesse de mudar o poder local, aderiram à campanha do PT.

3. O trabalho intenso e pioneiro do jovem Osmar Costa Leal (Maninho) na organização do PT no município, enfrentando os poderosos locais, que não hesitaram em reprimi-lo por essa iniciativa chegando a demiti-lo da escola pública onde lecionava, o que foi encarado como motivo de revolta e prova da chamada humilhação com que os Pedrosa tratavam seus opositores. Assim, as perseguições sofridas pelo professor Osmar, pelo Pe. Américo e tantos outros foram interpretadas como símbolos da necessidade da resistência ao poder dominante e, razão para organizar o PT, empreendimento para o qual Osmar Leal contou com o pronto apoio do padre Américo Henriques.

4. A não obtenção, por parte daquele que foi o candidato a prefeito pelo PT, Manoel da Silva Costa (Manuca) de uma vaga em outro partido pelo qual participasse do pleito. Isto fica claro em uma matéria feita pela revista *Veja* e reeditada pela própria Prefeitura de Santa Quitéria (s/d), onde o prefeito declara:

“ ‘Não tenho paixão partidária’, garante o pragmático prefeito Manoel Costa, 46 anos, lavrador e comerciante; obediente membro da falecida ARENA entre 1964 e 1979, mas por não ser da ala do poder, teve suas aspirações frustradas; foi excluído da criação do PDS na região e acabou optando pelo PT, mais em função da *dificuldade de ingressar em outros partidos*”¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Revista *Veja*. São Paulo, nov. de 1983. Grifos da autora.

5. O tipo de dominação implementada pelos Pedrosa, onde o controle do poder político era restrito a essa família que sistematicamente recorria à imposição, à intimidação e à violência, não se dando ao trabalho sequer de cooptar seus aliados¹⁸¹. É lugar comum na cidade dizer-se que os Pedrosa abusavam do poder que tinham, fato que era agravado pelas precárias condições sócio-econômicas do município, caracterizado, de um lado, por uma “cidade velha”, decadente, condenada às águas do Rio Parnaíba e, de outro lado, por uma “cidade nova”, planejada mas ainda sem a infraestrutura mínima.

A inexistência de atenuantes materiais (boas condições de vida) à dominação dos Pedrosa, as bases religiosas do grupo oposicionista e a apropriação um tanto caricatural do projeto do PT (os “pequenos” contra os “grandes”), reforçava, entre os quiterienses, a idéia de “escravidão” face à família Pedrosa, idéia essa que foi amplamente explorada na campanha petista, que se apresentava como “libertadora”, chegando a resvalar para o messianismo, expresso, por exemplo em agradecimento pela vitória dirigido “primeiro a Deus, que nos deu, como deu a Moisés, a força para libertar seu povo” (Costa, M. s/d. p.23).

Mas não foi “o povo”, ligado aos Pedrosa por laços de dependência material (empregos, acesso às terras, e “ajudas”) e simbólica (a “gratidão”), que desencadeou o enfrentamento ao poder desta família. Os segmentos que deram visibilidade e viabilidade a essa ação foram, como já se apontou, setores de elite da cidade (o padre, o médico, comerciantes, professores e proprietários de terra), que eram excluídos do poder local e postos em uma condição de subordinação à família dominante. Essencialmente, foram esses segmentos que modelaram e difundiram uma identidade comum para os excluídos do poder político e econômico na cidade. Foram exitosos nesse processo, uma vez que grande parte da população tomou para si essa identidade e, nas eleições (plebiscitárias) de 1982, optou por derrotar os Pedrosa.

¹⁸¹ Às vezes, violência e cooptação se combinavam, haja vista a referência feita por diversos entrevistados sobre um costume que os Pedrosa tinham de arbitrariamente, mandar prender pessoas apenas para que as famílias destas viessem lhes pedir que concedessem a soltura, o que lhes era dado mas depois cobrado na forma de lealdade e gratidão, expressas, por exemplo, em apoio eleitoral.

Um dado expressivo do grande número de pessoas engajadas na campanha do PT foi a própria forma de escolha dos candidatos. O candidato a prefeito foi escolhido por unanimidade, provavelmente por ser, do grupo, o mais conhecido, devido à sua já antiga militância política na ARENA 1 do município, já tendo sido, inclusive, candidato a prefeito. Já o vice-prefeito e os vereadores foram escolhidos a partir de prévias, pois o número de interessados era superior ao definido pelo grupo e/ou pela lei.

Apesar das “perseguições” dirigidas aos integrantes desse grupo oposicionista¹⁸², a chapa do PT conseguiu ser vitoriosa nas eleições municipais: elegeu o prefeito e cinco dos nove vereadores¹⁸³, numa disputa cujos resultados foram os seguintes:

VIII - DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1982 EM SANTA QUITÉRIA-MA

Partido Cargo	PT	PDS	PMDB	PDT	PTB	NULOS	EM BRANCO	TOTAL
Prefeitura Municipal	1 458 58,1%	1 001 39,9%	28 1,1%	--	--	11	20 0,7%	2 518
Câmara Municipal	1 416 58,1%	982 40,3%	--	--	30 1,2%	05	85 3,4%	2 518

Fonte: Dados do T.R.E.-MA

Devido ao voto vinculado, o desempenho dos partidos é praticamente o mesmo nos cargos majoritários e proporcionais; da mesma forma, o desempenho local se estende aos resultados para os cargos estaduais e federais, o que permitiu ao PT de Santa Quitéria ser vitorioso também nas eleições para esses cargos, conforme se pode observar no quadro seguinte:

¹⁸² Dentre outras destaco as ameaças de morte ao Pe. Américo (entrevista), a prisão por onze dias do secretário do PT, Mário Silva (relatada em entrevista com o vereador Francisco das Chagas dos Santos) e a demissão de Osmar Leal do seu emprego em escola municipal. Ver outros exemplos em Prefeitura de Santa Quitéria, s/d. op.cit.

¹⁸³ Os candidatos do PT que foram eleitos: Manoel da Silva Costa (prefeito); Francisco das Chagas Caldas Pimentel (vice-prefeito); Vereadores: Osmar de Jesus Costa Leal, Francisco das Chagas dos Santos, Lauro Fernandes de Araujo, Idenê Lopes Caldas Pimentel e José de Lima Pereira.

IX - DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS
DE 1982 NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA - MA

Partido Cargo	PT	PDS	PMDB	PDT	PTB	NULOS	EM BRANCO
Governo Estadual	1 468 56,4%	1 008 38,7%	29 1,1%	--	--	32	94 3,6%
Assembléia Legislativa*	1 394 59,9%	930 40,0%	--	01	--	--	--
Senado Federal	1 456 56,0%	1 003 38,6%	29 1,1%	--	--	34	109 4,1%
Câmara Federal*	1 414 58,7%	968 40,1%	26 1,0%	--	--	--	--

Fonte: Dados do T.R.E. -MA

* Dada a não obtenção do número de votos em branco, o cálculo do percentual de votos foi feito apenas com base nos votos dados aos partidos.

O Governo Petista

Consumada a vitória, impôs-se o desafio de se fazer um governo nos moldes do discurso de campanha do PT. Mas, esta era uma questão complexa pois mesmo em âmbito nacional o “molde da administração petista ainda estava por ser definido, havendo na verdade resistências e dúvidas que iam da conveniência ou não do partido conquistar esse poder em tão curto prazo ao dilema entre um posicionamento classista e o discurso amplo da participação e da cidadania (Keck, 1991. Cap.5).

Desde a campanha já não havia muitas definições, o PT maranhense fez sua campanha ancorado em genéricas teses relativas à democracia e à inversão de prioridades, com ênfase para o atendimento e organização dos segmentos populares. Entrevistados pela autora informam que em Santa Quitéria esta temática foi temperada com a situação local, que colocava questões como “liberdade”, “desenvolvimento” e “reforma agrária” na ordem do dia, duas dessas questões já estavam contempladas no *slogan* nacional do PT, que reivindicava “Terra, Trabalho e Liberdade”.

Ao desafio de ser governo não faltaram adversidades. Além das indefinições e inexperiência partidária, há um reconhecimento geral de que foi muito precário o apoio do partido (instâncias regional e nacional) à administração petista em Santa Quitéria; também os recursos materiais e pessoais eram muito escassos; exemplo disso é que a composição da equipe de governo foi feita coletivamente, mas sem grandes considerações por critérios de habilitação técnica, até porque, como disse o prefeito eleito em entrevista à autora, “de formado, a gente só tinha o médico e o assessor jurídico”.

De outro lado, não foram poucas as dificuldades e sabotagens promovidas pelo grupo que foi deslocado dos postos de comando contra a administração petista e ainda havia boicote por parte do governo estadual. Nesse ponto, o prefeito destaca a queima de um grupo escolar, a derrubada de vários barracões escolares e a interdição do acesso da prefeitura à Secretaria de Educação do Estado, o que deixava os estudantes da cidade sem receber material e merenda escolar. Além disso, vários processos foram levados à Justiça contra o prefeito e assessores, acarretando muitos gastos com as custas e advogados de defesa; para o prefeito, “esses gastos eram um desterro [desperdício] do dinheiro do povo de Santa Quitéria, que já era pouco”.

A pressão contra o governo municipal foi alimentada pela repercussão que a vitória petista ganhou na imprensa estadual e até nacional, motivada pela “anormalidade” do evento, pois uma vitória do PT em uma pequena cidade do interior do Maranhão, à revelia do governo estadual e municipal e de uma poderosa família que há quase meio século dominava o município, era realmente um fato digno de incredulidade.

A atenção atraída para o evento despertou também o governo estadual que, a julgar pelas suas atitudes para com a administração de Santa Quitéria, decidiu erradicar de vez essa ameaça potencial. É unânime, entre os petistas de Santa Quitéria, que a arma escolhida foi a exclusão desta cidade de qualquer programa governamental de

apoio aos municípios, numa tentativa de inviabilizar a administração oposicionista, intimidar e/ou cooptar suas lideranças.

Deste modo, o governo estadual, liderado pelo pecuarista Luís Alves Rocha, dificultou ao máximo a celebração de qualquer convênio de âmbito estadual ou mesmo federal com o município de Santa Quitéria, o que provocava forte pressão sobre o governo municipal, agravada pelo fato de que havia notável expectativa popular em relação a este novo governo, devida às promessas de “libertação” e de combate à pobreza anunciadas na campanha petista¹⁸⁴.

Praticamente os únicos recursos de que dispunha Santa Quitéria eram aqueles do Fundo de Participação do Município - FPM, que, por dispensarem a mediação do governo estadual, chegavam regularmente ao município. Embora modestos, estes recursos permitiram que a cidade se transformasse num “canteiro de obras”, com ações governamentais prioritariamente nas áreas de educação, saúde e estradas.

Estas obras contribuíram bastante para que o governo do PT se afirmasse como um marco na vida administrativa na cidade, pois, como dizem os quiteriense,¹⁸⁵ “antes da política do PT aqui não tinha nada”. Liberdade, praças, arborização, pavimentação de ruas, vias de acesso a diversos povoados que viviam em isolamento, tudo isso é apontado como uma realização dessa “política”, que resultou em aprovação popular, conforme depoimento do então vereador José de Lima Pereira, que diz: “onde nunca teve nada, o que foi feito já satisfazia; só depois é que o povo foi ficando mais exigente”.

Adesão do Prefeito Petista ao Partido do Governo - PDS

¹⁸⁴ Entrevistas com o prefeito eleito, Manoel Sousa Costa, e com o presidente regional do PT, Luís Vila Nova.

¹⁸⁵ Entrevistas e opiniões tomadas aleatoriamente em conversas com pessoas diversas.

A “política do PT” não durou muito, em razão do que o prefeito considerava “perseguição obstinada” por parte dos adversários, o “nascimento prematuro do PT no município” e o seu propósito pessoal de “melhorar as condições do povo de Santa Quitéria”. A solução encontrada por ele foi “aderir” ao partido do governo, o PDS, o que ocorreu em 18 de abril de 1984.

O prefeito justifica esse posicionamento com os seguintes argumentos (costa, M. s/d. p.25).

“ A filosofia trabalhista estava no coração do povo e dos governantes locais, mas os recursos para a execução desta filosofia estavam nas mãos do governo estadual. Portanto, uma luta desigual, sem possibilidade de vitória (...).

“ ganhamos do partido do governo no município, no Estado não. Se queremos trocar os gastos com advogado por realizações públicas a bem da comunidade, a opção é a que se mostra: aderirmos.”

“ Foi mudado de partido em Santa Quitéria, mas a filosofia de governar com o povo continua ascendente. Hoje a cidade já é *contemplada com certo carinho* pelos titulares estaduais”¹⁸⁶

A adesão expressa minimização, por parte do prefeito, das críticas que o PT e ele próprio dirigiam à política - de clientela - implementada pelo governo estadual, que excluía o município de Santa Quitéria em virtude deste não ser administrado pelo partido governista. Na fala do prefeito, constata-se que a crítica essencial não se dirigia à política de clientela, mas à exclusão de Santa Quitéria e seu representante dessa clientela; mais importante do que contestar essa política era ser contemplado por ela, daí a opção por “aderir”.

¹⁸⁶ Grifos da autora.

O argumento de que a adesão era necessária à execução da “filosofia trabalhista” do prefeito denuncia, por outro lado, um estilo de comportamento político que, embora não tenha se gestado em uma região urbana ou industrial, é aparentado ao populismo, que, na acepção clássica de Weffort (1980, Cap. III), supõe um “líder” que, a partir da posição pública que ocupa, assume o papel de provedor, doador de benefícios que, concretamente, interessam às massas populares.

Os recursos próprios de Santa Quitéria não permitiam ao prefeito exercer esse papel, o que contribuiu para que fosse engendrado um outro elemento, típico do regime oligárquico: uma micro reprodução do conhecido “estado de compromisso”, através do qual o poder local assumia o apoio político a um poder de âmbito maior em troca de recursos públicos mas por este controlados. Por essa via o prefeito de Santa Quitéria se alinhava no apoio ao governo estadual visando, em troca, receber ajuda financeira, o fim das “perseguições” e reconhecimento político.

Outro ponto importante nessa análise da adesão e que reforça o argumento de que a vitória do PT em Santa Quitéria foi circunstancial e não expressa um enraizamento do partido na cidade, é a indiferenciação entre os diversos partidos políticos revelada pelo titular da chapa petista. Em seu discurso, como no de outros parlamentares eleitos pelo PT, a organização partidária é percebida como mero canal de acesso aos cargos públicos e a política administrativa é vista como autônoma em relação aos programas partidários.

Esta visão tem firmes alicerces na tradição partidária brasileira, marcada pelo amorfismo, personalismo e fisiologismo dos partidos (Lamounier, B. Meneguello, R. 1986); revela, de um lado, uma conservadora afinidade dos petistas de Santa Quitéria com essa tradição que o Partido dos Trabalhadores já nasce pretendendo subverter; por outro lado, revela também a incapacidade das instâncias regionais e nacionais do PT de oferecerem suportes políticos e técnicos a essa oportunidade de ser governo que, de uma forma ou de outra, foi conquistada para o partido.

Ainda houve a participação de uma delegação de Santa Quitéria em um Encontro Nacional de vereadores e prefeitos eleitos pelo PT, viagens de dirigentes regionais ao município e apoio do DR para algumas das muitas causas jurídicas, mas, no geral, predominaram as dificuldades. Em 1983 o Diretório Regional do PT-MA, mergulhado em forte crise interna, encontrava-se totalmente sem condições de ser esse suporte técnico e político que uma administração municipal necessitava; não havia sequer recursos para viagens para o município e como os eleitos não implementavam as normas regimentais de contribuição financeira, o problema persistia.

Assim, prefeito e vereadores se sentiam como que “abandonados” pelo PT. Uma unanimidade entre eles é o desapontamento com o fato de Lula ter vindo a São Luís e não fazer sequer uma visita à Santa Quitéria. Diz o então prefeito:

“ O companheiro Lula veio duas vezes em São Luís. Qual era o dever dele? Vir a Santa Quitéria para nos reforçar. Quanto nada, de palavra, apoio, designar homens de melhores conhecimentos para defender nossas causas ... Eu teria resistido.”¹⁸⁷

Pressões do governo, expectativas populares, pressões da direção partidária, o conflito pessoal do prefeito, interessado em “ajudar o povo” e até boatos de intervenção no município, tudo isso precipitou a decisão de aderir, que embora seja apresentada pelo prefeito como útil para a população, foi bastante traumática para o partido.

A adesão não foi coletiva, mas, uma decisão individual do prefeito, embora previamente esclarecida a alguns componentes do grupo do PT na cidade, como o Pe. Américo Henriques, o médico Sebastião Moreira e os próprios vereadores, os quais decidiram permanecer no PT. Não se trata, porém de que estes últimos fossem “mais petistas” que o prefeito, é que nesse período havia a lei da fidelidade

¹⁸⁷ Entrevista com Manoel de Sousa Costa.

partidária, que obrigava os vereadores a se manterem no partido em que se elegeram até o final do seu mandato, sob pena de perdê-lo.

Um segmento que não foi previamente notificado da intenção adesista do prefeito foi a direção regional do partido que, evidentemente, foi contra essa decisão. Os dirigentes, orientados por uma percepção classista tradicional da sociedade, não aceitaram essa “aliança de classes” que, não sem razão, lhes parecia fatal para a independência dos trabalhadores no governo e para a possibilidade de se por em prática um projeto de governo popular voltado para os trabalhadores e que distinguisse o PT dos demais partidos.

Este episódio trouxe à luz, já no nascedouro do PT, um dilema que, em maior ou menor intensidade, foi posteriormente vivido em outras prefeituras petistas: como ser governo de oposição em um estado que não é regido por critérios democráticos, mas sim “políticos”, onde o que prevalece não é a universalidade de direitos que a lei determina, mas as redes de clientelismo e a destruição dos adversários ?

Outro grave dilema para o PT que o caso de Santa Quitéria revela é a difícil compatibilização entre respostas para os problemas sociais gritantes e imediatos e a manutenção da postura oposicionista, que valoriza antes a organização política que a assistência ou benesses do Estado. Isto fica bastante claro no depoimento do presidente do PT-MA em 1983, que abordando o problema da “adesão” do prefeito, afirma:

“ O pior é que nós entramos num choque terrível com os filiados e com o povo, por que o prefeito era bom, honesto e estava do lado da população e a gente condenava ele por que estava do lado do governo. O povo não estava preparado para ter uma prefeitura de oposição,

queria mesmo é que ele estivesse do lado do governo para receber benefícios.”¹⁸⁸

Em Santa Quitéria, tudo indica que a postura da administração se encaminhou mais no sentido de credenciar-se para o recebimento das benesses do Estado e repassá-las à população também como benesse, ao invés de incentivá-la à organização, atitude aliás, que, para o então presidente do PT, se harmonizava com o interesse da população “despreparada para um governo de oposição”. Assim, o governo municipal do PT, não ignorou as necessidades sociais, mas a opção do prefeito pela condição de “provedor”, pouco contribuiu para o enfraquecimento dos laços de dependência e paternalismo aos quais aquela população “estava acostumada”.

Ainda assim, houve avanços importantes na área política, pois a queda da família Pedrosa instaurou um ambiente de liberdade que permitiu que as divergências finalmente pudessem aflorar em Santa Quitéria e os opositores já não teriam como certa a perseguição por parte de dirigentes municipais infensos a qualquer dissensão.

As opções tomadas pelo PT em Santa Quitéria são melhor compreendidas quando se considera que os petistas desta cidade não eram dos mais comprometidos (ou mesmo conhecedores) da linha partidária petista, conforme foi demonstrado. Vimos que não foram afinidades programáticas que os trouxeram para o PT, mas conveniências, dentre as quais se destaca o fato de ter sido esse o mais fácil acesso para a disputa eleitoral.

O quadro abaixo traz evidências da flexibilidade dos petistas de Santa Quitéria em relação a programas partidários, dentre eles o do PT; fato perceptível não apenas na militância política anterior ao PT e na “adesão”, mas também na movimentação partidária destas pessoas após terem deixado o Partido dos Trabalhadores. Vejamos:

¹⁸⁸ Entrevista com Luis Vila Nova.

**X - MOVIMENTAÇÃO PARTIDÁRIA DE LIBERANÇAS PETISTAS
EM SANTA QUITÉRIA - MA**

NOME	CARGO- PT EM 1982	ELEIÇÕES 1988	ELEIÇÕES 1992
Manoel da Silva Costa	Prefeito	PFL ①	PDC
Francisco das Chagas C. Pimentel	Vice prefeito	PFL	PRN
Osmar de Jesus C.Leal	Vereador	PDT	PFL
Francisco das C. dos Santos	Vereador	PFL	PMN
Lauro Fernandes de Araujo	Vereador	PDT	②
Idenê L.C.Pimentel	Vereador	③	③
José de Lima Pereira	Vereador	PDT	PDC

FONTE: Entrevistas com pessoas citadas.

- ① Antes de ir para o PFL, esteve filiado no PDS.
- ② Afastou-se da atividade político-partidária.
- ③ Esteve com os direitos políticos suspensos por dez anos em virtude de cassação de mandato quando era vereadora pelo PT.

Das conseqüências que se seguiram à adesão, algumas são particularmente importantes. Diz o prefeito que o governo estadual retribuiu a adesão com recursos para o município e, algo mais importante do que esses recursos (que, segundo os vereadores entrevistados, nem foram tantos): o fim dos chamados bloqueio à Santa Quitéria nos órgãos estaduais e as perseguições (sindicâncias na saúde, na educação, no comando militar, etc.) que, segundo o prefeito, chegavam a ser diárias.

Um acontecimento cheio de simbolismos reveladores do caráter a um só tempo prepotente e paternalista do governo do estado e da atitude acuada do prefeito no episódio da adesão e suas conseqüências, nos é descrito por este:

“ O deputado Enoque Vieira [PDS], em seu próprio nome pediu ao governador que se não ajudasse pelo menos não dificultasse as coisas para o prefeito de Santa Quitéria; ele me fez um convite e eu achei por

bem acompanhar [aderir ao PDS] . Disso aí, ele baixou aqui de avião, um helicóptero bem no meio da cidade, cheio de medicamentos. As portas se abriram ... Tudo era com o deputado Enoque Vieira . . . daí gerava um recursinho, um apoio... De fato, eu não ia pra reunião com o governador, mas ele recebia os processos, assinava, homologava ...

» 189

Outra consequência da adesão, também carregada de conteúdos simbólicos e destacada pelo prefeito como muito importante para ele e para a cidade foi o reconhecimento do prestígio de ser prefeito, até então, sistematicamente negado ao representante de Santa Quitéria, no seu relacionamento com as autoridades políticas: o governador, deputados e chefes de órgãos públicos. Novamente é o próprio prefeito quem esclarece:

“ em março, quando o Sr. governador foi tomar posse eu tive a ousadia de comparecer; e lá, sem eu ter um deputado, sem ter ninguém do partido que me acompanhasse, eu fui obrigado a me considerar como a mulher mais feia do mundo, que ninguém nem olha, ... abandonada . . .”

Manoel de Sousa Costa não aceitava a marginalidade que o “ser prefeito pelo PT” lhe conferia, por conta disso, a sua adesão também expressou um esforço para ser reconhecido como autoridade, um igual entre os líderes da política no estado, projeto este que o PT dificultava, posto que esse partido se propunha justamente a demarcar diferenças em relação ao padrão de atividade política, que era predominante no Maranhão.

As repercussões da adesão no seio do PT têm diferenças em termos da instância regional e municipal. O Diretório Regional deu por encerrada a sua presença no município, desautorizando o uso da sigla no mesmo e se descomprometendo

¹⁸⁹ Entrevista com Manoel de Sousa Costa.

completamente com a prefeitura agora do PDS; em relação aos vereadores, não houve exclusão formal, provavelmente para lhes preservar os mandatos, embora o partido já não se sentisse comprometido com eles.

No município, o fato da adesão ter sido uma atitude individual do prefeito, não resultou em implosão do grupo do PT. A concordância ou não dos vereadores para com a decisão do prefeito, não impediu que após esta ter se realizado, a relação entre prefeitura e Câmara continuasse a se desenvolver sem conflitos relevantes; a bancada (majoritária) do PT em nenhum momento deixou de apoiar o prefeito.

Um caso isolado de conflito entre a bancada do PT e o executivo municipal ocorreu ainda antes da adesão e culminou em cassação do mandato e dos direitos políticos da professora Idenê Pimentel, vereadora do PT, acusada de infidelidade partidária. Pela riqueza de detalhes referentes ao tipo de relação que se estabeleceu entre o executivo e legislativo petistas e às diferenças políticas no seio da bancada do PT, vale a pena observarmos mais detalhadamente este caso.

O processo que resultou na cassação é fundamentado em documento encaminhado à Câmara Municipal em 13/09/84 pelo vereador do PT, Francisco das Chagas dos Santos, o qual denuncia que:

“(...) no dia 24 de novembro de 1983, a Câmara de Vereadores [por] unanimidade, contando inclusive com os votos de quatro edis do PDS, rejeitou a prestação de contas da ex-prefeita do município, Maria da Conceição Teles de Araújo [da ARENA e ligada aos Pedrosa], em face das gritantes irregularidades existentes.(...) Ocorre que no mês seguinte, cinco dos sete vereadores que participaram daquela histórica sessão (...) decidiram encaminhar denúncia ao Tribunal de Contas dos Municípios, (...) afirmando não terem apreciado e nem votado as referidas contas, além de acusarem o presidente atual deste Poder Legislativo, vereador Osmar de Jesus da Costa Leal de ter falsificado

as suas assinaturas na Ata e no livro de presenças daquela sessão.¹⁹⁰

(...) Constatamos que dentre os cinco denunciantes, encontrava-se a denunciada, vereadora Idenê Lopes Caldas Pimentel (...).¹⁹¹

A acusação foi aceita pela Câmara e resultou na definitiva cassação do mandato da vereadora, em 05 de dezembro de 1984, com base no Decreto Lei nº 201, de 21 de fevereiro de 1967, que determina a fidelidade partidária. Trata-se de um processo controvertido que ainda hoje tramita na Justiça Eleitoral e no qual a acusada se ressentiu de não lhe ter sido assegurado pelo partido, o devido direito de defesa.¹⁹²

Observa-se, porém que além das acusações acima citadas, a referida vereadora já vinha fazendo oposição ao prefeito e à própria bancada do PT desde março de 1984, a partir de quando, conforme se observa no Livro de Atas da Câmara, ela sistematicamente votava ao lado da maioria dos vereadores do PDS¹⁹³ e contra as iniciativas dos petistas na Câmara de Vereadores.

A atitude da vereadora Idenê Pimental nos processos cotidianos de votação na Câmara, sequer é citada na denúncia que lhe é feita, mas, certamente não ficou despercebida, seja nas entrelinhas, seja nas motivações. O seu sucessor, Osmercindo Rodrigues Costa, foi, segundo um então presidente da Câmara, “um fiel membro da bancada petista”.

Estas observações permitem que se confirme a existência de coesão entre a maioria dos representantes petistas, mas esta coesão na verdade tinha como

¹⁹⁰ Segundo o livro de Atas, esta sessão contou com a presença da vereadora Idenê que inclusive aparece no documento como secretária da sessão. Conforme este mesmo livro, em nenhuma das sessões posteriores ao dia 24/11/83 foi questionada a Ata e a lista de assinaturas desta sessão.

¹⁹¹ Livro de Atas das Sessões da Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, 11/06/82-07/03/85. p. 72-78.

¹⁹² Estas informações provêm do Livro de Decretos da Câmara Municipal de Santa Quitéria e de entrevistas realizadas com a ex-vereadora Idenê Pimental e o então presidente da Câmara de vereadores Osmar de Jesus M. Leal. Não foi possível o acesso ao referido Processo.

¹⁹³ O vereador Bernardo Alves, eleito pelo PDS, quase sempre votava com os petistas, mas não houve ninguém a pretender lhe cassar o mandato por infidelidade partidária.

referencial a bancada de vereadores e o prefeito, aos quais o PT, naquele momento, estava resumido. Nestes termos, a idéia de fidelidade partidária aqui discutida é limitada pelo fato de que após as eleições o partido deixou de ter vida orgânica e até “vida própria”, isto é alguma independência face aos poderes executivo e legislativo. Dado o tamanho da cidade e do partido, tudo indica que este último sucumbiu em meio às tarefas administrativas; os dirigentes partidários eram praticamente os mesmos que exerciam cargos eletivos e as intâncias partidárias tinham existência meramente formal.

Esta situação ficou ainda mais clara após a adesão do prefeito ao PDS, pois embora os vereadores tenham formalmente se mantido no PT até 1988 (quando precisaram ter um partido para candidatar-se e a Direção Regional lhes negou o uso da sigla PT), não houve suficiente empenho e/ou convicção para manter o partido em funcionamento no município. Em 1982 prevaleceu a campanha eleitoral, depois, o partido foi como que substituído pelas instituições governamentais; e, por fim, após a adesão do titular do governo para o PDS os dirigentes/vereadores “do PT” não tiveram qualquer empenho em manter o funcionamento do partido em oposição ao governo do PDS, mas ao contrário disso, alinharam-se a ele.

A implosão do chamado “grupo do PT” só ocorreu em 1986, nas eleições para deputado federal, quando duas fortes lideranças desse grupo, o prefeito Manoel Costa e o médico Sebastião Moreira, escolheram candidatos diferentes para apoiarem. Nesse conflito ficaram, do lado de um candidato do PFL, o prefeito, o padre e o vereador Francisco das Chagas; de outro, apoiando um candidato do PMDB, o médico, Dr. Sebastião Moreira. O presidente da Câmara declara que ficou imparcial nessa disputa, mas ao cabo da mesma, constata-se que ele optou pelo lado do médico e do PMDB.

O cisma de 1986 fez com que nas eleições municipais de 1988 o antigo grupo do PT apresentasse duas candidaturas a prefeito: a do então vice-prefeito, Francisco das Chagas, e a do Dr. Sebastião Moreira, onde o segundo foi vitorioso.

Estes fatos são reveladores de que aquela “política do PT” de 1982 plantou sementes, pois todos reconhecem que a disputa foi democrática e se deu entre duas pessoas que se tornaram lideranças a partir dessa política. Ademais, os pleitos seguintes também foram disputados por pessoas que se referenciaram nesse processo: em 1992 Manoel Costa (Manuca) foi reeleito prefeito e em 1996 o eleito foi Osmar Leal, o Maninho, primeiro presidente do PT em Santa Quitéria.

Tudo isto pode não expressar efetivo enraizamento do PT na cidade, como de fato não expressa, mas não é exagero afirmar que, em parte, são frutos da “política do PT” de 1982, tão forte foi o impacto da derrocada do domínio político da família Pedrosa na vida da cidade, que ainda hoje se recorda da derrota que este partido impingiu ao grupo que mandava no município há quase cinquenta anos.

Imediatamente após a derrota para o PT, os Pedrosa ainda mantiveram certa força política, que se expressava na dura oposição que faziam à administração petista, na condição de líder do partido do governo estadual. Com a adesão do prefeito do PT ao PDS, essa posição ficou enfraquecida embora a família ainda mantivesse pessoas de sua confiança na Câmara de Vereadores e outros órgãos (municipais ou estaduais) e o próprio prefeito Manoel de Sousa Costa tenha procurado reinseri-los na vida política local; nada disso evitou que sucumbisse o poder político dessa família.

O poderio dos Pedrosa desapareceu tal qual os nomes que eles ostentavam em diversas ruas da cidade e que logo no início da administração do PT foram substituídos por outros nomes; tal qual, pode-se também dizer, a “cidade velha” que hoje conta com pouquíssimas pessoas que a cada cheia do Rio Parnaíba vêem suas casas se encherem de água, saem, e depois, quando as paredes ainda estão úmidas, retornam às mesmas até que a próxima enchente lhes afugente. Alguns por falta de dinheiro para construir casa em outro lugar; outros, como Heitor Pedrosa, patrearca

da família, que permanece em sua antiga “casa forte” praticamente sem companhia, por ainda pretender que as coisas não mudem.

A percepção da identidade petista manifesta nesse processo evidencia o grande alcance do discurso transformador do partido, mas a prática adotada negava essa possibilidade, explicitando ambiguidades no seio do PT, relativas a novas e velhas práticas políticas. Merece destaque a persistência de velhas práticas políticas como o populismo, o clientelismo e o personalismo; também era notório o desinteresse e/ou despreparo político e técnico do PT para funções administrativas. A imagem que a situação sugere é, portanto, que em 1982 o PT-MA postulava a administração de cidades e do estado mas, onde venceu, se revelou sem condições de exercê-la de acordo com o seu projeto - ou pelo menos o seu discurso - por razões que vão da força do conservadorismo inscrito na sociedade e na política regional, inclusive no PT, à ausência de recursos materiais e humanos, destacando-se aí o desconhecimento da “máquina” administrativa e a ausência de projetos de governo clara e adequadamente elaborados.

Alcântara, 1992

O Partido dos Trabalhadores começou a ser discutido na cidade de Alcântara desde 1980 e em fevereiro de 1981 teve sua primeira Comissão Dirigente Municipal homologada pelo Tribunal Eleitoral do estado. O advogado da CPT, Fernando Mendonça, cumpriu importante papel no processo de fundação do PT nessa cidade em que o partido obteve excelente acolhida entre trabalhadores rurais, ligados ao STR, como Benedito Basson, Raimundo Nonato, Graça, Aniceto Araujo e Vicente Rodrigues. A dona de casa Rafisa Pereira, algumas pessoas ligadas à Igreja e, posteriormente, a estudante Fátima Diniz (uma das pioneiras da fundação do PT em São Luís) compunham o reduzido grupo de militantes petistas da zona urbana.

A construção do PT neste município é indissociável do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das mudanças ocorridas na cidade a partir dos anos 80. O STR, apoiado pela Igreja Católica, desenvolvia importante atividade de formação e mobilização política desses trabalhadores. A Igreja, através do Pe. Helder, da CPT, das missionárias Olinda Zago, Maria do Rosário e equipe com que trabalhavam, sempre dava apoio às chamadas lutas que, em geral, envolviam o STR e o PT. A atual presidente do partido, Fátima Diniz, recorda que

“ a ajuda da Igreja foi muito importante porque eles davam aquela condição que os trabalhadores rurais não tinham: locomoção, projetos de educação sindical, eles tinham carro e toda uma visão política de apoio aos movimentos e colocavam tudo isso à disposição das lutas dos trabalhadores”¹⁹⁴.

Essa parceria com a Igreja durou até 1986, quando o bispo da diocese transferiu todos os religiosos que trabalhavam em Alcântara para outras cidades, visando justamente “frear a participação da Igreja na política partidária”¹⁹⁵. Como essa participação vinha se expressando claramente em apoio às lutas do STR e do PT, pode-se dizer que tal decisão por parte da cúpula da Igreja Católica foi prejudicial aos movimentos organizados que atuavam na defesa de direitos dos trabalhadores, especialmente os rurais.

A articulação com o movimento sindical se deu através da participação de dirigentes sindicais no partido e também de um espaço de atuação conjunta, pois a base prioritária onde o PT se instalou foi justamente aquela organizada pelo STR. Assim, o PT foi beneficiário de um trabalho mais antigo, organizado pelo sindicato e que tendia a crescer pois o momento de fundação do partido coincidiu com a instalação, no município, de um “Centro de Lançamento de Foguetes e Artefatos Espaciais”, que

¹⁹⁴ Entrevista com Fátima Diniz.

¹⁹⁵ Depoimento de Raimundo Nonato Rodrigues, corroborado por Fernandes, (1993)

previa grande número de desapropriações, contra as quais o o STR liderou intensa mobilização.

Dessa estreita relação entre o PT e o STR não se pode deduzir, porém, que o partido surgiu como um braço do Sindicato; as duas entidades se desenvolveram autonomamente e a articulação entre ambas, antes de revelar qualquer traço de aparelhismo, expressa uma característica da trajetória e das opções políticas do partido, como bem se observa na região que, em âmbito nacional, foi o berço do PT, cujo nascimento esteve intimamente associado às lutas sociais em curso.

A Cidade¹⁹⁶

Alcântara é uma pequena ilha, localizada a 22 Km da capital, São Luís, de fundação muito antiga e tombada como patrimônio histórico e cultural. Ao longo de sua história conheceu intenso florescimento agrícola (produção de algodão) e foi pólo de grande concentração de indígenas e de comércio de negros africanos. Hoje, sua população é de aproximadamente 25 mil habitantes; em 1980, ano da fundação do PT, estava na faixa dos 18 mil.

Com a desagregação das antigas fazendas de algodão, pertencentes a ordens religiosas ou a particulares, diferentes estruturas agrárias e tipos de produtores foram gerados, dentre eles os denominados foreiros ou agregados que se submetiam ao aluguel da terra pago a proprietários ausenteistas; e o campesinato “livre comunal”, que explorava as chamadas “terras de uso comum” (“terra de negro”, “terra de índio” e “terras de pobreza”) caracterizadas pelo usufruto coletivo desta e de seus recursos naturais, a partir do trabalho familiar.

¹⁹⁶ As informações contidas neste tópico e naquele intitulado Sindicato de Trabalhadores Rurais foram extraídas basicamente de Choairi (1993) e Fernandes (1993). Apenas nos casos de citação literal os referidos autores serão citados.

A maior parte da população economicamente ativa de Alcântara, pode ser associada à figura do camponês (aqui compreendido como trabalhadores rurais e pescadores), cuja atividade produtiva combina a agricultura com a pesca e o extrativismo numa economia de subsistência, a partir de diferentes relações de produção.

Pelo menos até 1980, eram esses os principais traços da organização do trabalho para a maioria da população de Alcântara. Com a chegada da Aeronáutica para implantação do Centro de Lançamentos, esse quadro é alterado e a tranqüila Alcântara transformou-se em palco de intensos conflitos fundiários.

A construção do PT no município faz parte desse conjunto de mudanças ocorridas a partir da década de 80 e que teve como carro-chefe a alteração no padrão de apropriação das terras e de seus benefícios, que passou das mãos de antigos ocupantes para o Ministério da Aeronáutica, pela força de um Decreto-Lei do Governo estadual que desapropriou 52 mil hectares de terras (metade da área do município) atingindo diretamente duas mil famílias¹⁹⁷. A partir daí, teve início um vigoroso processo organizativo daqueles que seriam desapropriados de suas terras.

A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA suscitou preocupações de diversas ordens. O poeta Carlos Drummond de Andrade, em matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 21/07/81 (In: Fernandes, 1996, p.136), destacou os riscos do empreendimento para a preservação do patrimônio arquitetônico (conjunto de casarões do século XVII) e paisagístico da cidade, além da militarização de vastas áreas de agricultura. Também não lhe passou despercebida, a exemplo do que ocorreu com diversas entidades da sociedade civil maranhense, a questão social referida ao destino das famílias atingidas pelo decreto desapropriatório, cujas condições de reprodução econômica, social e cultural estavam em vias de desestruturação, sem que houvesse qualquer certeza quanto ao que lhe sucederia.

¹⁹⁷ Decreto nº 7.820, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 27 de outubro de 1980.

Em Alcântara, enquanto foi possível, a Aeronáutica e o poder público local guardaram silêncio sobre o CLA e as remoções a serem feitas, até o ponto em que isto já não era mais possível e foi preciso, então, enfrentar o debate com a sociedade, particularmente com aqueles que seriam diretamente atingidos pelas desapropriações. O ponto mais polêmico era o modelo de reassentamento a ser adotado pelo Ministério da Aeronáutica, particularmente o tamanho dos lotes que seriam garantidos aos desapropriados.

Fugindo dessas questões, a Aeronáutica e seus defensores alardeavam muitas vantagens, progresso e redenção econômica que o Centro de Lançamento traria para o município, discurso esse que, aliás, foi entusiasticamente adotado pelas autoridades locais e se revelou um vigoroso instrumento para “ganhar a população” e os grupos organizados, neutralizando eventuais resistências ao CLA.

O tamanho dos lotes a serem garantidos aos desapropriados foi objeto de muita polêmica. O STR, baseado no Estatuto da Terra, reivindicava 30 hectares, que era o tamanho do Módulo Rural para a região; o INCRA (inclusive em parecer encomendado pelo EMFA), sustentava que a proposta do Sindicato era impraticável em Alcântara devido à densidade demográfica no município e indicou a medida de 20 hectares; o CLA, por identificar “irracionalidade” no tipo de agricultura praticada pelos camponeses de Alcântara (exploração itinerante de culturas temporárias), propunha lotes de 18 hectares.

O Ministério da Aeronáutica resolveu a questão fazendo com que o presidente da República, o maranhense José Sarney, transformasse em lei a posição defendida pelo CLA/EMFA, à revelia das pretensões do Sindicato e de pareceres técnicos do Instituto da Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Ministério da Reforma Agrária - MIRAD.

Esses conflitos trouxeram à tona o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, que muito se empenhou para que as desapropriações ocorressem de maneira “justa”, buscando negociações e pressões formais ao lado de “entidades de apoio” CPT,

SMDDH e *Caritas*) e do PT. Mas, também experimentou formas de luta mais ousadas como a interdição de estrada por onde passaria o *staff* do Estado Maior das Forças Armadas - EMFA, em visita ao CLA.

As desapropriações resultaram em um plano de relocação pelo qual o CLA transferiria os camponeses e suas famílias para casas de agrovilas que seriam construídas, mediante indenização aos proprietários de terra (portadores de documentos de posse) e das benfeitorias nelas existentes. Os valores pagos nas indenizações foram objeto de nova seqüência de conflitos.

A implantação do CLA foi, portanto, acompanhada de significativas mudanças na vida da cidade: a desapropriação de terras, a construção de agrovilas e a implantação de uma estrutura básica de serviços como energia elétrica, água encanada e telefonia direta, até então inexistentes. Tais serviços, diz Choairi (1996), permitiram que o CLA fosse visto como uma segunda (e mais eficiente) prefeitura; mas, Fernandes (1993, p. 215) adverte que

“o tão propalado ‘progresso’ que caracterizou os primeiros discursos dos militares e técnicos vinculados ao MAer não se verificou. A energia elétrica, a água encanada, utilizada noutros discursos como resultados da implantação do CLA no município, não foram, conforme documentos existentes nos Arquivos da Administração Municipal, provenientes da ação do MAer, mas resultados de convênios estabelecidos entre o governo municipal e companhias do estado do Maranhão. Estes benefícios estão circunscritos, portanto às políticas públicas do próprio estado do Maranhão”.

Sem precisar contestar essa idéia, é forçoso reconhecer que a presença do CLA em Alcântara, se não pode ser apontada como causa da implantação desses serviços no município, também não se pode afirmar que nenhuma influência teve nesse processo; é forçoso reconhecer que o CLA atuou, no mínimo, como um dos elementos facilitadores

da celebração dos convênios com o governo estadual e por que à própria Base também interessava a existência de tais serviços.

A implantação do CLA não alterou substantivamente a composição social vigente no município, que tinha nos camponeses o segmento mais numeroso. No período de sua instalação chegou a introduzir no município razoável contingente de pessoas de classe média, detentoras de maior poder aquisitivo e com potencial para dinamizar as atividades econômicas. Mas, passada a fase de implantação, a presença do “pessoal da Aeronáutica” na cidade se reduziu muito. O MAer instalou vilas para técnicos e militares ligados ao CLA, mas estas, além de ficarem afastadas do centro da cidade cerca de dez quilômetros, contam com poucos residentes, pois grande parte das pessoas que trabalham no CLA moram em São Luís e permanecem em Alcântara apenas no horário de trabalho, havendo, inclusive lanchas especiais para, diariamente, transportá-las de São Luís para Alcântara e depois novamente para São Luís.

As mudanças mais notáveis residem no aparecimento de diversos problemas sociais até então pouco perceptíveis na cidade. É o caso da emergência de conflitos fundiários, do aumento de demandas por empregos, educação e saúde e o “inchaço” da cidade a partir da periferia. Isto tem gerado dificuldades que praticamente generalizam a todos a condição de “atingido” pelo CLA. Sobre isso, Fernandes (1996, p. 200) enfatiza que “os dados demográficos disponíveis (...) apontam para o município de Alcântara uma taxa de crescimento da periferia do município, especialmente na sede, na ordem de 150% desde a implantação do CLA”.

Grande parte desse contingente de imigrantes é constituída de pessoas que residiam em áreas rurais abrangidas pelo decreto de desapropriação. O deslocamento para a sede servia a essas famílias como uma fuga à insegurança quanto aos seus destinos após o remanejamento e a busca de serviços como saúde e educação para seus filhos (Fernandes, 1996, p. 203).

Para o sindicalista e dirigente do PT Nonato Silva, as ações do CLA na cidade tiveram as seguintes características:

“uma das maiores vantagens da instalação da Base ocorreu na área da comunicação (estradas para as agrovilas), entretanto um grave prejuízo veio justamente na parte de alimentação, pois antes havia a fartura oferecida pelo fácil acesso ao litoral pesqueiro e às matas . . . tinha o peixe, camarão, bacuri, murici, . . . eles traziam o barco cheio pra vender aqui no Porto da Camboa [em São Luís]. No passado, nosso pessoal vivia melhor do que hoje”.

Essa desagregação das condições de vida de numerosos contingentes populacionais de Alcântara desencadeou o processo de organização política de trabalhadores rurais e pescadores, comandado pelo Sindicato e apoiado pelo PT e diversas entidades de apoio, notadamente aquelas ligadas à Igreja. Da mesma forma, alterou gravemente o perfil sócio-econômico da cidade, que em 1992, passaria a ser governada pelo Partido dos Trabalhadores. A atuação do STR e do PT é o objeto das próximas seções desse Capítulo.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR: Berço do PT

Diferentemente de muitos STRs maranhenses que surgiram de um processo de lutas entre trabalhadores rurais (de categorias as mais diversas) e latifundiários, o STR de Alcântara foi fundado, em 1971, por iniciativa do prefeito municipal, que visava ampliar o raio da assistência que (ele) prestava à comunidade, no caso a aposentadoria. Deste modo, este sindicato surge com visíveis marcas do sindicalismo burocrático-assistencial, atuando como se fosse um braço que o Estado estendia ao trabalhador para alcançá-lo pela benesse e controlá-lo.

“ (...) no início, o STR funcionava como se fosse um preposto da prefeitura. Os trabalhadores da região procuravam a prefeitura e, de lá, eram encaminhados ao sindicato portando um bilhete do prefeito, no qual solicitavam a declaração de reconhecimento do portador como trabalhador rural da região, a fim de que pudesse se habilitar a receber o direito à aposentadoria” (Benedito Basson, citado por Choairi, 1996, p.122).

Observa-se, porém, que esse “modelo originário”¹⁹⁸ não pesou sobre o STR de Alcântara como uma fatalidade inescapável. O trabalho empírico de Choairi aponta alguns fatores responsáveis pela ruptura entre o Sindicato e o poder local que conduziram a um processo de autonomização do Sindicato face a esse poder. Estes fatores são:

- O trabalho político de “formação de lideranças” que vinha sendo desenvolvido junto às comunidades por entidades da Igreja Católica (CPT e *Caritas*), que apresentava uma postura crítica em relação ao controle do sindicato pela prefeitura local.
- A aproximação do STR com o Diretório Municipal do MDB (o partido da oposição), que culminou no apoio de sindicalistas a algumas candidaturas desse partido.
- O prestígio de algumas lideranças de trabalhadores rurais como Benedito Basson, Raimundo Nonato e Aniceto Araujo.
- As posições diferenciadas em relação ao CLA e, mais precisamente, sobre o problema do remanejamento das famílias atingidas, resultaram na constituição de dois blocos de atuação política na cidade: um que só via vantagens no empreendimento, outro que, já se vendo prejudicado, exigia reparação das perdas.

¹⁹⁸ Denominação tomada de Ângelo Panebianco (1982), que a utiliza para enfatizar a importância do momento fundacional das instituições. Para este autor, a gênese de uma organização imprime marcas indelévels na configuração e trajetória da mesma.

A propósito destes dois blocos, o autor observa que o primeiro é constituído fundamentalmente pelo prefeito, promotores públicos, representantes do CLA, empresários e políticos locais ligados ao partido governista (PDS, depois o PFL); o segundo, pelo STR, Igreja, PT e “entidades de apoio”.

Esta polarização e a composição de cada um dos grupos sugere que um grande obstáculo que o STR encontrava na sua luta era o poder público local (Prefeitura, Câmara de Vereadores e o Poder Judiciário) daí, não é surpreendente que alterar a correlação de forças nestes espaços institucionais tenha assumido um papel estratégico para a luta do sindicato e, também com essa perspectiva, a idéia de construção do PT conquistasse significativa força entre os ativistas do STR, pois o partido lhes aparecia como um instrumento através do qual poderiam vir a ter influência nesses espaços.

O Partido dos Trabalhadores - PT na Cidade de Alcântara

As origens do Partido dos Trabalhadores em Alcântara se inserem no processo de luta política contra as desapropriações de terras, na qual se estabeleceu estreita parceria entre o partido e o movimento sindical rural, muito atuante naquela conjuntura. As influências do STR no PT são tão explícitas e exitosas que já nas eleições de 1982 o PT conseguiu eleger um vereador (fenômeno que, no estado, só foi repetido em Santa Quitéria) e o candidato a prefeito obteve 12,5 % dos votos. Grande parte dos candidatos eram dirigentes sindicais e lideranças de trabalhadores rurais ligadas ao sindicato, como bem o exemplifica o fato do candidato a prefeito ser o presidente do STR e o vereador eleito o tesoureiro.

O funcionamento do PT em Alcântara não se restringia aos períodos eleitorais; além de participar das eleições e conseguir eleger representantes desde 1982, o partido mantinha reuniões regulares, realizava debates, tinha propostas para a cidade (em comum acordo com o STR), recolhia a contribuição financeira dos filiados, participava dos

fóruns partidários regionais e organizava na cidade campanhas políticas como a das Diretas Já (1984) e da Constituinte (1986).

Ao longo de sua trajetória na cidade, o PT vem se consolidando como o mais expressivo partido de oposição do município, fato que se verifica inclusive no âmbito eleitoral, onde se percebe uma certa margem de votos que sistematicamente lhe é destinada, conforme se pode constatar nos quadros abaixo.

XI - DESEMPENHO ELEITORAL DO PT NA CIDADE DE ALCÂNTARA - MA

ANO	DESEMPENHO ELEITORAL DO PT
1982	eleição de um vereador
1986	Domingos Dutra, do PT foi o candidato a deputado estadual mais votado no município; na disputa federal, o 3º lugar também coube a um candidato do PT.
1988	eleição de dois vereadores
1989	Vitória de Lula no 1º e 2º turno das eleições presidenciais
1990	Domingos Dutra, do PT, novamente é o candidato a deputado estadual mais votado em Alcântara
1992	eleição do prefeito municipal e de dois vereadores

Fonte: Publicações oficiais do T.R.E., referentes às eleições dos respectivos anos.

O ponto considerado culminante na participação do PT em disputas eleitorais foi a eleição do prefeito, em 1992, quando a candidatura do partido conseguiu derrotar a dos grupos dominantes locais que há várias décadas comandavam o poder público municipal, sob os auspícios da família Sarney. Para que melhor se compreenda a vitória petista, convém observar o desempenho do conjunto dos partidos nas eleições anteriores para o executivo municipal. Começemos pela de 1982.

XII - DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALCÂNTARA, EM 1982

(% sobre os votos válidos)

PARTIDO	PDS	PDT	PT
CARGO			
PREFEITURA	78,29*	2,10	12,52
CÂMARA DE VEREADORES	74,5	1,7	13,1

Fonte: Dados oficiais do T.R.E. - MA

* Esta votação foi dividida entre dois candidatos: Malalael Moraes (61%) e Airton Viégas (38%).

XIII- DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALCÂNTARA - MA, EM 1988

(% de votos obtidos)

PARTIDO	PFL	PMDB	PT
PREFEITURA*	40	(?)	(?)
CÂMARA DE VEREADORES**	44	39	16

FONTE: Dados oficiais do T.R.E.

*Cálculo baseado no número de votos válidos. Face à impossibilidade de obtenção junto ao T.R.E -MA dos dados relativos ao número de votos obtidos pelo PMDB e pelo PT, convém explicitar que os votos em branco (que fazem parte dos chamados votos válidos) ficaram na casa de 21%, restando, portanto, 39% de votos distribuídos para o PT e PMDB.

**Cálculo baseado no número de votos dados aos candidatos eleitos e respectivos suplentes, por partido.

Esse desempenho, conseguido sobretudo com o voto da zona rural¹⁹⁹ e o fato de grande parte dos candidatos do PT serem lideranças sindicais demonstra a relação,

¹⁹⁹ Fato expresso nas seções eleitorais onde o PT obteve a maior parte dos seus votos e em entrevista concedida à autora pela presidente do PT, onde afirma que "o eleitorado do PT era de trabalhadores rurais ligados ao Sindicato e à Igreja; na sede [zona urbana], nós não tínhamos votos, a não ser o de familiares dos candidatos".

nesse caso, simbiótica ou “de reciprocidade” - no dizer de Choairi - que, em Alcântara, se verificou entre o PT e o movimento sindical.

Nessa perspectiva da reciprocidade, o PT foi um importante apoio para o STR em sua luta pela terra, por melhores condições de remanejamento das comunidades atingidas pelo CLA e para a estratégia, comum ao partido e ao sindicato, de provocar mudanças no poder político no município. Já o STR, como vimos, foi a base principal sobre a qual o PT alicerçou o seu crescimento.

Nos quadros acima, observa-se que o desempenho das oposições nas eleições de 1982 e 1988 se revelou forte no seu conjunto (incluindo-se, no caso de 1982, os 38% de votos obtidos por Airton Viégas através de uma sublegenda do PDS, mas representativa dos votos do PMDB), porém fraco quando referido aos partidos isoladamente. Isto conduziu essas oposições a considerarem a necessidade da união e, nas eleições de 1992, optaram por uma coligação que envolveu o PMDB, PT, PDT e setores do PMN em torno de um único candidato: o médico Airton Viégas, do PMDB, partido que, em razão de deter a maior fatia do eleitorado de oposição, exigia que o candidato a prefeito sáisse de seus quadros.

Ocorreu, porém, que a política de alianças na época definida pelo Diretório Nacional do PT impedia coligações com o PMDB. Diante disso, a alternativa encontrada para que fosse viabilizada a “União Alcantareense” resultou numa espécie de contra-golpe nessa política de alianças do partido, mediante a filiação de Airton Viégas ao PT. Tal fato possibilitou uma aliança informal com o PMDB, justificada pelo fato de que para os petistas “o PMDB de Alcântara não era tão ruim, pois não estava muito vinculado às facções lideradas pelo senador José Sarney”²⁰⁰. Além disso, declara a presidente do PT,

“ se nós insistíssemos que o Nonato [dirigente partidário e sindical, candidato a prefeito em 1982 e 1988] sáisse candidato novamente o Dr. Airton não aceitaria, nós ficaríamos isolados mais uma vez e

²⁰⁰ Depoimento do candidato a vice-prefeito Raimundo Nonato Rodrigues, em entrevista à autora.

colocaríamos alguém da oligarquia na prefeitura. Então, depois de várias reuniões do PT, foi consenso que o candidato ideal era mesmo o Dr. Airton, porque ele ia abranger uma outra parcela da população que o PT não conseguia penetrar: funcionários públicos, comerciantes e mesmo setores de trabalhadores rurais que não eram vinculados ao Sindicato e eram ligados ao PMDB. Então o PT resolveu abrir mão: decidimos que faríamos a coligação com o PMDB e se não fosse possível, filiaríamos o Dr. Airton ao PT (...) Após esgotadas todas as tentativas de coligação, fomos aconselhados pela direção regional a filiar o Dr. Airton no PT (...) era a única forma de se eleger um vice-prefeito do PT”²⁰¹.

O depoimento acima é claro na demonstração do dilema em que o PT de Alcântara se encontrava: para eleger seus candidatos impunha-se fazer alianças com outras forças políticas, no caso o PMDB e, mais diretamente, Airton Viégas. O fato dos aliados escolhidos pelo PT serem então percebidos como sendo “do campo do PT”, fazia com que, pelo menos aparentemente, esse dilema não chegasse ao nível do “dilema eleitoral” descrito por Przerworski (1985, p.38-39), segundo o qual o fato da conquista do governo pressupor a constituição de maiorias, coloca para os partidos de base classista a escolha entre “ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou vitórias eleitorais conquistadas às custas da diluição do seu caráter de classe”.

Conforme se verá na seqüência deste estudo, foi somente no momento de exercer o governo que apareceram as diferenças substanciais entre o PT e seus aliados. Nesse momento, graves dilemas políticos vieram à tona. Para melhor compreendê-lo, convém que se faça uma caracterização mais minuciosa de quem eram os novos petistas e/ou aliados.

²⁰¹ Fátima Diniz, em entrevista à autora.

A vinculação de Aírton Viégas com o PMDB é antiga, vem desde a fundação deste partido. Destaca-se, entretanto, uma breve pausa nessa vinculação, referente à campanha eleitoral de 1982, quando ele foi candidato por uma sublegenda do PDS. Passadas as eleições, vinculou-se ao PMDB. Sobre isso e também sobre a “costura” (sic) da aliança com o PT, o próprio Aírton esclarece:

Foi uma contingência que me fez ir para o PDS em 1982. Depois voltei para o PMDB. A mesma coisa aconteceu para eu ir para o PT em 1992. O PT não aceitou a coligação de jeito nenhum, então combinamos o seguinte: eu seguraria o PMDB para não apresentar candidato [já existiam duas indicações] . (...) minha missão seria segurar esses dois para não saírem candidatos, ou seja, segurar o PMDB, o que já era uma dificuldade porque tinha que segurar a [direção] estadual, que não ia permitir que um partido forte como o PMDB não lançasse candidato próprio para prefeito e saísse apenas com candidatos a verador, enquanto eu passaria para o PT. Mas conseguimos, ninguém saiu candidato pelo PMDB e ficaram todos no meu apoio (...) Juntamos todos os partidos e conseguimos ganhar as eleições. Formamos uma frente que reunia PT, PMDB, PDT e PMN. *Mas, não houve coligação, foi só acordo de cavalheiros.*²⁰²

Como era de se esperar, este acordo informal não apagou as diferenças e divergências que haviam no interior da Aliança Alcantareense, presentes desde as origens desta, conforme se pode observar em documento do PT, que diz:

“Várias resistências à sua filiação [de Aírton Viégas] foram colocadas tanto pelas lideranças do PMDB, que temiam um candidato do PT, quanto por integrantes do PT, que temiam a trajetória política do Dr. Aírton, desvinculada ideologicamente do PT. Embora tenha o Dr. Aírton Viégas participado de lutas sindicais enquanto representante da

²⁰² Entrevista com Aírton Viégas. Grifos em itálico são da autora, usados para destacar a inventividade e informalidade da aliança político-partidária.

categoria profissional a que pertencia, não se vinculava ao projeto político do PT em Alcântara” (PT/DM de Alcântara, 1996).

Apesar disso, as justificativas para a aliança com o “Dr. Airton”, enfatizavam, além das maiores chances de vitória, a ajuda que ele havia dado ao PT na campanha de Lula e o apoio às lutas dos camponeses contra a Aeronáutica. Em entrevista à autora, a presidente do PT resume o pensamento dos petistas sobre esse aliado da seguinte forma:

“ O Dr. Airton era uma pessoa simples, sem ligações com o políticos tradicionais de São Luís; tinha um perfil que nós considerávamos de um aliado, um aliado progressista, que faria uma administração não petista, porque era uma frente de partidos, mas poderia ser uma administração diferente que além de quebrar o elo de 38 anos da oligarquia Leitão, poderia realizar uma administração progressista, democrática, participativa, ... isto, se fosse cumprido o nosso acordo [alusão ao plano de governo “o modo petista de governar Alcântara”, elaborado na época da campanha eleitoral]”²⁰³.

Na campanha eleitoral, as motivações tinham tons diferentes, dependendo de quem as emitia. Para aqueles diretamente ligados ao PT e ao STR interessava, sobretudo, retirar do “poder municipal”, os dirigentes que, conforme entendiam, monopolizavam a administração e sistematicamente a conduziam de modo a favorecer o CLA em detrimento do “povo” de Alcântara.

Para Airton Viégas, também interessava o deslocamento do grupo dominante, que incluía juristas, comerciantes, professor, e outros, que há mais de trinta anos

²⁰³ Sobre esse acordo, diz a presidente do PT que “após a composição da Frente, a primeira providência do PT foi reunir todos os partidos para elaborar um programa de governo. Já que o candidato seria do PT, então o programa seria ‘um modo petista de governar Alcântara’, que rezava toda aquela concepção política do PT: administração democrática, participativa, transparente e voltada para a maioria da população. Esse documento foi amplamente discutido na cidade e passou a ser a cartilha do Dr. Airton, foi com ele que a gente ganhou a eleição”.

revezavam entre eles os cargos da administração municipal, mantendo a cidade sob “opressão política e estagnação econômica”. Ele explica o seu ponto de vista:

“Esse grupo dominante mantinha Alcântara da forma como era antes: a forma escravagista em que as pessoas não tinham direito à palavra, todo mundo era coagido e todos tinham medo; pra falar na figura do prefeito, tinha que ser escondido. (...) Ninguém pode evoluir num local onde todo mundo é pobre, miserável, onde ninguém tem nada, por que o que tu tens também não vale nada. Vamos dizer que tu produzias, como eu produzia leite, eu não tinha pra quem vender o leite da minha vacaria por que ninguém tinha dinheiro para comprar (...)”²⁰⁴.

A vitória foi apertada, conforme se pode observar no quadro abaixo, mas permitiu ao PT a oportunidade de assumir a administração do município. Mesmo que esta experiência não tenha durado mais que um ano e meio, ela foi marcante para o PT de Alcântara e é isso que se pretende demonstrar na sequência desse estudo.

XIV - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA, EM 1992

PARTIDO	PFL	PT	EM BRANCO	NULOS
Nº DE VOTOS	3.315 (44,4%)	3.326 (44,5%)	821 (11,1%)	285

FONTE: Dados oficiais do T.R.E.

Para este resultado vitorioso, vários fatores contribuíram como o trabalho de base que há bastante tempo vinha sendo desenvolvido pelo PT e pelo STR; o fato do Conselho Deliberativo deste Sindicato ter tomado a decisão de apoiar a candidatura do PT, devido às “vinculações ideológicas às propostas do partido e pelo fato do candidato a vice-prefeito ser representante do movimento sindical” (Fernandes, 1996, p.27); por

²⁰⁴ Entrevista concedida à autora.

que foi possível juntar em torno da candidatura petista todos os grupos de oposição que atuavam na cidade (os partidos políticos, com exceção do PFL, o STR, Associações de Moradores das Agrovilas e o MOMTRA - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara); pela projeção do candidato na vida política da cidade, posto que ele já vinha sendo candidato desde as eleições de 1982; o desgaste do grupo governista; maior disponibilidade de recursos materiais para a campanha e o fato do candidato a prefeito ser médico, pois, como observou o petista candidato a vice-prefeito, durante a campanha,

“o médico numa comunidade dessas é que nem um deus. O médico nas cidades pequenas, não tem [não precisa] muita coisa pra ganhar a eleição, é só pegar o carro, umas duas sacolas de remédio e ir para o interior. Na campanha do PT a gente fazia isso lá . . . olha, nossa população não pensa nessas coisas não, quem pensa muito são as pessoas que têm uma certa mentalidade e acham que essa questão de pegar o remédio e levar para as pessoas é uma questão paliativa (. . .)”.²⁰⁵

Ou então, como diz o próprio Airton:

“Usamos todo o meu material, o meu dinheiro. Tinha quer gastar né?! Tinha que mandar fazer retratos dos caras, ajudar a comprar medicamentos para distribuir para a população pobre, ... aquele mesmo fisiologismo, assistencialismo, sei lá ... que a gente condena, mas que é cultural”²⁰⁶.

Outro fator apontado como importante para a vitória petista foi o trabalho organizativo do pesquisador Carlos Aparecido Fernandes, (doutorando da USP e atualmente morador desta cidade, onde realiza pesquisa) que, a partir da sua atuação como assessor do STR, teve destacado papel na articulação e mobilização das bases

²⁰⁵ Entrevista com Raimundo Nonato Rodrigues da Silva.

²⁰⁶ Entrevista concedida à autora.

eleitorais, sendo inclusive reconhecido na cidade (por petistas e por grupos situacionistas) como “alguém que veio de São Paulo para ajudar na política do PT”. (Fernandes, 1996, p. 79).

Governo do PT

Conduzido ao comando do poder público municipal por aliança heterogênea e pouco afinada com a linha partidária nacional do PT, os conflitos não tardaram a se manifestar; começaram com a composição do governo porque o prefeito, embora tendo aceitado as indicações do partido, “insistiu em nomear diversos familiares e amigos seus para cargos de confiança, recorrendo, inclusive à criação de cargos novos para acomodá-los”²⁰⁷.

“No período em que o PT esteve à frente das ações da prefeitura, os representantes do partido muito se esforçaram para realizar uma administração assim como a de Icapuí”²⁰⁸, declara o vice-prefeito acrescentando que nesse período foram realizadas diversas obras de interesse popular, mas havia fortes entraves que limitavam estas ações como “os exorbitantes gastos com a folha de pessoal” e a atitude paternalista do prefeito, que é descrita por Nonato Silva da seguinte maneira:

“amanhecia o dia, vinha um bocado de gente pedir . . . , aí ele ficava lá dando autorização para o pessoal pegar cesta básica, porque eles não tinham dinheiro para comer. Quando chegava o final do mês, a soma dava uma conta enorme, dinheiro suficiente para construir uma escola e que por mês ele dava para o pessoal que ia pedir. Lá na

²⁰⁷ A frase entre aspa é do então vice-prefeito, Raimundo Nonato Silva e foi corroborada por Fátima Diniz, em entrevista à autora. O próprio prefeito, também em entrevista à autora, admitiu que houve contratações de parentes e amigos seus, mas as justificava alegando tratar-se de técnicos de alto nível que, somente pela amizade a ele se submetiam a trabalhar percebendo salários tão pequenos como aqueles pagos pela Prefeitura de Alcântara.

²⁰⁸ Declaração do vice-prefeito, Raimundo Nonato Rodrigues, em entrevista à autora.

prefeitura, e isso dava raiva na gente, o pessoal ao invés de ir para o hospital ia consultar com ele, lá mesmo na prefeitura, ele dava a consulta e o dinheiro para comprar o remédio que não tivesse no hospital”.

O “clientelismo praticado pelo prefeito”; sua “aproximação política com o governo estadual”; o “isolamento do PT dentro da administração” e a “falta de transparência administrativa”, constatados pelos dirigentes partidários acarretaram muitos conflitos no interior do partido, culminando na expulsão de Airton Viégas. A decisão da instância dirigente juntamente com o vice-prefeito era que o prefeito deveria recuar em relação às referidas contratações, pedido ao qual ele teria se declarado “sem condições de atender”. Assim, o Diretório Municipal, apoiado pela direção regional do PT, decidiu, unanimemente, pela expulsão. Foi a resposta do partido ao dilema: permanecer no governo, mas totalmente distanciado dos princípios programáticos do PT ou deixar de ser governo para resguardar a identidade partidária que vinham construindo há mais de uma década.

As consequências da expulsão do prefeito para o PT em Alcântara não foram de modo algum insignificantes. A mais presente é que nas recentes eleições de 1996 o PT de Alcântara reconheceu-se sem condições de lançar candidato próprio para prefeito da cidade; antes disso, o partido amargou a sofrida perda de um vereador e de um mandato executivo, tão demorada e dificilmente conquistado; depois, veio problema relativo ao quê fazer com o vice e no que consistiria a sua atuação no cargo que também é eletivo.

A centralização dos processos decisórios na figura do prefeito era de tal ordem que nem foi possível aos petistas de Alcântara assumirem uma posição idêntica àquela adotada em Fortaleza quando, em 1986, o PT expulsou a prefeita Maria Luíza Fontenelle e decidiu politicamente que “apenas o vice, por representar um cargo eletivo, permaneceria no governo para ser a pedra no sapato da prefeita”²⁰⁹.

²⁰⁹ Depoimento do ex-vice-prefeito de Fortaleza, Américo Barreira. In: Parente, J. C. (1995, p. 20).

Assim, sem funções partidárias ou administrativas, o vice-prefeito, trabalhador rural Nonato Silva, considerou que “não havia nada para [ele] ficar fazendo atrás de um birô” e daí tomou a decisão de, “na prática”, mas não formalmente, afastar-se do cargo reafirmando com isso o desligamento do PT com a administração municipal.

Uma questão de significativa importância para o PT de Alcântara foi a decisão pessoal de destacadas militantes petistas que resolveram permanecer na Administração após a expulsão do prefeito²¹⁰. Este fato criou uma situação ambígua, do ponto de vista político e simbólico, onde não ficava claro se o partido saiu ou permanecia - ou se fazia as duas coisas - no governo. Isso dificultava a percepção da sociedade sobre o que era ação do partido, ação de militantes individuais, a ação do próprio prefeito, o que era colaboração “técnica” e compromisso político.

Os petistas que permaneceram na administração (e que explicam essa atitude por razões de âmbito privado) não viam significativas diferenças entre a administração de Airton Viégas e a de outros prefeitos do PFL maranhense. Destacavam o lado empreendedor do atual prefeito e concordavam que nisso ele se diferenciava dos anteriores, que apostavam na estagnação da cidade; mas, deploravam sua incapacidade e/ou desinteresse em adotar princípios básicos (do “modo petista de governar Alcântara”) como a transparência, a inversão de prioridades, fim do empreguismo e do nepotismo e a descentralização administrativa. Apesar dessas dificuldades, viam condições de fazer um “trabalho sério” no setor onde atuavam.

Não são poucos os paradoxos da crise petista em Alcântara. Um que se destaca é a simultaneidade de força e de fraqueza no PT local. PT se mostrou forte ao recorrer à pressão máxima e à lei para expulsar o prefeito dos seus quadros; mas, essa atitude que aparentemente demonstra força, também pode ser interpretada como expressão da fraqueza do partido na Administração e até mesmo junto à sociedade, posto que não foi

²¹⁰ Refiro-me à Fátima Diniz - antiga militante do PT e, na época, presidente do Diretório Municipal - e à Cecília Vaz, Secretária de Educação indicada pelo PT, que não tinha intensa ou antiga militância no partido, mas se fez merecedora da confiança política e respeito profissional por parte dos petistas.

capaz de organizar qualquer movimento que cobrasse do prefeito eleito a execução dos compromissos de campanha, consubstanciados no “modo petista de governar Alcântara”.

O PT também se mostra, senão frágil, seguramente tradicional, frente aos casos de infidelidade partidária dos petistas que permaneceram no governo e cujas atitudes retratam a incapacidade partidária de coesão interna, obscurecem o sentido da oposição do PT ao modelo de administração adotado pelo prefeito e reforçam a idéia de indiferenciação entre os partidos, como se não houvesse, por exemplo, diferenças substantivas entre a “linha política” do PT e a do PV (atual partido de Aírton Viégas), tipo de prática que muito tem contribuído para o enfraquecimento dos partidos políticos no Brasil.

Outro paradoxo é que, segundo afirma a presidente do PT, essa mesma situação acabou contribuindo para o fortalecimento da identidade petista, em razão da qualidade do trabalho realizado pelos petistas, na Secretaria de Educação do Município, apesar da notória escassez de recursos, se diferenciou qualitativamente daquele realizado pela prefeitura no seu conjunto. O reforço à identidade petista, nos termos em que essa vinha sendo construída há dez anos, qual seja, de um partido novo, de lutas e comprometido com os trabalhadores, é tão forte que a militante Fátima Diniz, mesmo sendo uma das pessoas que permaneceu trabalhando na administração do prefeito expulso do PT, foi reeleita presidente do partido, sinal claro de que não foi reconhecido na sua atuação pelos demais petistas, qualquer traço de infidelidade ao projeto do PT.

Este fato se relaciona com o trabalho desenvolvido pela equipe petista da Secretaria de Educação do Município, posto que o prefeito tanto não as exonerou dos seus cargos quando da expulsão, como ainda lhes pediu que permanecessem na Administração. Isto possibilitou que nesta Secretaria, embora sem autonomia financeira, as titulares do órgão realizassem os trabalhos dessa pasta da forma que julgassem conveniente. Assim, foi possível imprimir neste trabalho algumas marcas do “modo petista de governar”, como por exemplo, o fim do comércio e da negligência em torno da merenda escolar, o empenho na capacitação dos professores, aquisição de um ônibus

para o transporte de estudantes da zona rural e a não repressão aos professores quando estes fizeram greve por motivos salariais, enfim, ações ainda distantes de programas como o da Bolsa-escola, mas firmes no combate à corrupção e à negligência na administração pública e no compromisso com melhores condições de vida para os trabalhadores. Tudo isto resultou em incrível situação que possibilita à presidente do partido afirmar que

“O nosso trabalho permitiu que a crise do PT não se tornasse tão grande. As pessoas de Alcântara vêem que o nosso trabalho é diferente, não acham que tudo é a mesma coisa não”.

O prefeito, por sua vez, apresenta os modestos “resultados na área de educação” como cartão postal de sua administração, mas minimiza a decisiva atuação técnica e política dos petistas, preferindo enfatizar que tudo o que foi conseguido para Alcântara deveu-se às suas “amizades pessoais e que a sua saída do PT não alterou absolutamente nada na sua maneira de administrar e que esta independe do partido no qual se encontre”²¹¹. Tais argumentos não deixam dúvida de que as idéias políticas do prefeito eleito pelo PT muito bem se adequam à tradicional cultura política brasileira onde pessoas e redes de clientela têm peso bem maior do que os partidos, onde o atendimento privado de necessidades imediatas, que só fortalecem os laços de dependência, é mais importante do que a formulação de políticas públicas, voltadas à ampliação da cidadania.

Sobre a repercussão na cidade da expulsão do prefeito do Partido dos Trabalhadores, o vice-prefeito observa que

“a expulsão do Airton não teve muita ressonância na sociedade, por que o pessoal não tá nem aí, pode ser prefeito do PFL, do PMDB, do PT, . . . , isso não altera por que o cara continua sendo prefeito. Se já tivesse sido aprovada a fidelidade partidária aí seria diferente, por que

²¹¹ Airton Viégas, em entrevista à autora.

na hora que o cara não cumprir as regras do partido, ele é expulso e perde o mandato. (. . .) Além disso, as pessoas acham que ele é um bom prefeito, muita gente vai atrás dele e fica contra o PT”.²¹²

Alguns resultados de tudo isso é que o mandato conquistado pelo PT em 1992 não se consolidou como um mandato partidário e não houve, conseqüentemente, a implementação do chamado “modo petista de governar”. As razões fundamentais desse frustrado desfecho residem na precária afinidade do prefeito eleito com o programa do PT, fato subestimado quando da definição da política de alianças, mas expresso com todo vigor no exercício do governo, onde ficou claro o desprezo do titular do governo para com o programa petista de criar bases para o florescimento de uma nova cultura política assentada no reconhecimento da cidadania enquanto progressiva conquista de direitos por parte da sociedade civil organizada e não como “cidadania concedida” pelas elites no poder (“cidadania concedida, na prática, “não-cidadania”), cujos alicerces não são os direitos, mas concessões, dádivas²¹³.

As dificuldades encontradas na administração petista em Alcântara, também se relacionam com o reduzido tempo em que o partido efetivamente se colocou à frente da Administração, tempo esse que não foi suficiente sequer para “arrumar a casa”, para se familiarizar com a “máquina administrativa”, que o PT não conhecia e, seguramente, continua sem conhecer, não obstante os dois anos chamados de “governos do PT”.

Vitórias Eleitorais, Derrotas Políticas

A vitória eleitoral obtida pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de Alcântara, em 1992 representou o coroamento do longo processo de organização do partido no município, que se deu de modo articulado a outros esforços de mobilização política

²¹² Entrevista com Raimundo Nonato Rodrigues da Silva.

²¹³ A esse respeito, ver Sales (1994).

encaminhados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e “entidades de apoio”, algumas delas confessionais, ligadas à Igreja Católica.

Neste sentido, a eleição do prefeito em Alcântara é bem diferente daquela ocorrida em Santa Quitéria, em 1982, onde a vitória petista não esteve ancorada em processos organizativos anteriores ou extra-PT. Mas, um ponto comum às duas experiências foi a unificação em torno da candidatura petista de destacadas “personalidades”, que eram excluídas dos processos decisórios relativos à vida da cidade, por antigos grupos políticos dominantes de um e de outro município.

Não obstante o razoável grau de institucionalização do PT em Alcântara, o processo eleitoral de 1992 revela fragilidade nas bases eleitorais e organizacionais do Partido dos Trabalhadores. Sem condições de vencer sozinho a disputa eleitoral para prefeito da cidade, o partido optou por uma aliança com outras forças políticas, notadamente o PMDB, que naquele momento era visto pelos petistas da cidade como “do mesmo campo do PT”. O fato desse partido estar fora do leque de alianças definido pelo Diretório Nacional do PT não se configurou como um obstáculo intransponível: a principal liderança desse partido, que era na verdade o alvo fundamental da aliança, foi filiada ao PT que, por essa via, conseguiu ser vitorioso na disputa eleitoral.

As dificuldades organizacionais, embaladas pelas divergências políticas que emergiram no seio desse novo PT (ampliado com pessoas recém-chegadas do MDB), tiveram máxima nitidez na hora de governar, quando o partido revelou incapacidade para enquadrar o prefeito eleito dentro daqueles princípios que vinha alicerçando há dez anos e que no período eleitoral foram sintetizados no chamado “modo petista de governar Alcântara”; também não conseguiu articular e/ou atrair movimentos organizados da sociedade civil que pressionassem o representante no sentido de um governo mais democrático e comprometido com o programa coletivamente elaborado. Vale lembrar que, desde as Resoluções do V Encontro Nacional, essa sintonia entre administração, partido e movimentos organizados representa o tipo ideal de ação institucional do PT,

mas isso não foi possível na cidade de Alcântara, onde prevaleceu um “prefeito imperial”, movimentos ausentes e partido atônito.

A estrutura presidencialista da organização do poder no âmbito do município, a fragilidade das estruturas partidárias e o personalismo inscritos na tradição política brasileira, especialmente nas pequenas cidades do interior do Nordeste, aliados à inexperiência administrativa do PT de Alcântara, conduziram a que o partido tenha, por algum tempo, gravitado em torno da Administração e esta em torno do prefeito, fato que resultava na impossibilidade de realização do “modo petista de governar” e em notável ameaça à original identidade petista, ou seja, aquela que ao longo da primeira década do PT em Alcântara apresentava-o como democrático e comprometido com os interesses dos excluídos. Tudo isto fortalecia a indiferenciação partidária contra a qual o PT sempre se insurgiu.

Foi a preocupação com essa identidade petista sedimentada no município por mais de uma década que fez com que o partido - Diretório Municipal e dirigentes regionais - rompessem com a administração que estava sendo feita em nome do PT, mas em forma e conteúdo totalmente estranhos ao Programa petista. Diferentemente de Santa Quitéria, em 1982, onde o partido, muito frágil, não teve qualquer força para enfrentar o prefeito, que por decisão pessoal, abandonou o PT, em Alcântara foi o partido que se levantou contra o prefeito, petista de última hora como o de Santa Quitéria, e o expulsou de seus quadros.

Os dados arrolados neste Capítulo apontam que nas duas primeiras oportunidades de ser governo que o eleitorado maranhense deu ao PT, a identidade partidária entrou em crise, visível nas ostensivas discrepâncias entre um discurso que se mantinha transformador e uma prática que se afirmava conservadora. A identidade que resulta dessa combinação é, portanto, amorfa e pouco distingue o PT de outros partidos, pois não privilegia a construção coletiva, não define claramente os aliados e inimigos, não estabelece mecanismos de enquadramento dos membros do partido, especialmente os detentores de mandatos eletivos, não o apresenta como um partido habilitado para o

exercício da administração pública e, finalmente, não afirma a democracia como meio e como fim da ação partidária. Com a organização partidária tão enfraquecida, restam apenas os valores ou qualidades individuais dos integrantes do partido.

Evidentemente que tais dificuldades não representam uma regra ou uma fatalidade imposta ao original PT, haja visto o grande número de governos petistas obtidos e realizados com êxito desde 1988 em diversos municípios. Mas, no Maranhão ainda não foi possível para o PT administrar prefeituras municipais sem que isso efetivamente resultasse em descaracterização do partido; os dados apontados neste estudo sugerem que nos dois casos em que o PT foi governo, essa descaracterização se evidenciou com mais força no arco de alianças montado sempre às pressas com vistas às vitórias eleitorais e que têm resultado em modelos de gestão tão conservadores quanto os aliados petistas titulares nas duas administrações em foco.

Em 1996 o desafio de ser governo no Maranhão novamente está em cena e de forma mais aguda: o PT elegeu o prefeito em duas cidades e o vice-prefeito em outras três, incluindo a capital. Trata-se de uma situação nova onde pelo menos em uma dessas cidades o prefeito eleito é petista dos mais antigos; uma boa oportunidade para avaliarmos o real peso da figura do prefeito na efetivação do famoso, embora desconhecido no Maranhão, “modo petista de governar”.

Capítulo 6

BREVE BALANÇO DA CONSTRUÇÃO DO PT NO MARANHÃO

Para uma compreensão mais ampla das características e conseqüências do modo como se deu a implantação do Partido dos Trabalhadores no Maranhão passamos agora à apresentação de uma panorâmica dessa trajetória, a partir de questões que considero essenciais no Programa do PT e que se referem a: filiações partidárias, núcleos de base, desempenho eleitoral, inserção nas lutas sociais e democracia interna. Vejamos pois como estas questões se desenvolveram no PT do Maranhão, tendo como principal referência a capital, São Luís.

Filiações Partidárias

XV - FILIAÇÕES AO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA

ANO/ZONA ELEITORAL	10ª	3ª	2ª	1ª	76ª	TOTAL
1981	374	120	156	265	-	915
1982	16	39	18	185	-	258
1983	38	01	04	07	-	50
1984	01	09	09	03	-	22
1985	07	06	05	00	-	18
1986	25	27	29	29	-	110
1987	15	10	04	10	-	39
1988	22	26	20	22	03	93
1989	32	11	05	17	07	72
1990	15	26	23	18	20	102
TOTAL	545	275	273	556	30	1.679

Fonte: Oficinas do DM PT- São Luís ao Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando fichas de filiação partidária para visto e arquivamento.

O quadro acima aponta com nitidez três importantes características do PT em São Luís, que são: o reduzido número de filiados; a involução do número de filiações partidárias²¹⁴ e a concentração do maior número delas no período de legalização do partido (1981-1982).

No caso da primeira constatação, destaca-se que o número reduzido de filiados ao PT em São Luís refere-se, antes de tudo, às dificuldades gerais de filiações político-partidárias em um estado onde apenas 3,8% dos eleitores são filiados a partidos políticos²¹⁵. Em segundo lugar, considera-se que a parte mais numerosa do eleitorado partidariamente mobilizado já se encontrava vinculada a partidos com maior potencial de distribuição de incentivos (mandatos, empregos, status, identidade, “ajudas”, etc.) para seus filiados, como era o caso do PMDB e do PDS.

Com referência à involução do número e filiados ao PT, o destaque vai para o fato de que isto não se processou de forma linear, posto que na segunda metade da década observa-se considerável crescimento do número de filiações, fato provavelmente relacionado ao maior dinamismo que os partidos em geral, adquirem em anos eleitorais, no caso, 1985, 1986, 1988 e 1990.

Na questão que relaciona as filiações ao momento de legalização do partido, importante aspecto a considerar é que os dois momentos aqui sugeridos (o da legalização do partido e o pós-legalização), coincidem também com importantes mudanças na direção do mesmo. Em face disso torna-se difícil afirmar se o maior volume de filiações se deveu às exigências legais impostas aos novos partidos políticos ou a uma maior capacidade de trabalho daquela direção.

²¹⁴ A informação de que as filiações ao PT em São Luís têm seguido um ritmo decrescente é confirmada pelo fato de que, em 1994, esta cidade deixou de ter direito de eleger Diretório Municipal em razão do seu insuficiente número de filiados, conforme se pode observar no documento PT/Diretório Regional do Maranhão. Relação dos Diretórios Municipais e Comissões Provisórias. São Luís, 1995. mimeo.

²¹⁵ Número extraído de IBGE. Perfil dos Eleitores. Rio de Janeiro, 1988. In: Tadeu (1995, p. 37).

Certamente, esses dois fatores se combinaram, mas também é certo que as exigências legais foram predominantes, até no sentido de definir que, em muitos casos, a filiação não fosse mais que uma adesão formal, prática que os integrantes da direção no período pós legalização não advogavam.

De todo modo, os números sugerem que coube aos primeiros dirigentes, no caso o “grupo de Freitas Diniz”, um maior esforço de filiação em relação àqueles dirigentes que lhes sucederam, os “estudantes”. Entretanto, já se afirmou a impertinência de se minimizar o fato de que o registro do partido dependia das filiações. Além disso, no PT, as tarefas de filiação nunca foram exclusivas da direção; os próprios documentos partidários determinam que elas podem ser feitas - e preferencialmente - através dos núcleos de base e isto, como vimos, foi n’alguma medida realizado em São Luís justamente pelo grupo que veio substituir os primeiros dirigentes.

As exigências legais relativas a filiações foram, por fim, cumpridas por um esforço coletivo, mas, sobretudo por parte dos dirigentes fundadores do PT e, frequentemente, com prejuízos para o modelo de filiação apontado nas resoluções partidárias onde a filiação é parte de um processo mais amplo de educação política. Resta, além disso, a conclusão que os números indicam: nestes dez anos, arregimentar filiados para o Partido dos Trabalhadores no Maranhão não tem sido tarefa simples e as razões para isso decorrem tanto de fatores externos, relacionados à cultura de exclusão dos trabalhadores do jogo político; do revolucionarismo (*versus* conservadorismo, que também é fatal) proposto pelo PT, mas também da dinâmica intrapartidária, onde parte substantiva da capacidade de intervenção do partido tem sido canalizada e consumida nos embates internos, restando poucos recursos para as ações externas e, conseqüentemente, para o enraizamento social do PT.

Núcleos de Base

XVI - NÚCLEOS DE BASE DO PT - SÃO LUÍS

ANO*	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1981	12	Bairros: Anil, Centro, Liberdade, Apeadouro, Anjo da Guarda, Divinéia, João Paulo, Tirirical, Maracanã e Sá Viana. Núcleo de Estudantes e de Profissionais Liberais
1982	13	os citados no ano de 1981 mais o núcleo do bairro da Floresta
1983		
1984	02	Bairros: São Cristovão e Tirirical
1985	03	Estudantes, Professores e Profissionais Liberais
1986	06	Bairros: Cohab, Santa Cruz e Liberdade. Núcleo de Estudantes, de Assistentes Sociais e de Professores
1987	07	Bairros: Cohab, Santa Cruz, Vicente Fialho, Anjo da Guarda e Liberdade. Núcleo de Professores, de Assistentes Sociais e de Estudantes
1988	02	Bairro do Anjo da Guarda. Núcleo de Estudantes
1989	06	Bairros: Maiobão e Área Itaqui-Bacanga, Núcleo de Estudantes, de Negros, de Previdenciários e de Comerciais
1990	02	Área Itaqui-Bacanga e Núcleo dos Previdenciários

Fontes: Quadro elaborado a partir de Relatórios de Encontros Municipais; teses apresentadas a Encontros; boletins informativos; dossiês dos núcleos de base encaminhados ao Diretório Nacional e depoimentos orais dos entrevistados.

* A especificação de núcleos por ano não significa que eles tenham existido ao longo de todo o ano ou exclusivamente neste período. A inexistência de fontes que informem o exato momento de fundação, término ou rearticulação de cada núcleo, impôs-nos ter como critério o(s) ano(s) em que eles tiveram visível atuação, conforme esta apareça nas fontes identificadas.

Na experiência de construção do PT em São Luís, observa-se que o desenvolvimento dos núcleos de base sofre impacto direto das situações de ascensão ou refluxo dos movimentos sociais e das disputas internas no partido. Os principais momentos de proliferação e fortalecimento dos núcleos coincidem com as fases de crescimento desses movimentos sociais e da intensificação da atividade partidária.

Isto se verifica, por exemplo, em 1981 e 1982, quando as disputas internas entre “estudantes” e “grupo do deputado Freitas Diniz” estavam muito acirradas e em 1985, no rastro da fundação da CUT e da gestação de um novo sindicalismo em São Luís. Em 1987, novamente o conflito interno mobiliza o partido e estimula o aparecimento de núcleos em torno de uma pretensa polarização entre “urbanos” e “rurais”. Em 1989, por conta da primeira campanha de Lula para presidente, novamente vai haver um incremento dos núcleos de base.

Também é importante notar as ambiguidades que envolvem essas situações, pois os mesmos fatores que potenciam o surgimento de núcleos também comportam os riscos de que estes sejam descaracterizados como tais e reduzidos a agrupamentos internos tipo tendências, comitês de candidatos ou direção de algum movimento.

Em núcleos que surgem a partir de uma iniciativa do partido, tem sido comum que eles só consigam demarcar um campo propriamente partidário no período inicial de sua formação, quando geralmente são feitos estudos dos documentos partidários; no momento em que a chamada “intervenção no movimento” se coloca na ordem do dia, o núcleo, vai entrando em colapso até por que fica cada vez mais difícil separar e/ou conciliar o núcleo partidário com a diretoria do movimento, a comissão de base, oposição sindical, etc. e assim, tudo vai se confundindo, se misturando²¹⁶. A dificuldade não é menor se o núcleo está sendo organizado em um setor onde ainda não existam as chamadas “lutas”, pois nestes casos, é tarefa do núcleos fazê-las emergir.

Esta dificuldade de conciliar tarefas partidárias e tarefas dos movimentos sociais também se aplica aos núcleos surgidos a partir de necessidades dos próprios movimentos. Um caso bem emblemático dessa situação é o do núcleo de estudantes, que surgiu em meio a um processo de disputas com outras forças políticas no movimento

²¹⁶ As principais fontes de informações sobre os núcleos de base no Maranhão, consideradas neste estudo são: “Relatório de Reunião sobre Nucleação”, promovida pelo Diretório Regional do PT, em São Luís, em 1991 (manuscrito, sistematizado por Ilse Gomes); Relatório final do 4º Encontro Municipal do PT (São Luís, 1986); Resoluções do 9º Encontro Municipal do PT (São Luís, 1989); Resoluções políticas do 11º Encontro Municipal do PT São Luís (1990); Boletim do DM - São Luís, de Janciro de 1988 e Relatório do 3º Encontro de petistas da Área Itaqui-Bacanga (1989).

estudantil, mas deixou de se reunir após a vitória dos estudantes petistas para o DCE da UFMA, sendo posteriormente retomado.

Desde as origens do partido, amplos setores defendem o núcleo de base como uma prioridade, mas, desde 1981 os “estudantes” já alardeavam que os núcleos não faziam parte do dia-a-dia do PT do Maranhão. Ao longo da trajetória do partido no estado, os principais fatores que vêm sendo apontados como causas das dificuldades de nucleação são os seguintes²¹⁷:

- Precariedade da política de nucleação, pouco alicerçada em termos de métodos, recursos materiais, formação política e priorização desta atividade por parte da direção partidária;
- Incompreensão, por parte dos filiados, do projeto político e organizativo do PT, às vezes reforçada por sectarismos advindos de diferentes visões do PT e da construção partidária;
- Especialização e segmentação entre as atividades do partido e as atividades dos movimentos, fato alimentado também pela frequente resistência à presença de partidos políticos no interior dos movimentos;
- Discrepância entre o número de “quadros organizados” e a demanda de trabalho político a ser realizado, fato que se agrava quando os petistas conquistam diretorias nos movimentos - seja sindical, estudantil ou de bairros.
- Reduzida disponibilidade - objetiva e subjetiva - das pessoas para a atividade política, especialmente a política partidária, em decorrência das carências materiais e dos pré-conceitos (preconceituosos) relativos a essa atividade.

²¹⁷ Estas conclusões se baseiam em: PT/DR. Relatório de reunião sobre nucleação, 1991 e depoimentos de entrevistados pela autora, ambas as fontes são reforçadas por algumas resoluções de eventos nacionais, como por exemplo o V Encontro, que apontam várias questões análogas a estas que foram aqui explicitadas.

- Reduzido poder conferido aos núcleos de base dentro da estrutura organizacional do PT.

Apesar do limitado alcance quantitativo e qualitativo das experiências de nucleação no PT do Maranhão, elas foram - umas mais outras menos - reconhecidamente importantes em aspectos como:

- Garantia da presença do partido em importantes movimentos sociais, como: movimento estudantil, movimentos populares de bairro (exemplos: lutas pela moradia no bairro Divinéia, Floresta e Sá Viana, Conselho Popular da Área Itaqui-Bacanga, movimento sindical dos comerciários, previdenciários, bancários; e, movimento negro).

- Preparação de quadros (organizadores/ dirigentes) para os movimentos e para o próprio partido;

- Favorecimento da unificação dos petistas e de uma atuação partidária mais coesa²¹⁸ e afinada com a linha programática do partido, que propõe autonomia e democracia na relação partido/movimento e no interior de cada um destes (exemplos: núcleo dos estudantes UFMA e núcleo da Área Itaqui-Bacanga).

Destaca-se, finalmente, que na trajetória do PT-MA os núcleos de base não têm tido presença contínua e efetivamente não estão incorporados à estrutura partidária. Mesmo aqueles que tiveram intensa atuação, como o dos estudantes e o da Área-Itaqui-Bacanga, tiveram a marca da efemeridade. Nesse sentido, eles se assemelham aos movimentos sociais, que surgem de problemas específicos e tendem a se desmobilizar quando a solução para os mesmos é encontrada.

²¹⁸ Procedimento inverso a essa unificação dos petistas e participação coesa nos movimentos também ocorreu, envolvendo os Comerciários do PT, que, em 1991, apresentaram duas chapas, lideradas por petistas, nas eleições para o Sindicato da categoria.

É inegável, porém, que os núcleos de base trazem grandes contribuições para o partido. Isto, tanto no plano do real (circunstâncias em que eles realmente atuam), como já foi demonstrado nos exemplos acima, como no plano do simbólico ou dos “incentivos” à participação coletiva, afinal, os núcleos são representados como um fator de identidade do PT, aquilo que associa o partido às idéias de democracia interna, participação das bases e enraizamento social, questões muito atrativas para militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores.

Essa força de “incentivo coletivo” (benefícios dirigidos a todos os membros do partido, relativos à identidade, solidariedade e reforço “à causa original” do mesmo²¹⁹) que a proposta dos núcleos de base carrega consigo, junta-se à convicção (expressa em todas as Resoluções nacionais do PT) da necessidade de organismos de base para um partido que se propõe, simultaneamente, de massas e democrático. Assim, a política dos núcleos persiste no ideário petista, apesar das dificuldades de implementação.

²¹⁹ Panebianco (1982, p. 39-41; 67-68). Esta questão é explorada com mais detalhes no Capítulo 3 deste estudo.

Desempenho Eleitoral

XVII - DESEMPENHO ELEITORAL DO PT NO MARANHÃO

(% de votos obtidos)

ANO	1982	1985	1986	1988	1989	1990	1992	1994	1996
CARGO									
GOV. FEDERAL 2º TURNO	-	-	-	-	37,9	-	-	-	-
GOV. FEDERAL 1º TURNO	-	-	-	-	17,4	-	-	18,1	-
SENADO FEDERAL	0,8	-	5,5 ①	-	-	7,7	-	3,4	-
CÂMARA FEDERAL	0,8	-	0,9	-	-	0,9	-	5,0	-
GOVERNO ESTADUAL	0,8	-	2,4 ①	-	-	18,9 ②	-	13,6	-
ASSEMB. LEGISLATIVA	0,8	-	1,4	-	-	2,0	-	2,9	-
PREFEITURA SÃO LUÍS	escolhido ③	1,3	-	2,0 ④	-	-	9,1	-	56,3
CÂMARA VEREAD. S. LUÍS	?	-	-	4,9	-	-	5,0	-	6,9

FONTE: Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

- ① Considera somente o nº de votos dados aos partidos; ficam de fora os nulos e brancos.
- ② Coligação com o PSD eo PDT. Candidata Conceição Andrade
- ③ Nesse período, os prefeitos de capitais eram escolhidos pelos governadores.
- ④ Coligação com o PS - Partido Socialista.

A primeira indicação que o quadro acima nos aponta é a regularidade com que uma faixa do eleitorado maranhense tem apoiado as candidaturas do Partido dos Trabalhadores, regularidade esta que tem se manifestado nas disputas para todos os cargos. Este contingente de eleitores petistas, em que pese não ser grande, tem apresentado nítida tendência ao crescimento.

Observa-se que a partir de 1989, ano da primeira campanha de Lula para presidente da República, o PT do Maranhão esteve mais afeito às alianças eleitorais, fato que até então poder-se-ia supor “proibido”, não fosse a aliança com o Partido Socialista - PS, em 1988, na eleição para a prefeitura de São Luís. Em 1990 o PT- MA se aliou ao PDT, PCdoB e PSB; em 1994 com o PDT, PPS E PMN; e, novamente com o PDT e PPS nas eleições de 1996, na capital. O fato dessas alianças incidirem basicamente sobre os cargos majoritários, torna difícil a avaliação do desempenho específico do Partido dos Trabalhadores nessas disputas. Disto se conclui, para efeito desta análise, que são os embates e os resultados dos proporcionais que melhor evidenciam o desempenho do PT. Neste ponto o destaque maior está nas eleições para a Câmara Federal, onde o PT saiu de um patamar de 0,8% dos votos em 1982, para 5,0% em 1994.

Na análise de cada ano eleitoral, ressalto que as eleições de 1982 foram as mais autênticas no sentido da demarcação de eleitorados partidários, posto que houve a imposição do “voto vinculado”, mecanismo que obrigava o eleitor a escolher todos os seus candidatos dentro do mesmo partido. É isso que explica os homogêneos 0,8% conquistados pelo PT nas disputas para todos os cargos.

Nestas eleições - as primeiras após a reforma partidária da qual o PT emerge - uma das duas vitórias alcançadas pelo partido em todo o Brasil ocorreu no Maranhão: na cidade de Santa Quitéria, o PT conquistou o governo municipal, elegeu o prefeito e cinco dos nove vereadores; outro vereador foi eleito na cidade de Alcântara.

Momento importante do desempenho eleitoral do PT-MA ocorreu nas eleições para prefeito da capital, em 1985. Esta eleição por si mesma é um acontecimento de grande relevância política, porque representa um marco do processo de redemocratização do país: o fim das eleições indiretas para prefeito das capitais e áreas consideradas de segurança nacional, criadas pelo regime militar em 1966.

A participação do PT nestas eleições foi marcante para a trajetória do partido na capital; foi um espaço privilegiado para o reaparecimento público do partido que, desde as eleições de 1982, atravessava momentos de dificuldades, com os “estudantes” tentando efetivar, na prática, aquilo que oficialmente já haviam conseguido: trazer para si o comando do partido no estado. Em alguns casos foi possível dar continuidade aos contatos já firmados pelo “grupo de Freitas Diniz” mas em muitos outros foi preciso recomeçar tudo. Assim, o partido esteve, nesse período, muito voltado para questões internas como a ampliação da estrutura partidária, via implantação do PT nos municípios maranhenses.

Nas eleições de 1985 o PT voltou-se mais para fora, para disputas ideológicas na sociedade e não no partido. Foi a oportunidade também para se consolidar o novo perfil do PT que vinha se construindo internamente e cuja marca principal era uma nova composição dos segmentos mais importantes do partido; estudantes se mantinham, mas os políticos vindos do MDB deram lugar aos trabalhadores rurais. Isto ficou claramente apontado na chapa do PT, que tinha como candidato a prefeito o trabalhador rural Luis Soares Vila Nova e para vice-prefeito, o “estudante”, já advogado, Luis Carlos Cintra.

Essa campanha eleitoral foi um momento de grande fortalecimento do partido. O PT afirmou sua presença no cenário político local pela capacidade que teve de associar a juventude dos estudantes, com sua grande capacidade de luta e desprendimento, com a força e a gravidade dos que enfrentavam a pobreza e tantos outros problemas sociais: os trabalhadores rurais, um dos segmentos sociais mais sofridos no estado. A chapa também sugeria a idéia de ligação entre campo e cidade. Isto, somado à grande capacidade comunicativa de Luis Vila Nova e ao apoio de artistas e intelectuais, permitiu ao PT uma campanha empolgante que, apesar da inexpressiva votação, criou um ânimo novo e intenso em relação ao partido e rompeu com a idéia generalizada de que o PT era um “partido de estudantes”.

Nas eleições municipais de 1988, na capital maranhense, o PT fez aliança com o Partido Socialista - PS, constituído às vésperas das eleições por dissidentes do PCdoB

e pessoas ligadas à Ala Vermelha²²⁰, com o propósito de efetivar essa coligação com o PT. A chapa foi composta pelos dois partidos, mas os resultados (2%) ficaram abaixo das expectativas dos dois partidos. Vitória importante aconteceu na eleição proporcional, pois pela primeira vez o PT elegeu um vereador em São Luís: Kleber Gomes, presidente do Sindicato dos Comerciários. É certo que antes disso o PT já contara, formalmente, com três vereadores: Hélcio Silva (1978-1982) e Aldionor Salgado (1982-1988), ambos, egressos do MDB/PMDB, partido pelo qual se elegeram e Luís Frota Pires Sabóia, que ingressou no PT em 1993, vindo do PSDB.

Em 1990, o PT estampou seu mais notável desempenho uma vez que, sozinho, atingiu, quase dez por cento dos votos da capital. Esta proeza deveu-se antes de tudo ao candidato a prefeito, Haroldo Sabóia, que milita na política maranhense desde 1978, tendo sido, sucessivas vezes, vitorioso em campanhas para cargos eletivos já dispondo, portanto, de um “eleitorado fiel” (cujas bases foram lançadas desde o Movimento de Oposição prá Valer). Nas eleições proporcionais deste ano, a representação parlamentar conquistada pelo PT continuou reduzida a uma única pessoa: Ademar Danilo, radialista, produtor e apresentador de programas de *reggae* em emissoras de rádio e clubes de periferias.

Em 1996, o PT conseguiu, finalmente eleger dois vereadores na capital. Superou o problema das bancadas unitárias mas reafirmou incapacidade de reeleger seus parlamentares municipais, fenômeno que há uma década já se observa em outras cidades do estado.

A tabela XVIII apresenta um quadro mais abrangente do desempenho eleitoral do PT ao longo da sua trajetória no Maranhão, com destaque para as cidades onde o partido conquistou vitórias eleitorais e dados sobre as origens sociais dos eleitos.

²²⁰ Organização oriunda de uma cisão do PCdoB, em 1966: participou da luta armada e, nos anos 70, voltou-se para o trabalho sindical e de bairro tendo se engajado ativamente na fundação do PT. No Maranhão, porém, os militantes dessa organização não se vincularam ao PT; optaram por permanecer no PMDB.

XVIII - CANDIDATOS ELEITOS PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES -

PT NO MARANHÃO -1982-1994

ANO	NOME	CARGO	CIDADE	ATIVIDADE PROFISSIONAL
1982	Manoel da Silva Costa	Prefeito	Sta. Quitéria	comerciante
	Francisco das Chagas Caldas Pimentel	Vice Prefeito	Sta. quitéria	comerciante
	Osmar de Jesus Costa Leal	Vereador	Sta. Quitéria	Professor
	Francisco das Chagas Lopes dos Santos	Vereador	Sta. Quitéria	Lavrador
	Lauro Fernandes de Araujo	Vereador	Sta. Quitéria	comerciante
	Idenê Lopes Caldas Pimentel	Vereadora	Sta. Quitéria	professora
	José de Lima Pereira	Vereador	Sta. Quitéria	lavrador
	Benedito Bason	Vereador	Alcântara	lavrador
1988	Pedro Pereira Viegas	Vereador	Alcântara	ex-seminarista
	Marcos do Rosário Pereira	Vereador	Alcântara	pescador
	José Augusto C. Rodrigues	Vereador	Balsas	bancário
	Luis Carlos F. da Silva	Vereador	Loreto	
	Maria da Graça R. da Silva	Vereadora	Pio XII	médica
	Roosevelt Pereira Lima	Vereador	Riachão	lavrador
	Kleber Gomes de Sousa	Vereador	São Luís	comerciário
	Honorato Alves da Silva	Vereador	Turiaçu	pescador
	Francisca Sodrê S. da Silva	Vereadora	Turiaçu	professora
	José Ribamar D. Pavão	Vereador	Turiaçu	pescador
1990	Domingos F. Dutra Filho	Dep. Estadual	São Luís	advogado
	Luis Soares Filho-Vila Nova	Dep. Estadual	Santa Luzia	lavrador
1992	Airton Viégas	Prefeito	Alcântara	médico
	Raimundo Nonato Rodrigues	Vice Prefeito	Alcântara	lavrador
	Pedro Pereira Viégas	Vereador	Alcântara	ex-seminarista
	Marcos do Rosário Pereira	Vereador	Alcântara	pescador
	Valdinar Pereira Barros	Vereador	Imperatriz	lavrador
	Antônio Gomes de Moraes	Vereador	Loreto	lavrador

	Antônio Arrais Bezerra	Vereador	Loreto	lavrador
	Roosvelt Pereira Lima	Vereador	Riachão	lavrador
	José da Cruz C. Sobral	Vereador	Riachão	lavrador
	Didácio Alves da Costa	Vereador	Riachão	lavrador
	Ferdinan Alcântara de Sousa	Vereador	Rosário	
	Raimundo França Luz	Vereador	Santa Luzia	lavrador
	Ademar Danilo dos S. Júnior	Vereador	São Luís	radialista

Fonte: Publicações oficiais do Tribunal Regional Eleitoral -T.R.E. -MA e entrevistas com dirigentes partidários.

Constata-se na tabela acima que, no período de uma década, o PT alcançou um importante crescimento no seu desempenho eleitoral em termos geográficos, ampliou-se o número de cidades onde o partido conseguiu eleger vereadores: passou de duas cidades em 1982 para seis em 1988 e oito, em 1992.

Os resultados eleitorais nesta década também reforçam a tese de que nesse período o PT se afirma como um “partido de trabalhadores” e não apenas “de estudantes” e também que foi significativamente ampliado o peso dos trabalhadores rurais dentro do partido. A grande maioria dos eleitos é de trabalhadores rurais, mas também é visível o sucesso eleitoral progressivamente conquistado pelo ex- “estudante”, Domingos Dutra, que, no curso de seis anos, foi eleito deputado estadual, deputado federal, e vice prefeito de São Luís.

Outro aspecto muito significativo que esta tabela possibilita conhecer é que na maior parte das cidades onde houve vitória eleitoral petista (Santa Quitéria, Alcântara, Balsas, Loreto, Riachão e Santa Rita) foram justamente cidades em que a Igreja Católica esteve aliada ao PT nas campanhas eleitorais.

Um ponto de destaque é a reeleição, que tem ocorrido com alguns candidatos do PT (Pedro Viégas e Marcos do Rosário, em Alcântara e Roosvelt Lima, em Riachão) o que certamente indica um significativo grau de aprovação popular - ou pelo menos por parte da base eleitoral - desses parlamentares.

Constata-se, por fim, que apesar desses pontos positivos identificados no desempenho eleitoral do PT, a sua performance neste campo é ainda bastante tímida. Suas vitórias não atingem 10% dos 136 municípios maranhenses e sua posição francamente minoritária nas bancadas parlamentares, associada à fragilidade dos Diretórios Municipais, torna a sua atuação nas Câmaras de Vereadores praticamente simbólica. Até 1994, nunca conseguiu eleger mais de um representante em cada eleição na capital e os dois prefeitos que foram eleitos pelo PT no estado não cumpriram o mandato no partido.

Das conquistas eleitorais obtidas até o ano de 1994, certamente as mais significativas foram a eleição de dois deputados estaduais, em 1990, haja visto que esses parlamentares mantiveram os vínculos políticos com o partido durante o mandato, efetivaram as contribuições financeiras e conseguiram, no mínimo, manter a sua base social de apoio, pois conseguiram se reeleger, um deles, inclusive para deputado federal.

Também não se pode minimizar as marcas deixadas pela intensidade dos embates internos e a publicização depreciativa dos mesmos pelos meios de comunicação, que deram ampla divulgação às dificuldades do PT construir a democracia a partir do seu interior, desde a sua fundação. Isto reforça o quadro de preconceitos e desconfianças que, externamente, se gesta em relação ao PT e que, em alguma medida, repercute no seu desempenho eleitoral.

Inserção do PT nas Lutas Sociais

Tomando-se esta questão desde o período de fundação do partido em São Luís, percebe-se que foram os "estudantes" que, na prática, estabeleceram-na como uma prioridade para o PT. Inicialmente com os núcleos de base nos espaços em que afloravam os movimentos sociais e, a partir de 1982, enquanto dirigentes do partido,

buscando aproximações com trabalhadores rurais organizados nas lutas pela terra e incentivando o desenvolvimento do sindicalismo urbano.

Relacionada a essa questão há uma outra que precisa ser preliminarmente destacada, pois se refere a um certo sentimento de “anomalia” experimentado pelos estudantes por estarem à frente do partido, em lugar que supunham destinado a trabalhadores. Isto os levou a ser mais incisivos no apoio e/ou articulação de mobilizações populares. Depoimentos de integrantes desse grupo indicam que eles alimentavam a convicção de que o “pessoal de Freitas Diniz” não era constituído por “petistas verdadeiros” (sequer trabalhadores) a quem poderia ser confiada a direção partidária; mas também não reservavam para si essa função; agiam como se a ocupassem temporariamente para, no momento oportuno, entregarem-na aos “verdadeiros trabalhadores”, de preferência trabalhadores urbanos sindicalizados, como no ABC paulista.

Este sentimento certamente contribuiu para que os “estudantes” tivessem sempre uma postura de defesa e de militância na organização do movimento sindical. Neste sentido, eles foram efetivamente decisivos para a criação e consolidação da CUT nas zonas urbanas e rurais do Maranhão.

Além das lutas pelo sindicalismo, o PT, através de seus núcleos de base e mais precisamente de seus militantes, esteve presente em uma série de mobilizações populares desencadeadas em São Luís no início dos anos 80. As mais expressivas foram os movimentos pela moradia e o Movimento Estudantil. As “lutas pela terra”, que se alastravam pela zona rural maranhense naquele período, em geral, não foram palco de “inserção do PT”, não por falta de solidariedade dos petistas às mesmas, mas pela ausência no partido desses trabalhadores rurais em luta e também pela ausência de mediadores entre um e outros, papel que mais tarde foi, de alguma forma exercido por “entidades de apoio” e pela maior aproximação entre estes movimento e o PT.

A título de finalização destaco que os esforços de articulação do PT com as lutas da sociedade civil remontam ao período de fundação do PT no estado, sendo fruto, inicialmente, da visão política dos "estudantes" de São Luís, mas também dos trabalhadores rurais de Alcântara e de Imperatriz. Decisão política nesse sentido tem sido reafirmada em todos os eventos do partido, embora, como foi demonstrado, nem sempre tenha sido possível efetivá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras motivações para o presente estudo referiam-se à tentativa de demonstrar as especificidades do PT-MA. A hipótese em que se ancorava a convicção quanto à existência dessas especificidades era a de que, nesse estado, cuja realidade econômica, social, política e cultural era radicalmente distinta daquela onde surgiu o PT, o partido tendia a ser diferente, original. O fato do projeto nacional do PT (a identidade que o PT elaborou para si mesmo e que está consubstanciada nos seus documentos básicos) ter sido em larga medida modelado pela realidade paulista sugeria à autora, quando esse estudo ainda não passava de um projeto, que o PT-MA seria uma novidade dentro da “novidade” PT.

A maior familiaridade com o objeto reafirmou a tese de que há especificidades no PT-MA, mas isto não chega a configurar um quadro de originalidade, em razão, pelo menos, de dois fatores: o regionalismo que ressalta as diversidades regionais e o “projeto nacional do PT”, que mesmo buscando estabelecer uma identidade geral e nacional para o partido não o faz de modo absoluto ou inflexível.

Sob a ótica do regionalismo, considero o fato de que as diferenças sócio-econômicas e culturais verificadas entre as diversas regiões do país se expressam também, embora não seja na condição de “reflexo”, em diferentes modalidades de organização política. Neste sentido, especificidades da formação do PT-MA, como o acentuado peso de estudantes, a forte presença de trabalhadores rurais e a frágil presença de sindicalistas urbanos no partido são explicáveis como traços ditados pela realidade histórica da região em foco.

E não há contradição entre o reconhecimento dessas peculiaridades e a idéia de uma “identidade petista nacional”, que existe, no mínimo, como uma referência a ser considerada. Não obstante desde o seu nascedouro o PT venha buscando consolidar-se nacionalmente a partir de uma identidade que tem como um dos principais esteios a articulação do partido aos movimentos organizados da sociedade civil, essa identidade

não se fecha às diferenças regionais, mas se constrói a partir delas, ou seja, na relação com as chamadas lutas, conforme elas se apresentem em cada lugar, independentemente de quais sejam os setores dinamizadores das mesmas: sindicalismo urbano ou rural, movimento estudantil, ou movimentos de bairro. O presente estudo sobre o PT no Maranhão é ilustrativo da plasticidade e do caráter inconcluso da identidade petista, da sutil combinação entre diversidade e unidade, mudança e permanência que se combinam no Partido dos Trabalhadores.

Por outro lado, o apelo à construção da identidade petista nacional, tal qual ela figura nos documentos básicos do partido, é tão forte que além da assimilação das diferentes realidades locais, se verifica um conjunto de ações voltadas à modificação de determinados aspectos dessa realidade com vistas a conduzi-la a patamares considerados mais compatíveis com o modelo de atuação e o projeto de transformação social defendido pelo PT. Um exemplo dessa prática se observa nos esforços dos estudantes e outros segmentos do PT-MA, visando à construção de um “novo sindicalismo” no estado.

O momento de fundação do PT no estado também é ilustrativo do entrelaçamento do local com o nacional; este momento é o mesmo em que o partido se organizava em São Paulo, inserindo-se, portanto, o Maranhão, nos esforços nacionais para o registro legal do PT, destacando-se nesse processo como um dos primeiros estados que conseguiram cumprir as exigências legais. Nesse momento, era comum que estudantes, políticos oriundos do MDB e trabalhadores rurais participassem da fundação do partido, não sendo portanto, uma exclusividade do PT-MA; contudo, a proeminência que estes segmentos tiveram no estado certamente é impar, especialmente se considerarmos as conhecidas experiências do Centro Sul. Não é à toa que durante muito tempo o PT-MA foi conhecido como “partido de estudantes” e, quando a denominação “partido de trabalhadores” se impôs, teve como referência os trabalhadores rurais.

A posição dos sindicalistas urbanos na fundação do PT-MA é complexa: de um lado o esforço destes em se vincularem ao PT é coerente com a identidade partidária que

aparentemente se desenhava como nacional; mas, os sindicalistas urbanos maranhenses que reivindicavam para si o controle do partido no estado, efetivamente não correspondiam a essa identidade em razão de ser esse sindicalismo enquadrado no padrão burocrático-assistencial, modelo teórico e praticamente rechaçado pelo PT.

Confirma-se, entretanto que, não obstante a fundação do PT-MA tenha se dado ao largo dos Sindicatos (urbanos e da maioria dos rurais) então existentes, o processo de construção do PT nesse estado tem sido afirmativo da vinculação do PT às lutas sociais. Os fundadores do PT-MA vieram, na capital, das mobilizações estudantis, do MDB Autêntico e Movimento de Oposição pra Valer, das mobilizações contra a carestia e em defesa dos direitos humanos; no campo, vinham dos movimentos de resistência dos trabalhadores rurais (através de STRs ou não), contra a “grilagem”, o latifúndio e a violência.

A idéia de um vínculo considerado simbiótico entre o PT e o sindicalismo é negada na história da gênese desse partido no Maranhão e a profusão de conflitos internos verificada no PT-MA nos fornece elementos para a problematização de outros “mitos” imputados ao PT como a coesão e a democracia internas, pensadas neste estudo a partir dos conflitos intrapartidários.

De antemão, esses conflitos são afirmativos da pluralidade de concepções que coexistem no PT desde a sua gênese, fato que já anuncia a inclinação antidogmática do partido e a necessidade (reconhecida) da democracia interna ou a luta para que esta venha a existir; isto se manifesta na recusa ao “centralismo burocrático”, típico da esquerda tradicional, mas a consequência é a permanente tensão entre os membros do partido, fruto das disputas entre diversas concepções e práticas partidárias. A afirmação desse princípio não significa, porém, que a democracia sempre tenha prevalecido ou sequer tenha sido significativamente colocada. É sobretudo a aceitação desta como um valor relativo a meios e fins, ao presente e futuro, ao individual e ao coletivo, que aponta a centralidade da democracia para o PT e as possibilidades de que esta venha a afetar-se.

A fundação do PT na capital maranhense foi marcada por fortes lutas internas entre estudantes e políticos oriundos do MDB, onde cada grupo trabalhava com a perspectiva (às vezes confessada) de exclusão do outro ao invés da disposição para um convívio democrático. A intensidade e longevidade desses conflitos no nascedouro do partido o marcaram significativamente: de um lado, reafirmam a liberdade de manifestação que há no PT, mas, por outro, evidenciam que mesmo se apresentando como "novo" ou "diferente", o PT também é impregnado por velhas práticas políticas, como a intolerância, o personalismo e o clientelismo. Tais fatos criam bases para uma imagem negativa e contraditória do partido, no plano externo, reforçada pela sua frágil e pouco coesa atuação na sociedade.

A preeminência de questões internas sobre questões externas verificada no PT-MA resulta, de um lado, da atitude de estranhamento ou distanciamento adotada pelo PT diante da política local, pelo menos no que tange ao Estado. Deliberadamente, a linha política do PT e do PT-MA privilegia a atuação no movimentos sociais, verificando-se, inclusive forte "purismo" em relação à "velha" ou tradicional política predominante no estado, ao mesmo tempo que eram notórias as dificuldades e/ou incapacidades do PT tanto de eximir-se por completo desse "velho", como de construir o "novo" na política maranhense.

Por outro lado, as questões internas se sobrepõem em razão da forma como o partido toma decisões e soluciona conflitos, recorrendo a métodos que implicam em longas e polêmicas disputas internas e que, não raramente, consomem parte substantiva da capacidade de ação do partido.

Este dado - primazia das questões internas - marca a atuação do PT-MA no período fundacional e pós fundacional. Na segunda metade da década de 80, quando a participação dos trabalhadores rurais no PT-MA se tornou mais significativa no partido e estreitaram-se os laços orgânicos deste com os movimentos de trabalhadores. Na

primeira metade dos anos 80 essa ligação foi muito tênue, não obstante o processo de lutas dos trabalhadores rurais ter sido vigoroso.

Esse distanciamento em relação aos rurais se explicou pela influência do PCdoB junto ao sindicalismo rural combativo, pela inexistência de mediadores entre estes segmentos e o PT (o que, no caso do PCdoB era cumprido por algumas entidades de apoio) e, pela não priorização dessa articulação do PT com as lutas sociais em curso por parte dos dirigentes do partido quando da sua fundação no estado enquanto as bases partidárias, mesmo que o desejassem, não possuíam força para tanto.

Uma vez modificada a linha de atuação do partido no estado, a partir de 1983, verificou-se maior direcionamento para o segmento de trabalhadores rurais organizados (não necessariamente em Sindicatos), na perspectiva de maior entrosamento do PT nas lutas desse segmento e destes no PT, proposta essa que, na segunda metade da década foi favorecida também pela aproximação que passou a existir entre o PT e “entidades de apoio” que atuavam junto a esses segmentos.

Definida a presença desses trabalhadores no partido, a dinâmica das disputas intrapartidárias passou a encaminhar-se no sentido do desenvolvimento de forte polarização entre estes e os trabalhadores urbanos fato que, que na segunda metade dos anos 80, serviu como instrumento de luta política interna, aguçou as dificuldades para o exercício da direção partidária (para dentro e para fora do partido) e estimulou a organização mais sólida dos grupos intrapartidários, culminando na constituição de tendências, dentre elas uma genuinamente maranhense desvinculada dos conhecidos agrupamentos nacionais.

No cerne dessa polarização rurais *versus* urbanos consolidou-se uma concepção que destacava a desigualdade de condições de participação política entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. A assimetria, conforme era vista por trabalhadores rurais, notadamente nos depoimentos de Luís Vila Nova, destacava o fato dos primeiros serem, em geral, pobres e de baixo nível de instrução formal enquanto os integrantes urbanos

do PT tinham um padrão de vida típico de classe média²²¹, especialmente no que se refere ao acesso a bens culturais como escolas, universidades, jornais, livros etc. No detalhamento dessa concepção vimos que a essa diferença de condições materiais era atribuída, como consequência, diferenças de projetos políticos.

Tal concepção valorizava mais as diferenças do que as afinidades existentes entre os integrantes do partido e este fato repercute intensa e negativamente na coesão interna e unidade ideológica do partido e, conseqüentemente, na força externa que o partido possa vir a ter.

A heterogeneidade do PT-MA em termos de: origens sociais e regionais, concepções e práticas partidárias, experiência política e interesses particulares dos integrantes do partido, confirmam que a identidade do PT não se encontra previamente definida, mas, antes disso, é objeto de acirrada disputa não apenas entre o PT do Centro-Sul e o PT do Nordeste, mas no interior mesmo de cada PT. Observa-se isso na experiência do PT-MA, onde o conteúdo da ação partidária foi razão de intensos conflitos entre os membros do partido; primeiro entre “estudantes” e os chamados “políticos”, depois disputou-se se o partido teria um perfil mais rural ou mais urbano, em seguida se seria conservador ou transformador em suas funções representativas e assim por diante.

Estudantes, “políticos”, intelectuais, sindicalistas pelegos, sindicalistas combativos, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, dirigentes, bases, prefeitos, eleitores, cada um desses segmentos, individual ou coletivamente, todos demonstraram ter algo a defender como identidade do Partido dos Trabalhadores e o resultado disso não poderia ser outro senão identidades que, mesmo estáveis ou permanentes aos nossos olhos, trazem sempre consigo, até quando não percebemos, as marcas dessa tensão.

²²¹ A esse respeito ver Rodrigues (1990), cujo trabalho embora não se refira ao Maranhão, demonstra a significativa presença de setores médios dentro do Partido dos Trabalhadores. Tadeu César (1995) também aponta essa presença e, tratando especificamente do grau e escolarização da militância petista, afirma que este é bastante elevado, verificando inclusive que “há mais militantes que atingiram a escolaridade em nível de doutoramento do que os que nunca frequentaram escola”.

Talvez possamos dizer do PT aquilo que Poulantzas afirmou sobre o Estado: é a “condensação de uma relação de forças”; ou então, o que Machado de Assis disse sobre os ventos “a dispersão não lhes tira a unidade, nem a inquietude a constância”.

Na “unidade” ou “constância” petista tem prevalecido o ideal democrático como meio de organização e como modelo de sociedade. Neste ponto a trajetória do PT-MA evidencia que as limitações à participação política dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais, mesmo não sendo impeditivas para o exercício da atividade e da liderança política, não podem ser ignoradas, pois, sem dúvida alguma, constituem um limite a essa democracia.

As dificuldades de afirmação da democracia petista não se resumem, portanto, aos conflitos internos; o “ambiente externo” ou contexto mais amplo do qual faz parte, aqui chamado às vezes de “política regional”, também exerce influências consideráveis nesse processo, ora afirmando a democracia como possível e necessária, ora negando-a. As vitórias conquistadas pelo PT para prefeituras municipais no estado do Maranhão e os valores políticos dos petistas que estes episódios trouxeram à tona são ilustrativos disso.

Os dois casos analisados neste estudo (Santa Quitéria e Alcântara) podem ser compreendidos como vitórias não do PT, mas de frentes oposicionistas que embora formalmente comandadas pelo PT, não eram hegemônicas por este; os eleitos não tinham afinidade com o Programa petista, daí não ter se configurado em nenhum dos casos governos partidários; do ponto de vista do programa do PT e do processo de organização da sociedade. O principal mérito dessas duas vitórias eleitorais foi quebrar elos de dominações muito antigas e autoritárias que vigoravam nessas duas cidades.

O caso de Santa Quitéria é particularmente significativo por ter acontecido nas primeiras eleições em que o PT participou, em uma cidade onde não havia movimentos organizados no período que antecedeu à criação do PT e onde a vitória petista pôs fim.

em caráter irreversível, ao domínio político de um grupo familiar que já se prolongava por quase meio século.

Vistas por outro ângulo, essas experiências explicitaram a fragilidade da estrutura partidária tanto nos municípios como no estado e a ausência de consistentes projetos de governo. Na raiz dessas dificuldades encontram-se o precário enraizamento do partido na sociedade e a sua inabilidade para atuar como Estado. O PT venceu as eleições, mas a convicção de um novo fazer político não estava enraizada na sociedade e sequer dentro do partido, entre os representantes eleitos. Além disso há outro problema: no Brasil, o processo eleitoral é comandado pelos partidos, mas o mandato executivo ou parlamentar não o é; é pessoal e disso advém parte da fragilidade dos partidos políticos, que são impotentes diante dos detentores de mandatos eletivos, em razão do caráter personalista e permissivo das regras eleitorais e partidárias.

Outro forte agravante das dificuldades do PT ser governo é o comportamento anti-democrático e discriminatório por parte do governo estadual diante de municípios governados pela oposição. Este ponto traz à tona um problema tão agudo quanto recorrente na política brasileira que é a dificuldade de se exercer um governo de oposição em meio a estruturas de poder clientelistas onde predomina o “para os amigos tudo, para os inimigos (entenda-se oposição), os rigores - e abusos - da lei”.

Nas eleições de Santa Quitéria e de Alcântara, o respeito às regras do jogo democrático, firmado quando do estabelecimento das alianças eleitorais tornou-se letra morta, tamanha é a facilidade com que os aliados petistas ignoram os princípios do partido. Mas, como o perfil desses aliados nunca foi novidade para os petistas, pode-se supor que o PT estaria adotando estratégias de infiltrar-se em espaços sabidamente adversos para depois “ganhá-los” ou então que os analistas do PT teriam se enganado com a sua própria fantasia e desacreditado da grande capacidade “transformista” desses conhecidos “políticos”, que mudam de posição ao sabor de meras conveniências de cunho privado. As duas situações demonstram que se o PT apostou nessas possibilidades, foi derrotado. Do contrário, é forçoso reconhecer que o interesse

meramente eleitoral ganhou dimensões novas e, se lembrarmos do programa petista, surpreendentemente grande dentro do partido.

Considerando as experiências aqui analisadas, estabelecer alianças tem significado para o PT, encaminhar-se para o dilema eleitoral descrito por Przerworski, onde a descaracterização do partido é subproduto da vitória. E isto não se refere somente ao “campo de alianças do PT”, pois o próprio eleitorado, com “sua” cultura política tradicional também faz parte desse processo de descaracterização, vide alguns mecanismos utilizados inclusive pelo PT para vencer as eleições, como a utilização assistencialista e até messiânica da figura do médico.

O dilema é perverso, pois o “campo da vitória” construído em cada uma das situações em foco, não criou espaços para o fortalecimento de nova cultura política, fundada em princípios coerentes com o chamado “modo petista de governar”, como a percepção do município enquanto espaço público e da cidadania alicerçada em direitos - coletivos ou individuais e permanentes.

Situações como estas estreitam as possibilidades de novas práticas políticas assentadas na democracia e mantêm o PT como refém tanto dos seus “aliados” como da cultura política tradicional, situação que, certamente, não será alterada através de práticas políticas baseadas em métodos velhos, como o internismo, conservadorismo ou vanguardismo. Importante conclusão desse estudo é que as velhas práticas políticas também falam do e pelo PT, que é, ao mesmo tempo, responsável por grandes transformações políticas no cenário brasileiro. Assim, para fazer jus ao seu ideal democrático o partido continua com o desafio de sedimentá-lo dentro e fora de suas estruturas, na sua dinâmica interna, na sua ação na sociedade e na sua intervenção como Estado. Certamente, é essa constante busca e nem tanto as “realizações” o que caracteriza seu ideal democrático.

Atualmente, a discussão sobre estas questões é particularmente relevante porque as recentes eleições de 1996 quebraram vários tabus do desempenho eleitoral do

PT no Maranhão: pela primeira vez foram eleitos simultaneamente dois vereadores na capital e dois prefeitos municipais; além disso o PT está presente na administração da capital, São Luís, onde elegeu o vice-prefeito numa chapa de coligação liderada pelo PDT. Espera-se que esta reflexão sobre o passado petista auxilie o leitor na compreensão das decisões tomadas no presente.

FONTES CONSULTADAS

* BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Alfredo Wagner (1981). **Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense - Autonomia e mobilização camponesa no Maranhão**. São Luís: CPT, 87 p.
- Baierle, Sérgio (1992). **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeitos nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 90**. UNICAMP/IFCH. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- Barreira, Irllys A. Firmo (1992). **O reverso das vitrines: Conflitos urbanos e Cultura Política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita. (1981). **A UDN e o Udenismo** ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1989). **O PTB e o Trabalhismo**. São Paulo: Brasiliense / CEDEC.
- Bittar, Jorge (org.) (1992). **O modo petista de governar**. São paulo: Diretório regional de São Paulo e Teoria & Debate.
- Bobbio, Norberto et al. (1991). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília,
- Caldeira, José de Ribamar Chaves (1976). As eleições de 1974 no Maranhão. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 43. Belo Horizonte:UFMG, p.37-68.
- _____ (1978). Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, separata do nº 46. Belo Horizonte: UFMG. p.57-89.
- Carvalho, José Murilo de (1981). **A Construção da Ordem**. Brasília:UNB.
- Chacon,Vamireh (1981). **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Choairy, Antônio César Costa (1996). **Alcântara vai para o espaço: a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.** São Luis: UFMA / Curso de Ciências Sociais. 146 p. mimeo.
- Costa, Flávio Dino de Castro (1989). **Relatório do Estudo sobre "A Participação do Movimento Estudantil Universitário no Processo Político Maranhense"**. São Luís: UFMA. 71p.
- Costa, Hélio da. (1995). **Em busca da Memória.** São Paulo:Sritta.
- Costa, Manoel da Silva (s/d). **Prefiro Errar com o Povo que Acertar Sozinho.** Santa Quitéria: Prefeitura Municipal. 41p.
- Costa, Wagner Cabral da. (1994) **O rosto rural da Igreja. A atuação da CPT no Maranhão 1976/1981.** São Luís: UFMA. Monografia de conclusão do curso de História.
- Dulci, Otávio Soares. (1986). **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG / PROED.
- Foucault, Michel. (1990). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal.
- Duhram, Eunice (1984). **Movimentos Sociais: a construção da cidadania.** In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 10.
- Duverger, Maurice (1970). **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar.
- Evers, Tilman (1984). **Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais.** In: **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 2, nº 4.
- Feitosa, R. Moacir M.(1994) **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento.** Belém: UFPA / NAEA. Dissertação de Mestrado, mimeo.
- Fernandes, Carlos Aparecido (1996). **Alcântara vai para o Espaço e deixa o Povo no Escuro.** São Luís: Relatório de Pesquisa, mimeo.
- Gadotti, Moacir e Pereira, Otaviano (1989). **Pra que PT.** São Paulo: Cortez.

- Gramsci, Antonio (1984). **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hamecker, Marta (1994). **O Sonho era Possível**. São Paulo: Casa América Livre.
- Hobsbawm, Eric (1997). **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hippolito, Lucia. **PSD de Raposas e Reformistas** (1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Keck ,Margaret E. (1994). **PT - A Lógica da Diferença**.São Paulo: Ática.
- Kinzo, Maria Dalva G. (1988). **Oposição e Autoritarismo - Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice/ IDESP.
- _____ (1983) **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad- Adenauer-Stiftung.
- Lamounier, Bolívar e Meneguello, Raquel (1986)**Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o Caso Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense.
- Leal, Ivanhoé e Alves Filho, Samuel (1982). **Meia Passagem ou Meia Cidade**. São Luís: Esquadrus editora. 36 p.
- Meneguello, Raquel (1985). **PT: a Formação de um Partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1996). **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1995)**. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.
- Moissés, José Álvaro (1992). Democratização e Cultura política de Massas no Brasil. In: **Lua Nova**, nº 26. São Paulo: Marco Zero / CEDEC.
- Moraes, Marieta de.(org.) (1994). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim / FINEP
- Moreira Alves, Maria Helena (1985). **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis:Vozes.
- Mouffé, Chantal (1978). Hegemonia e Ideologia em Gramsci. **Arte, Sociedad e Ideolgia**. nº 5, México.

- Olinda, Ercília Maria B. de. (1985) **A dimensão educativa do Partido Político**. Fortaleza: Expressão.
- Panebianco, Angelo (1990) **Modelos de Partido** - organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Aliança Editorial.
- Pinto, Cândida Costa e Silva, Carmen Silvia Maria da (1994) CUT: 10 anos de Lutas e Sonhos, Resgate da Trajetória do novo Sindicalismo no Maranhão. **Desenvolvimento e Cidadania**. Nº 11. São Luís: Instituto do Homem. p.12 - 15.
- Przeworski, Adam (1991). **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis Filho, Daniel Aarão e Sá, Jair, F. (1985). **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Reis, Flávio Antonio Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. (1992). Campinas-SP: UNICAMP/IFCH. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1978). PCB: Dirigentes e Organização. In: Fausto, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (1990) **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática.
- Sabóia, Lúcia Helena Fernandes (1985). **As ocupações de terras em São Luís - moradia, ação coletiva e identidade**. São Luís: (mimeo) 81p.
- Sader, Emir.(org., 1986) **E agora PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense.
- Sader, Eder. (1988) **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sales, Teresa (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 25. São Paulo: ANPOCS.
- Sartori, G. (1982) **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro:Zahar e Brasília:UNB

- Silva, Antônio Ozai da. (s/d). **História das Tendências no Brasil**. São Paulo.
- Souza, Amaury de. e Lamounier, Bolívar (1989). A feitura da Nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, nº2. Brasília: IPEA.
- Souza, Maria do Carmo Campello de. (1976) . **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega.
- _____ . (1978). O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel.
- Trindade, Héglio (1974). **Integralismo**. São Paulo: Difel.
- Weber, Max (1971). A política como Vocação e Burocracia In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. p.97 -152 e 229-282.
- Weffort, Francisco (1985). **Por que Democracia ?**. São Paulo: Brasiliense.

*** PUBLICAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**

Ata Geral das Eleições de 1974;

Ata Geral da eleição de 1985 em São Luís;

Secretaria de Coordenação Eleitoral. **Anotação das Comissões Diretoras municipais e Regional Provisórias do Partido dos Trabalhadores - PT**, 1981. Livro I, aberto em 12 de janeiro de 1981).

Publicações com os dados oficiais das:

Eleições de 1982;

Eleições de 1986;

Eleições de 1988;

Eleições de 1989

Eleições de 1990;

Eleições de 1994

*** DOCUMENTOS**

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto, Programa, Estatuto, Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Secretaria de Organização do Diretório Regional do PT/SP. março de 1990.

PT/ DIRETÓRIO NACIONAL. Partido dos Trabalhadores - Resoluções do V Encontro Nacional. Brasília: dezembro de 1987.

_____ **Resoluções do VII Encontro Nacional.** São Paulo, 1991.

_____ **Resoluções do 1º Congresso.** São Paulo, 1992.

PT / DIRETÓRIO REGIONAL DO MARANHÃO Livro de Atas das Convenções Regionais do PT . Vol. I (de 31 de julho de 1981 a março de 1988). 50 p. manuscrito.

RIBEIRO FILHO, João Batista. Relatório da Convenção extraordinária do PT São Luís. São Luís, julho de 1981.

DUTRA, Domingos. Recurso à Comissão Executiva Regional do PT-MA contra a impugnação do pedido de filiação de José Gomes Oliveira. São Luís 02 de junho de 1981.

NÚCLEO DA DIVINÉIA, ANJO DA GUARDA, LIBERDADE, FLORESTA, APEADOURO, SÁ VIANA, ESTUDANTES E MARACANÃ. Relatório sobre a Viagem para Imperatriz. São Luís, s/d.

NÚCLEO DOS ESTUDANTES, APEADOURO, LIBERDADE, ANJO DA GUARDA, et al. Abaixo assinado solicitando intervenção do DN no PT do Maranhão. São Luís, 10 de setembro de 1981.

_____ **Dossiê sobre a situação do PT em São Luís.** São Luís, 1981.

SILVA, Leonardo P.; SANTIAGO, Ovídio; DUTRA, Domingos; SANTOS, Jorge Antônio Silva. **Requerimento à Comissão Executiva nacional do PT, pedindo a expulsão de Walter Rodrigues do partido.** São Luís, 23 de setembro de 1981.

PT/MA/ Comitê Eleitoral Unificado. **Relatório do Comitê Eleitoral Unificado.** São Luís, novembro de 1982. 09p.

PT/DN - SORG. **Proposta de Procedimento da Secretaria Nacional de Organização em relação ao Diretório Regional do Maranhão.** Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARTINS, Delta; DUTRA, Domingos e VILA NOVA, Luís. **Relatório para a Executiva Nacional.** São Luís, s/d.

PT/ DIRETÓRIO REGIONAL DO MARANHÃO. **Relatório do Encontro Estadual de 26 e 27 de setembro de 1987.** São Luís. 7 p. mimeo.

_____. **Avaliação e Planejamento.** São Luís, 1988.

_____. **Resoluções sobre a Formação da Secretaria Agrária Regional do DR-PT-Ma.** São Luís, junho e 1989.

_____. **Relatório de Reunião sobre Nucleação** (manuscrito sistematizado por Ilse Gomes).. São Luís, 1991

ARTICULAÇÃO (1987). **Apostando na Construção do PT** . São Luís, 14 de novembro. 9 p. mimeo.

PT DE AÇO. **PT de Aço. Prática e Teoria como dois momentos de um mesmo processo.** s/d. 16 p.

_____. **Relatório do Seminário de Formação Política da tendência interna "PT de Aço" (1ª etapa).** Cetral/ João Lisboa - MA, dezembro de 1993. 12p.

_____. **Relatório do Seminário de Formação Política da tendência PT de Aço (2ª etapa).** Imperatriz, 27 de janeiro de 1994. 02p.

_____ Documento da tendência interna "PT de Aço", como resultado da discussão do seminário nos dias 04 e 05 de dezembro / 93 - Cedral - João Lisboa - MA. João Lisboa, 05 de dezembro de 1993. 03p.

_____ Relatório do Encontro Estadual do PT de Aço. Caxias, 26 de março de 1992. 04p.

_____ Resoluções de Caxias - MA - Encontro realizado nos dias 30/09, 01 e 02/10/93. 04p.

PEREIRA, Robson. Quem é "PT de Aço"???. São Luís, 07 de julho de 1993. 04p.

DUTRA, Raimundo de França; SANTOS, Dionísio P. dos.; PEREIRA, Robson R. Silva; SILVA, José Rodrigues da.; PEREIRA, Marcos do Rosário; SALVADOR, João. et al. Partido dos Trabalhadores - PT. Da: maioria da Comissão Agrária Estadual. Para: Diretório Nacional, secretaria agrária nacional, diretórios estaduais, diretórios municipais e filiados do partido. Assunto: Cassação da Comissão Agrária Estadual. São Luís, 02 de agosto de 1989.

PEREIRA, Robson e VIANA, Adeyde. Partido dos Trabalhadores - PT (de) Ação Camponesa Operária - Aço. São José de Ribamar, 18 de janeiro de 1990. 06 p.

BATISTA, Ieda C.; DOMINGOS, Dutra; MACHADO, Antônia Gomes; LOURDINHA, SÁTIRO, Irma C. et al. Relatório do Encontro realizado no Maracanã, 08/09/89.

PT/DM-SÃO LUÍS. Relatório Final do 4º Encontro Municipal do PT São Luís. São Luís, 1986.

_____ . Resoluções do 9º Encontro Municipal do PT São Luís. São Luís, 1989.

_____ . Resoluções Políticas do 11º Encontro Municipal do PT São Luís. São Luís, 1990.

NÚCLEO DA ÁREA ITAQUI-BACANGA. Relatório do 3º Encontro da Área Itaqui-Bacanga. São Luís, 1989.

CRUZ, Magno, FERNANDES, Salvador, CANTANHEDE, João de Deus, DUTRA, Domingos et. al. **Por um PT vivo: viva o PT.** (Tese apresentada ao XI Encontro Municipal do PT - São Luís, em março de 1990).

VILA NOVA, Luís (1995). **É hora de repensarmos o PT do Maranhão e o papel de suas tendências.** São Luís, 20 de março. 9 p. mimeo.

VILA NOVA, Luís, MARTINS, Delta et al.(1987) **Requerimento ao Diretório Nacional do PT** solicitando intervenção no Diretório Regional do Maranhão e o não credenciamento dos delegados eleitos para o Encontro Nacional do PT. São Luís, 30 de novembro. 10 p. mimeo.

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA QUITÉRIA. **Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santa Quitéria,** aberto em 11/06/82.

ARQUIMEDES (1983). **Relato da visita à Santa Quitéria - MA, nos dias 24 e 25 de julho de 1983.** Diadema, 29 de julho. 7 p. mimeo.

PT/ DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ALCÂNTARA. **Livro de Atas das Reuniões do Partido dos Trabalhadores.**

_____ **Lista de Filiados e Atividades do PT.** Alcântara, s/d.

* PERIÓDICOS

Jornal **O Estado do Maranhão** - 1978, 1979 e 1980; Jul.-Dez. de 1982. São Luís.

Jornal **O Imparcial** - 1978, 1979 e 1980; Jul.-Dez. de 1982. São Luís.

* ENTREVISTAS

- **Aírton Viégas.** Médico; em 1992 foi eleito prefeito da cidade de Alcântara, pelo PT. São Luís, 27 de junho de 1996.

- **Américo Henriques.** Padre; articulador da campanha eleitoral do PT em 1982, na cidade de Santa Quitéria. Santa Quitéria, 28 de maio de 1996.
- **Benedito Basson.** lavrador; sindicalista; duas vezes eleito vereador pelo PT, uma delas nas eleições de 1982. Alcântara, 11 de julho de 1996.
- **Cecília Vaz.** professora; secretária de Educação da prefeitura de Alcântara de 1993 até 1996. Alcântara, 09 de julho de 1996.
- **Domingos Freitas Diniz.** Engenheiro; presidente do MDB (1968-1979), partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1974 e 19778. Membro do 1º Diretório Nacional do PT. São Luís, 07 de fevereiro de 1996.
- **Fátima Diniz.** Presidente do Diretório Municipal do PT em Alcântara; uma das fundadoras do PT em São Luís, também atuou na organização do mesmo em Alcântara, onde trabalhou como secretária adjunta de Educação de 1993 até 1996. Alcântara, 13 de julho de 1996.
- **Fernando Resende.** Funcionário público; militante do M.E. na UFMA de 1979 a 1982; várias vezes membro do Diretório Municipal do PT em São Luís, do qual foi presidente. São Luís, 18 de janeiro de 1996.
- **Francisco das Chagas dos Santos (Chagas de Bina).** Lavrador. em 1982 foi eleito vereador pelo PT, em Santa Quitéria. Santa Quitéria, 28 de maio de 1996.
- **Francisco Gonçalves da Conceição.** Jornalista; participou do M.E. UFMA e Pastoral Universitária na 1ª metade dos anos 80; foi editor do jornal da CPT; dirigente partidário do DM de São Luís e Diretório Regional (1987 a 1992). São Luís, 05 de maio de 1996.
- **Idenê Caldas Pimentel.** Professora; vereadora eleita pelo PT em 1982, na cidade de Santa Quitéria. Santa Quitéria, 28 de maio de 1996.
- **Ivaldo Coqueiro.** Químico; participou do M.E. na UFMA, Pastoral da Juventude e Pastoral Universitária de 1976 aos primeiros anos da década de 80. São Luís, 17 de janeiro de 1996.
- **Jean Marie Van Damme.** Padre; atuou na CPT, CEBs e Movimento Contra a Carestia em fins dos anos 70 e começo dos 80.
- **João Batista Ribeiro.** Funcionário público; participou do M.E. UEMA em fins dos anos 70 e começo dos 80 e do 1º Diretório Regional do PT-MA; atualmente é presidente do DM de São Luís. São Luís, 31 de janeiro de 1996.
- **Joisiane Gamba.** advogada, participou do M.E. na UFMA, Pastoral da Juventude e Pastoral Universitária; assumiu cargos de direção partidária no Diretório Regional (1983) e Municipal de São Luís. São Luís, 16 de janeiro de 1996.

- **José Celso Veras.** Economista, professor universitário; militante do MDB autêntico nos anos 70; membro da direção regional do PT no período de 1980 a 1982. São Luís, 12 de janeiro de 1996.
- **José de Lima Pereira (Zé Quiló).** Lavrador; vereador eleito pelo PT em 1982 em Santa Quitéria. Santa Quitéria, 29 de maio de 1996.
- **José Gomes Oliveira.** Funcionário público; militante do M.E. na UEMA em fins dos anos 70 e começo dos 80; várias vezes dirigente partidário, com atuação no Diretório Regional (1983-1988). São Luís, 24 de maio de 1996.
- **Luís Carlos Cintra.** Advogado; militante no M.E. UFMA de 1978 a 1982; foi dirigente partidário em diversas gestões do DR (1983-1986) e DM de São Luís. São Luís, março de 1996.
- **Luís Soares Vila Nova.** lavrador; presidente do Diretório Regional do PT-MA de 1986 a 1987. Eleito duas vezes deputado estadual pelo PT. São Luís, 17 de maio de 1996.
- **Manoel de Sousa Costa (Manuca).** Pecuarista e agricultor; em 1982 foi eleito prefeito, pelo PT de Santa Quitéria. Santa Quitéria, 28 de maio de 1996.
- **Osmar de Jesus Leal (Maninho).** Professor; em 1982 foi eleito vereador pelo PT na cidade de Santa Quitéria, onde atualmente é prefeito municipal. Santa Quitéria, 27 de maio de 1996.
- **Pedro Aurélio Carneiro.** Engenheiro; militante do MDB autêntico nos anos 70; dirigente do DR do PT-MA no período de 1980 a meados de 1982. São Luís, 21 de janeiro de 1996.
- **Raimuundo Nonato Rodrigues.** Lavrador; sindicalista; um dos fundadores do PT na cidade de Alcântara, onde, em 1992, foi eleito vice-prefeito. São Luís, 05 de junho de 1996.
- **Walter Rodrigues.** Jornalista; exerceu o cargo de secretário geral do PT em São Luís no período de 1980 a meados de 1982. São Luís, 26 de janeiro de 1996.

ANEXOS

ANEXO 1

1ª COMISSÃO DIRETORA MUNICIPAL PROVISÓRIA DO PT
EM SÃO LUÍS, HOMOLOGADA PELO T.R.E. EM 10/02/81

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO/ ATUAÇÃO
Presidente	Hélcio de Jesus Silva	Vereador
Vice-Presidente	Ovidio Pereira Santiago	Pedreiro /Bairro Anjo da Guarda
Secretário Geral	Walter P. Rodrigues	Jornalista
1º Secretário	Benevenuto José R. Santos	Comerciário
Tesoureiro	Sebastião Alves de Brito	Industriário / Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Sabão e Velas
Outros Membros	Luís Fernando C. Novaes	Professor
	Lourival da Cunha Santos	Estudante / M. E. FESM
	João Damasceno B. Martins	Comerciário
	Juvenal O. de Menezes	Comerciário
	Maria Eliane Moraes Dias	Estudante / M. E. UFMA

Fonte: T.R.E. / Secretaria de Coordenação Eleitoral e Depoimentos de Pessoas Entrevistadas

ANEXO II

COMISSÕES PROVISÓRIAS E DIRETÓRIOS REGIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT NO MARANHÃO 1981-1992

ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS: Com exceção do primeiro quadro, todos os demais tiveram como fonte o "Livro de Atas das Convenções Regionais do PT", aberto em 31 de Julho de 1981. As informações relativas à área de atuação e vinculação às tendências foram obtidas através de documentos das tendências: abaixo-assinados, listas de presenças em reuniões, teses, etc. e de testemunhos de pessoas entrevistadas pela autora. Impõe-se esclarecer que esses vínculos com as "tendências no PT" ocorriam em diversos níveis que vão dos fundadores ou coordenadores das tendências até às pessoas que simplesmente, e por razões as mais diversas, estavam na chamada área de influência das mesmas. Vale lembrar também que as profissões atribuídas aos membros da direção nem sempre correspondem à presente realidade, mas tão somente a informações prestadas ao T.R.E., no ato do preenchimento do título de eleitor ou nas Atas das referidas Convenções.

1ª COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO, ELEITA EM FEVEREIRO DE 1981

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Presidente	Oswaldo Alencar Rocha	Advogado	CPT-MA
Vice-Presidente	José Celso Veras	Economista / Professor UFMA	SMDDH
Secretário Geral	Pedro Aurélio da S. Carneiro	Engenheiro	
1º Secretário	Edilberto Machado Neto	Comerciário	Sindicato dos Comerciários
Tesoureiro	Julião Amim**	Bancário	Sindicato dos Bancários
Outros Membros	Domingos Freitas Diniz	Engenheiro / Deputado	Câmara Federal
	João Batista Dias	Trabalhador Rural	STR de São Pedro da Água Branca
	João Paulo Lopes Amorim	Pequeno Comerciante	Bairro do Tirirical
	José Henrique Muller Frazão	Operário	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações

Fonte: T.R.E./ Secretaria de Coordenação Eleitoral e Depoimentos de Pessoas Entrevistadas

** Substituído em março de 1981 pelo estudante universitário João Batista Ribeiro Filho.

1º DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO MARANHÃO,
ELEITO EM 06/09/81

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO / ÁREA DE ATUAÇÃO
Presidente	Osvaldo Alencar Rocha	Advogado
Vice-Presidente	José Celso Veras	Economista / Prof. UFMA
Secretário Geral	João Campelo da Silva	Lavrador
1º Secretário	José Vicente Santos Aroucha	Assessor Parlamentar
Tesoureiro	João Paulo Lopes de Amorim	Pequeno Comerciante
Vogais	Raimundo Carvalho da Rocha	Lavrador
	Francisco Natan Sabino	
Suplentes da Comissão Executiva	Iriomar José Ramos de Sousa	Lavrador
	Arcebiedes Batista dos Santos	
	Emiliano Lopes de Sousa	Lavrador
Membros do DR	Cosmo Rodrigues de Araujo	
	Antônio Cardoso da Silva	Lavrador
	Agenor Coelho Pinheiro	
Suplentes do DR	João Gomes da Silva	Lavrador
	Máximo Carvalho de Freire	
	Martinho Tito Ferreira	Func. Público
	Ciriaco Santos Nunes	Lavrador
	Laura Helena Alves Militão	Lavradora
Delegados à Convenção Nacional	Domingos Freitas Diniz Neto	Engenheiro / Deputado
	Luis Soares Filho	Lavrador
Suplentes de Delegado à Conv. Nacional	Walter Pacheco Rodrigues	Jornalista
	João Campelo da Silva Neto	Lavrador

COMISSÃO EXECUTIVA ELEITA PELO DIRETÓRIO REGIONAL PROVISÓRIO
 NOMEADO PELO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT EM 25 /10 /83

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO / ÁREA DE ATUAÇÃO
Presidente	Luís Soares Filho	Operário
1º Vice-Presidente	Luís Carlos dos S. Cintra	Estudante
2º Vice-Presidente	Iriomar Gomes de Sousa	Lavrador
Secretário Geral	José Gomes de Oliveira	Estudante
1º Secretário	Osmar Costa Leal	Professor
Tesoureira	Shigueko Nirasawa	Revisora
Vogais	Benedito Gregório Campos	Lavrado
	Ivanhoé Albuquerque Leal	Estudante
Suplentes da Com. Executiva	Marcelo Vasconcelos Oliveira	Estudante
	José Ribeiro Oliveira	
	Joisiane dos Sanches de O. Gamba	Estudante

DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT MARANHÃO,
 ELEITO EM 25/03/84

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO/ ÁREA DE ATUAÇÃO
Presidente	Luís Soares Filho	Operário
1º Vice-Presidente	Luís Carlos dos S. Cintra	Estudante
2º Vice-Presidente	Iriomar José Ramos	Lavrador
Secretário Geral	José Gomes de Oliveira	Estudante
1º Secretário	Raimundo Nonato S. Cavalcante	Estudante
Tesoureiro	Shigueko Nirasawa	Revisora
Vogal	Luiza Lopes Rezende	Professora
	Marcelo Vasconcelos de Oliveira	Estudante
Membros do DR	Jomar Fernandes Pereira Filho	Estudante
	Emiliano Lopes de Sousa	Lavrador
	Antônio Cardoso da Silva	Lavrador
Delegados à Conv. Nacional	Iriomar José R. de Sousa	Lavrador
	Domingos Freitas Diniz Neto	Engenheiro
Suplentes	Raimundo Cesário da Costa	Lavrador
	Domingos Francisco Dutra	Advogado
	Salvador Jackson de Oliveira	Estudante
	José Raimundo Carvalho	lavrador
	Francisco José de Sousa	Lavrador

DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT MARANHÃO,
ELEITO EM 25/03/86

CARGO	TI TULAR	PROFISSÃO / ÁREA DE ATUAÇÃO	TENDÊNCIA NO PT *
Presidente	Luís Soares Filho	Operário	PT de Aço
1º Vice-Presidente	Eulina Moraes da Silva	Estudante	PT de Aço
2º Vice-Presidente	José Gomes de Oliveira	Estudante	Articulação
Secretário Geral	Luís Carlos dos S. Cintra	Estudante	Articulação
1ª Secretária	Ieda Batista Cutrim	Assistente Social / Prof. UFMA	PT de Aço
Tesoureira	Shigueko Nirasawa	revisora	Articulação
Vogal	Joaquim Alves de Sousa	Lavrador	PT de Aço
	Jomar Fernandes Pereira	Estudante	Articulação
Suplentes da Com. Executiva	João Gomes da Silva	Lavrador	PT de Aço
	José Rodrigues Carvalho	Lavrador	
	Fernando Augusto M. Lopes	Estudante	Articulação
Membros DR	Francisco Martins dos Santos	Contador	Articulação
	João Gomes Assunção	Lavrador	
	Benedito Gregório Campos	Lavrador	PT de Aço
	João Otávio Malheiros	Estudante	Sem Tendência
Delegados à Conv. Nacional	Luís Soares Filho	Operário	
	José Gomes de Oliveira	Estudante	
Suplentes DR	Manoel Fernandes Almeida	Estudante	
	Maria Lourença Pereira	Estudante	Articulação
	Ilse Gomes da Silva	Estudante	Articulação
Comissão de Ética	Francisco Gonçalves da Conceição	Jornalista	Articulação
	Maria Delta Carvalho Martins	Professora UFMA	(aliada à Articulação)
	Warwick Estevam Keer	Professor UFMA	Sem Tendência
	Joaquim Ribeiro de S. Neto	Professor	PT de Aço
	Terezinha Ferreira Neves	Func. Pública	Articulação

* Convém explicitar que neste momento essas tendências ainda não existiam de modo explícito e organizado conforme ocorreu no ano seguinte. Em 1986 o quadro era ainda de agrupamentos circunstanciais, blocos nos quais essas pessoas citadas foram se juntando e, aos poucos, delineando um perfil que, futuramente seria adotado pelas tendências em foco. O que se tem neste momento são, na verdade, os embriões das duas tendências.

COMISSÃO PROVISÓRIA REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES,
PT-MA, CONSTITUÍDA EM 22/09/87*

NOME / CARGO	PROFISSÃO / ÁREA DE ATUAÇÃO	TENDÊNCIA NO PT
Luis Soares Filho (PRESIDENTE)	Operário	PT de Aço
Ilse Gomes Silva	Estudante	Articulação
Marcos do Rosário Pereira	Pescador	PT de Aço
Cândido Augusto Medeiros Jr.	Estudante	LPS
Ana Lígia de O. Fernandes	Estudante	LPS
Ieda Cutrim Batista	Assistente Social	PT de Aço
Aristides Soares Lima	Lavrador	PT de Aço
Antônio Cardoso da Silva	Lavrador	PT de Aço
Shigueko Nirasawa	Revisora	Articulação
Francisco Gonçalves da Conceição	Estudante	Articulação
Domingos Francisco Dutra Filho	Estudante	PT de Aço
Marcelo Moreira de Oliveira	Estudante	LPS
Elias Reis de Sousa	Lavrador	PT de Aço
Antônio Lima Neves	Lavrador	PT de Aço
Eva Rocha Rego	Professora	PT de Aço
Eulina Moraes da Silva	Estudante	PT de Aço
Dalva de Almeida Silva	Advogada	PT de Aço
Luis Pereira Gonçalves	Lavrador	PT de Aço
João Gomes da Silva	Lavrador	PT de Aço
Maria Delta Carvalho Martins	Professora	(aliada ao PT de Aço)

* Comissão Provisória escolhida por unanimidade pelos membros do DR com o objetivo de organizar um Convenção dos filiados para a escolha de um novo Diretório. A justificativa apresentada para essa decisão está exposta no Livro de Atas nos seguintes termos: "Após um conjunto de pronunciamentos, estabeleceu-se um consenso em torno da necessidade imediata de renovação do conjunto do atual DR, pois o trabalho do partido no movimento social se ampliou e este trabalho precisa se refletir na atual composição do DR. Por unanimidade dos presentes, decidiu-se pela autodissolução do Diretório, a partir da renúncia individual de cada um dos seus membros".

DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES,

PT - MARANHÃO, ELEITO EM 22/11/87

CARGO	TITULAR	PROFISSÃO	TENDÊNCIA NO PT
Presidente	Sebastião Rodrigues de Sousa	Lavrador	(aliado à Articulação)
1º Vice-Presidente	Francisco Gonçalves da Conceição	Jornalista	Articulação
2º Vice-Presidente	Luís Araújo de Carvalho	Lavrador	Articulação
Secretário Geral	José Gomes de Oliveira	Func. Público	Sem Tendência
1º Secretário	Ilse Gomes Silva	Enfermeira	Articulação
Tesoureiro	Cândido Augusto Medeiros Jr.	Estudante	LPS
1º Vogal	Adilene Ramos de Sousa	Professora	Articulação
2º Vogal	Maria do Amparo G. Carneiro	Contabilista	Articulação
Suplentes da Com. Executiva	Odinéia Pereira de Mesquita	Professora	(aliada à Articulação)
	Marcelo Moreira de Oliveira	Professor	LPS
	Luiza Lopes Rezende	Professora	Sem Tendência
Membros do DR	Ana Lígia de O. Fernandes	Assistente Social	LPS
	Shigueko Nirasawa	Socióloga	Articulação
	Joaquim alves de Sousa	Lavrador	PT de Aço
	Francisco Vieira Moraes	Lavrador	Articulação
Delegados à Conv. Nacional	Sebastião Rodrigues de Sousa	Lavrador	(aliado à Articulação)
	Luís Carlos dos Santos Cintra	Advogado	Articulação
Suplentes do DR	Ana Márcia Ferreira de Araújo	Professora	(aliada à Articulação)
	Nilton Jansen Pereira	Comerciário	(aliado à Articulação)
	Milton Alves de Sousa	Lavrador	Articulação
	Francisco Martins dos Santos	Contador	Articulação
Sup.de Deleg. à Conv. Nacional	José Gomes de Oliveira	Func. Público	Sem Tendência
	Fernando A. Resende de Jesus	Func. Público	LPS

DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

MARANHÃO, ELEITO EM 20/05/90

CARGO	NOME	PROFISSÃO	TENDÊNCIA NO PT	
Presidente	Francisco Gonçalves da Conceição	Jornalista	Articulação	
1º Vice-Presidente	Domingos Francisco Dutra Filho	Advogado	PT de Aço	
2º Vice-Presidente	Jomar Fernandes Pereira Filho	Func. Público	Articulação	
Secretário Geral	Salvador Jackson N. Fernandes	Economista	PT de Aço	
Sec. de Organização	Ilse Gomes Fernandes	Enfermeira	Articulação	
Tesoureiro	David Reis Chaves	Func. Público	LPS	
1º Vogal	Carmen Sílvia Maria da Silva	Jornalista	Articulação	
2º Vogal	Manoel da Conceição dos Santos	Lavrador	PT de Aço	
Suplentes da Com. Executiva	Luís Carlos dos Santos Cintra	Advogado	Articulação	
	Sara Alves Feitosa	Estudante	Articulação	
	Robson Raimundo Silva	Téc. Agrícola	PT de Aço	
Membros do DR	Luís Araújo Carvalho	Lavrador	Articulação	
	Sebastião Rodrigues de Sousa	Lavrador	(aliado à Articulação)	
	Márcio Jerry Saraiva Barroso	Estudante	Sem Tendência	
	Luís Soares Filho	Lavrador	PT de Aço	
	Raimundo de França Dutra	Operário	PT de Aço	
	Valdinar Ferreira Bastos	lavrador	PT de Aço	
	Dalva de Almeida e Silva	Advogada	PT de Aço	
	José Salvador Costa	Lavrador	PT de Aço	
	Célio Lousa Cruz	Gráfico	PT de Aço	
	Suplentes	Washington Luís de Oliveira	Func. Público	Articulação
		Luciene Dias Figueiredo		Articulação
		Lamartine de Jesus Ribeiro Serra	Eletricitário	Aliado à LPS
		Joaquim Alves de Sousa	lavrador	PT de Aço
		João Fonseca dos Santos	Lavrador	PT de Aço
Maria querobina da S. Neta		Lavradora	PT de Aço	
Deusélice Pereira Dias		Lavradora	PT de Aço	
Júlia Viana Sousa		Lavradora	PT de Aço	
Francisca Maria de Sousa Coelho		Professora	(aliada à Articulação)	
Gildomar Nepomuceno Marinho		Estudante	Articulação	
Messias Costa Neto		Médico	(aliado à articulação)	
Delegados à Conv. Nacional		Jomar Fernandes P. Filho	Func. Público	Articulação
		Luís Soares Filho	Lavrador	PT de Aço